



Revista Ciência em Extensão

Rev. Ciênc. Ext.

Volume 15, Número 4, 2019

Pró-Reitoria de Extensão Universitária - PROEX

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA - UNESP

São Paulo, SP, Brasil

ISSN 1679-4605



Revista Ciência em Extensão

ISSN 1679-4605

Editor-chefe: *Eduardo Galhardo*

Correspondência

REVISTA CIÊNCIA EM EXTENSÃO

Pró-Reitoria de Extensão Universitária – PROEX

Universidade Estadual Paulista – UNESP

Rua Quirino de Andrade, nº 215, 10º andar - Centro

CEP: 01.049-010 São Paulo, SP, Brasil

URL: http://ojs.unesp.br/index.php/revista_proex

e-mail: eduardo.galhardo@unesp.br

Ficha Catalográfica

Coordenadoria Geral de Bibliotecas - UNESP

Revista ciência em extensão / UNESP - Pró-Reitoria de Extensão Universitária. --
Vol. 15, no. 4 (Out/Dez. 2019). -- São Paulo : UNESP, 2004 -

Trimestral

Texto em português, inglês e espanhol

Vol. 1, no. 1, publicado também on line

A partir do Vol. 1, no. 2; publicado somente on line em:

http://ojs.unesp.br/index.php/revista_proex/index

ISSN 1679-4605

1. Ciências humanas – Periódicos.
 2. Ciências exatas – Periódicos.
 3. Ciências biológicas – Periódicos.
- I. UNESP - Pró-Reitoria de Extensão Universitária.

Administração Central da UNESP

Reitor

Sandro Roberto Valentini

Vice-Reitor

Sergio Roberto Nobre

Pró-Reitor de Planejamento Estratégico e Gestão

Leonardo Theodoro Büll

Pró-Reitora de Extensão Universitária

Cleopatra da Silva Planeta

Pró-Reitor de Pós-Graduação

Telma Teresinha Berchielli

Pró-Reitora de Graduação

Gladis Massini-Cagliari

Pró-Reitor de Pesquisa

Carlos Frederico de Oliveira Graeff

Secretário Geral

Arnaldo Cortina

Chefe de Gabinete

Carlos Eduardo Vergani

Assessor-chefe de Comunicação e Imprensa

Marcos Jorge

Assessor-chefe de Informática

Ney Lemke

Assessor Jurídico Chefe

Edson César dos Santos Cabral

Assessor-chefe de Planejamento e Orçamento

José Roberto Ruggiero

Assessor-Chefe de Relações Externas

José Celso Freire Junior

Assessor-Chefe de Planejamento Estratégico

Rogério Luiz Buccelli

Coordenadora Geral de Bibliotecas

Flavia Maria Bastos

Coordenador de Permanência Estudantil

Mário Sérgio Vasconcelos

CARTA AO LEITOR

A universidade pública e a ciência passam por um momento de grandes questionamentos provenientes de diversos setores da sociedade. O apoio dos cidadãos externos à universidade é fundamental frente a esses ataques antagônicos.

A missão da universidade pública é o ensino de qualidade e, por meio da pesquisa e extensão universitária produzir conhecimentos científicos e humanísticos, que geram inovação e desenvolvimento socioeconômico, além de promover a justiça social. Estes conhecimentos e suas consequências não podem ficar restritos ao ambiente acadêmico; eles precisam se difundir e permear as dimensões do cotidiano das pessoas.

Dentre as várias ações que estão no escopo da Extensão Universitária a divulgação do conhecimento científico e humanístico constitui uma forma simples e muito efetiva de diálogo com outros setores da sociedade. É fundamental que os cidadãos que não trabalham com ciência entendam o processo de produção do conhecimento, e dessa forma, compreendam os esforços dos pesquisadores e a importância das pesquisas para o desenvolvimento tecnológico, econômico e social.

A difusão do conhecimento deve ir além da simples informação factual sobre a descoberta científica, ela deve ser um processo de letramento científico contextualizado sob a ótica da produção do conhecimento pelas universidades e por suas ações no âmbito das políticas da área de Ciência e Tecnologia; isso contribui para ampliar a participação social nas decisões envolvendo políticas públicas para o ensino, pesquisa e extensão universitária e para que os cidadãos se sintam corresponsáveis pela ciência que o país produz. O letramento científico também habilita as pessoas para a tomada de decisões com base em evidências científicas.

O letramento científico constitui-se num canal de comunicação e encontro de saberes que contribui não apenas para a visibilidade da Universidade, mas também para sua legitimação perante outros setores da sociedade. Estão todos convidados a ler os artigos e participar deste processo que requer a contribuição de toda a comunidade acadêmica.

Cleopatra da Silva Planeta

Pró-Reitora de Extensão Universitária da UNESP



QUINZE ANOS DE PUBLICAÇÕES DA RCE – FINALIZANDO UMA ETAPA

*Maria Candida Soares Del-Masso
José Arnaldo Frutuoso Roveda
Eduardo Galhardo*

A Revista Ciência em Extensão (RCE) publica em seu último número de 2019, doze trabalhos, quatro provenientes de Universidades Federais do Estado de Minas Gerais, três de Universidades do Estado de São Paulo, dois da Universidade Federal do Amazonas, e um de cada Instituição de Ensino Superior - IES sendo do Universidade Estadual de Ponta Grossa, do Instituto Federal Catarinense e da Universidade Federal do PAMPA, respectivamente dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, o que reflete a abrangência da RCE no cenário nacional ao divulgar as ações e atividades de Extensão Universitária desenvolvidas nessas diferentes IES.

Em 2019, enfrentamos a maior crise na equipe editorial desde a implantação do Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas na RCE o que demandou a recomposição da equipe editorial da Revista Ciência em Extensão. Como fora citado em editorial de junho deste ano, tivemos ao mesmo tempo o aumento das submissões e a diminuição da equipe devido às aposentadorias e ao menor envolvimento de editores e avaliadores, talvez justificado pelo acúmulo de trabalho que comprometeu as atividades dos docentes na Universidade. Outro aspecto a ser adicionado aos desafios foi relacionado ao quase inexistente financiamento da revista no primeiro semestre de 2019. A crise que acometeu os aspectos financeiros e o envolvimento da equipe teve como consequência a demora nas publicações o que corrigimos com a publicação desta edição de dezembro que marca a retomada de rumo da RCE. Infelizmente, ainda em consequência ao envolvimento da equipe editorial, esta edição terá alguns artigos e relatos publicados sem a finalização da edição e conseqüentemente poderão sofrer correções de caráter ortográfico-gramatical no início de janeiro de 2020.

Apesar dos problemas ocorridos neste ano, as visitas ao portal da RCE medidas

pelo sistema de verificação de acesso às páginas da revista por meio da configuração do Plugin do *Google Analytics*, no sistema de editoração (*Open Journal System*) evidenciou o crescente acesso à RCE conforme demonstrado na Figura 1. No período de 01/01 até 28/12/2019 houve 234.574 visualizações de páginas de 84.691 usuários de 95 países. A análise de cobertura regional - Brasil, demonstrou que 96% das visitas foram provenientes de 1.114 cidades.

Figura 1 - Representação da quantidade de usuários que acessaram as páginas da RCE no período de 01/01/2019 a 28/12/2019



Fonte: *Google Analytics*

Nesta quarta edição de 2019, a RCE apresenta 4 artigos de 2 Instituições de Ensino Superior (**dois da Universidade Federal de Alfenas e dois da UNESP**) e 8 relatos de experiências em extensão universitária provenientes 7 diferentes IES do Rio Grande do Sul ao Amazonas (2 da **Universidade Federal do Amazonas**, e os demais relatos de 6 IES sendo elas – **Instituto Federal de Santa Catarina, Universidade Federal do Pampa, Universidade Federal de São Paulo – campus da Baixada Santista, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Universidade Federal de São João Del Rei e Universidade Federal de Minas Gerais**. Dos trabalhos apresentados neste número, 5 são da área da saúde, 2 da área de direitos humanos, 2 da área de comunicação, 1 da área de ciências agrárias e veterinárias, 1 da área da educação e 1 da área de Política e Economia. Interessante destacar que os artigos e relatos inclusos neste número apresentam maior diversidade nas áreas temáticas da extensão universitária.

Assim, o primeiro trabalho publicado nesta edição intitulado **Análise das Publicações em Extensão Universitária: Quinze anos da Revista Ciência em Extensão**

representa o fim de uma etapa de desenvolvimento da Revista Ciência em Extensão. Elaborado pelo atual Conselho Editorial, este estudo teve por objetivo analisar a Revista Ciência em Extensão desde sua criação em 2004 até 2019 na perspectiva das transformações que o conceito de extensão universitária apresentou nestes 15 anos, referenciando os marcos legais da extensão a partir da análise das métricas associadas às publicações efetuadas na RCE. Nesse sentido, a RCE destaca-se não só na abrangência nacional e internacional, mas também na diversidade e qualidade dos trabalhos publicados acompanhando o fortalecimento da Extensão Universitária que assume o seu real papel e significado nas Instituições de Ensino Superior do país o que demonstra a importância da RCE como veículo de divulgação científica do conhecimento produzido não apenas pela comunidade acadêmica, mas consolidando este espaço de publicação aos pesquisadores e leitores envolvidos com as ações e atividades extensionistas.

O segundo artigo **Ações de educação alimentar e nutricional na prevenção da anemia: saúde do pré-escolar** de autoria de Lourene Marina Pinheiro Gomes dos Santos e colaboradores teve por objetivo descrever ações de educação alimentar e nutricional com pré-escolares, visando estimular o consumo de alimentos fonte de ferro e vitamina C. As atividades foram desenvolvidas mediante um projeto de extensão universitária denominado “Crescendo e Brincando com Saúde e Nutrição”. Por meio das atividades lúdicas voltadas à alimentação e nutrição os autores apresentam os resultados evidenciando a aceitabilidade pelas crianças da maioria das preparações testadas, sendo possível a inclusão no cardápio por serem preparações ricas em ferro e vitamina C o que contribui para prevenção de anemia.

O texto seguinte denominado **Mercados Institucionais para a agricultura familiar e a extensão universitária**, de Regina Aparecida Leite de Camargo e Matheus Ferreira Bocca resulta de três iniciativas centradas no estudo e fomento do acesso a mercados institucionais para produtores do assentamento de reforma agrária Córrego Rico, no município de Jaboticabal/SP sendo um projeto de extensão universitária, um projeto de pesquisa financiado pelo CNPq e um trabalho de conclusão de curso de um dos autores do texto.

O objetivo do estudo foi retratar o impacto do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no assentamento Córrego Rico e como a extensão universitária pode contribuir para o acesso a esse programa, assim como identificar os ganhos e dificuldades

e a avaliação das famílias sobre o Programa. O estudo também investigou o impacto do PAA na renda das famílias, as mudanças ocorridas no sistema produtivo em decorrência da participação no Programa e a contribuição deste para a segurança alimentar das famílias.

O artigo, de grande impacto na comunidade local, demonstrou poder contribuir significativamente para a melhoria das condições de vida dos agricultores familiares, embora identificado que essa contribuição está aquém do potencial dessas iniciativas, sendo o PAA o programa de acesso a mercados institucionais mais presente nos assentamentos da reforma agrária apesar de alguns desafios a serem vencidos.

O último artigo desta seção intitulado **A arte de encantar pré-escolares com histórias em saúde bucal**, de autoria de Mariane Carolina Faria Barbosa e colaboradores, tiveram o objetivo de descrever as experiências educativo-preventivas em saúde bucal para pré-escolares vivenciadas por meio do Projeto de Extensão “Contos e Encantos”, realizado em Centros Municipais de Educação Infantil (CEMEIs) da cidade de Alfenas, Minas Gerais. As atividades, de caráter longitudinal no período de 2013 até 2017, foram executadas semanalmente no decorrer dos anos letivos e as crianças foram alocadas em equipes de acordo com faixa etária. Mediante atividades lúdico-recreativas com a utilização de dramatizações, teatros de fantoches, contação de histórias, músicas, máscaras, desenhos, demonstrações em macromodelos, pinturas, jogos educativos, dinâmicas e meios audiovisuais, as abordagens tiveram o intuito de orientar quanto as melhorias nas condições bucais visando a saúde bucal dos estudantes, destacando a importância em que o cuidado seja executado precocemente, na primeira infância.

Na Seção de Relatos de Experiências Extensionista iniciamos com o texto **PETiscos: relato de ação de extensão sobre educação nutricional de cães e gatos com crianças do ensino fundamental**, Ana Júlia Guollo e colaboradores descreveram uma ação de extensão universitária sobre educação nutricional de cães e gatos a partir do ponto de vista de alunos do sexto ano de uma escola estadual de ensino fundamental da cidade de Araquari, em Santa Catarina. Considerando as diferenças nas exigências nutricionais e hábitos alimentares de cães e gatos e o crescente número desses animais nos lares, é importante que ao terem esses animais tenham noção dos devidos cuidados, particularmente no que se refere ao aspecto alimentar.

No estudo realizado em três partes, os alunos responderam a um questionário que investigou os conhecimentos acerca da alimentação de cães e gatos. Posteriormente, foi realizada uma oficina com a execução de uma receita de petisco para cães e gatos, elaborada com ingredientes naturais e desenvolvida por uma médica veterinária especializada em nutrologia de pequenos animais e ao final foi construído um jogo interativo sobre os temas discutidos ao longo da ação contendo perguntas e respostas.

Os autores ressaltaram que a proposta foi a desconstrução de alguns conceitos e práticas inadequadas, além de desenvolver maior conscientização e responsabilidade no manejo nutricional adequado para os cães e gatos pelos alunos participantes deste estudo.

O texto seguinte **Articulação entre Psicologia e Direito: uma prática de extensão universitária** de autoria de Larissa F. Otoni de Paula, Natália Sundfeld e Laura C. Eiras Coelho Soares teve como proposta discutir a atuação interdisciplinar a partir de um projeto de extensão universitária que reuniu discentes dos cursos de Psicologia e de Direito com o intuito de possibilitar espaços de interface entre esses campos do conhecimento mediante trabalho interdisciplinar nos atendimentos de casos de Direito de Família em uma assistência judiciária universitária que atende majoritariamente a população que não possui condições financeiras para arcar com a contratação de advocacia particular.

Os resultados demonstraram a relevância da interface entre a Psicologia e o Direito ampliando o olhar sobre demandas complexas ao possibilitar atuação conjunta, crítica, ética e inovadora.

O terceiro relato intitulado **O cuidado da mulher na amamentação: vivências e aprendizados** de autoria de Macarena Urrestarazu Devincenzi e colaboradores teve como objetivo compartilhar vivências e aprendizados a partir de um projeto de extensão universitário desenvolvido por uma equipe interdisciplinar, junto a um grupo materno-infantil em região de vulnerabilidade social no município de Santos. A referida proposta decorreu da ação junto às mulheres durante o período de gestação e lactação utilizando-se do espaço do SUS como potencial oportunidade para orientação dessas mães e para a formação interprofissional e de educação permanente dos profissionais de saúde envolvidos na proposta.

Os resultados apontaram que as reflexões críticas ocorridas durante as atividades proporcionou repensar as ações e atividades de modo a discutir as demandas

de saúde, sociais e políticas das mulheres, não se limitando somente ao período gravídico-puerperal, mas favorecendo a autonomia e o protagonismo dessa mulher em relação aos seus cuidados, cuidados com o bebê e conhecimento dos seus direitos e deveres enquanto mãe.

No quarto relato **POPNEWS: divulgando a neurociência através de uma rede social**, Alexandre Garcia dos Santos e colaboradores trazem as ações realizadas pelo grupo Popneuro nas redes sociais, por meio de publicações em formato de postagens de temas previamente criados pela equipe, formada por estudantes e orientados por uma docente neurocientista. Iniciado em 2013, com uma página denominada “Neurociência na Escola”, o projeto ganhou novas proporções a partir de 2017, com a criação da nova equipe vinculado ao projeto POPNeuro. O aumento no número de seguidores da página e as postagens com frequência de duas por semana, mostraram que é possível difundir conhecimento científico mediante o uso de redes sociais.

O relato seguinte, **Ações educativas com profissionais mototaxistas do município de Coari, Amazonas** apresentou as atividades executadas por um grupo de estudantes de enfermagem do Instituto de Saúde e Biotecnologia da Universidade Federal do Amazonas. Oliveira e seus colaboradores realizaram um trabalho de educação em saúde junto a cinquenta mototaxistas do gênero masculino da cidade de Coari, no estado do Amazonas, onde puderam instruí-los a respeito de câncer de pele, câncer de próstata e doenças ergonômicas diretamente relacionadas às suas atividades profissionais.

Além das ações educativas, foram realizadas medidas antropométricas, aferição de pressão arterial entre outras que pudessem sugerir possíveis problemas a serem orientados. O texto apresentou os resultados obtidos durante a ação dos alunos, demonstrando a importância da Extensão Universitária tanto para a sociedade, quanto para os profissionais que estão sendo formados.

No texto **RODA VIDA: extensão universitária sobre drogas no sistema prisional diferenciado**, Helaine Silva Borges e Cláudia Márcia Miranda de Paiva apresentaram a vivência de uma aluna bolsista no projeto de extensão “Roda Vida”, cujo principal objetivo foi atuar na prevenção, investigação e tratamento da dependência química junto aos recuperandos da Associação de Proteção e Assistência ao Condenado (APAC), que atende o gênero masculino na Região das Vertentes. As ações realizadas consistiram

de oficinas em grupo e rodas de conversas, onde procuraram promover um espaço de escuta, partilha e promoção da reflexão crítica, proporcionando assim um saber baseado em evidências, sem deixar de lado o senso crítico, que é transformador e humanizador.

Neste sétimo relato, Lamoglia e colaboradores apresentam o trabalho **EDUCAÇÃO E SAÚDE BUCAL DO TRABALHADOR: uma iniciativa extensionista** que apontou as ações de caráter educativo e preventivo da saúde bucal, cujo público alvo foram trabalhadores da construção civil, no município de Ponta Grossa. Os acadêmicos do curso de Odontologia da Universidade Estadual de Ponta Grossa realizaram, *in loco*, mediante o projeto 'Nós na Rede', diversificadas práticas educativas em saúde bucal, contando com o auxílio de diferentes métodos, como *banners* contendo ilustrações explicativas, macromodelos bucais, além de instrumentos de higienização para a realização das orientações. Também foram realizadas rodas de conversa e momentos para que os trabalhadores pudessem esclarecer suas dúvidas. Durante a ação, com duração de quatro horas, foram entregues aos trabalhadores a cartilha "*Você sabia? 10 curiosidades sobre saúde bucal*" e o panfleto "*Saúde bucal do trabalhador*" com o intuito de instrumentalizar esses trabalhadores quanto a sua saúde bucal.

O último relato de experiências desta edição apresenta o texto **DESAFIOS, PECULIARIDADES E LIMITAÇÕES: a valorização da academia no desenvolvimento de ações extensionistas na Amazônia** de autoria de Lilyanne Rocha Garcez, cujo objetivo principal foi apresentar os principais aspectos oriundos do desenvolvimento de ações extensionistas na comunidade amazônica, apontando a diversidade e especificidade enfrentadas considerando o aspecto geográfico do estado que apresenta relação de dependência mútua entre rural e urbano o que faz com que características próprias confundam-se no espaço das relações sociais e de produção.

As ações extensionistas quando realizadas no estado do Amazonas, cuja extensão territorial é a maior dentre os estados brasileiros, porém é o segundo menor em se tratando do aspecto demográfico, identificou significativas dificuldades na execução da extensão universitária haja vista ser uma região com realidades sociais e educacionais diversas, que compõem a complexa diversidade sociocultural amazônica.

Autora aponta que as famílias rurais sobrevivem a partir de inúmeras atividades produzidas no seu cotidiano para adquirir seus bens materiais e sua sobrevivência depende tanto do trabalho na terra com atividades de agricultura de subsistência, quanto do seu

acesso às águas onde desenvolvem atividades de pesca. Assim, as limitações empíricas e teóricas, citadas pela autora no texto, sugerem caminhos para reflexões mais avançadas sobre a interação complexa e a relevância das ações extensionistas universitárias na Amazônia e o significativo papel a ser realizado pela universidade com e para a sociedade.

Ao final deste ano e no último número da Revista Ciência em Extensão desejamos que os textos que disponibilizamos possa auxiliar na reflexão e no significativo papel que a extensão universitária ocupado no cenário universitário e na própria sociedade.

Excelente leitura a todos!



Análise das Publicações em Extensão Universitária: Quinze anos da Revista Ciência em Extensão

Eduardo Galhardo¹

Maria Candida Soares Del-Masso

José Arnaldo Frutuoso Roveda

“A Extensão Universitária não se coloca apenas como uma atividade acadêmica, mas como uma concepção de Universidade Cidadã”

Política Nacional de Extensão Universitária-2012

RESUMO

Este artigo tem por objetivo principal analisar a Revista Ciência em Extensão desde sua criação em 2004 até 2019, na perspectiva das transformações que o conceito de extensão universitária apresentou nestes 15 anos referenciando os marcos legais da extensão a partir da análise das métricas associadas às publicações efetuadas na RCE. Este estudo teve como procedimentos metodológicos a análise exploratória a partir de dados primários e secundários referenciando artigos que avaliam e revisam as revistas de extensão universitária no Brasil. A página inicial da RCE recebeu 1.667.809 visualizações de página de 469.338 usuários de 136 países e 95,9% das visitas foram provenientes de 1.328 cidades do Brasil. A RCE passou de periodicidade semestral para trimestral nos últimos dez anos, ampliando a quantidade de trabalhos publicados (média de 44 trabalhos por ano). Foram publicados 743 trabalhos, sendo 216 resumos de Congressos de Extensão da UNESP os quais foram retirados da análise, ou seja, foram publicados 527 trabalhos de extensão universitária e as composições finais receberam 521.091 downloads. Dos 527 trabalhos 55% são artigos, 41% são relatos de experiências e 4% demais tipos. Em relação à área temática de extensão universitária, 45% são advindos da área da saúde, 25% da área de educação, 11% de Ciências agrárias e veterinárias, 6% de meio ambiente, 3% de cultura e as demais áreas com valores de 2% ou menos. A maioria dos trabalhos publicados são de outras Instituições de Ensino Superior, portanto nesses 15 anos 64%. Assim, a RCE destaca-se não só na abrangência nacional e internacional, mas também na diversidade e qualidade de trabalhos acompanhando o fortalecimento da Extensão Universitária que assume o seu real papel e significado nas Instituições de Ensino Superior do país o que demonstra a abrangência e importância da RCE como veículo de divulgação científica do conhecimento produzido não apenas pela comunidade acadêmica, consolidando este espaço de publicação aos pesquisadores e leitores envolvidos com as ações e atividades extensionistas.

Palavras-chave: Extensão Universitária, Divulgação Científica

¹ Prof. Assistente Doutor II – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Faculdade de Ciências e Letras – Campus de Assis – Editor-chefe Revista Ciência em Extensão – e-mail: eduardo.galhardo@unesp.br

Analysis of University Extension Publications: Fifteen years of the Revista Ciência em Extensão

ABSTRACT

The main goal of this paper is to analyze the Science in Extension Journal from its creation in 2004 until 2019, in the perspective of the transformations that the concept of university extension presented in these 15 years referencing the legal marks of the extension from the analysis of the metrics associated with the publications made at the RCE. This study had as methodological procedures the exploratory analysis from primary and secondary data referencing articles that evaluate and review the university extension journals in Brazil. The RCE's homepage received 1,667,809 pageviews from 469,338 users from 136 countries and 95.9% of visits came from 1,328 cities in Brazil. The RCE has changed the periodicity of publications from semiannual to quarterly in the last ten years, increasing the number of published papers (average of 44 papers per year). A total of 743 papers were published, of which 216 abstracts from UNESP Extension Congresses were removed from the analysis, i.e., 527 university extension papers were published, and the final compositions received 521,091 downloads. Of the 527 works 55% are articles, 41% are experience reports and 4% other types. Regarding the thematic area of university extension, 45% comes from the health area, 25% from the education area, 11% from the agrarian and veterinary sciences, 6% from the environment, 3% from culture, and the other areas with 2% or less. Most of the published works are from other Higher Education Institutions, making in these 15 years 64%. Thus, the RCE stands out not only in its national and international scope but also in its diversity and quality of work, accompanying the strengthening of the University Extension, which assumes its real role and meaning in the country's Higher Education Institutions, which demonstrates the scope and the importance of the RCE as a vehicle for scientific dissemination of knowledge produced not only by the academic community, consolidating this publication space for researchers and readers involved with extension actions and activities.

Keywords: University Extension, Scientific Dissemination

Análisis de publicaciones de extensión universitaria: quince años de la Revista Ciência em Extensão

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo principal analizar la Revista de Ciencia en Extensión desde su creación, en el 2004, hasta el 2019, bajo la perspectiva de las transformaciones que el concepto de extensión universitaria presentó en estos 15 años, haciendo referencia a los hitos legales de la extensión a partir del análisis de las métricas asociadas a las publicaciones realizadas por la RCE. Este estudio tuvo como procedimientos metodológicos el análisis exploratorio de los artículos de referencia de datos primarios y secundarios que evalúan y revisan las revistas de extensión universitaria en Brasil. La página de inicio de la

RCE recebeu 1.667.809 visitas de 469.338 internautas de 136 países, y el 95.9% de las visitas provino de 1.328 ciudades brasileñas. La RCE ha cambiado de periodicidad -- de semestral a trimestral -- en los últimos diez años, ampliando el número de artículos publicados (media de 44 artículos por año). Se publicaron un total de 743 artículos, de los cuales 216 resúmenes de los congresos de extensión de la UNESP, los cuales se lo tomaron del análisis, es decir, se publicaron 527 documentos de extensión universitaria y las composiciones finales recibieron 521.091 downloads. De los 527 trabajos, el 55% son artículos, el 41% son relatos de experiencia y el 4% otros tipos. En cuanto al área temática de extensión universitaria, el 45% proviene del área de la salud, el 25% del área de la educación, el 11% de las ciencias agrarias y veterinarias, el 6% del medio ambiente, el 3% de la cultura; las otras áreas con 2%, o menos. La mayoría de los trabajos publicados son de otras instituciones de enseñanza superior, lo que representa, en estos 15 años, el 64%. Por lo tanto, la RCE se destaca no solo en su ámbito nacional e internacional, sino también en su diversidad y calidad de trabajo, acompañando el fortalecimiento de la Extensión Universitaria, que asume su verdadero papel y significado en las instituciones de enseñanza superior del país, lo que demuestra el alcance y la importancia de la RCE como vehículo para la difusión científica del conocimiento producido no solo por la comunidad académica, sino que también consolida este espacio de publicación para investigadores y lectores involucrados en acciones y actividades de extensión.

Palabra clave: Extensión universitaria, divulgación científica

I - Introdução - A RCE e a Extensão Universitária

A Revista Ciência em Extensão (RCE) foi criada em 2004 pela Pró-Reitoria de Extensão Universitária da Universidade Estadual Paulista – UNESP em resposta a necessidade conclamada na plenária do 2º Congresso de Extensão Universitária da UNESP realizado em 2002 na cidade de Bauru. No período de 2004 a 2006 foi publicada impressa e em formato eletrônico pois as páginas com links para os artigos e relatos foram disponibilizadas na web. Inicialmente, de periodicidade anual, além da edição regular era publicada uma edição suplementar com os resumos dos trabalhos premiados nos Congressos de Extensão Universitária da UNESP. Em 2007 houve a primeira reformulação da equipe editorial alterando vários aspectos editoriais, porém as estratégias não alcançaram os objetivos determinados comprometendo a periodicidade da revista. Nesse ano de 2007, a RCE foi amplamente reformulada e adotou o uso da Plataforma SEER – Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas ([SEER – IBICT](#)), o que representou um passo imprescindível para a progressiva qualificação da revista na área da Extensão Universitária. No ano de 2009 passou a periodicidade semestral, no período de 2011 a 2015 passou a ser quadrimestral e desde 2016 até o presente mantém a periodicidade trimestral com a publicação de 4 edições por ano.

A RCE tem como objetivo difundir os resultados das atividades, projetos e pesquisas em extensão universitária e a sua indissociabilidade com o ensino e a pesquisa. A revista publica artigos científicos produzidos a partir de dados de extensão universitária, além de relatos de experiências extensionistas, artigos de opinião, resenhas de livros e revistas, resumos de trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses.

Em sua primeira edição, [Barravieira \(2004, p.11\)](#) relata que as perspectivas da Revista Ciência em Extensão recém criada:

[...] era uma velha aspiração da nossa comunidade acadêmica. Acredito, pelo número de trabalhos já submetidos, que esta revista será um sucesso. Ela já vai começar pelo caminho certo, ou seja, pela mídia mais barata que existe atualmente. Dessa forma, não corre o risco de interrupção por falta de recursos financeiros. Além disso, a Internet dá às publicações científicas, velocidade, visibilidade e competitividade. Acredito que daqui a 10 anos dirão – esta realmente foi uma iniciativa vencedora!”

A RCE se constitui num instrumento de divulgação de ideias geradas, dinamicamente, na perspectiva interdisciplinar sobre a Extensão Universitária e suas respectivas áreas temáticas, quais sejam: comunicação, cultura, direitos humanos, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia, trabalho, ciências agrárias e veterinárias, espaços construídos e política e economia. A revista disponibiliza ao leitor artigos científicos em diferentes áreas do conhecimento, refletindo ações extensionistas que apontam a estreita parceria entre a universidade e a sociedade, parceria que permite a construção do conhecimento a partir de trocas constantes de saberes sistematizados

Na primeira edição da RCE ao conceituar a Extensão Universitária, [Langoni \(2004, p.9\)](#) aponta que segundo conceituação apresentada pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão (FORPROEX) a “extensão é o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a Universidade e a sociedade”. Desta forma a extensão ao se articular com o ensino e a pesquisa detecta as necessidades da sociedade desenvolvendo ações que beneficiam a população, enriquecem e atualizam o conhecimento acadêmico e nesse sentido a RCE torna-se um veículo de divulgação científica. Oliveira, Goulart (2015), em um excelente artigo publicado na RCE, analisam as fases e faces da extensão universitária e observam a existência de três fases/faces históricas e ideológicas, acerca da extensão universitária, sendo elas: a prestação de serviços, o assistencialismo e a extensão dialógica conforme apresentamos na Figura 1. No Contexto Nacional da Extensão Universitária, sob a ótica da Política Nacional de Extensão, a Extensão Universitária é um princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade conforme os apontamentos propostos pelo Fórum ([FORPROEX, 2012, p.15](#)). Nessa perspectiva, os autores ([OLIVEIRA, GOULART, 2015](#)) ao apontarem essas três fases/faces reforçam que a extensão universitária é um processo dialógico e atrelam seu significado à missão institucional e pedagógica das universidades.

Figura 1 - Contexto Nacional da Extensão Universitária.



Fonte: OLIVEIRA, GOULART, 2015

Na fundamentação acerca da importância da extensão universitária no interior das universidades devemos destacar reiteradamente seus marcos legais para que possamos compreender a própria evolução do conceito. Inicialmente, ao citarmos o artigo 207 da Constituição Nacional é pontuado que “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 1988). Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN 9.394/1996 (BRASIL, 1996) em seu artigo 43 é estabelecido que as finalidades da educação superior em seu inciso VII consiste em “promover a extensão , aberta à participação da população, visando a difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição”. Em relação às indicações citadas nos Planos Nacionais de Educação - PNE do período de 2001 a 2010 (BRASIL, 2001) foi previsto como 23ª meta da Educação Superior “implantar o Programa de Desenvolvimento da Extensão Universitária em todas as Instituições Federais de Ensino Superior no quadriênio 2001-2004 e assegurar que, no mínimo, 10% do total de créditos exigidos para a graduação no ensino superior no País será reservado para a atuação dos alunos em ações extensionistas”. Na proposta seguinte, o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024 estabelece como 12ª meta elevar a taxa bruta de matrícula na Educação Superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas, no segmento público, bem como

estabelece a estratégia 12.7 de assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de Extensão Universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social ([BRASIL, 2014](#)). Finalmente, a [Resolução MEC/CNE/CES](#) nº 07/2018 que regulamenta a referida meta 12.7 do PNE 2014-2024, conforme destaca [Planeta \(2019, p.1\)](#), essa:

[...] Resolução do Conselho Nacional de Educação regulamenta não apenas a inclusão das atividades de extensão na matriz dos cursos de graduação; mas também universaliza o conceito, as diretrizes e os princípios da Extensão Universitária para todas as instituições de educação superior de todos os sistemas de ensino do país. Dessa forma, caminha-se na direção da superação definitiva da lacuna de referencial externo às próprias instituições para a caracterização da Extensão; muitas vezes ainda não livre de ser entendida como qualquer ação que não se enquadre como ensino e pesquisa.

Os rumos da Extensão Universitária na última década evidenciaram seu fortalecimento, pois até então fora considerada a “perna curta” do tripé ensino-pesquisa-extensão e o conjunto das ações previstas nos referidos marcos legais visavam corrigir a referida dissimetria. Boaventura de Sousa Santos, em 2004, ano da criação da RCE, já destacava nas discussões sobre “A Universidade no século XXI” a relevância da política de extensão ao destacar que:

A área de extensão vai ter no futuro próximo um significado muito especial. No momento em que o capitalismo global pretende funcionalizar a universidade e, de facto, transformá-la numa vasta agência de extensão ao seu serviço, a reforma da universidade deve conferir uma nova centralidade às actividades de extensão (com implicações no *currículum* e nas carreiras dos docentes) e concebê-las de modo alternativo ao capitalismo global, atribuindo às universidades uma participação activa na construção da coesão social, no aprofundamento da democracia, na luta contra a exclusão social e a degradação ambiental, na defesa da diversidade cultural ([Santos, 2008, p.66](#))

Consequentemente temos que promover a divulgação dessa crescente e modificada Extensão Universitária em diversos meios de comunicação e principalmente por meio das diferentes revistas de Extensão Universitária.

Um dos primeiros estudos sobre as referidas revistas foi publicado por [Thiollent \(2007\)](#) que analisou e comparou 6 revistas de extensão universitária quanto ao tipo de conteúdo de artigos, identificando uma diversidade de características nessas publicações. O autor aponta que "embora possa ser desejável encaminhar uma relativa padronização das publicações de extensão, considera importante que seja mantido ativo o princípio de sua diversidade". Outro aspecto interessante que o autor trata no texto é em relação a proposta de redes colaborativas sugerindo que:

Precisamos urgentemente de inclusão das publicações de extensão universitária em redes de informação. Seria de fundamental importância a existência de um portal das revistas e publicações para fazer conhecer experiências locais e divulgar informações, conhecimentos e métodos de alcance mais amplo. Para evitar os efeitos de poder, por vezes negativos,

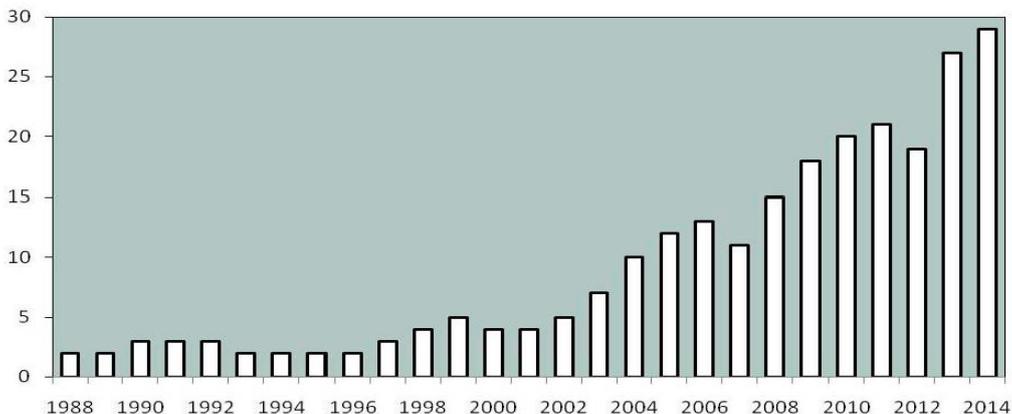
associados a iniciativas centralizadoras, a solução tecnológica mais apropriada talvez seja a do tipo de tipo “colaborativo”, facilitando o trabalho em grupos ou em “comunidades” virtuais (THIOLLENT, 2007 p.18).

ThiolleNT (2007) cita a RCE entre as recomendadas pela área de extensão universitária, e assinala a importância de sua lista de 10 revistas serem atualizadas com frequência socializando a produção e o conhecimento gerado na universidade e sociedade. Esta recomendação do autor foi considerada pelo Conselho Editorial da RCE que realizou uma pesquisa em 2010 identificando, naquele momento, 20 revistas destinadas às atividades extensionistas em diferentes Universidades Brasileiras (GALHARDO, DEL-MASSO, ZUANON, 2010), entretanto verificou que a maioria apresentava problemas na manutenção da periodicidade.

Nesse sentido, podemos destacar que concomitante ao fortalecimento da Extensão Universitária identificamos a ampliação da quantidade de Revistas de Extensão o que pode ser verificado no portal da Universidade Federal de Campina Grande em uma página que mostra 43 Revistas de Extensão Universitária disponível em seu sitio eletrônico (<http://extensao.ufcg.edu.br/revistas-de-extensao.html>). Na página da Pró-Reitoria de Extensão Universitária e Cultura da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – UNESP está disponível a relação de Revistas de Extensão (<https://www2.unesp.br/portal#!/proex/acoes-da-extensao/revistas-de-extensao/>) assim como as respectivas avaliações por área do conhecimento. Esse número crescente de revistas nem sempre pode significar um aumento da qualidade da publicação referendada por órgãos de fomento, mas com certeza demonstra o crescente impacto da dimensão da Extensão Universitária nas publicações científicas, apesar de ainda enfrentarem problemas quanto a periodicidade da publicação.

Coelho (2014) analisou revistas de extensão universitária que estavam em atividade e tinham publicado pelo menos um número em 2014. Detectou 29 revistas multidisciplinares dedicadas à extensão argumentando que a publicação de revistas multidisciplinares dedicadas à extensão universitária é um fenômeno notável em vários países da América com destaque para o Brasil em que houve um crescimento expressivo, pois triplicou nos últimos dez anos, as publicações da temática extensionista, conforme pode ser observado na Figura 2.

Figura 2 - Número de periódicos de extensão universitária multidisciplinares em atividade no Brasil, entre os anos de 1998 e 2014 incluindo as revistas que cessaram suas atividades.



Fonte: Coelho (2014)

[Coelho \(2014\)](#) apesar de ter nomeado erroneamente a RCE em sua tabela de Revistas de Extensão, fez apontamentos pertinentes em suas considerações finais ao destacar sua preocupação em relação a produção intelectual voltada à extensão universitária e se essa teria fôlego para alimentar tantos periódicos, tanto em quantidade de artigos quanto em qualidade. Outro aspecto apontado pelo autor referiu-se à necessidade de melhor definição dos papéis das equipes editoriais (comitês editoriais) e suas atribuições nas informações sobre as Revistas. O autor considera ainda a necessidade de se definir mais explicitamente como deve ser um artigo sobre extensão universitária e qual sua diferenciação em relação aos relatos de experiências extensionistas e, finalmente a inconstância das publicações no que se refere a manutenção da periodicidade das revistas argumentando que:

Nas revistas brasileiras, há uma forte predominância de trabalhos publicados cujo conteúdo se refere a relatos de experiências de projetos de extensão. Poucos são os trabalhos oriundos da pesquisa na extensão universitária, ou em temas que possam subsidiá-la. A qualidade editorial da maioria das revistas apresenta aspectos a serem aperfeiçoados, destacando-se, o corpo editorial e a periodicidade ([COELHO, 2014, p. 69](#)).

Em 2017, [Landim, Matos e Chagas \(2017\)](#) realizaram uma investigação acerca das revistas de extensão universitária no Brasil com o objetivo de apontar questões relativas ao processo de indexação desses periódicos em bases de dados científicas. Esse estudo teve como ponto de partida o artigo de [COELHO \(2014\)](#) e os autores identificaram, no critério periodicidade, problemas em 30 revistas de um total de 44. Das 30 revistas encontradas somente 8 delas são indexadas em alguma base de dados, conforme pode ser observado no Quadro 1.

Quadro 1 – Identificação dos periódicos eletrônicos de Extensão Universitária Brasileira

Título	ISSN	Qualis*	Instituição Editora	Ano de Criação	Bases de Dados
Ciência em Extensão	1679-4605	B3	UNESP	2004	Latindex; Google Acadêmico.
Cultura e Extensão	2316-9060	B2	USP	2009	Latindex; CAPES.
Conexão UEPG	2238-7315	B1	UEPG	2005	Latindex; ERIH; Google Acadêmico; REDIB; OAJI; Dialnet; CAPES; BASE; CLASE; Sumários.org; Redalyc.
Em extensão	1518-6369	B3	UFU	1999	Clase; Latindex; EBSCO; DOAJ; Geodados; Google Acadêmico; Portal de Periódicos de Minas; Diadorim.
Extensão em ação	2316-400X	B4	UFC	2011	Google Acadêmico; Diadorim; Latindex; Sumários.org.
Extramuros	2318-3640	B4	UNIVASF	2013	Latindex
Revista Brasileira de Extensão Universitária	2358-0399	B1	UFSC	2003	Latindex; Diadorim; LivRe!; OAJI.
Vivências	18091639	B4	URI	2005	Latindex, Google Acadêmico.

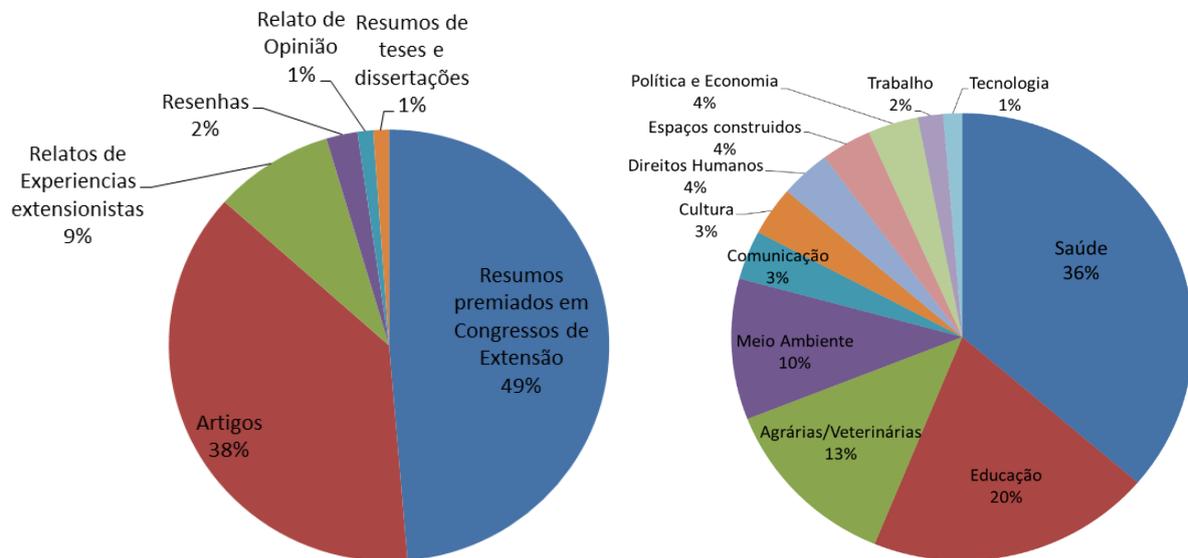
Fonte: (Landim, Matos, Chagas 2017)

*Para fins de apresentação dos resultados foram considerados os indicadores Qualis de maior índice independente da área

[Landim, Matos, Chagas \(2017\)](#) indicam que, com base nos resultados, há a necessidade de promover, por parte das equipes editoriais, esforços para a indexação das revistas em bases de dados, aumentando assim o alcance das publicações.

Em 2011, em uma primeira análise da contribuição da RCE para a publicação dos trabalhos de extensão universitária [Galhardo, Del-Masso e Zuanon, \(2011\)](#) apontaram que desde a criação da RCE até 2011 tinham sido publicados 261 trabalhos nas cinco seções da Revista Ciência em Extensão com o predomínio dos resumos premiados em Congressos de Extensão Universitária (49%) seguidos pelas publicações de Artigos (38%) e dos Relatos de Experiências Extensionistas (9%). As áreas temáticas com maiores índices de publicação, no referido período eram as de Saúde, Educação e Ciências Agrárias e Veterinárias, como pode ser verificado na Figura 3.

Figura 3 – Gráficos com a distribuição dos 261 trabalhos publicados no período de 2004 a 2011, por seção da revista e área temática de extensão universitária.



Fonte: [Galhardo, Del-Masso e Zuanon, \(2011\)](#)

Após apresentar um breve histórico da RCE, as concepções de extensão universitária e seus marcos legais, ressaltamos que o principal objetivo deste artigo é analisar a publicação em extensão universitária a partir do estudo das métricas associadas às publicações efetuadas na Revista Ciência em Extensão desde sua criação em 2004 até 2019.

II – Percorso investigativo

Este estudo teve como procedimentos metodológicos uma análise exploratória a partir de dados primários obtidos por pesquisa bibliográfica em bases de dados utilizando como marcadores as palavras-chave para a obtenção de informações de revistas que publicam trabalhos de extensão universitária no Brasil, assim como, a partir de dados secundários obtidos por trabalhos publicados que avaliam e revisam as revistas de extensão universitária no Brasil. Nesse contexto partimos de quatro trabalhos citados anteriormente, quais sejam: [THIOLLENT \(2007\)](#), [GALHARDO, DEL-MASSO, ZUANON,](#)

(2010), [COELHO \(2014\)](#) e [LANDIM, MATOS, CHAGAS \(2017\)](#).

Para análise das métricas de acesso à RCE, suas edições, tipos de publicações nas diferentes seções da revista, publicações por grande área de conhecimento, por área de extensão universitária e trabalhos externos a instituição que publica a RCE, foi elaborada uma planilha para cada número publicado até esta edição 15 número 4. A planilha com totalização dos dados está disponibilizada no Apêndice 1 deste artigo.

Para análise das estatísticas de acesso nas páginas da RCE e quantidade de downloads dos artigos publicados utilizamos os recursos disponíveis nos plugins de avaliação do sistema da RCE (Open Journal System – OJS) e o plugin de integração com o *Google Analytics* para verificação de acesso ao portal da RCE. O *Google Analytics* é um serviço gratuito no qual, ao ativar-se o serviço por intermédio de uma conta do Google, e ao cadastrar-se um site recebe-se um código que foi inserido no OJS e cada exibição, estatísticas de visitação são enviadas ao sistema possibilitando a elaboração de relatórios de acesso

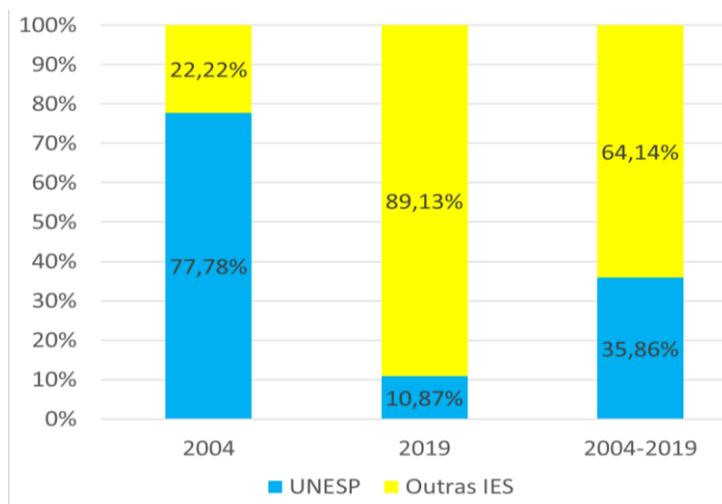
III – Resultados e Discussões

Como um dos pilares da Universidade, a Extensão Universitária busca ampliar sua definição, saindo de uma concepção assistencialista para a visão integradora com o ensino e a pesquisa visando, dessa forma, a aplicação dos conhecimentos produzidos em todas as áreas do conhecimento, associando teoria à prática direcionada à sociedade, consolidando, dessa forma, as perspectivas estabelecidas pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão Universitária das Universidades Públicas Brasileiras ([FORPROEX, 2007](#)).

Nesse sentido a RCE cumpre esse objetivo e retrata essas modificações pois, inicialmente, houve priorização da RCE como revista para divulgação das atividades extensionistas da UNESP com maior ênfase no caráter assistencialista e, progressivamente, acompanhou a transição da extensão do “fazer para” a comunidade externa ao “fazer com” a comunidade externa promovendo a interação dialógica não mais somente da UNESP, mas prioritariamente de outras Instituições de Ensino Superior e restringindo cada vez mais a quantidade de publicações da própria UNESP, que juntamente com a participação de profissionais externos à Instituição na Equipe Editorial eliminou a endogenia inicial da RCE.

Ampliar a abrangência da RCE foi preocupação constante da equipe editorial e traçada como meta a partir de 2007, o que mudou fortemente o perfil da RCE como uma revista de caráter também internacional. Para apontar as diferenças temos que em 2004 as publicações da UNESP representavam 77,78% do total e 22,22% das demais Instituições de Ensino Superior – IES, e em 2019 temos somente 10,87% de publicações da UNESP e 89,13% de outras IES do Brasil. Se considerarmos todos os trabalhos publicados nestes 15 anos excetuando os resumos apresentados em Congressos de Extensão da UNESP, as publicações da UNESP contribuíram com 35,86% dos textos e 64,14% das demais IES, dados apontados na Figura 4.

Figura 4 – Porcentagens de trabalhos publicados por origem de filiação Institucional em 2004, em 2019 e nos quinze anos da RCE.



Fonte: Autores

A *Revista Ciência em Extensão* (RCE) figurou com destaque em todos os artigos de diversos autores analisados, como exemplo, citamos o texto de [THIOLLENT, 2007](#) que aponta que a RCE apresenta a maior variabilidade de tipos de conteúdos para artigos de extensão universitária e configura entre as 9 indicadas para publicação em extensão universitária. [COELHO, 2014](#) cita a RCE entre as 29 Revistas analisadas apesar da denominação errada da RCE conforme apontou em seu texto. Para [LANDIM, MATOS, CHAGAS, \(2017\)](#) a RCE está entre as 8 revistas de extensão universitárias (Quadro 1) em vigência que indexou seus conteúdos, cabendo destacar que no texto os autores não apontaram que a RCE já era indexada pela EBSCO e atualmente está inclusa no Diretório de Revistas de Conteúdo aberto (DOAJ).

Na relação de Revistas de Extensão Universitária disponível no portal da UNESP (<https://www2.unesp.br/portal#!/proex/acoesdaextensao/revistasdeextensao/>) observamos que a RCE é dentre as Revistas de Extensão Universitária a que está avaliada em um maior número de áreas do conhecimento.

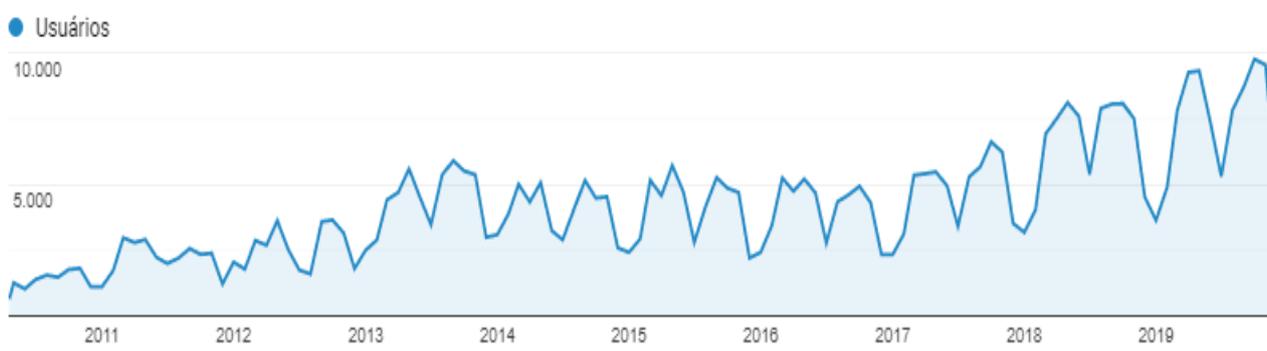
Quanto às publicações, [Thiollent \(2007\)](#) aponta a necessidade de criação de uma rede colaborativa para a publicação em extensão, pois passados mais de 10 anos a quantidade de veículos de comunicação para divulgação da extensão se ampliou na grandeza que a extensão tem alcançado.

No site da Rede Nacional de Extensão (RENEX) há a página denominada “Lista de Revistas Acadêmicas em extensão no Brasil” (<https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php/revistas>) atualizada em outubro de 2019 que apresenta os links para acesso às revistas em Extensão Universitária existentes no Brasil indicando 58 Revistas de Extensão Universitária, número crescente frente aos apontados anteriormente neste texto. Nesse endereço também é socializado o texto de [Coelho \(2014\)](#) e o link com informações sobre as Revistas de Extensão disponíveis na página da Pró-Reitoria de Extensão Universitária e Cultura da UNESP, já citados anteriormente. Assim, pontualmente para ilustrar a referida ampliação, a partir de uma lista de 10 revistas em 2007 passamos a 20 em 2010, 29 em 2014, 43 em 2017 e 58 em 2019 o que representa um crescimento de 100% em aproximadamente 5 anos, conforme apresentado na Figura 2 o que reitera a preocupação

apontada por [Coelho \(2014\)](#) ao ressaltar a preocupação de que a produção intelectual voltada à extensão universitária teria fôlego para alimentar tantos periódicos, tanto em quantidade de artigos quanto em qualidade? Nesse contexto, com base nos trabalhos submetidos à RCE quanto a quantidade não identificamos problemas, pois nos últimos três meses foram submetidos mais de 50 trabalhos, com aproximadamente 15 rejeições por não atenderem ao escopo e objetivo da revista.

Para que pudéssemos acompanhar o crescimento da RCE quanto às visitas recebidas e a sua inserção na sociedade, em 19 de abril de 2010 foi criada a conta no *Google Analytics* para verificação do acesso ao portal da revista. Nos editoriais das edições já publicadas sempre tivemos o cuidado de divulgar as estatísticas de acesso nos respectivos períodos de publicação. Se considerarmos o período desde o cadastramento, portanto de 19 de abril de 2010 até 22 de dezembro de 2019 houve 1.667.809 visualizações de página de 469.338 usuários de 136 países. A análise de cobertura regional - Brasil, demonstrou que 95,9% das visitas foram provenientes de 1.328 cidades. Na Figura 5 demonstramos o contínuo crescimento no número de usuários que acessaram o portal da RCE desde a inscrição no serviço do *Google Analytics* em 19 de abril de 2010 até dezembro de 2019.

Figura 5 - Representação da quantidade de usuários que acessaram as páginas da RCE no período de 19/04/2010 a 22/12/2019



Fonte: *Google Analytics*

O relatório de acessos às composições finais dos textos publicados demonstra que desde a configuração do sistema de editoração (OJS), em 2007, foram realizados 521.091 downloads das composições finais dos arquivos publicados na RCE sendo desses acessos, 514.872 pdfs dos artigos, relatos e resumos publicados. Interessante pontuarmos que a quantidade de usuários cadastrados na revista, incluindo leitores, autores, avaliadores e demais membros da equipe editorial aumentou de 560 em 2008 para mais de 5000 usuários cadastrados em 2019 o que demonstra abrangência da RCE em espaço nacional e internacional.

Em relação às publicações, no Quadro 2 apontamos a lista com as 10 publicações mais acessadas da RCE e que juntas representam 127.240 downloads. É interessante destacarmos que dessas 10 publicações 6 são artigos científicos e 4 relatos de experiências extensionistas, advindas de diferentes IES brasileiras. Os 6 artigos são: do Instituto de

Ensino Superior Sul do Maranhão - IESMA (Imperatriz, MA); da Universidade Federal do Maranhão (Imperatriz, MA); do Instituto de Matemática Pura e Aplicada (Rio de Janeiro, RJ); da Universidade Federal Fluminense (Campos dos Goytacazes, RJ); da Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP - campus da Baixada Santista (Santos – SP) e; da Universidade Federal do Amazonas (Manaus, AM) e os 4 relatos de experiências das seguintes IES: Universidade Federal de Goiás, Universidade Federal de São João del Rei (São João del Rei, MG) e com 2 textos do Instituto de Biociências da UNESP (Botucatu, SP).

Quadro 2 – Relação dos trabalhos mais acessados da RCE, número da edição e quantidade de acessos.

Artigo	Edição	Total
Atividades lúdicas como estratégia de educação em saúde com idosos.	v. 12, n. 3 (2016)	32548
Medo da tosse em pacientes no pós-operatório de cirurgia torácica e abdominal.	v. 13, n. 2 (2017)	22732
Oficinas lúdicas e o resgate do sucesso escolar.	v. 10, n. 2 (2014)	14097
Diagnósticos de enfermagem conforme a teoria do autocuidado de Orem para pacientes em tratamento hemodialítico.	v. 8, n. 1 (2012)	9408
Atividade interdisciplinar de matemática e ciências por meio da utilização de um simulador para plano inclinado.	v. 11, n. 2 (2015)	9117
Projeto e construção de jardim sensorial no jardim botânico do IBB/UNESP, Botucatu/SP.	v. 9, n. 2 (2013)	8528
Oficina de educação, memória, esquecimento e jogos lúdicos para a terceira idade.	v. 8, n. 1 (2012)	8201
Oficinas Lúdicas: favorecendo espaços de encontro para crianças abrigadas.	v. 10, n. 1 (2014)	7986
Uma proposta de intervenção psicossocial em um Centro de Referência de Assistência Social de Minas Gerais.	v. 9, n. 3 (2013)	7313
Uma proposta didática para iniciar o ensino de histologia na educação básica	v. 12, n. 4 (2016)	7310

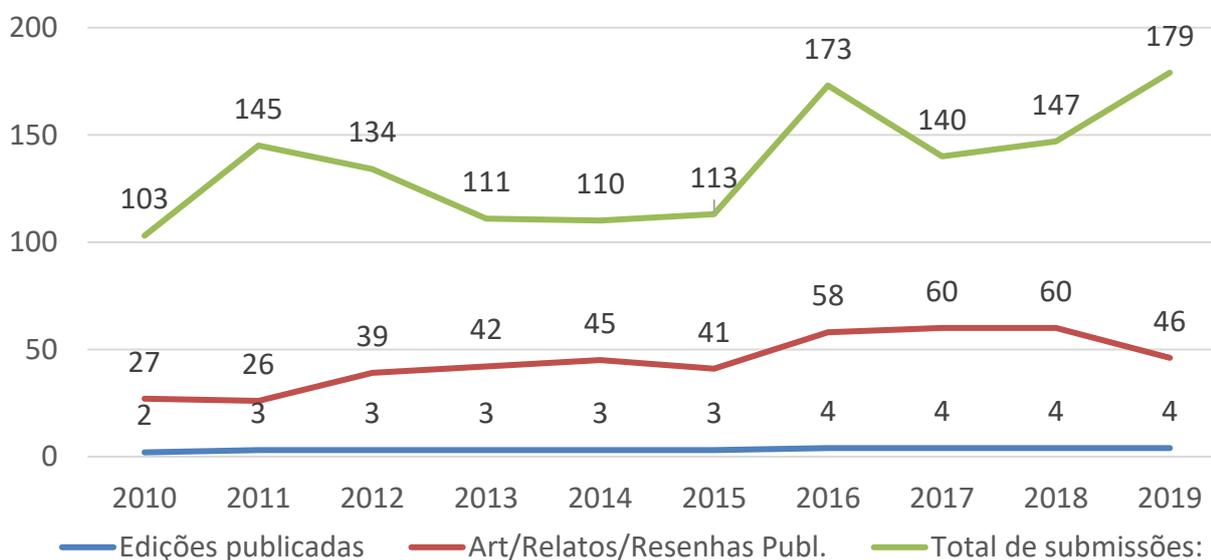
Fonte: Autores a partir do relatório gerencial de acessos no OJS.

Para [Coelho \(2014, p. 71\)](#), os “relatos de experiência são a grande maioria das publicações nas revistas de extensão no Brasil”. Diferentemente, na RCE identificamos que 55% das publicações são artigos científicos e 41% são relatos de experiência, ressaltando que nas 10 publicações com maior número de downloads, a maioria foi de artigos científicos. Apesar disso, corroboramos a citação de [Coelho \(2014\)](#) de que as produções em extensão universitária são classificadas de diferentes formas e não há um conceito unívoco sobre as definições de categorias, artigos, relatos de experiências e outros no conjunto das revistas de extensão universitária. Assim, no caso a RCE talvez coubesse uma redefinição das diferentes seções da revista visando a exclusão da Seção de publicação dos resumos de Congressos de Extensão da UNESP e, pontualmente, a

redefinição de artigos e relatos de experiências extensionistas de modo a promover as publicações de ações de extensão que priorizem o *desenvolvimento ou aplicação de tecnologias sociais* que podem ser conceituadas, de forma resumida, conforme apontou [Dagnino \(2010, p. 8\)](#) como “produtos, técnicas e/ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social” relacionadas às experiências exitosas na creditação da extensão universitária nos cursos de graduação das Instituições de Ensino Superior no Brasil.

No que se refere a periodicidade das publicações, a RCE nos últimos dez anos passou de semestral para trimestral, ampliando a quantidade de trabalhos publicados, conforme apresentado na Figura 6, representando, neste período, uma publicação média de 44 trabalhos por ano com a taxa média anual de rejeição de textos da ordem de 30%.

Figura 6 – Gráfico com a quantidade de publicações por ano; trabalhos publicados na RCE e; quantidade de trabalhos submetidos no período de 2010 a 2019.



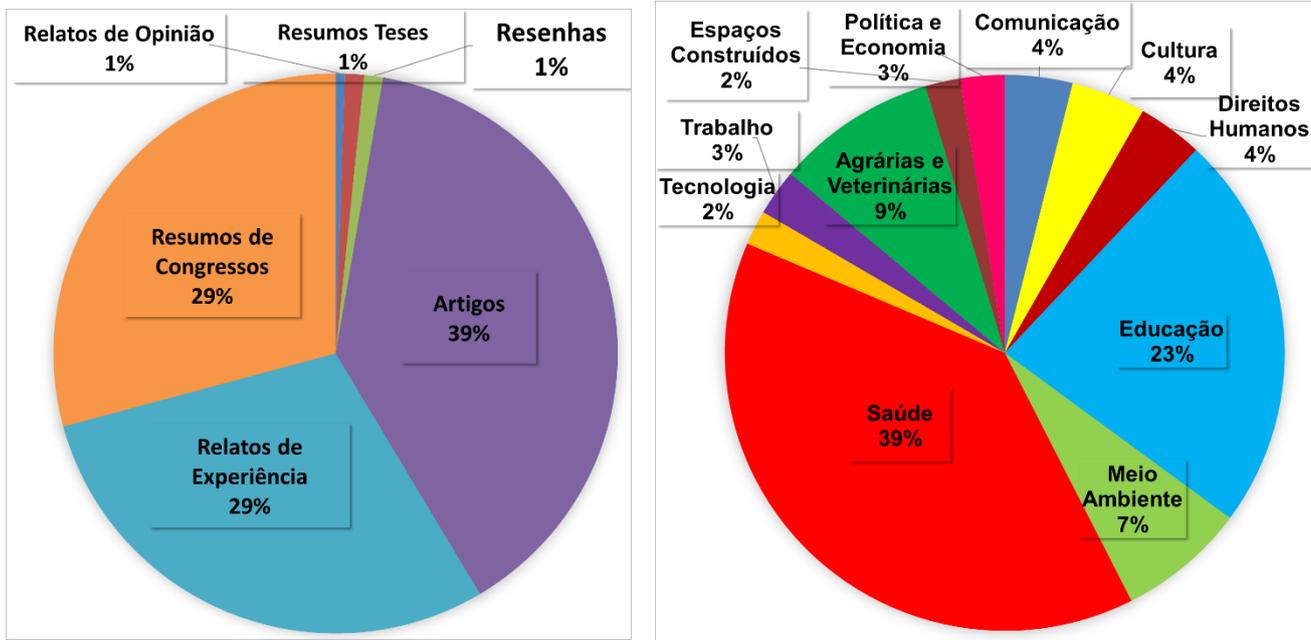
Fonte: Autores.

A Revista Ciência em Extensão (RCE) possui cinco seções: (1) artigos inéditos; (2) relatos de experiências e de opinião resultantes das atividades de extensão universitária; (3) resenhas de livros e revistas recentemente publicados, relacionados às atividades de extensão; (4) resumos de dissertações e teses também associadas às atividades extensionistas e, (5) resumos apresentados no Congresso de Extensão Universitária da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho. Os trabalhos submetidos à RCE devem estar inclusos em uma das onze áreas temáticas de extensão universitária definidas pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) da UNESP sendo elas: (1) Comunicação, (2) Cultura, (3) Direitos Humanos, (4) Educação, (5) Meio Ambiente, (6) Saúde, (7) Tecnologia, (8) Trabalho, (9) Ciências Agrárias e Veterinárias, (10) Espaços Construídos e, (11) Política e Economia.

A RCE publicou nos 15 anos 743 trabalhos distribuídos nas cinco seções sendo: 39% de artigos, 29% de Relatos de Experiências Extensionistas, 29% de resumos em Congressos de Extensão Universitária da UNESP e 1% nas demais seções.

Aproximadamente, 80% dos trabalhos publicados são de quatro áreas temáticas de extensão universitária: 39% da saúde; 23% da educação, 9% ciências agrárias e veterinárias e 7% meio ambiente conforme apresentado na Figura 7.

Figura 7 – Gráficos com a distribuição dos 743 trabalhos publicados no período de 2004 a 2019, por seção da revista e área temática de extensão universitária.



Fonte: Autores

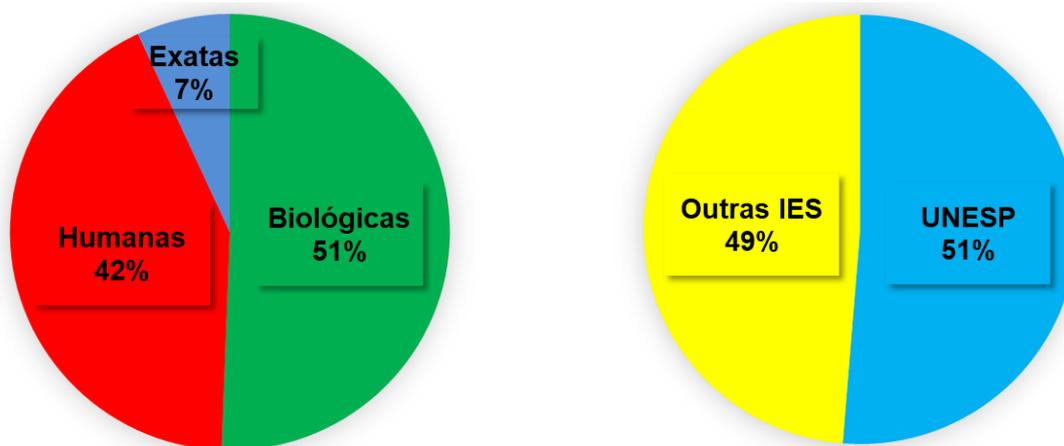
Se compararmos as publicações na RCE em relação às grandes áreas do conhecimento identificamos que mais da metade são de Ciências Biológicas (51%), 42% de Humanas e somente 7% de Exatas apontadas na Figura 8. Uma questão importante a ser considerada na análise das publicações da RCE é referente a filiação institucional do primeiro autor, mais especificamente se o trabalho é ou não da UNESP. Esta questão é importante pois pode caracterizar se a RCE apresenta ou não endogenia. Tal questão é complexa pois antes da posse do atual Conselho a RCE havia como objetivo divulgar as atividades extensionistas da UNESP. Assim, até 2007 a RCE tinha o objetivo diferente do configurado no atual escopo do sistema de editoração da Revista, inclusive foi mantida uma seção exclusiva às publicações da UNESP, “Seção destinada à publicação de trabalhos e resumos apresentados no Congresso de Extensão Universitária da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” considerando estes resumos de trabalhos apresentados nos Congressos de Extensão identificamos que 51% dos trabalhos são da UNESP, havendo textos de outras IES.

Conforme citamos anteriormente, a questão da endogenia foi meta traçada pelo atual Conselho Editorial da RCE a qual foi atingida em 2019 ao apontar os resultados na Figura 4 que demonstra que a maioria (89,13%) advém de outras IES e somente 10,87% de textos da UNESP. Esse aspecto proposto como meta visava qualificar a RCE para possível inserção no Scielo, cumprindo exigências de qualidade científica.

Cabe ressaltar que a RCE, conforme indicou [LANDIM, MATOS, CHAGAS, \(2017\)](#), está entre as revistas analisadas que estão indexadas, conforme apontado no Quadro 1, o

que favorece a sua qualidade científica. Destacamos que a RCE também está indexada no DOAJ e associada à Base de dados EBSCO Host e ainda conta com o Selo Cultura Acadêmica da Fundação Editora da UNESP. Outro aspecto que merece análise é relacionado a avaliação pela CAPES/Qualis que em 29 áreas no período 2010-2012 e 34 áreas no período 2013-2016 a RCE obteve crescente qualificação com B2 na área de Planejamento Urbano e Regional / Demografia, B3 nas áreas de Psicologia, Engenharias III e principalmente na Interdisciplinar que caracteriza a RCE.

Figura 8 – Gráficos com a distribuição dos 743 trabalhos publicados nos 15 anos da RCE por grande área do conhecimento e em relação a Filiação Institucional dos autores.

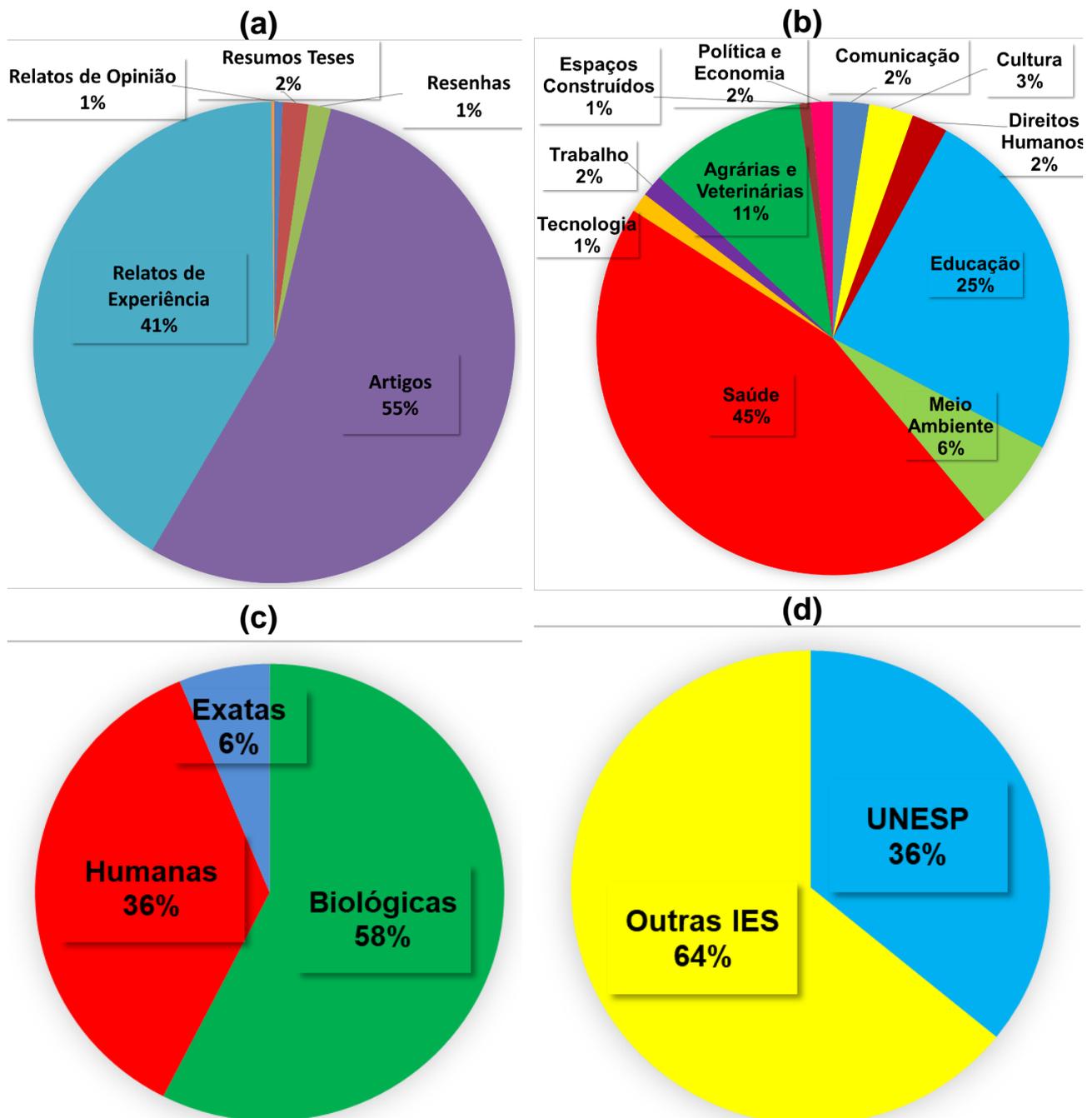


Fonte: autores

Tendo em vista que a referida seção de publicação de resumos de Congressos da UNESP não recebeu submissões desde 2013 e que no último Congresso de Extensão Universitária da UNESP realizado em 2015, foi utilizado o próprio sistema do congresso para publicação dos resumos (http://vm-ojs2.reitoria.unesp.br/index.php/congresso_extensao/8congressoextensao/schedConf/presentations), para as análises seguintes retiramos todos os resumos de congressos da UNESP, ou seja, foram excluídas da planilha de cálculo os números suplementares de 2006 (vol.2s), 2007 (vol.3s) e 2011 (vol.7n.3) com respectivamente 28, 26 e 48 resumos. Foram também excluídos para fins de cálculo os resumos de Congresso de Extensão Universitária da UNESP publicados em números regulares da RCE, a saber: 43 resumos da publicação de 2009 (v.5 n.2), 4 resumos de 2010 (v.6 n.2), 5 resumos de 2011 (v.7 n.1), 21 resumos de 2011 (v.7 n.2), 26 resumos de 2012 (v.8 n.3) e 15 resumos de 2013 (v.9 n.3). Portanto, dos 743 trabalhos publicados, 216 são resumos do congresso, perfazendo, ao final um total de 527 trabalhos, sendo 55% artigos, 41% relatos de experiência e 4% nas demais seções conforme apresentados na Figura 9a. Há predominância de trabalhos publicados na área temática da saúde (45%) e consequentemente na grande de área Biológicas (58%). Na sequência citamos que os trabalhos da área de educação perfazem o total de 25%, os de Ciências agrárias e veterinárias 11%, os de meio ambiente 6%, na área de cultura temos 3% dos trabalhos publicados e as demais áreas com valores de 2% ou menos apresentados nas Figuras 9b e c. Assim, na análise da filiação institucional do primeiro autor, identificamos que ao

excetuarmos os resumos dos Congressos de Extensão da UNESP a maioria dos trabalhos publicados (64%) são de outras Instituições de Ensino Superior (Figura 9d).

Figura 9 – Distribuição dos 527 trabalhos publicados no período de 2004 a 2019, por seção da revista (a); por área temática de extensão universitária (b); por área de conhecimento (c) e, por origem do trabalho (d)



Fonte: Autores

Assim, com base na análise das publicações dos 15 anos da RCE identificamos que a predominância da área da saúde está em crescimento, ou seja, em 2011 era de 36% das publicações e em 2019 passou a 39%. Ao retirar das publicações os resumos dos Congressos de Extensão Universitária da UNESP, os trabalhos da área de saúde somaram 45% do total. Apesar da diversidade de temáticas que envolvem a área da Extensão Universitária e de seu impacto interno e externo à universidade, as áreas de Tecnologia (1%), Política e Economia (2%) e Trabalho (2%) são pouco demandadas apesar de serem temas de significativa relevância na área extensionista e no atual cenário sócio-político e acadêmico nacional.

Ao considerarmos as grandes áreas do conhecimento, a de Exatas é a de menor porcentagem de trabalhos publicados, perfazendo 6% aproximadamente, tendo em vista as propostas do plano nacional de extensão que sugere que as atividades devem ser efetivamente desenvolvidas em todas as áreas visando a formação integral do graduando e conseqüentemente a necessidade de promover ações para que a referida área de exatas seja estimulada a publicar suas experiências extensionistas.

Finalmente, as indicações do fortalecimento da Extensão Universitária estabelecidos nos documentos do Fórum de Pró-Reitores de Extensão Universitária e principalmente constantes no Plano Nacional de Extensão deveriam ser acompanhados com um programa de financiamento para revistas de extensão universitária para a ampla divulgação científica e especificamente, no caso da RCE, poderia permitir uma maior profissionalização da equipe editorial e, conseqüentemente, possibilitaria uma maior fluidez no processo editorial que atualmente é o fator limitante da quantidade de publicações pois não é possível acompanhar a quantidade de trabalhos submetidos com uma pequena equipe.

Apesar disso, a RCE publicou em média, desde sua criação, 2,75 números por ano com aproximadamente 12 artigos por edição. Atualmente conta com 11 trabalhos recém submetidos, 67 em avaliação e 12 em edição (a ser publicada na edição de dezembro de 2019).

IV – Considerações Finais

Neste artigo apresentamos o caráter histórico da Revista Ciência em Extensão (RCE) ressaltando a análise das publicações em relação às seções, à área do conhecimento, à área temática de extensão e a filiação institucional do primeiro autor. Assim, destacamos não só a abrangência nacional e internacional, mas também a diversidade e qualidade dos trabalhos acompanhando o fortalecimento da Extensão Universitária que assume o seu real papel e significado nas Instituições de Ensino Superior do país o que demonstra a abrangência e importância da RCE como veículo de divulgação científica do conhecimento produzido, não apenas pela comunidade acadêmica, mas consolidando este espaço de publicação aos pesquisadores e leitores envolvidos com as ações e atividades extensionistas.

Os resultados e discussões apresentados permitem sugerir que é imprescindível para a equipe editorial da RCE implementar alterações na estruturação das seções tendo como ênfase: (1) a supressão da seção de resumos de Congressos de Extensão da UNESP e (2) a redefinição das seções de artigos e de relatos de experiências extensionistas a fim de incluir de forma clara a intenção de ampliar as publicações com as temáticas que

envolvam a tecnologia social e a creditação das atividades extensionistas nos cursos de graduação e possivelmente nos de pós-graduação.

De forma geral priorizar ações visando ampliar as publicações nas áreas temáticas menos contempladas nas atividades extensionistas em relação às de saúde, de educação, de ciências agrárias e veterinárias e de meio ambiente, especialmente ligadas a área de Exatas deve ser uma meta a ser atingida futuramente de modo que os temas que envolvem a Extensão Universitária sejam contemplados de forma menos dispares.

SUBMETIDO EM 28 dezembro 2019
ACEITO EM 31 dezembro 2019

REFERÊNCIAS

BARRAVIEIRA, B. Entrevista - Paradigmas da extensão universitária. Rev. Ciênc. Ext. v.1, n.1, p.11-13, 2004. Disponível em: <https://ojs.unesp.br/index.php/revistaproex/article/view/157/57> Acesso em 06 de dezembro de 2019.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em 13 de dezembro de 2019

BRASIL, LEI Nº 9.394, de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394compilado.htm. Acesso 12 de dezembro de 2019

BRASIL, LEI Nº 010172 , DE 9 DE JANEIRO DE 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/L10172.pdf> Acesso 12 de dezembro de 2019

BRASIL, LEI Nº 13.005, DE 25 DE JUNHO DE 2014. Para Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm. Acesso 12 de dezembro de 2019

BRASIL, MEC. Portaria 1.350 publicada no DOU de 17/12/2018, Seção 1 p.34 que homologa o Parecer CNE/CES 608/2018 e institui as Diretrizes para as Políticas de Extensão da Educação Superior Brasileira. Brasília 2018. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192 . Acesso em 18 de dezembro de 2019.

COELHO, G. C. Revistas acadêmicas de extensão universitária no Brasil. Revista Brasileira de Extensão Universitária, v. 5, n. 2, p. 69-75, 2014. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/RBEU/article/view/1943/pdf> Acesso em 18 de outubro de 2019.

DAGNINO, R. Tecnologia social: ferramenta para construir outra sociedade. 2. ed. Campinas, SP: Komedi, 2010. Disponível em: <https://idl-bnc-idrc.dspacedirect.org/bitstream/handle/10625/47974/IDL-47974.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 20/12/2019

FORPROEX. Política Nacional de Extensão. 2012. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf>. Acesso em: 12 de dezembro de 2019.

GALHARDO, E.; DEL-MASSO, M.C.S.; ZUANON, A.C.C. Editorial da Revista Ciência em Extensão. Rev. Ciênc. Ext. v.6, n.2, p.4, 2010. Disponível em: https://ojs.unesp.br/index.php/revista_proex/article/view/461. Acesso em 06 de dezembro de 2019.

GALHARDO, E.; DEL-MASSO, M. C. S; ZUANON, A. C. C. A nova periodicidade da revista ciência em extensão. Rev. Ciênc. Ext. v.7, n.2, p.2-5, 2011 Disponível em: https://ojs.unesp.br/index.php/revista_proex/article/view/664/618 Acesso em 06 de dezembro de 2019

LANDIM, T.C.F, MATOS, B.G. CHAGAS, R.M.V. A indexação das revistas de extensão: a experiência brasileira - Extensão em Ação, Fortaleza, v.2, n.14, 2017. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/extensaoemacao/article/view/20297/71609> . Acesso em 18 de outubro de 2019.

LANGONI, H. Editorial - Revista Ciência em Extensão: aspiração da comunidade universitária. Rev. Ciênc. Ext. v.1, n.1, p.9-10, 2004. Disponível em: https://ojs.unesp.br/index.php/revista_proex/article/view/146/47 Acesso em 06 de dezembro de 2019.

OLIVEIRA, F.; GOULART, P. M. Fases e faces da extensão universitária: rotas e concepções. Rev. Ciênc. Ext. v.11, n.3, p.8-27, 2015. Disponível em: https://ojs.unesp.br/index.php/revista_proex/article/view/1225 Acesso em 06 de dezembro de 2019.

PLANETA, C. S. Carta ao leitor. Rev. Ciênc. Ext.v.15, n.2, p.1, 2019. Disponível em: https://ojs.unesp.br/index.php/revista_proex/article/view/2735/2119 Acesso em 19 de dezembro de 2019.

SANTOS, B. S. A Universidade no Século XXI: Para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade. In: SANTOS, B. S.; ALMEIDA FILHO, N. (Orgs.). A Universidade no Século XXI: Para uma Universidade Nova. Coimbra: Almedina, 2008. Disponível em http://www.boaventuradesousa_santos.pt/media/A%20Universidade%20no%20Seculo%20XXI.pdf

THIOLLENT, M. Publicações geradas pela Extensão Universitária. Universidade Estadual Norte Fluminense. Campos dos Goytacazes – RJ. 2007 disponível em http://www.uenf.br/Uenf/Downloads/PROEX_5723_1217430291.doc Acesso em 15/12/2010.



AÇÕES DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL NA PREVENÇÃO DA ANEMIA: SAÚDE DO PRÉ-ESCOLAR

Lourene Marina Pinheiro Gomes dos Santos

Micaela Aparecida Teodoro

Thais Carramaschi Correa Porto

Flávia Della Lucia

Eveline Monteiro Cordeiro de Azeredo

*Daniela Braga Lima**

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo descrever ações de educação alimentar e nutricional com pré-escolares, visando estimular o consumo de alimentos fonte de ferro e vitamina C. Trata-se de um estudo de intervenção nutricional que faz parte das atividades do projeto de extensão universitária intitulado “Crescendo e Brincando com Saúde e Nutrição”, realizado com crianças de quatro a seis anos de idade. O estado nutricional das crianças foi avaliado por meio do índice de massa corporal/idade. Para a realização das ações de educação alimentar e nutricional aplicou-se uma cartilha com atividades sobre a importância de uma alimentação saudável, destacando os alimentos ricos em ferro e vitamina C. Realizou-se análise sensorial da aceitabilidade de preparações ricas nesses nutrientes. Houve, ainda, apresentação de um vídeo educativo e de um teatro que ressaltavam a importância de uma alimentação saudável. Das 37 crianças avaliadas, 67,0 % eram do gênero feminino, 35,0% apresentaram excesso de peso. Por meio das atividades lúdicas voltadas para alimentação e nutrição, conseguiu-se transmitir informações essenciais, atingindo o objetivo proposto devido à boa receptividade e interação das crianças. Na análise sensorial das seguintes preparações oferecidas às crianças, evidenciou-se as seguintes porcentagens de aceitação: suco verde (76%), arroz-doce marrom (68,7%); bolo branco com cobertura de melado (85%), bolo de beterraba (91,7%), bolo de cenoura com melado (82,1%), macarrão à bolonhesa (89,3%), carne moída (95,4%), feijão-preto (92,3%) e rapadura (87%). A alta prevalência do excesso de peso encontrada no presente estudo reflete o processo de transição nutricional e a necessidade de estabelecer políticas públicas de combate a esse distúrbio nutricional. A utilização de atividades lúdico-educativas tem-se mostrado eficaz na contribuição do aprendizado de crianças, ainda, apresenta-se como uma forma eficaz e positiva de promoção da saúde, principalmente, na assimilação do conhecimento sobre alimentação saudável e seu efeito na saúde em crianças pré-escolares. Os resultados evidenciaram também a boa aceitabilidade da maioria das preparações testadas, sendo possível a inclusão no cardápio e por serem preparações ricas em ferro e vitamina C podem contribuir para prevenção de anemia.

Palavras-chave: prevenção de anemia; educação alimentar e nutricional; pré-escolares.

* Doutorado em Ciências (USP). Faculdade de Nutrição, Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL), Alfenas, MG. Contato: danibraga6@gmail.com.

FOOD AND NUTRITIONAL EDUCATION ACTIONS IN THE PREVENTION OF ANAEMIA: PRESCHOOL HEALTH

ABSTRACT

The present study was carried out to describe food and nutritional education actions with preschoolers, aiming to stimulate the consumption of food that are rich sources of iron and vitamin C. It is a nutritional intervention study, part of the Extracurricular Project "Growing and Playing with Health and Nutrition", conducted with children from four to six years old. Children's nutritional status was evaluated using the body mass index/age. In order to present the actions of food and nutritional education, an informative booklet with activities on the importance of healthy food, highlighting the ones that are rich in iron and vitamin C, was used. A sensorial analysis of the acceptability of preparations rich in these nutrients was done. There was also a presentation of an educational video and a play which emphasized the importance of healthy eating. From a total of 37 children, 67.0% were female, and 35.0% were overweight. Through the ludic activities directed to food and nutrition, essential information was transmitted, achieving the proposed objective due to the good receptivity and interaction of the children. In the sensory analysis of preparations offered to children, the following acceptance percentages were found: green juice (76%), brown rice (68.7%); white cake covered with sugar syrup (85%), beet cake (91.7%), carrot cake with sugar syrup (82.1%), Bolognese pasta (89.3%), ground beef (95.4%), black beans (92.3%) and rapadura (87%). The high prevalence of excess weight found in the present study reflects the nutritional transition process and the need to establish public policies to combat this nutritional disorder. The use of ludic-educative activities has shown to be effective in the contribution of children's learning. It is an effective and positive way of promoting health, especially in regard to assimilation of knowledge about healthy eating and its effect on health in preschool children. The results also showed the good acceptability of most of the preparations tested, being possible inclusions in the children's menu that are rich in iron and vitamin C and that can contribute to the prevention of anemia.

Keywords: prevention of anemia; food and nutritional education; preschoolers.

ACCIONES DE EDUCACIÓN ALIMENTARIA Y NUTRICIONAL EN LA PREVENCIÓN DE LA ANEMIA: SALUD DEL PRE-ESCOLAR

RESUMEN

El presente estudio tuvo como objetivo describir acciones de educación alimentaria y nutricional con preescolares, con el fin de estimular el consumo de alimentos fuente de hierro y vitamina C. Se trata de un estudio de intervención nutricional que forma parte de las actividades del proyecto de extensión universitaria titulado "Creciendo y jugando con la salud y la nutrición", realizado con niños de cuatro a seis años de edad. El estado nutricional de los niños fue evaluado por medio del índice de masa corporal / edad. Para la realización de las acciones de educación alimentaria y nutricional se aplicó una cartilla con actividades sobre la importancia de una alimentación saludable, destacando los alimentos ricos en hierro y vitamina C. Se realizó un análisis sensorial de la aceptabilidad de preparaciones ricas en esos nutrientes. También hubo presentación de un video educativo y de un teatro

que ressaltaban la importancia de una alimentación sana. De los 37 niños evaluados, el 67,0% eran del género femenino. El 35,0% presentó un exceso de peso. Por medio de las actividades lúdicas orientadas a la alimentación y nutrición, se logró transmitir informaciones esenciales, alcanzando el objetivo propuesto debido a la buena receptividad e interacción de los niños. En el análisis sensorial de las siguientes preparaciones ofrecidas a los niños, se evidenciaron los siguientes porcentajes de aceptación: jugo verde (76%), arroz dulce marrón (68,7%); (85%), bolo de remolacha (91,7%), pastel de zanahoria con melado (82,1%), pasta a la boloñesa (89,3%), carne picada (95,4%), frijol negro (92,3%) y rapadura (87%). La alta prevalencia del exceso de peso encontrada en el presente estudio refleja el proceso de transición nutricional y la necesidad de establecer políticas públicas de combate a ese trastorno nutricional. La utilización de actividades lúdico-educativas se ha mostrado eficaz en la contribución del aprendizaje de niños y se presenta aún como una forma eficaz y positiva de promoción de la salud, principalmente, en la asimilación del conocimiento sobre alimentación sana y su efecto en la salud en niños preescolares. Los resultados evidenciaron también la buena aceptabilidad de la mayoría de las preparaciones probadas, siendo posible la inclusión en el menú y por ser preparaciones ricas en hierro y vitamina C pueden contribuir para prevenir la anemia.

Palabras clave: prevención de la anemia; educación alimentaria y nutricional; niños en edad preescolar.

INTRODUÇÃO

A fase do pré-escolar é um período decisivo na formação de hábitos alimentares, que tendem a continuar na vida adulta, por isso a importância de estimular o consumo de uma alimentação variada e equilibrada. À medida que a criança começa a frequentar outros ambientes, como a escola, se inicia uma intensa socialização, onde novas influências serão sofridas ([LIMA et al., 2009](#)).

A importância de intervenções nutricionais cada vez mais precoces é reforçada pelo atual processo de transição epidemiológica em que se encontra a população de forma geral, com predominância de doenças crônicas não transmissíveis, cuja morbimortalidade está associada à alimentação e estilo de vida. Concomitante a esse quadro, persiste ainda uma realidade de deficiências de micronutrientes que adquirirão maior relevância enquanto problema de saúde pública, como destaca-se anemia ferropriva ([BRASIL, 2009, 2010](#)), com uma prevalência em torno de 42,6%, que afeta 273,2 milhões de crianças no mundo ([WHO, 2015](#)). Na infância, a anemia compromete o sistema imunológico, prejudica o crescimento e desenvolvimento e interfere no desempenho cognitivo ([WHO, 2015](#)).

Ainda, é notório verificar que as populações brasileiras de pré-escolares, continuam apresentando altas prevalências dessa carência nutricional apesar das intervenções de fortificação das farinhas e suplementação de ferro implantadas há mais de uma década no país ([BRASIL, 2002, 2013a](#)). Essa afirmação é confirmada pelas elevadas prevalências de anemia descritas na Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde, em 2006, que identificou a anemia em 20,9% das crianças em idade pré-escolar, representando situação moderada de risco em saúde pública ([BRASIL, 2009](#)).

Torna-se pertinente e relevante, a implementação de programas de educação alimentar e nutricional (EAN) nas escolas e a consequente criação de um ambiente favorável à saúde e à promoção de práticas alimentares e estilo de vida saudáveis, tais

programas constituem-se, assim, como importantes estratégias para enfrentar problemas alimentares e nutricionais, visando conter o avanço da ocorrência de inúmeras doenças que podem surgir devido à alimentação de má qualidade, como exemplo, o quadro de anemia apontado pelos autores ([LIMA et al., 2009](#); [RAMOS et al., 2013](#)). Dessa forma, pode-se proporcionar às crianças a oferta de alimentos ricos em ferro e adequados ao seu paladar. Ainda, com vistas na melhora da absorção do ferro, a associação de alimentos fontes de vitamina C na mesma refeição é também recomendada.

Nesse sentido, a EAN deve consistir em processo ativo, lúdico e interativo onde, à luz da ciência da nutrição, as crianças tenham conhecimento para mudanças de atitudes e das práticas alimentares. Dessa forma, o presente estudo teve como objetivo descrever ações de educação alimentar e nutricional com pré-escolares, visando estimular o consumo de alimentos fonte de ferro e vitamina C a partir de ações ligadas a um projeto de extensão universitária.

MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de um estudo de intervenção nutricional realizado com crianças de quatro a seis anos de idade, matriculadas no Centro Educacional Infantil Cinthia Maria Silva Carvalho no município de Alfenas-MG. O presente estudo fez parte das atividades de um projeto de extensão universitária intitulado “Crescendo e Brincando com Saúde e Nutrição” que foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Alfenas-UNIFAL-MG (nº protocolo: 1.366.226/2015; CAAE 51681715.4.0000.5142). A intervenção foi conduzida durante o período de abril a outubro de 2016 e desenvolveu-se em duas etapas: 1. Caracterização do perfil nutricional dos pré-escolares e 2. Intervenção por meio de ações de EAN.

Etapa 1 - Perfil nutricional dos pré-escolares

A primeira etapa consistiu da avaliação antropométrica dos pré-escolares. Coletou-se as medidas antropométricas peso e altura dos pré-escolares matriculados nas turmas do pré-I e pré-II, utilizando as dependências da própria escola e seguindo as técnicas padronizadas conforme os protocolos do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional, do Ministério da Saúde ([BRASIL, 2011](#)). O estado nutricional foi avaliado por meio do Índice de Massa Corporal/Idade (IMC/I), expressos em média de escore z, calculados pelo programa WHO Anthro versão 3.2.2. Para classificação do estado nutricional, adotou-se como referência os pontos de corte da OMS. Para o índice IMC/I, as crianças seriam consideradas: baixo peso (escore z ≤ -2), eutróficas (escore z entre ≥ -2 e $\leq +1$) e excesso de peso (escore z >1) ([WHO, 2006](#)).

Segunda Etapa: Intervenção Nutricional

Na segunda etapa do estudo, foram realizadas ações de EAN por meio de atividades lúdicas, exposição e degustação de alimentos. A primeira parte do programa de EAN foi de apenas acompanhamento e observação visual, porém, sem possibilidade de quantificar e também não foi aplicado nenhum instrumento de avaliação qualitativa das crianças em relação ao consumo das refeições servidas pela creche, a fim de analisar o comportamento

alimentar desse público e identificar os alimentos que eram mais aceitos e rejeitados e, assim, iniciar, de fato, as ações de EAN.

Posteriormente, foi introduzido um cardápio com preparações ricas em ferro e em vitamina C, como um facilitador de sua absorção. Realizou-se um teste sensorial piloto para padronizar cada preparação, sendo elas: Suco Verde; Arroz-Doce Marrom; Bolo Branco, Bolo de Beterraba, Bolo de Cenoura, Macarrão à bolonhesa, Carne Moída, Feijão Preto e Rapadura. As preparações foram analisadas, quanto à quantidade de ferro, em porções de 100g. Essas preparações foram oferecidas às crianças uma vez por semana durante dois meses (Anexo 1).

Para avaliar a aceitação desses alimentos, o instrutor preenchia uma Ficha de Avaliação Sensorial (Figura 1), avaliando a quantidade que a criança havia ingerido (porção inteira, metade ou rejeitado totalmente a preparação). Também foi utilizada uma escala hedônica facial para verificar o grau de aceitação por parte dos pré-escolares, (1-detestei, 3-indiferente e 5-adorei) (DUTCOSKY, 2011). Os dados foram avaliados descritivamente por meio de análise percentual da aceitação e, neste estudo, considerou-se aceitável notas acima de 3 (Figura 2).

Cartão de Monitoramento das Refeições

Aluno: _____ Turma: _____

Semana 1	Primeiro dia	Segundo dia
		
Semana 2	Primeiro dia	Segundo dia
		
Semana 3	Primeiro dia	Segundo dia
		
Semana 4	Primeiro dia	Segundo dia
		
Semana 5	Primeiro dia	Segundo dia
		
Semana 6	Primeiro dia	Segundo dia
		



Para cada porção rejeitada.



Para cada porção ingerida menos da metade.



Para cada porção ingerida mais da metade.

Figura 1. Ficha de Avaliação Sensorial utilizada na análise de aceitabilidade das preparações elaboradas.

Teste de Aceitação da Alimentação Escolar

Nome: _____ Série: _____ Data: _____
 Marque a carinha que mais represente o que você achou do _____

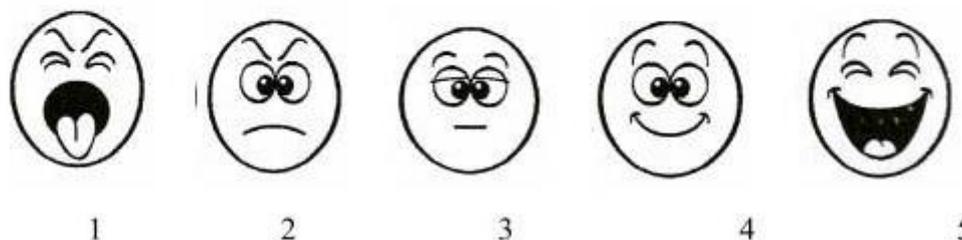


Figura 2. Escala Hedônica Facial utilizado no Teste de Aceitação
Fonte: Adaptado de [DUTCOSKY, 2011](#).

A cada semana, durante os dois meses avaliados, também foi realizada uma atividade de EAN diferente, afim de estimular, principalmente, o consumo de alimentos rico em ferro e vitamina C, com intuito de prevenção da anemia, ainda, desenvolver e formar hábitos alimentares saudáveis. Com essa intenção, optou-se mais por estratégias lúdicas. Desse modo, pretendendo facilitar o aprendizado das crianças, desenvolveu-se uma cartilha contendo atividades diversas sobre os grupos alimentares, com enfoque principal nos alimentos ricos em ferro e vitamina C.

(<https://drive.google.com/file/d/16Yi4BNRc1PawldZKwthZLsSTFt-VUmOM/view>)

Ao final de cada atividade era perguntado às crianças algo relacionado ao nutriente estudado para avaliar o aprendizado de cada uma.

O Quadro 1 exibe as ações de intervenção de EAN que foram aplicadas aos pré-escolares. A fim de analisar a aderência ao programa de EAN, as crianças foram avaliadas por meio de uma observação participante.

Quadro 1. Atividades realizadas com as crianças do Centro Educacional Infantil Cinthia Maria Silva Carvalho, Alfenas-MG, 2016.

TEMA	OBJETIVOS	ATIVIDADES/ MATERIAIS
Pirâmide alimentar	- Apresentar os grupos alimentares, seus alimentos e benefícios. - Promoção do aprendizado sobre a importância da alimentação balanceada	Pirâmide alimentar e alimentos de velcro.
Vídeo sobre alimentação saudável	Transmitir um vídeo para ilustrar a importância de uma alimentação saudável.	Vídeo da série “NutriAmigos – é só você provar”.
As preferências dos pré-escolares	Conhecer as preferências alimentares dos alunos e suas atividades favoritas.	Caderno de atividades (Preencher nos quadros os alimentos e atividades preferidas)
Os grupos alimentares	Reconhecer e escrever os nomes dos grupos alimentares.	Caderno de atividades (Preencher na pirâmide alimentar os nomes de cada grupo alimentar)
A origem dos alimentos	Explicar sobre a origem dos alimentos.	Caderno de atividades (Ligue cada alimento ao seu lugar de origem).

Frutas	Elucidar sobre o grupo das frutas, com enfoque nas frutas ricas em vitamina C.	- Caderno de atividades (1. Complete o nome das frutas abaixo” e “Os alimentos abaixo são ricos em vitamina C, escreva seus nomes”. 2.Pinte os alimentos ricos em vitamina C”.)
Hortaliças	Esclarecer sobre o grupo das hortaliças, focalizando nos vegetais folhosos ricos em ferro.	Caderno de atividades (Pinte os alimentos com as cores correspondentes)
Os alimentos ricos em Ferro	Explicar sobre fontes de alimentos de origem animal e vegetal ricas em ferro.	- Caderno de atividades (1. Ligue cada um dos alimentos ricos em ferro ao seu nome correspondente. 2. Pinte os alimentos ricos em ferro).
Associação entre Ferro e Vitamina C	Abordar a correlação entre a ingestão em conjunto de alimentos fonte de ferro e bem como fonte de vitamina C.	Caderno de atividades (1.Pinte a melhor escolha de almoço e sobremesa para prevenirmos a anemia).
Os alimentos ricos em Cálcio	Explicar sobre a associação negativa entre os nutrientes cálcio e ferro	Caderno de atividades (Pinte aqueles alimentos que Não devemos comer próximo ao almoço ou jantar quando desejamos prevenir a anemia).
Associação Ferro e Vitamina C	Reforçar a associação positiva entre ingestão de alimentos fontes de ferro e vitamina C.	Caderno de atividades (Desenhe ou escreva no prato abaixo um alimento rico em ferro e um alimento rico em Vitamina C).
Associação Ferro e Vitamina C	Reforçar a associação positiva entre ingestão de alimentos fontes de ferro e vitamina C.	Caderno de atividades (Nos alimentos abaixo, pinte de azul aqueles que são ricos em ferro e de vermelho aqueles ricos em Vitamina C).
Teatro de personagens	Apresentar história com personagens e alimentos fontes de ferro e vitamina C e as complicações da anemia.	Teatro de Fantoches “O Saci e a Chapeuzinho Vermelho em: O perigo da anemia”.

O processamento dos dados do estudo foi realizado com auxílio dos softwares WHO Anthro versão 3.2.2., Dietbox e Microsoft Office Excel 2010. Os dados foram tratados por meio da estatística descritiva.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Das 37 crianças avaliadas, 67,0 % eram do gênero feminino e 35,1% apresentou excesso de peso. O resultado encontrado no presente estudo assemelha-se com publicações recentes, que indicam que o Brasil tem apresentado modificações no perfil nutricional de sua população infantil, processo esse, chamado de transição nutricional, determinado pela progressiva redução de déficits nutricionais e o aumento da prevalência de sobrepeso ([BRASIL, 2009, 2010](#)). Isso se deve ao fácil acesso a alimentos com pouco valor nutricional, alto valor calórico e a diminuição da prática de atividade física.

A condição do estado nutricional na infância é essencial para estimar a evolução da saúde e da qualidade de vida da população, sendo que as práticas alimentares são

formadas desde os primeiros anos de vida e podem refletir nas condições de saúde na idade adulta ([LIMA et al., 2009](#)).

Conforme as atividades da cartilha eram realizadas, pode-se observar que as crianças apresentavam grande interesse em expressar suas opiniões, gostos, hábitos, preferências e experiências alimentares, interagindo com as brincadeiras. Ainda, constatava um melhor entendimento por parte das crianças sobre o que eram os micronutrientes “ferro” e “vitamina C”, bem como os benefícios de ambos para saúde humana e também quais alimentos forneciam uma maior quantidade desses nutrientes (Figura 3).



Figura 3. Realização de exercícios da cartilha com as crianças do Centro Educacional Infantil Cinthia Maria Silva Carvalho, Alfenas – MG, 2016.

Assim, o uso de atividades lúdicas como forma estratégica para a construção do conhecimento associa uma nova postura existencial, cujo paradigma é um novo sistema de aprender brincando, inspirado em uma concepção de educação para além da instrução ([MONTEIRO et al., 2008](#)). Este estudo utilizou-se da ludicidade e de ações ligadas ao projeto de extensão universitária “Crescendo e Brincando com Saúde e Nutrição”, para transmitir aos pré-escolares conhecimentos sobre a importância dos alimentos fontes de ferro e vitamina C, como forma de prevenção da anemia.

No início das atividades de EAN, quando se perguntava sobre alimentos ricos em ferro, vitamina C, sobre a associação de ambos ou sobre quais não deveriam ser ingeridos junto a eles as crianças não sabiam a diferença e muitas vezes não respondiam. Entretanto, conforme eram realizados os exercícios da cartilha, observou-se que as respostas foram tornando-se corretas, mostrando um aumento progressivo no conhecimento das crianças em relação aos alimentos que podem prevenir a anemia. [Brasil \(2013b\)](#) notou a mesma mudança ao comparar desenhos livres feitos pelos pré-escolares de alimentos ricos em ferro e/ou vitamina C, sendo que antes da intervenção, apenas 12,1% das crianças conseguiram realizar a atividade, enquanto, que após a EAN o número subiu para 81,8%.

A apresentação do vídeo, “NutriAmigos – É só você provar”, e do teatro de fantoches constituiu em metodologias lúdicas que visaram reforçar o que estava sendo ensinado às

crianças (Figuras 4 e 5). Ainda, observou-se que durante a apresentação do teatro, a atitude das crianças foi de muita atenção e empolgação, com satisfatória interação. Assim, é possível afirmar que experiência interdisciplinar com a área de educação artística trouxe conhecimentos e perspectivas promissoras ao campo da EAN. De acordo [Boog et al. \(2003\)](#), a arte, por desencadear emoção, pode contribuir significativamente para a construção de valores coerentes com a busca ativa de melhor qualidade de vida para si e para a coletividade.

Segundo os autores [Oliveira et al. \(2014\)](#), a criança, ao escutar histórias também pode ser levada a fazer associações, se comparando com as personagens, relacionando com fatos e situações do cotidiano em que vivem. Assim, os programas e ações EAN devem ser contínuos e multifacetados.

Nesse contexto, a escola representa um lugar propício para a condução dessas ações de promoção da saúde voltadas para área da alimentação e nutrição [\(LIMA et al., 2009\)](#).



Figura 4. Apresentação do vídeo “NutriAmigos – É só você provar” para crianças do Centro Educacional Infantil Cinthia Maria Silva Carvalho, Alfenas-MG, 2016.



Figura 5. Realização do teatro de fantoches para crianças do Centro Educacional Infantil Cinthia Maria Silva Carvalho, Alfenas-MG, 2016.

A mudança de atitude não depende apenas do participante, mas também da transmissão e compreensão do que é dito, sendo necessário romper os métodos educativos que separam o saber do não saber, substituindo-os por debates, discussões de ideias e opiniões, pois a formação de um pensamento crítico constitui a melhor alternativa para a solução de controvérsias de inúmeros tipos ([CHUPROSKI et al., 2012](#); [PORTO et al., 2015](#)). Por conseguinte, a EAN trabalhada de forma lúdica, além de aproximar o conhecimento científico do universo infantil, acelera o processo de aprendizagem por proporcionar maiores oportunidades de participação do público-alvo, desmitificando a teoria de que o educando é apenas o receptor, e o educador é o único detentor do conhecimento ([SILVA et al., 2016](#)).

Segundo as recomendações do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), crianças que permanecem na creche por meio período, realizando mais de uma refeição, devem receber, no mínimo, 30% das necessidades nutricionais diárias de cada nutriente ([BRASIL, 2013c](#)). Assim, para a faixa etária das crianças encontradas no presente estudo, a recomendação seria de 3,0 mg de ferro por dia, para ser distribuído entre as refeições realizadas. Quanto às preparações ofertadas, calculou-se o valor de ferro encontrado em uma porção de 100g, um valor médio em relação a quantidade oferecida às crianças e para cada tipo de preparação. As quantidades do mineral na rapadura e na carne moída, foram, respectivamente, 5,67mg, e 3,88mg (Tabela 1), já atingindo a recomendação total diária preconizada pelo PNAE. As outras preparações ofereceram, em média, 50% da recomendação diária para o período em que as crianças ficavam na escola, mostrando que a inclusão e elaboração de preparações ricas em ferro no cardápio da instituição poderiam ser uma boa alternativa para prevenir a anemia nessa faixa etária.

Ressalta-se que o suco verde não continha ingredientes ricos em ferro, uma vez que seu objetivo era oferecer uma grande quantidade de vitamina C (14,39mg em 100mL), favorecendo, assim, a absorção de ferro da preparação que foi ofertada junto a ele, no caso o arroz-doce. Tais análises evidenciam a possibilidade de traçar novas políticas e ações que visam à melhoria da saúde e da alimentação das crianças.

Tabela 1. Quantidade de ferro em 100g de cada preparação ofertada às crianças do Centro Educacional Infantil Cinthia Maria Silva Carvalho, Alfenas-MG, 2016.

Preparações	Quantidade de Ferro (mg) em 100g de preparação
Bolo de beterraba	1,93
Bolo de cenoura	1,86
Bolo branco	2,04
Rapadura	5,67
Arroz-doce	1,81
Suco verde	0,65
Macarrão à bolonhesa	2,56
Carne moída (patinho/fígado)	3,88
Feijão preto	1,40

Segundo a Resolução nº 26 de 17 de junho de 2013, o percentual de aceitação de uma preparação deve estar acima de 85%. A mesma ainda afirma que o teste de aceitabilidade inclui a análise sensorial dos alimentos, estando aliados os aspectos visuais, palatáveis, olfativos, táteis e auditivos ([BRASIL, 2013c](#)).

A maioria das preparações apresentou boa aceitabilidade, com exceção do arroz-doce (68,7%), suco verde (76%) e bolo de cenoura com melado (82,1%). Os alimentos mais aceitos foram a carne moída (95,4%), seguidos do feijão-preto (92,3%), do bolo de beterraba (91,7%), da rapadura (87%) e do bolo branco com cobertura de melado (85%) de acordo com os critérios de avaliação do PNAE (Figura 6). Resultado semelhante ao estudo de [Cruz et al. \(2013\)](#) que encontram também baixa aceitação para arroz doce. Por outro lado, no estudo realizado por [Conrado e Novello \(2007\)](#), não foi encontrada diferença significativa para o arroz doce, uma vez que a quantidade de crianças que relataram gostaram muito foi a mesma das que não gostaram da preparação. Segundo os autores o arroz doce é uma preparação que não desperta o interesse visual, em virtude da prevalência da cor clara. Sendo assim, a introdução de outros ingredientes à preparação, como cravo e canela, por exemplo, poderia contribuir para aumentar a sua aceitabilidade.

O suco verde (76%) e o bolo de cenoura (82,1%) apesar de apresentarem índices de aceitação geral bem expressivos, não atingiram o que preconiza o PNAE para ser considerado bem-aceito pelas crianças, cuja recomendação é de 85%. É importante mencionar que a maioria das preparações obtiveram médias acima de 76% de índice de aceitação, denotando uma perspectiva de inclusão futura no cardápio. Face a isso, sugere-se mais estudos que analisem tais preparações com a fortificação ou modificação de preparo para atingir essa porcentagem sugerida.

Portanto, o desenvolvimento de preparações alimentares fontes de ferro pode contribuir para a prevenção da anemia ferropriva, assim, justifica-se a necessidade de serem testadas alternativas alimentares para o aumento da ingestão desse nutriente. Levando-se em consideração que os hábitos alimentares desenvolvidos na infância podem ser fatores limitantes no consumo de certos alimentos e, por consequência, diminuir a

ingestão de nutrientes específicos. Nesse contexto, torna-se necessário a estimulação ao consumo adequado de todos os grupos alimentares, para que assim ocorra um crescimento e desenvolvimento adequado da criança e uma diminuição da prevalência de doenças associadas a má alimentação.

Nessa perspectiva, a fortificação alimentar tem se intensificado a cada dia, com o propósito de contribuir para a promoção da saúde e bem-estar da população, diminuindo ou evitando as consequências das deficiências de micronutrientes.

Neste estudo, uma questão limitante foi a duração das atividades, realizadas em apenas seis (6) meses. Essa duração referiu-se ao tempo para o encerramento do semestre letivo dos pré-escolares. Destaca-se, no entanto, que atividades contínuas sobre alimentação saudável deveriam fazer parte da rotina escolar, inseridas na grade curricular das crianças.

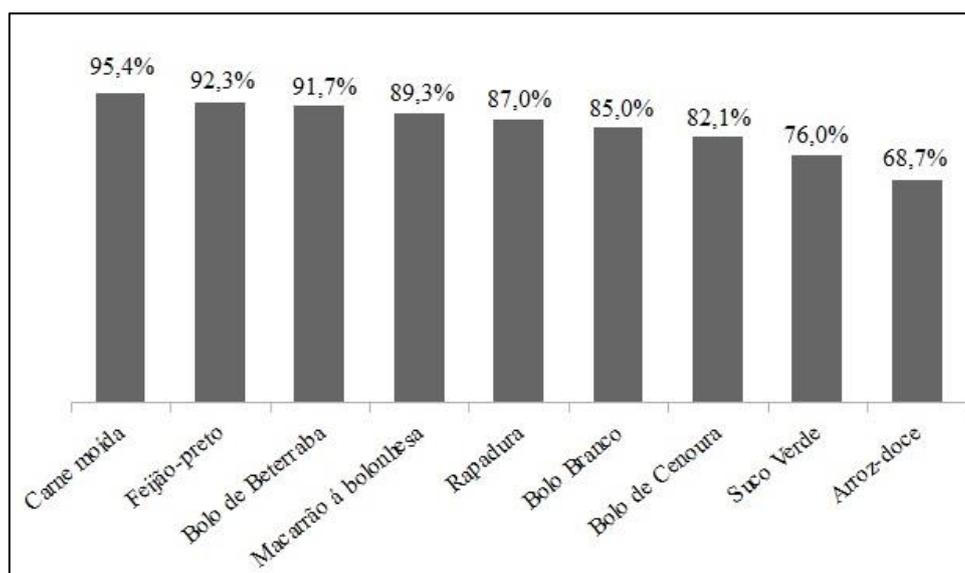


Figura 6. Aceitação das preparações ofertadas às crianças do Centro Educacional Infantil Cinthia Maria Silva Carvalho, Alfenas-MG, 2016.

CONCLUSÃO

Após a intervenção de educação alimentar e nutricional, observou-se uma melhora em relação aos conhecimentos sobre alimentos ricos em ferro e vitamina C, importantes para a prevenção da anemia, nas atitudes e no comportamento alimentar dos pré-escolares, além do fato das crianças influenciarem positivamente sobre os hábitos alimentares de seus familiares. Os achados desta pesquisa em ações ligadas ao projeto de extensão universitária “Crescendo e Brincando com Saúde e Nutrição”, indicaram que o programa desenvolvido produziu resultados importantes junto aos pré-escolares, e também pode ser usado como exemplo para estímulo ao consumo de outros alimentos e o combate a outras carências nutricionais.

As atividades lúdico-educativas proporcionaram às crianças uma forma fácil e prazerosa de aprender sobre alimentação sadia e prevenção da anemia. A análise dos resultados da avaliação sensorial mostrou que a intervenção educativa influenciou os hábitos das crianças, pois observou consumo relevante da maioria das preparações oferecidas fontes de ferro e vitamina C.

A participação e envolvimento da escola, quando aliado à prática da educação alimentar nutricional é capaz de transformar-se em um local favorável à convivência saudável, proporcionando um ingresso ao aprendizado interativo com os alimentos, orientando comportamentos específicos para que estes se tornem aptos a fazer escolhas conscientes ao longo de suas vidas.

SUBMETIDO EM 5 mar. 2018

ACEITO EM 5 dez. 2019

REFERÊNCIAS

BOOG, M. C. F. et al. Utilização de vídeo como estratégia de educação nutricional para adolescentes: “comer... o fruto ou o produto?” Campinas, Revista de Nutrição, 2003, p.281-293, v.16, n.3. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/26371314_Utilizacao_de_video_como_estrategia_de_educacao_nutricional_para_adolescentes_comer_o_fruto_ou_o_produto

BRASIL. Ministério da Saúde. **Resolução RDC nº. 344, de 13 de dezembro de 2002.** Aprova o regulamento técnico para a fortificação das farinhas de trigo e das farinhas de milho com ferro e ácido fólico. 2002 [acesso em 10 jan. de 2017]. Disponível em: http://www.anvisa.gov.br/legis/resol/2002/344_02rdc.html

BRASIL. Ministério da Saúde. **Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher - PNDS 2006:** Dimensões do processo reprodutivo e da saúde da criança. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. Disponível em:

http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pnds_crianca_mulher.pdf

BRASIL, Ministério da Saúde. **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009:** Antropometria e estado nutricional de crianças, adolescentes e adultos no Brasil, Brasília: Ministério da Saúde, 2010. Disponível em:

<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv45419.pdf>

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Orientações para coleta e análise de dados antropométricos em serviços de saúde:** Norma Técnica do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional – SISVAN/Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. Brasília; 2011. Disponível em:

http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/orientacoes_coleta_analise_dados_antropometricos.pdf

BRASIL. Ministério da Saúde. **Programa Nacional de Suplementação de Ferro:** Manual de Condutas Gerais. Brasília, 2013a. Disponível em:

http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_suplementacao_ferro_condutas_gerais.pdf

BRASIL R. Educação nutricional de pré-escolares: consumo de alimentos ricos em ferro e vitamina C. 2013. 102 f. Dissertação (Mestrado em Nutrição e Alimentos) – Universidade Federal de Pelotas, 2013b. Disponível em:
<http://wp.ufpel.edu.br/ppgna/files/2013/07/Disserta%C3%A7%C3%A3o-Renata-Brasil.pdf>

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - MEC/FNDE. **Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, nº 26 de 17 de junho de 2013c. Disponível em:
<http://www.fnde.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/item/4620-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-26,-de-17-de-junho-de-2013>

CHUPROSKI, P. et al. Eating behaviors and the social status of families of malnourished children. Rev Esc Enferm USP, 2012, p. 50-57,v.46, n.1. Disponível em:
<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/22441265>

CONRADO, S.; NOVELLO, D. Aceitação e Análise nutricional de merenda escolar por alunos da rede municipal de ensino do município de Inácio Martins/PR. 2 ed. Revista Eletrônica Lato Sensu, 2007, p. 1-15, v. 1. Disponível em:
https://www.researchgate.net/profile/Novello_D/publication/263087000_ACEITACAO_E_ANALISE_NUTRICIONAL_DE_MERENDA_ESCOLAR_POR_ALUNOS_DA_REDE_MUNICIPAL_DE_ENSINO_DO_MUNICIPIO_DE_INACIO_MARTINSPR/links/0a85e539ca909e089d000000/ACEITACAO-E-ANALISE-NUTRICIONAL-DE-MERENDA-ESCOLAR-POR-ALUNOS-DA-REDE-MUNICIPAL-DE-ENSINO-DO-MUNICIPIO-DE-INACIO-MARTINS-PR.pdf

CRUZ, L.D. et al. Análise de Aceitação da Alimentação Escolar dos alunos das escolas municipais urbanas de Itabaiana-SE. Scientia Plena,2013, p. 1042031-1042036, v. 9, n.10. Disponível em:
<https://www.scientiaplena.org.br/sp/article/viewFile/1446/905>

DUTCOSKY, S. D. Análise Sensorial de Alimentos. Curitiba: Champagnat, 2011.

LIMA, D. B. et al. Crescendo com saúde e nutrição: aplicação do lúdico na educação nutricional. Uberlândia, Em Extensão, 2009, p. 59 - 67 v. 8, n. 2. Disponível em:
<http://www.seer.ufu.br/index.php/revextensao/article/view/20569>

MONTEIRO, E. A. A. et al. Resgate da concepção criativa e humanizada no processo pedagógico da educação nutricional. São Paulo, Revista Brasileira de Nutrição Clínica, 2008, p. 51-5, v. 23 n. 2. Disponível em:
<http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/?IsisScript=iah/iah.xis&src=google&base=LILACS&lang=p&nextAction=Ink&exprSearch=560507&indexSearch=ID>

OLIVEIRA, M. N.; SAMPAIO, T. M. T.; COSTA, E. A. Educação nutricional de pré-escolares–um estudo de caso. Viçosa-MG Oikos: Revista Brasileira de Economia Doméstica, 2014, p. 93-113, v. 25, n. 1. Disponível em:

www.seer.ufv.br/seer/oikos/index.php/httpwwwseerufvbrseeroikos/article/view/161

PORTO, E. B. S. et al. School canteens in the Federal District, Brazil and the promotion of healthy eating. Campinas, Rev Nutr. 2015, p.29-41, v. 28, n. 1. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-52732015000100029

RAMOS, F. P.; SANTOS, L. A. S.; REIS, A. C. B. Educação Alimentar e nutricionais em escolares: uma revisão de literatura. Rio de Janeiro, Cad. Saúde Pública. 2013, p. 2147-2161, v. 29, n. 11. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v29n11/03.pdf>

SILVA, R. H. M.; NEVES, F. S.; NETTO, M. P. Saúde do pré-escolar: uma experiência de educação alimentar e nutricional como método de intervenção. Rev APS. 2016, p. 321-327 v.19, n.2. Disponível em: <https://aps.ufjf.emnuvens.com.br/aps/article/view/2585>

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). Multicentre Growth Reference Study Group. WHO child growth standards: length/height-for-age, weight-for-age, weight-for-length, weight-for-height and body mass index-for-age: methods and development. Geneva: World Health Organization; 2006. Disponível em: http://www.who.int/childgrowth/standards/Technical_report.pdf

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). The global prevalence of anaemia in 2011. Geneva: World Health Organization; 2015. Disponível em: http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/177094/1/9789241564960_eng.pdf

ANEXO 1

<p>Suco de abacaxi com hortelã</p> <p>Ingredientes:</p> <p>Abacaxi (Unidade pequena:2) Rapadura (Gramas:240) Hortelã (Gramas:40) Água (Gramas: 1200)</p> <p>Quantidade: 20 porções</p> <p>Modo de preparo: Lave o abacaxi em água corrente e corte-o. Lava-se também as folhas de hortelã em água corrente e realize sua sanitização (1 colher de sopa de hipoclorito para cada 1 litro de água; deixando submerso as folhas por 15 minutos). Bata no liquidificador o abacaxi, o hortelã, a água e a rapadura ralada ou cortada em cubos. Coe e sirva gelado.</p>	<p>Arroz doce</p> <p>Ingredientes:</p> <p>Arroz branco (cozido) (Gramas: 600) Leite de vaca integral (Mililitros: 200) Açúcar mascavo (Gramas: 400) Açúcar refinado (Gramas: 100) Canela em pó (Gramas: 20)</p> <p>Quantidade: 20 porções</p> <p>Modo de preparo: Cozinhe o arroz no leite, quando estiver bem cozido acrescente o açúcar mascavo e o refinado, mexa até engrossar. Sirva em seguida com um pouco de canela.</p>	<p>Bolo branco</p> <p>Ingredientes:</p> <p>Margarina com ou sem sal (Colher de sopa:3) Chocolate em pó (Gramas: 125) Farinha de trigo branca (Gramas :360) Fermento químico em pó (Gramas:8) Leite de vaca integral (Gramas: 200) Melado (Gramas: 500) Açúcar refinado (Gramas: 320) Ovo de galinha (unidade: 4)</p> <p>Quantidade: 20 porções</p> <p>Modo de preparo: Separe a gema da clara e bata a clara até ficar em neve e reserve. No liquidificador bata as gemas, açúcar, margarina e o leite. Em uma vasilha coloque a farinha e misture com o conteúdo do liquidificador com o auxílio de uma batedeira. Acrescente o fermento às claras em neve e misture-as com o conteúdo da vasilha. Coloque para assar em uma forma untada. Em uma panela coloque o melado e o chocolate em pó, mexendo até engrossar e reserve. Coloque a calda no bolo pronto e sirva.</p>
<p>Bolo de beterraba</p> <p>Ingredientes:</p> <p>Beterraba (Gramas:300) Farinha de trigo branca (Gramas: 360) Fermento químico em pó (Gramas:8) Açúcar refinado (Gramas: 320) Ovo de galinha (Unidade:4) Óleo de soja (Gramas: 240) Chocolate em pó (Gramas: 125) Melado (Gramas:500)</p> <p>Quantidade: 20 porções</p> <p>Modo de preparo:</p>	<p>Bolo de cenoura</p> <p>Ingredientes:</p> <p>Ovo de galinha (Unidade:4) Açúcar refinado (Gramas: 320) Fermento químico em pó (Gramas:8) Cenoura (Unidade: 3) Óleo de soja (Gramas: 240) Chocolate em pó (Gramas: 125) Melado (Gramas:500) Farinha de trigo branca (Gramas: 360)</p> <p>Quantidade: 20 porções</p> <p>Modo de preparo:</p>	<p>Macarrão à bolonhesa</p> <p>Ingredientes:</p> <p>Alho (Gramas:3) Óleo de soja (Gramas:3) Sal refinado (Gramas: 3) Patinho cozido (Gramas:470) Salsinha (Gramas: 6) Fígado bovino refogado (Gramas :315) Pimentão verde cozido (Gramas: 8) Cebola (Gramas: 9) Espaguete com ovos (Gramas: 1500) Molho de tomate (Gramas: 215)</p> <p>Quantidade: 20 porções</p> <p>Modo de preparo:</p>

<p>Lave em água corrente as beterrabas, descasque-as e reserve. Separe a gema da clara e bata a clara até ficar em neve e reserve. O liquidificador bata as gemas, o açúcar, o óleo e as beterrabas. Em uma vasilha coloque a farinha e misture com o conteúdo do liquidificador com o auxílio de uma batedeira. Acrescente o fermento às claras em neve e misture-as com o conteúdo da vasilha. Coloque para assar em uma forma untada. Em uma panela coloque o melado e o chocolate em pó, mexendo até engrossar e reserve. Coloque no bolo pronto e sirva.</p>	<p>Lave em água corrente as cenouras, descasque-as e reserve. Separe a gema da clara e bata a clara até ficar em neve e reserve. O liquidificador bata as gemas, o açúcar, o óleo e as cenouras. Em uma vasilha coloque a farinha e misture com o conteúdo do liquidificador com o auxílio de uma batedeira. Acrescente o fermento às claras em neve e misture-as com o conteúdo da vasilha. Coloque para assar em uma forma untada. Em uma panela coloque o melado e o chocolate em pó, mexendo até engrossar e reserve. Coloque no bolo pronto e sirva.</p>	<p>Em uma panela coloque cebola e o alho e deixe fritar. Coloque o patinho e refogue. Acrescente o sal, salsinha, pimentão verde e o molho de tomate, deixe ferver até engrossar. Em outra panela coloque o macarrão para cozinhar em água fervente. Quando pronto, junte o macarrão ao molho e sirva quente.</p>
<p>Carne moída (Patinho/Fígado)</p> <p>Ingredientes:</p> <p>Pimentão verde (Gramas: 8) Alho (Gramas:3) Óleo de soja (Gramas:3) Sal refinado (Gramas: 3) Patinho cozido (Gramas:470) Salsinha (Gramas: 6) Fígado bovino refogado (Gramas:315) Cebola (Gramas: 9) Molho de tomate (Gramas: 215)</p> <p>Quantidade: 20 porções</p> <p>Modo de preparo: Em uma panela coloque cebola e o alho e deixe fritar. Acrescente o patinho o fígado e refogue. Após, acrescente o sal, pimentão verde, molho de tomate, e a salsinha e deixe ferver até engrossar. Sirva quente.</p>	<p>Feijão Preto</p> <p>Ingredientes:</p> <p>Feijão (Gramas: 470) Sal refinado: (Gramas: 8) Alho (Gramas: 10)</p> <p>Quantidade: 20 porções</p> <p>Modo de preparo: Escolha o feijão e deixe de molho por pelo menos 2 horas. Em uma panela de pressão acrescente o feijão com o dobro de água e deixe cozinhar por volta de 45 minutos. Em outra panela acrescente o alho e deixe dourar. Passe o feijão para a panela com o alho e refogue, acrescentando o sal. Deixe o caldo ferver e sirva quente.</p>	<p>Rapadura</p> <p>Ingredientes: Rapadura (Gramas 315)</p> <p>Quantidade: 20 porções</p> <p>Modo de preparo: Corte a rapadura em cubos e sirva.</p>



MERCADOS INSTITUCIONAIS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR E A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

*Regina Aparecida Leite de Camargo**
Matheus Ferreira Bocca

RESUMO

O presente artigo combina os resultados de três iniciativas centradas no estudo e fomento do acesso a mercados institucionais para produtores do assentamento de reforma agrária Córrego Rico, no município de Jaboticabal/SP: um projeto de extensão universitária, um projeto de pesquisa financiado pelo CNPq e o trabalho de conclusão de curso de um dos autores. Criado em julho de 2003 como uma das ações do Programa Fome Zero, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) permite a abertura dos chamados mercados institucionais para os produtos da agricultura familiar, e contribui para o reconhecimento da importância dessa categoria de produtores. Desde 2014 um projeto de extensão universitária no assentamento discute com os produtores formas sustentáveis de aumentar a produção e conseqüentemente a participação nesses mercados. Em 2015 e 2016 uma pesquisa de campo entrevistou todos os assentados que participavam do PAA, num total de vinte e um agricultores, com a utilização de um questionário semiestruturado. Os resultados da pesquisa permitiram um melhor conhecimento do impacto do Programa na produção e condições de vida das famílias, bem como as dificuldades que encontram para acessá-lo. Por demanda dos produtores, desde 2016 as ações do projeto de extensão têm se concentrado na busca conjunta de formas de agregar valor aos produtos entregues para o PAA, como, por exemplo, a produção e certificação de produtos orgânicos e agroecológicos. Este trabalho apresenta os resultados da pesquisa de campo sobre o PAA no assentamento Córrego Rico e de um curso de produção orgânica de hortaliças realizado no âmbito do projeto de extensão universitária.

Palavras-chave: Áreas de Assentamento. Produção orgânica e agroecológica. Segurança Alimentar

INSTITUTIONAL MARKETS FOR FAMILY FARMING AND EXTRACURRICULAR UNIVERSITY PROJECT

ABSTRACT

This article combines the results of three initiatives focused on studying and promoting access to institutional markets for agrarian reform settlement farmers of Córrego Rico, located in the municipality of Jaboticabal/SP: a university extracurricular project, a research project financed by CNPq, and the final monography of one of the authors. Created in July

* Doutorado em Engenharia Agrícola (UNICAMP). Departamento de Economia Rural, Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias, Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho", Jaboticabal, SP. Contato: regina@fcav.unesp.br.

2003 as one of the actions of Fome Zero Program, the Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) allows the opening of the so-called institutional markets for the products of family farming, and contributes to the recognition of the importance of this category of producers. Since 2014, a university extracurricular project in the settlement discusses with producers sustainable ways of increasing production and consequently their participation in these markets. In 2015 and 2016, a field research interviewed all 21 settlers who participated in the PAA through a semi-structured questionnaire. The survey results enabled a better understanding of the impact of the Program on the production and on the living conditions of the families, as well as the difficulties they encounter to access it. From the farmers demand, since 2016 the project actions have been concentrated in the joint search for ways to add value to the products delivered to the PAA. The production and certification of organic and agroecological products is an example. This paper presents the results of the field research on the PAA in the resettlement area of Córrego Rico, and of a course on organic vegetable production carried out under the university extracurricular project.

Keywords: Resettlement areas. Organic and agroecological production. Food security

MERCADOS INSTITUCIONALES PARA LA AGRICULTURA FAMILIAR Y LA EXTENSIÓN UNIVERSITARIA

RESUMEN

Este artículo combina los resultados de tres iniciativas centradas en el estudio y la promoción del acceso a los mercados institucionales para los productores del asentamiento de reforma agraria Córrego Rico, en el municipio de Jaboticabal/SP: un proyecto de extensión universitaria, un proyecto de investigación financiado por el CNPq y el trabajo de finalización de uno de los autores. Creado en julio de 2003 como una de las acciones del Programa Fome Zero, el Programa de Adquisición de Alimentos (PAA) permite la apertura de los llamados mercados institucionales para los productos de la agricultura familiar, y contribuye al reconocimiento de la importancia de esta categoría de productores. Desde 2014 un proyecto de extensión universitaria en el asentamiento analiza con los productores formas de incrementar la producción sostenible y, por consiguiente, la participación en estos mercados. En 2015 y 2016 un estudio de campo entrevistó a todos los asentados que participaron en el PAA, un total de 21 agricultores, con el uso de un cuestionario semiestructurado. Los resultados del estudio han permitido una mejor comprensión del impacto del programa sobre la producción y las condiciones de vida de las familias, así como las dificultades que encuentran para acceder a él. Por demanda de los productores, desde 2016 las actividades del proyecto de extensión se han concentrado en la búsqueda conjunta de maneras de añadir valor a los productos entregues a lo PAA, como, por ejemplo, la producción y la certificación de productos orgánicos y agroecológicos. Este trabajo presenta los resultados de la investigación de campo sobre el PAA en el asentamiento Córrego Rico y un taller de producción orgánica de hortalizas realizado en el ámbito del proyecto de extensión universitaria.

Palabras clave: Areas de asentamiento. Producción orgánica y agroecológica. Seguridad alimentaria.

INTRODUÇÃO

A construção da Lei de Política Agrícola de 1991 foi fortemente influenciada pelo processo de abertura democrática da década de 1980 e o fortalecimento das instituições e atores que representavam os produtores familiares. A Lei reconheceu a diversidade dos agricultores brasileiros e previu a construção de uma política agrícola diferenciada para os pequenos agricultores (MIELITZ NETO, 2010; DELGADO, 1994, apud [GRISA E PORTO, 2015](#)).

A partir de meados da década de 1990 a agricultura familiar ganha reconhecimento como principal categoria de produtores responsável pelo abastecimento da cesta básica da população brasileira, e passa a ser alvo de uma série de programas de políticas públicas específicos ([ESQUERDO E BERGAMASCO, 2015](#); [GRISA E PORTO, 2015a](#)). Dentre esses programas destacam-se o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), de 1996, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado em 2003 e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), reformulado pela Lei 11.947 de 2009.

O PAA foi criado a partir da Lei 10.696 de julho de 2003, como resultado da articulação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), com o Governo Federal brasileiro, como uma das pautas pertinentes ao Programa Fome Zero ([SIMÃO, 2014](#)). O Programa busca amenizar um dos principais gargalos da produção familiar: o acesso a mercados e a uma remuneração justa de seus produtos; mas visa também garantir alimentos a regiões com riscos de insegurança alimentar ([ABREU, 2012](#)).

O acesso ao PAA é garantido para todos os grupos de produtores definidos como familiares pela Lei 11.326, mas no estado de São Paulo o acesso é maior entre assentados da reforma agrária ([CAMARGO et. al. 2013](#)). Além dos assentados, o PAA é um programa atraente também para comunidades indígenas, e demais povos e comunidades tradicionais (MDA, 2016).

No governo Lula os programas para a agricultura familiar aproximaram-se de programas de políticas sociais, como foi o caso do PAA, implementado, na época, pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). O PAA surge em 2003 juntamente com o programa um milhão de cisternas, somando-se na mesma década o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB) em 2004, a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) para a Agricultura Familiar em 2008, e a reformulação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em 2009 com a Lei 11.947, que fortaleceu a agricultura familiar ao estabelecer que 30% dos recursos repassados para os municípios pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento e Educação (FNDE) para a alimentação escolar, tinham que ser gastos com a aquisição de produtos de agricultores familiares.

Até 2016 o PAA era executado pela Companhia Nacional do Abastecimento (Conab) com fundos do MDS e MDA. O Programa é dividido em seis linhas distintas: Compra com Doação Simultânea, Formação de Estoques, Compra Direta, PAA Leite, Compra Institucional e Aquisição de Sementes. Cada modalidade conta com um limite anual, por produtor ou entidade representante, conforme pode ser observado na Tabela 1.

Para acessar o Programa o produtor deve ser portador da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), documento que atesta sua condição de agricultor familiar. Organizações formais de produtores devem ter uma DAP jurídica, condição em que mais de 50% dos

sócios detém DAP de pessoa física. A linha “Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite” aplica-se apenas para o norte do estado de Minas Gerais e estados das regiões norte e nordeste. O teto maior para produtores que acessam o Programa através de cooperativas e associações tem o objetivo de reforçar essas organizações. A modalidade “Compras Institucionais” amplia a possibilidade de aquisição de produtos da agricultura familiar por instituições públicas através de Chamadas Públicas, dispensando-se o procedimento licitatório, como ocorre com o PNAE.

Tabela 1: As modalidades do PAA

Modalidades do PAA	Limites	Finalidades
Compra com Doação simultânea	Limite de R\$ 6.500,00, por produtor individual ou R\$ 8.000,00 por organização formal.	Promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar.
Compra Direta da Agricultura Familiar	R\$ 8.000,00/ano por unidade familiar.	Sustentar os preços da produção familiar no mercado
Formação de Estoque	R\$ 8.000,00/ano por unidade familiar e 1,5 milhão/ano por organização.	Apoiar a comercialização dos produtos da agricultura familiar
Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite	R\$ 4.000,00 por unidade familiar por semestre	Distribuição de leite para famílias vulneráveis. Incentivar a produção de leite pelos agricultores familiares
Aquisição de Sementes	R\$ 6 milhões por organização fornecedora	Comprar sementes de organizações da agricultura familiar detentoras da DAP Jurídica
Compra Institucional	R\$ 20.000,00 por DAP física e seis milhões por DAP jurídica.	Possibilitar a compra de alimentos da agricultura familiar por meio de Chamadas Públicas

Fonte: [BRASIL. MDS, 2016](#)

Dentre os benefícios da participação no PAA, podem ser citados: os contratos de entidades representantes dos agricultores diretamente com a Conab, ou as parcerias da Conab com prefeituras municipais possibilitam a aquisição de uma grande diversidade de produtos da agricultura familiar e o estabelecimento de relações de confiança entre os produtores e instituições locais, como creches, restaurantes populares, ONGs, etc. Alguns desses produtos, sobretudo os mais tradicionais, não teriam outras possibilidades de escoamento ([SILIPRANDI; CINTRÃO, 2014](#)). Para [Delgado et. al. \(2005\)](#), o PAA possibilita ainda uma recuperação de preços recebidos pelos produtores, uma vez que a própria chamada pública já estabelece preços mais justos que os praticados por atravessadores.

Com o PAA nas modalidades de Compra Direta e Doação Simultânea ocorre uma aproximação dos agricultores com os agentes públicos e demais organizações da sociedade civil, aliviando, até certo ponto, as dificuldades enfrentadas pelos produtores familiares, como pouco acesso aos recursos públicos, falta de capital, deficiência dos

serviços de assistência técnica, pouca ou nenhuma presença de infraestrutura nas propriedades e lotes, atuação insuficiente da administração pública e fraca organização em cooperativas e associações ([GRISA; PORTO, 2015](#)).

Uma pesquisa conduzida pela Universidade de Araraquara (UNIARA) em assentamentos das regiões Central e Leste de São Paulo constatou que a região Central destinava para o PAA 14% de seus cereais, 27% das hortícolas, 30% das frutas, incluindo as destinadas ao PNAE, e 28% dos tubérculos. Na região Leste eram 31% dos cereais, 35% das hortícolas, 32% das frutas e 33% dos tubérculos ([FERRANTE et. al 2011](#))

A participação no PAA e PNAE pode contribuir significativamente para a promoção de segurança e soberania alimentar entre as famílias de produtores e aquelas receptoras de seus produtos ([CAMARGO et al, 2016](#)). Para os produtores esses programas podem trazer uma maior diversificação da produção e do consumo principalmente de hortaliças e um aumento da renda familiar. Para as famílias beneficiárias da linha Doação Simultânea e os alunos de escolas que recebem os produtos da agricultura familiar pelo PNAE, esses programas garantem o acesso a produtos produzidos localmente, frescos e mais sintonizados com os hábitos alimentares locais. Outro benefício desses programas é a promoção dos chamados circuitos curtos de comercialização, com menos transporte e desperdício de alimentos.

Mas para que programas de política pública, como o PAA e PNAE, atinjam plenamente seus objetivos é necessário que os produtores recebam apoio para o desenvolvimento e gerenciamento dos projetos, pelos organismos oficiais de assistência técnica e extensão rural e de parcerias, como a que pode ser firmada com as universidades através da extensão universitária. Uma área de assentamento pode ser considerada um sistema agrário formado por um conjunto de subsistemas, representados pelas diferentes unidades de produção, no trabalho de extensão essa totalidade deve ser desvendada em conjunto com o público dos seus serviços através de ferramentas que permitam a participação no diagnóstico da realidade e na construção de propostas de intervenção. ([SUZANEIDE, et. al, 2011](#); [VERDEJO, 2006](#))

O objetivo desse trabalho é retratar o impacto do PAA no assentamento Córrego Rico e como a extensão universitária pode contribuir para o acesso ao mesmo; os ganhos e dificuldades e a avaliação das famílias sobre o Programa; o impacto do PAA na renda das famílias; as mudanças no sistema produtivo em decorrência da participação no Programa; a identificação dos principais produtos entregues para o PAA e uma estimativa da contribuição do Programa para a segurança alimentar das famílias. Também são apresentadas ações de extensão que visam maior inserção dos produtores em mercados institucionais.

MATERIAIS E MÉTODOS

O assentamento Córrego Rico foi escolhido para esse estudo pela familiaridade com as famílias, o desenvolvimento de um projeto de extensão universitária no local, a proximidade do assentamento com o município de Jaboticabal e seu potencial como fornecedor de produtos da agricultura familiar para mercados institucionais. Como pode ser visto na imagem por satélite (Figura 1), o assentamento aparece como uma área de diversidade num entorno dominado pela cultura da cana de açúcar.

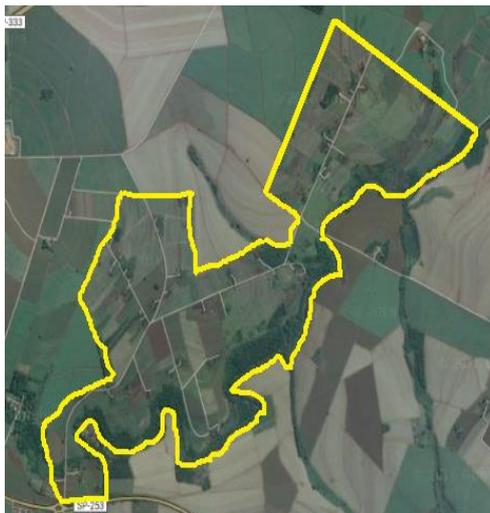


Figura 1. Os limites do assentamento Córrego Rico
Fonte: Google Earth, 2016

A luta pelo acesso à terra dos assentados do Córrego Rico teve início quando trabalhadores sem-terra participaram das ocupações pós-greife de Guariba, em 1984, e acabaram por ocupar as terras do horto da “Ferrovias Paulista S/A” (FEPASA), em 29 de maio de 1998. Inicialmente foram assentadas 47 famílias, mas estima-se que atualmente em torno de 60 famílias moram no assentamento. O assentamento possui 468 hectares de área total e 362 hectares de área agrícola. Em 2003 foi criada a “Associação de Produtores da Agricultura Familiar A Terra Rica”, atualmente responsável pelos projetos conjuntos do PAA e PNAE. Algumas famílias do assentamento acessam esses programas individualmente, entregando principalmente para a prefeitura de Araraquara, e também o Programa Paulista de Agricultura de Interesse Social (PPAIS), com a entrega de alguns produtos para o campus de Jaboticabal da Unesp.

Para a realização da pesquisa de campo foi utilizado um questionário semiestruturado, contendo questões relativas à situação dos assentados e características de sua propriedade e do sistema produtivo; sua inserção no PAA; se conseguiram ou não atender a todas as demandas do Programa e se atingiram a cota a que tinham direito.

Questionários são classificados em três tipos: inteiramente estruturados, semiestruturados e de observação participante. Os semiestruturados possibilitam um pouco mais de abertura que os inteiramente estruturados, por conter perguntas que permitem a intervenção do entrevistador e serem mais rápidos que a observação participante, baseada em perguntas abertas e depoimentos dos entrevistados ([BAUER; GASKELL, 2002](#)).

[Boni e Quaresma \(2005\)](#) classificam os questionários semiestruturados como uma mistura de perguntas abertas e fechadas, onde o entrevistador fica livre para limitar o volume de informações e direcionar o tema, além de esclarecer os pontos que não ficaram tão claros; seguindo ao mesmo tempo um conjunto de questões pré-definidas. Esse tipo de questionário apresenta a possibilidade de evitar enganos no entendimento do entrevistado e de determinar a duração da entrevista em cima de cada tema. A qualidade vai depender do entrevistador e das questões por ele pré-definidas.

Nesta pesquisa os questionários foram aplicados pessoalmente na forma de entrevista com os proprietários do lote, marido e mulher quando foi possível. As respostas foram posteriormente transferidas para um banco de dados no programa Excel e analisados de acordo com a categoria a qual a pergunta correspondia. As entrevistas foram feitas no

segundo semestre de 2015 e primeiro semestre de 2016 e foram entrevistadas todas as 21 famílias do assentamento de Córrego Rico que participavam ou já haviam participado do PAA. Também foram entrevistados os presidentes da associação de produtores do assentamento.

Uma das principais ações de extensão universitária realizada no assentamento foi um curso de 120 horas de produção orgânica de hortaliças. O curso partiu de uma demanda de um grupo de produtores que estão investindo numa produção orgânica/agroecológica certificada. As atividades práticas ocorreram nos próprios lotes e o curso foi uma boa oportunidade de diálogo e compartilhamento do conhecimento técnico de professores e alunos com o conhecimento empírico e prático dos produtores.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Características das famílias entrevistadas e dos lotes

Em relação às características das famílias entrevistadas, a pesquisa de campo levantou os seguintes dados: A idade média do casal principal era de 55 anos para os homens e 53 anos para as mulheres; a casa principal abrigava uma média de três moradores e 85 % dos maiores de 18 anos trabalhavam no lote. A composição demográfica das famílias entrevistadas aparece na Figura 2.

Em relação ao trabalho fora do lote, os resultados estão representados na Figura 3. Como pode ser observado, são principalmente os filhos e as mulheres que saem do assentamento para trabalhar.

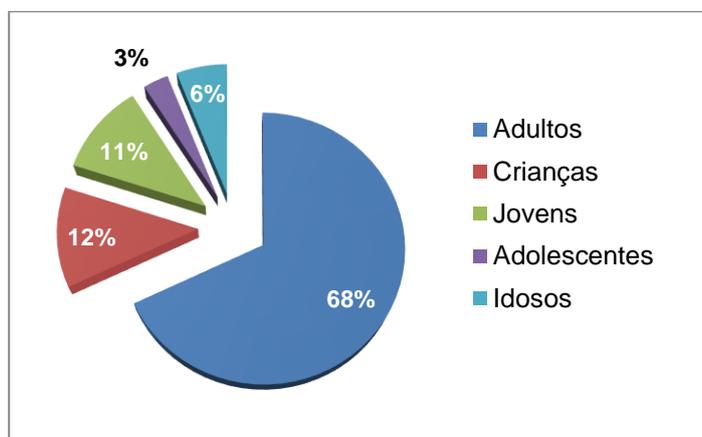


Figura 2: Composição das famílias entrevistadas

Fonte: Pesquisa de campo 2015/16

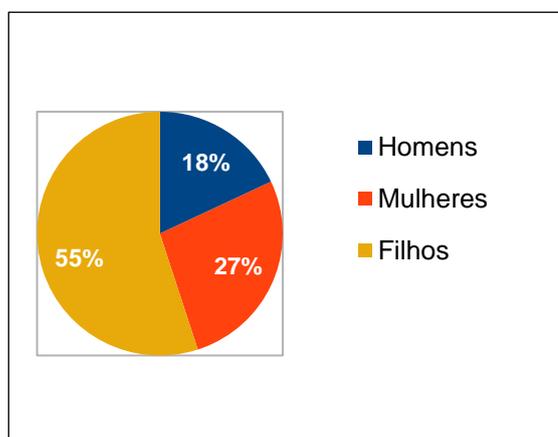


Figura 3: Porcentagem dos membros da família que realizavam trabalho fora do lote

Fonte: Pesquisa de campo, 2015/16

Os lotes dos assentados entrevistados variaram de um mínimo de 4 ha para um máximo de 9,7 ha, dependendo de sua localização, ficando a média em 7,35 ha. Dos entrevistados, nenhum contratava trabalhador permanente, mas 53% contratavam serviços terceirizados ou trabalhadores temporários, principalmente para serviço de trator (64%) e plantio, capina e colheita (45%).

Participação no PAA

Como já colocado, o PAA estipula um valor máximo (teto) que cada produtor portador de DAP pode entregar. Para a modalidade que os assentados mais acessaram, a Compra por Doação Simultânea, esse teto é de R\$ 6.500,00 para quem entrega individualmente e R\$ 8.000,00 para quem entrega pela associação. Dos entrevistados, 72% conseguiram atingir o teto no último ano agrícola. Esses agricultores responderam que se o teto fosse maior poderiam repassar mais produtos, ou seja, com um limite maior o PAA poderia ser um veículo mais eficiente para o escoamento de produtos que muitas vezes não tem outra saída. Os que não conseguiram entregar o teto alegaram falta de recursos para investir na produção ou problemas de saúde, e nesses casos os recursos das vendas para o PAA variaram entre R\$ 2.000,00 a R\$ 4.500,00.

Ao serem questionados há quanto tempo forneciam alimentos para o Programa, suas respostas geraram a figura abaixo:

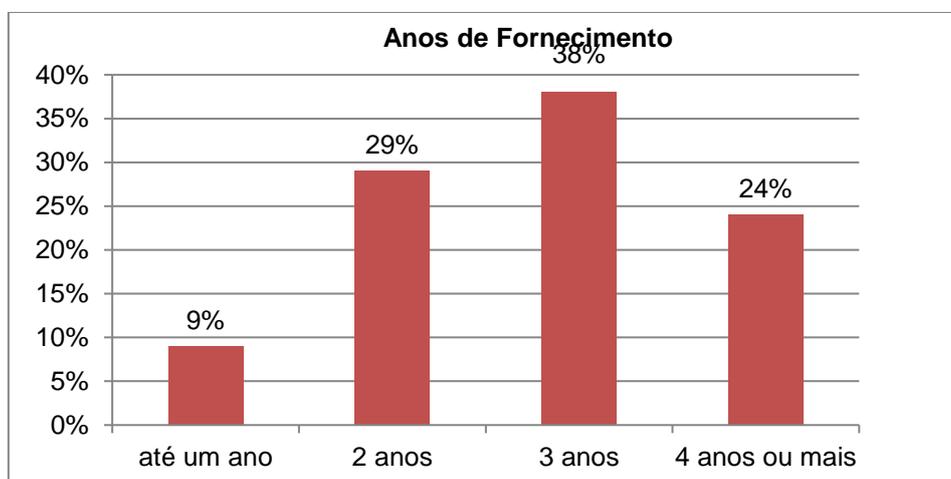


Figura 4: Tempo de fornecimento para o PAA

Fonte: Pesquisa de Campo 2015/16

Como pode ser observado na Figura 4, 62% dos entrevistados forneciam produtos para o PAA há três anos ou mais. Quando perguntados como tiveram conhecimento do Programa, as respostas remeteram a três fontes: técnicos de ATER, associação e outros agricultores. Podemos ver na Figura 5 as proporções:

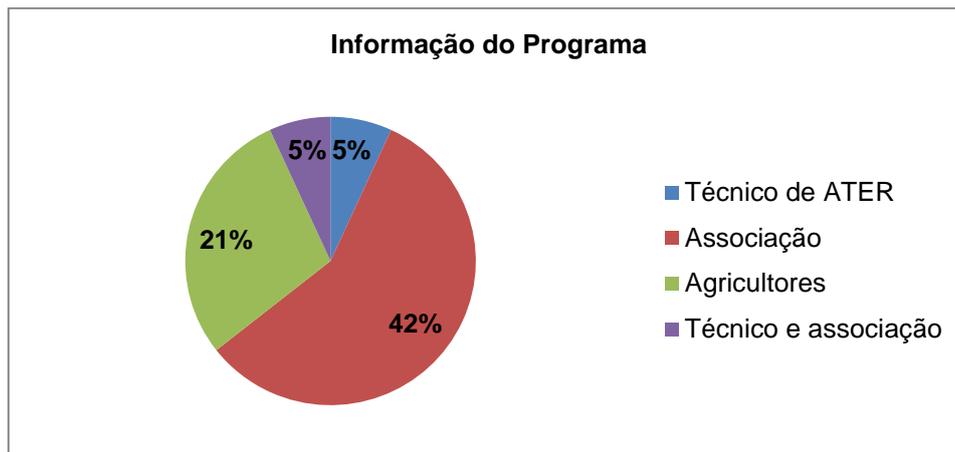


Figura 5: Como os entrevistados ficaram sabendo do PAA

Fonte: Pesquisa de Campo 2015/16

Ou seja, as organizações de produtores, como associações e cooperativas, são um importante veículo para disseminação de programas de políticas públicas para a agricultura familiar. No trabalho de Esquerdo e Bergamasco (2015), a falta de conhecimento sobre o programa é levantado como um dos problemas, tanto pelos agricultores como por gestores públicos. Como visto no gráfico acima, a dispersão é baixa por outras fontes que não sejam os próprios agricultores e suas organizações.

A pesquisa perguntava se a participação no PAA provocou mudanças nas atividades agrícolas exercidas nos lotes. Como pode ser observada na Figura 6, a maior parte dos entrevistados (58%) respondeu que a participação no Programa fez com que aumentassem a área e diversificassem a produção.

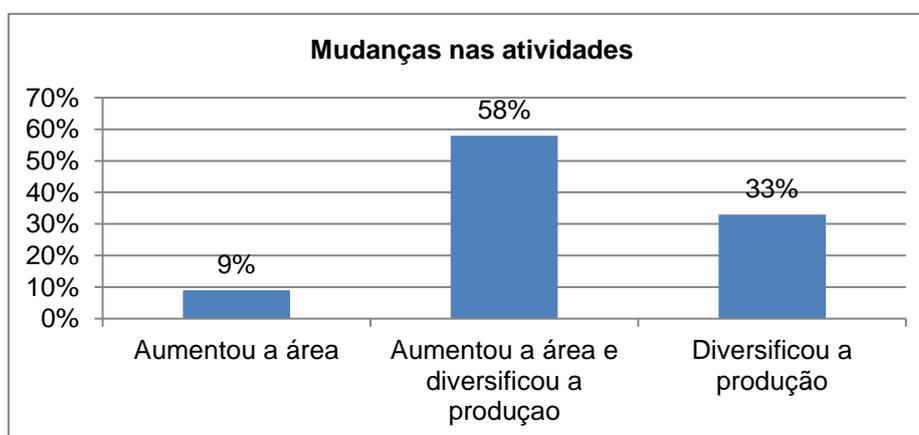


Figura 6: Mudanças na área produtiva pela participação no programa

Fonte: Pesquisa de Campo 2015/16

Para se adaptar ao Programa, 55% dos entrevistados precisaram fazer alguma melhoria no lote, sendo que a maioria deles implantou algum sistema de irrigação. Por outro lado, 80% respondeu que a renda da participação no Programa possibilitou a realização de melhorias nos lotes.

Apesar da sua importância, o PAA não é o único canal de escoamento da produção do assentamento. Quando perguntados sobre onde eram comercializados os produtos não entregues para o PAA, as respostas dos entrevistados geraram o gráfico da Figura 7. Para

81% dos respondentes os atravessadores continuam sendo os principais compradores da produção.

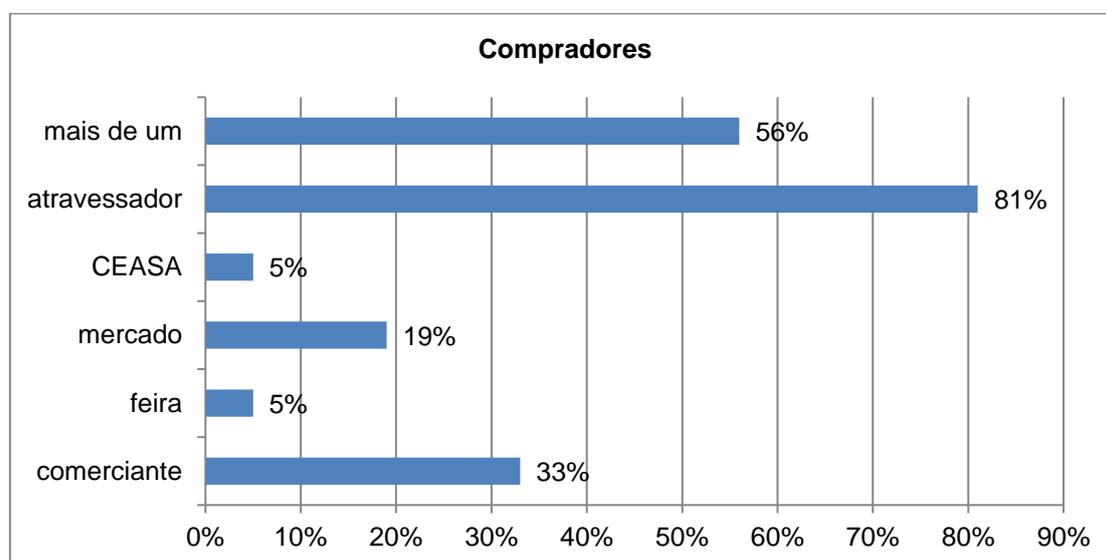


Figura 7: Canais de escoamento dos produtos que não são vendidos no PAA

Fonte: Pesquisa de Campo 2015/16

Um total de 80% dos agricultores entrevistados alegou ser mais vantajoso vender ao PAA que outros mercados. Entre os motivos elencados estão poder vender seus produtos com mais tranquilidade e ter a garantia da venda. Os restantes 20% apresentaram como principal motivo de insatisfação o atraso no pagamento. Trabalhos como os de [Grisa e Porto \(2015\)](#), [Siliprandi e Cintrão \(2015\)](#) e [Ferrante et al \(2011\)](#) confirmam que o PAA se tornou um novo canal de escoamento importante para o produtor familiar, como pode ser visto no assentamento de Córrego Rico. Para alguns produtos que integram as vendas para o Programa, a porcentagem entregue chega a 100%.

Poucos agricultores conseguiram afirmar com certeza se o Programa pagava mais ou menos que outras vias de comercialização, mas 29% deles indicou um acréscimo de 20 a 35% a mais. Quando indagados se o preço do PAA era justo, 80% respondeu que, em geral, consideravam o preço justo. Mas perto da metade deles alegou insatisfação com o preço de algum produto específico, conforme a Tabela 2. Uma das dificuldades de comparação do preço pago pelo Programa em relação a outras vias de comercialização é que o preço contratado é fixo para o tempo de duração do projeto, ou seja, não está sujeito às variações do mercado, podendo estar, portanto, acima ou abaixo do preço de mercado num determinado momento.

Tabela 2. Produtos com preço considerado insatisfatório pelos entrevistados.

Produto	Nº de agricultores insatisfeitos*	Produto	Nº de agricultores insatisfeitos*
Brócolis	2	Milho	1
Folhagens	2	Quiabo	1
Hortaliças	3	Mandioca	1

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015/16

*Número de produtores insatisfeitos com o preço do produto

O levantamento dos produtos entregues para o PAA gerou a Tabela 3. Como pode ser observado, a mandioca aparece como principal produto, notadamente pela facilidade de seu cultivo.

Tabela 3. Principais produtos entregues para o PAA

Produtos	% de agricultores*	Produtos	% de agricultores*	Produtos	% de agricultores*
Mandioca	85%	Milho verde	25%	Rabanete	5%
Manga	65%	Berinjela	25%	Brócolis	5%
Abobora	60%	Jaca	20%	Abobrinha	5%
Abacate	55%	Acerola	20%	Almeirão	5%
Quiabo	35%	Alface	15%	Couve	5%
Banana	35%	Pepino	15%	Abobora Seca	5%
Goiaba	35%	Cheiro Verde	10%	Batata	5%
Limão	35%	Maxixe	10%	Morango	5%
Jiló	30%	Milho	10%	Soja	5%

Fonte: Pesquisa de Campo 2015/16

*Porcentagem de produtores que entregavam o produto

Os produtos entregues ao PAA podem ter diferentes graus de processamento, mas no caso do Córrego Rico a maioria dos produtos era entregue in natura. Apenas três produtores entregavam mandioca descascada, o que pode ser considerado grau médio de processamento.¹

No momento da pesquisa os assentados participavam do PAA através da associação “Terra Rica”, que entregava os produtos para a Conab e realizava o pagamento, de acordo com o entregue por cada produtor.

Para aferir as dificuldades que os produtores encontravam para participar no Programa, foi pedido ao entrevistado que desse uma nota de 0 a 5 de acordo com o grau de dificuldade do problema em questão, num total de sete opções: não pode entregar mais que o teto do Programa; dificuldades para produzir; dificuldade de entregar o produto no ponto de coleta ou recebimento; atraso no pagamento; falta de pagamento; problemas com a gestão da associação e falta de assistência técnica. A nota 5 representava alto grau de dificuldade e a 0 que a alternativa não consistia em problema significativo. Com as respostas se obteve o gráfico da Figura 8:

¹ In Natura: não possuem nenhum tipo de processamento.

Médio grau de processamento: aquele que pode ser feito na própria unidade produtiva, como legumes descascados e ovos higienizados e embalados.

Alto grau de processamento: que precisam ser industrializados em local específico.

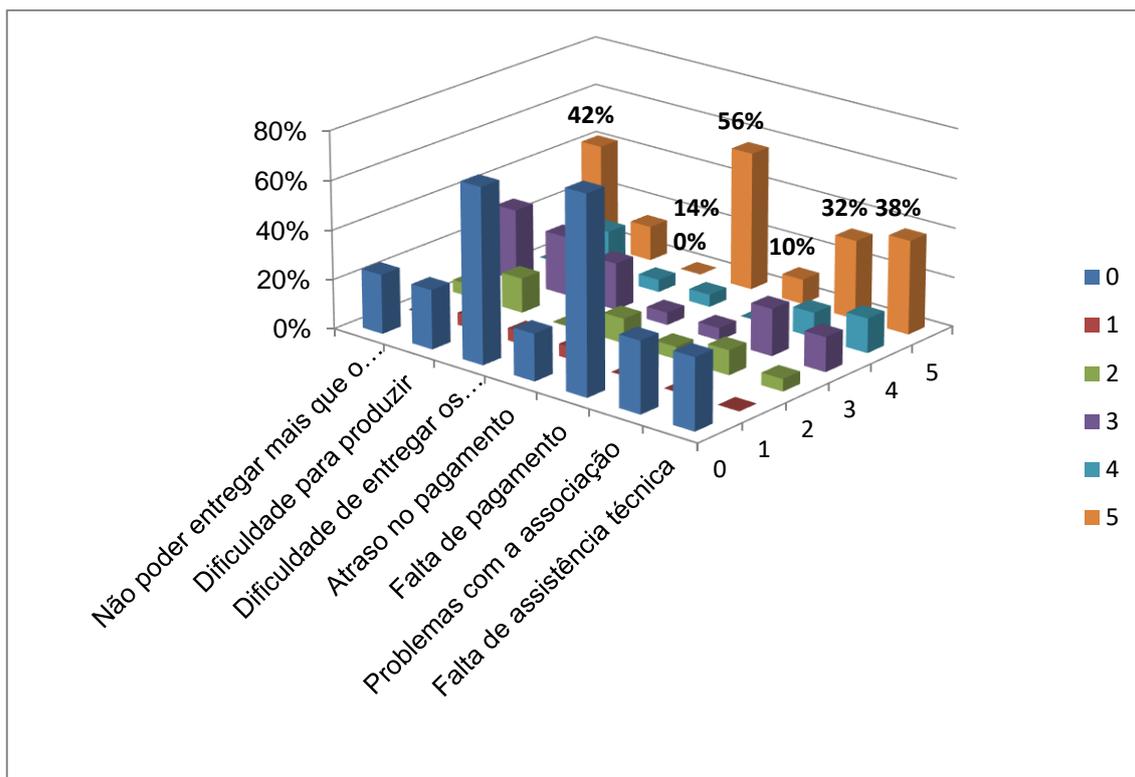


Figura 8: Problemas encontrados pelos agricultores em seus lotes de acordo com a dificuldade
Fonte: Pesquisa de Campo 2015/16

Pelos resultados apresentados na Figura 8, as alternativas: não pode entregar mais do que o teto estipulado pelo Programa; atraso no pagamento e falta de assistência técnica foram as que receberam o maior número de notas 5, embora a opção referente a problemas com a associação tenha recebido uma porcentagem de notas altas próxima à da falta de assistência técnica. Por outro lado, as alternativas que os entrevistados menos consideraram um problema foram referentes às dificuldades para entregar o produto e falta de pagamento.

A insatisfação com o teto do Programa, ou com a falta de assistência técnica, aparece também nos trabalhos de [Esquerdo e Bergamasco \(2015\)](#), [Camargo et al \(2013\)](#) e [Ferrante et al \(2011\)](#). A deficiência na assistência técnica prestada aos assentamentos é uma reclamação recorrente, que se torna ainda mais preocupante no cenário atual de extinção do MDA e cancelamento de vários concursos na área de ATER.

As respostas relativas aos principais problemas encontrados para produzir geraram a Tabela 4.

Tabela 4: Problemas encontrados pelos agricultores para produzir.

Problemas	% de agricultores
Falta de assistência técnica	10%
Doenças e pragas nas plantas	57%
Falta de água para irrigação	52%
Falta de capital de giro	38%
Solo ácido	10%
Falta de maquinário	24%
Não ter onde entregar	10%
Clima	10%
Conseguir sementes	5%
Conseguir esterco	5%

Fonte: Pesquisa de Campo 2015/16

O PAA e a segurança alimentar

O PAA pode contribuir para a segurança alimentar das famílias através do aumento e maior diversificação da produção ou por um incremento na renda familiar. A seguir apresentamos os resultados das questões referentes à renda das famílias entrevistadas, o aporte do Programa na alimentação e ainda o resultado da aplicação do questionário da Escala Brasileira de Medida de Insegurança Alimentar (EBIA).

Para aferir a renda familiar, o questionário pedia ao entrevistado que escolhesse uma entre várias opções de faixa de renda. As respostas geraram o gráfico da Figura 9

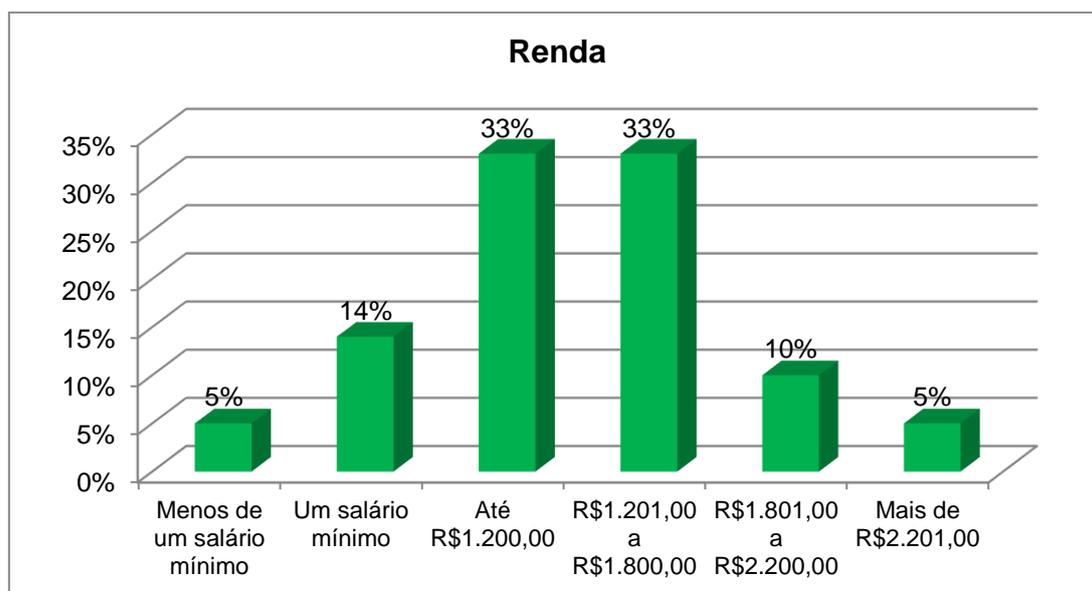


Figura 9: Porcentagem dos agricultores de acordo com a faixa de renda

Fonte: Pesquisa de Campo 2015/16

Como pode ser observado na Figura 9, a maioria das famílias entrevistadas encontrava-se numa faixa de renda entre R\$ 1.200,00 e R\$ 1.800,00. Quando questionados se a participação no PAA melhorou a renda familiar, 80% respondeu que sim, embora não soubessem precisar de quanto foi esse aumento.

Por outro lado, quando perguntados se o PAA melhorou a alimentação da família, 50% respondeu que sim, por causa do incremento na renda e diversificação da produção. Os que disseram que não, alegaram que muito já era produzido na propriedade e mesmo com maior renda, acabaram não modificando a alimentação. Quem respondeu que houve melhoria na alimentação foi perguntado quais alimentos passarão a ser consumidos após a participação no PAA. As respostas estão agrupadas na Figura 10:

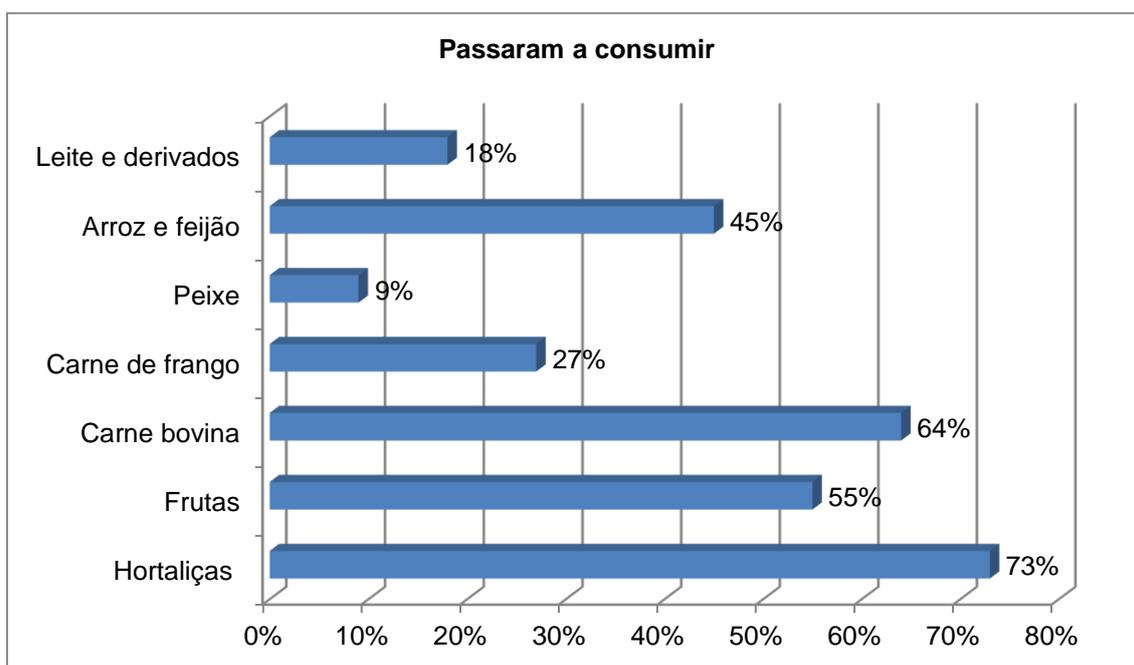


Figura 10: Alimentos que os agricultores passaram a consumir ao participar do PAA

Fonte: Pesquisa de Campo 2015/16

Os produtos que passaram a ser mais consumidos pela maioria dos assentados foram hortaliças, carne bovina e frutas. No caso das hortaliças e frutas os assentados relataram que o aumento do consumo se deve ao aumento da produção para a entrega para o Programa, já no caso da carne bovina, o maior consumo está ligado ao aumento na renda familiar.

Como já mencionado, também foi aplicado entre os entrevistados o questionário da EBIA, uma metodologia desenvolvida nos EUA e adaptada à realidade brasileira, que pede diferentes níveis de insegurança alimentar: leve, moderada e grave, conforme retratado na Figura 11.

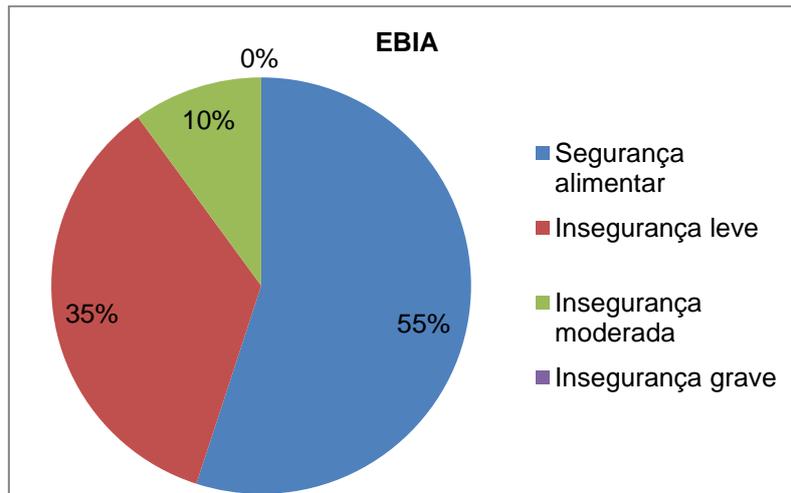


Figura 11: Escala Brasileira de Insegurança Alimentar dos participantes do programa
Fonte: Pesquisa de Campo 2015/16

Não foi constatado nenhum caso de insegurança alimentar grave entre as famílias entrevistadas, e mais da metade encontrava-se na situação classificada como segurança alimentar. Quando somados as taxas de segurança alimentar e a insegurança leve, temos um total de 90% dos entrevistados, restando apenas 10% com insegurança moderada. Ou seja, o PAA no Córrego Rico parece estar cumprindo um de seus objetivos que é a promoção da segurança alimentar.

Quando relacionamos a renda com a segurança alimentar, verifica-se que ao aumentar a renda diminui-se a insegurança alimentar, chegando a 100% de segurança alimentar com renda por volta dos R\$ 1.800,00/mês. Por outro lado, um salário mínimo por mês, não foi suficiente para garantir a segurança alimentar no caso estudado.

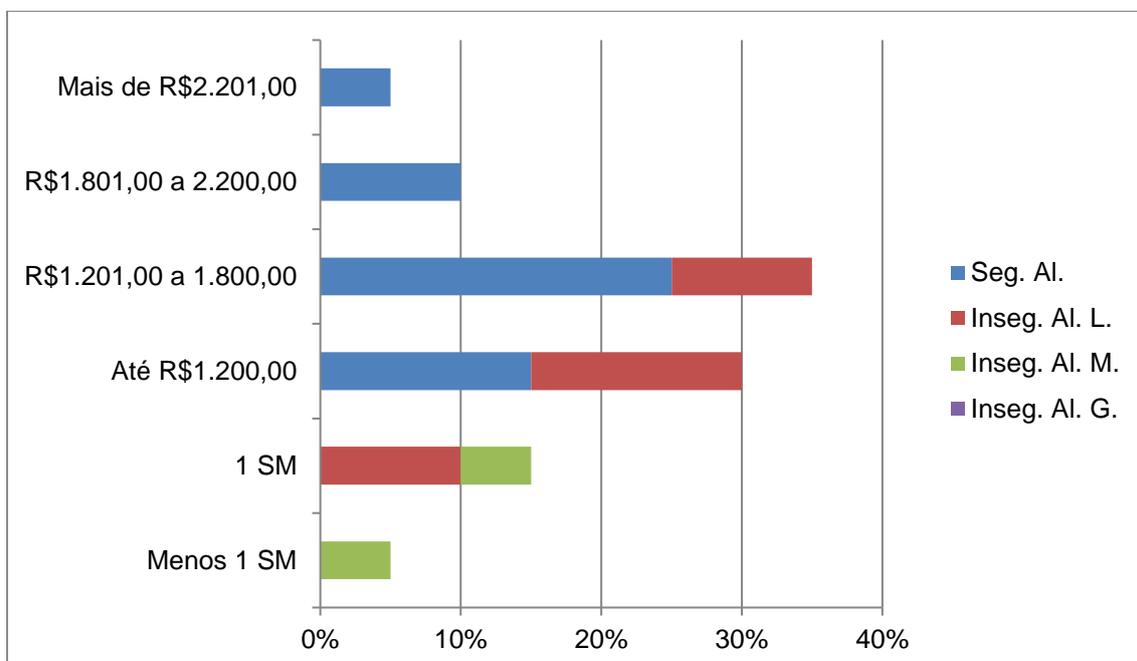


Figura 12: EBIA de acordo com a faixa de renda
Fonte: Pesquisa de Campo 2015/16

Produção orgânica/agroecológica e a extensão universitária

Do total de produtores entrevistados, 29% se considerava orgânico/agroecológico, por não fazer uso de agroquímicos, mas não possuíam nenhum tipo de certificado, e, portanto, não recebiam à mais pelos produtos entregues para o PAA. Praticamente metade deles respondeu que gostaria de ter produção orgânica certificada, por considerar ser melhor para a saúde, gastar menos com venenos e adubos e agregar valor à produção. Os que não têm interesse alegaram a dificuldade de produzir sem insumos químicos, o excesso de pragas e a falta de conhecimento sobre os orgânicos.

Após a realização dessa pesquisa, o grupo que gostaria de ter uma produção orgânica certificada demonstrou interesse em aprofundar os conhecimentos sobre técnicas de produção orgânica e agroecológica, de forma a facilitar o processo de transição.

A transição agroecológica deve ser vista como um processo gradativo de recuperação do equilíbrio de um agroecossistema, e não apenas o abandono de práticas proibidas na certificação orgânica, como o uso de insumos químicos. Como bem resume [COSTABEBER \(2006\)](#):

Mestres agroécólogos, como Stephen Gliessman e Miguel Altieri, nos alertam a respeito dos níveis da transição agroecológica e sua complexidade inerente, sugerindo – como referência geral e didática – a existência de pelo menos três níveis fundamentais, que vão do mais simples ao mais complexo: a racionalização do uso de insumos, a substituição de insumos e o redesenho de agroecossistemas.

O trabalho de extensão universitária no assentamento Córrego Rico busca atuar nos três níveis da transição agroecológica. No que diz respeito à racionalização do uso e substituição de insumos, foram feitas análises de solo nos lotes de todos os interessados, com recomendações de correção de acidez e adubação fosfatada com produtos de baixa solubilidade como os fosfatos reativos. Também foram realizadas várias oficinas sobre a importância da conservação do solo, compostagem, cobertura morta, caldas naturais, irrigação, época apropriada para o plantio e colheita das principais hortaliças, controles alternativos de invasoras, pragas e doenças. A maior parte dessas oficinas fizeram parte de um curso de 120 horas de produção orgânica de hortaliças.

O compartilhamento de conhecimentos e informações no processo de transição agroecológica pode se dar por diferentes vias, desde que mantendo uma dinâmica de interação dialógica. No caso do assentamento Córrego Rico, além das oficinas já mencionadas foram realizadas visitas de intercâmbio, para incentivar a troca de experiências agricultor-agricultor. Na Figura 13, um grupo de produtores do Córrego Rico visita sistemas agroflorestais ((SAFs) no assentamento Mário Lago, em Serrana. A visita estimulou os produtores a tentar pequenos experimentos de SAFs em seus próprios lotes.



Figura 13: visita ao assentamento Mário Lago, em Ribeirão Preto
Fonte: Autores, 2017

O redesenho de agroecossistemas implica em novos plantios ou arranjos produtivos, mas também na recuperação cultivos, principalmente de espécies perenes, abandonados ou mal manejados. A Figura 14 mostra uma oficina de manejo de banana que juntou produtores assentados e alunos e professores da Unesp.



Figura 14: Oficina de manejo de banana
Fonte: Autores, 2017

A banana é uma cultura bastante importante no assentamento por sua aceitação nos programas PAA e PNAE. Além da recuperação de antigos plantios, o projeto investe também em novas áreas e em mudas melhoradas, como é o caso do cultivo da Figura 15, onde a variedade Grande Naine está sendo cultivada em consórcio com glicíndia, uma

leguminosa arbustiva, e com ampla cobertura do solo, uso de composto e manejo do capim braquiária por roçada.

Uma das dificuldades com a cultura da banana é a necessidade de climatização, exigida mesmo por mercados institucionais, para a uniformidade de maturação dos frutos. A próxima viagem de intercâmbio programada pelo projeto de extensão universitária é para visitar agroindústrias montadas no assentamento Sepé Tiarajú, em Serrana, onde foram instaladas câmaras de maturação.

O cultivo de frutíferas apresenta grande potencial para o fornecimento para mercados institucionais pelos assentamentos, principalmente se as restrições de sazonalidade forem contornadas com métodos simples de processamento, como a fabricação de polpa congelada e doces.



Figura 15: Cultivo de banana Grande Naine intercalado com estacas de gliricídia para a produção de matéria orgânica.

Fonte: Trabalho de campo, 2017

Como continuidade das ações do projeto de extensão universitária no assentamento, estão sendo discutidos no momento temas como uma maior racionalização e tecnificação da produção de frangos e ovos, o aproveitamento das chamadas águas cinzas para irrigação de frutíferas e sistemas de irrigação de baixo custo para hortaliças.

CONCLUSÕES

Como demonstrado, os programas de políticas públicas podem contribuir significativamente para a melhoria das condições de vida dos agricultores familiares, embora seja possível afirmar que essa contribuição ainda está aquém do potencial dessas iniciativas. O PAA é o programa de acesso a mercados institucionais mais presente nos assentamentos da reforma agrária, mas seu impacto seria maior se o teto por DAP aumentasse e mais projetos fossem aprovados.

No assentamento Córrego Rico, menos da metade das famílias acessavam o PAA quando a pesquisa de campo foi realizada. Não foi objeto deste trabalho levantar os motivos

pelos quais as demais famílias não estavam se beneficiando de programas de acesso a mercados institucionais como o PAA e PNAE, mas esse seria um tema interessante para futuras pesquisas. Os programas de políticas públicas que tem como objetivo desenvolver a agricultura familiar e contribuir para a segurança alimentar deveriam atuar de forma conjunta, com menos burocracia, mais projetos e mais assistência técnica. O crédito do Pronaf, por exemplo, poderia impulsionar a produção para mercados institucionais, mas quase metade dos entrevistados encontravam-se inadimplentes com essa modalidade de crédito rural e impossibilitados de contrair novos empréstimos.

Também foi visto que um dos impedimentos para um pleno desenvolvimento de iniciativas como o PAA é a falta de estrutura básica de produção nos assentamentos. Um dos principais problemas levantados, a falta de água para irrigação, impedia a produção de hortaliças durante o ano todo em vários dos lotes visitados. Nesse sentido, a extensão universitária, sobretudo quando atua em conjunto com os organismos oficiais de assistência técnica e extensão rural, pode promover o diálogo entre o conhecimento, a pesquisa e o ensino acadêmicos com o dia a dia prático de produtores e técnicos.

SUBMETIDO EM 15 set. 2017

ACEITO EM 15 dez. 2019

REFERÊNCIAS

[ABREU, K. D. R. D.](#) Agricultura Familiar e Políticas Públicas: Um olhar sobre o Programa de Aquisição de Alimentos e o desenvolvimento dos agricultores familiares. In: **Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social**, 6. 2012. Anais. São Paulo: PUC, p. 1-18 p, 2012.

[BAUER, M. W; GASKELL, G.](#) **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: Um Manual Prático**, tradução Guareschi, P. A., Petrópolis, RJ. 2002.

[BONI V.; QUARESMA S. J.](#), Aprendendo a Entrevistar: Como Fazer Entrevistas em Ciências Sociais, **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política** da UFSC, Vol. 2, Nº 1, p.68-80, 2005.

[BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social.](#) Disponível em: < <http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa> >. Acesso em 12 Set. 2016

[CAMARGO, R. A. L.; BACCARIN, J.G. SILVA, D. B. P.](#) Mercados institucionais para a agricultura familiar e soberania alimentar. **Revista NERA** (UNESP), v. 32, p. 34-55, 2016.

[CAMARGO, R.A.L; BACCARIN, J.G; SILVA, D.B.P.](#) O papel do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no fortalecimento da agricultura familiar e promoção da segurança alimentar. **Revista Temas de Administração Pública**. Araraquara-SP: FCLAr/UNESP, v. 8, n. 2, 2013.

[COSTABEBER, J.A.](#) Transição Agroecológica: rumo à sustentabilidade. **Revista Agrícolas** - v. 3 - no 3, p. 533-548, 2006.

[DELGADO, G. C.; CONCEIÇÃO, J. C. P. R.; OLIVEIRA, J. J.](#) **Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA)**. Brasília: Ipea, 2005

[FERRANTE, V. L. S. B. DUVAL H. C. GÊMERO C. G.](#) Sistemas Produtivos e Políticas Públicas em Assentamentos Rurais do Estado de São Paulo: similitudes e diferenças entre duas regiões, **Revista Agrária**, São Paulo, No. 14, p. 23-54, 2011.

[ESQUERDO, V. F. S.; BERGAMASCO, S. M. P. P.](#) Análise sobre o Acesso aos Programas de Políticas Públicas da Agricultura Familiar nos municípios do circuito das frutas (SP), **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba -SP, Vol.52, Supl.1, p. S205-S222, 2015.

[GRISA, C.; PORTO, S.I.](#) Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. In: GRISA, C; SCHNEIDER, S. (Org.) **Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 19-52, 2015.

[GRISA, C.; PORTO, S.I.](#) Dez Anos de PAA: As contribuições e os desafios para o desenvolvimento rural. In: GRISA, C; SCHNEIDER, S. (Org.) **Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 155-176, 2015a.

[SILIPRANDI, E; CINTRÃO, R.](#) Mulheres rurais e políticas públicas no Brasil: abrindo espaços para o seu reconhecimento como cidadãs. In: GRISA, C; SCHNEIDER, S. (Org.) **Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 571-592, 2015.

[SIMÃO G. L., SILVA, E. A.; SILVEIRA, S. F. R.](#), Grau de Cobertura do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) Junto aos Agricultores Familiares do Estado de Minas Gerais. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba-SP, Vol. 52, No 03, Jul/Set, p. 533-548, 2014.

[SUZANEIDE, F. S. M.; DANTAS, M. E.; SALLES, M. C.T; CEZAR FILHO, P.; DUARTE, A. K. N.; MEDEIROS, J. L. B.](#) **Diagnóstico Rural Participativo (DRP)** uma ferramenta necessária para investigação/intervenção. IPEA, CODE 2011. Disponível em: www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area7/area7-artigo59.pdf

[VERDEJO, M.E.](#) **Diagnóstico rural participativo: guia prático DRP**. Brasília: MDA Secretaria da Agricultura Familiar, 2006.



A ARTE DE ENCANTAR PRÉ-ESCOLARES COM HISTÓRIAS SOBRE SAÚDE BUCAL

*Mariane Carolina Faria Barbosa**
Marina de Moraes
Danyara Tamires Becker de Souza
Leandro Araújo Fernandes
Daniela Coelho de Lima

RESUMO

A manutenção de uma condição bucal favorável, nos primeiros anos de vida, é de fundamental importância e previne a ocorrência de tratamentos mais invasivos. O objetivo do presente trabalho é descrever as experiências educativo-preventivas em saúde bucal para pré-escolares vivenciadas por meio do Projeto de Extensão “Contos e Encantos”, realizado em Centros Municipais de Educação Infantil (CEMEIs) da cidade de Alfenas, Minas Gerais. Tendo em vista o papel da extensão na formação acadêmica e na busca por melhorias sociais, este trabalho retrata os resultados encontrados em um projeto de educação sobre saúde bucal envolvendo crianças (6 meses a 5 anos), pais e cuidadores no âmbito pré-escolar nos anos de 2013 a 2017. Foram direcionadas atividades educativas e preventivas utilizando materiais lúdicos e apropriados para a faixa etária. Ao longo da realização da ação, foi aplicado um roteiro investigativo aos pais/responsáveis pelas crianças durante as reuniões pedagógicas nos CEMEIs, além de ações conscientizadoras para esse público por meio da distribuição de panfletos informativos e palestras. Foram abordados 14 CEMEIs, com um total de 1.331 crianças e 943 pais e/ou responsáveis participantes, que responderam a um inquérito investigativo, por meio do qual pode-se notar a conhecimento prévio sobre o assunto abordado, visto que 40,20% dos pais consideram que hábitos bucais deletérios (sucção de dedo, chupeta e mamadeira), possam influenciar a criança no relacionamento com outras pessoas (convívio social, relação emocional ou psicológica), além de que 66,50% associam a presença destes hábitos com o aparecimento de alguma alteração nos dentes. De maneira geral, o projeto Contos e Encantos promoveu uma transmissão do conteúdo temático às crianças e, associada à colaboração de pais e cuidadores, desenvolveu uma metodologia lúdica e eficaz, promovendo um aprendizado diferenciado aos acadêmicos participantes devido às ações na área de educação em saúde e o contexto extramural em que as ações foram desenvolvidas. Assim, a extensão possibilitou a democratização do saber acadêmico contribuindo com a sociedade.

Palavras chave: Educação em Saúde. Promoção de saúde. Orientação Infantil. Saúde Bucal. Pré-escolares.

* Mestrado em Ciências Odontológicas (UNIFAL). Contato: marianecarolinabarbosa@gmail.com.

THE ART OF ENCHANTING PRESCHOOLERS WITH ORAL HEALTH STORIES

ABSTRACT

Oral health care in the first years of life is fundamental and can mean the difference between maintaining a favorable condition or the need for a more invasive treatment. The objective of the present paper was to describe the educational-preventive experiences in oral health for preschool children accomplished in the Extension Project "Contos e Encantos" (Tales and Charms), carried out in Centros Municipais de Educação Infantil (Municipal Children's Education Centers) (CEMEIs) in Alfenas, a city of Minas Gerais. Thinking about the Extension Project and its role in academic life and the seek for social awareness, this paper presents the results found in a project on oral health education involving children (6 months to 5 years), parents and caregivers in the pre-school during the years of 2013 to 2017. Educational and preventive activities were directed using playful and appropriate materials for the age group. Throughout the course of action, an investigative script was applied to the parents/caregivers during the pedagogical meetings in the CEMEIs, in addition to awareness-raising actions to this public through the distribution of informative pamphlets and lectures. In total 14 CEMEIs were studied, with a total of 1,331 children and 943 parent/caregivers participating, who responded to an investigative inquiry, where it can be perceived that they had some knowledge, since 40.20% of the parents considered that deleterious habits can influence the child in the relationship with other people (social interaction, emotional or psychological relationship), and 66.50% associate the presence of these habits with the appearance of some alteration in the teeth. In general, the Contos e Encantos project promoted a transmission of thematic content to children and, together with the collaboration of parents and caregivers, developed a ludic and effective methodology, promoting a differentiated learning to the participating students due to the actions in the area of health education and the outside context in which it was developed. That way, the extension project allowed the democratization of academic knowledge contributing to society.

Keywords: Health Education. Health promotion. Child Guidance. Oral health. Child, Preschool.

EL ARTE DE ENCANTAR PREESCOLARES CON HISTORIAS EN SALUD BUCAL

RESUMEN

La atención de la salud bucal desde los primeros años de vida es de fundamental importancia, una vez que esta puede significar la diferencia entre mantener una condición favorable o la necesidad de realizar un tratamiento odontológico invasivo. El objetivo de este trabajo fue describir las experiencias educativo-preventivas sobre la salud bucal con alumnos en edad preescolar durante la realización del proyecto de extensión "Contos e Encantos" (Cuentos y encantos), que envolvió niños con edades entre 6 meses y 5 años, así como también sus padres y los responsables por cuidar a estos niños, en los Centros Municipais de Educação Infantil (centros de educación infantil) (CEMEIs) de la ciudad de Alfenas-MG-Brasil entre los años de 2013 a 2017. Teniendo en cuenta la importancia del papel de las actividades de extensión a la comunidad para la formación de los estudiantes

de Odontología y paralelamente la busca de mejoras en la cualidad de vida de la sociedad. Fueron realizadas actividades educativas y preventivas utilizando materiales recreativos apropiados para cada grupo de edad. Durante la realización de las acciones fue aplicado un plan investigativo a los padres/responsables de los niños durante las reuniones pedagógicas en los CEMEIs, además de las acciones de concientización a ese público por medio de panfletos y charlas. Fueron visitados 14 CEMEIs con un total de 1331 niños y 943 padres o responsables, que respondieron a un cuestionario, a través del cual pudo ser observado que ellos poseían algún tipo de conocimiento, una vez que 40,20% de los padres consideran que hábitos perjudiciales pueden influenciar a un niño en su relación con otras personas (convivencia social, relación emocional o psicológica), además de que 66,50% asocian la presencia de estos hábitos con el surgimiento de alguna alteración en los dientes. El proyecto Cuentos y Encantos abrió la posibilidad para la transmisión de un contenido temático a los niños y junto con la colaboración de los padres y cuidadores desarrolló una metodología recreativa eficaz, promoviendo al mismo tiempo un aprendizaje diferenciado de los estudiantes que participaron gracias a las acciones en el área de educación de salud y a las actividades extramuros en que este proyecto fue desarrollado, promoviendo la democratización de los conocimientos académicos como contribución a la sociedad.

Palabras clave: Educación en salud, Promoción de salud, Orientación infantil, Salud bucal, Preescolares

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o Brasil vem passando por constantes mudanças no cenário socioeconômico e cultural. A maior procura por creches e instituições de assistência ao pré-escolar em tempo integral e parcial é um reflexo da maior inserção da mulher no mercado de trabalho ([SILVA et al., 2017](#)).

Nesse contexto, é importante considerar que a maior capacidade de aprendizado da criança ocorre no período desde o nascimento até o sexto ano de vida, já que nesse momento o cérebro passa por grande parte de seu desenvolvimento. Assim, observa-se que a promoção de saúde em pré-escolares é um ato relevante nesse momento da vida, na medida que podem adquirir conhecimento e incorporar hábitos saudáveis precocemente, sendo que tais práticas podem se prolongar ao longo de sua vida ([VENÂNCIO et al., 2011](#)).

Nesse ínterim, programas educativos desenvolvidos em âmbito pré-escolar, visando crianças e seus pais têm mostrado melhora na higiene bucal e redução da cárie dentária na infância ([ROCHELLE et al., 2010](#)). Com relação ao aprendizado da criança e sua associação com os pais, sabe-se que neste período elas colocam o aprendizado em prática se esse for relacionado com pessoas que exercem algum tipo de influência sobre elas. Assim, pais e responsáveis tornam-se referência de costumes relacionadas à saúde ([MASSONI et al., 2010](#)).

A cárie dentária, doença bucal mais comum no mundo, ainda é muito incidente, mesmo durante a dentição decídua. Sabe-se que esta alteração, apresenta etiologia multifatorial, relacionada a fatores socioeconômicos, dieta cariogênica, microbiota e hospedeiro susceptível. Este fato, responde a dificuldade de controle da doença, que apresenta nos programas de Educação e Saúde a base para seu declínio. A maioria destas

ações no Brasil, são direcionadas aos escolares, deixando os pré-escolares em segundo plano, apesar de que durante os primeiros anos de vida, a criança está mais susceptível a mudanças de hábitos ([MACHADO et al., 2016](#)).

No público infantil observa-se maior incidência de hábitos bucais deletérios, como a sucção de chupeta, dedo ou mamadeira. O uso de chupeta destaca-se pela alta prevalência, sendo um dispositivo amplamente utilizado por crianças em todo o mundo e que apresenta forte caráter cultural ([TURGEON-O'BRIEN, et al., 1996](#); [MOIMAZ, et al., 2010](#); [GARBIN et al., 2014](#)). Porém, quando essas práticas se prolongam durante a fase de mastigação e no período de dentição mista, pode tornar-se nocivo ao equilíbrio entre as forças musculares e deve ser eliminado ([AMARAL et al., 2010](#)).

Dessa forma, são necessárias estratégias de conscientização, adequadas para a orientação ao público infantil, por meio de atividades lúdicas, associadas a colaboração e a participação dos pais. Esse processo auxilia as crianças a compreenderem as consequências da manutenção das práticas errôneas, e assim, sentirem-se estimuladas a eliminar hábitos parafuncionais orais de sucção de digital e chupeta ([MUZULAN, GONÇALVES, 2011](#)).

Ressalta-se que o processo ensino-aprendizagem deve ser desenvolvido de maneira prazerosa, despertando na população-alvo a vontade de aprender e que estimule o desejo de alcançar os resultados pretendidos, que são: as mudanças ou a melhoria dos cuidados bucais ([VENÂNCIO et al., 2011](#)).

Nesse sentido, quando pretende-se elaborar qualquer tipo de material educativo para crianças temos que ter sempre o pressuposto de que o mundo delas é mesclado de fantasia e realidade e que elas também não estão a salvo das contradições e ambivalências do cotidiano vivido por todos nós. Incluir a fantasia nas ações educativas através de dramatizações, desenhos, colagens, possibilita que a criança possa se identificar com personagens e situações, como uma brincadeira ([FRAZÃO, NARVAI, 1996](#)).

É nesse cenário que os projetos de extensão atuam utilizando estratégias de sensibilização por meio de atividades lúdicas de forma a tornar a abordagem com crianças em idade pré-escolar mais dinâmica e de fácil entendimento, tendo como objetivo estimular os bons costumes de higiene e alimentação, além de motivar a eliminação e/ou a não incorporação de hábitos bucais deletérios, em crianças em idade pré-escolar.

OBJETIVO

O objetivo do presente trabalho é descrever as experiências educativo-preventivas em saúde bucal para pré-escolares vivenciadas por meio do Projeto de Extensão “Contos e Encantos”, realizado em Centros Municipais de Educação Infantil (CEMEIs) da cidade de Alfenas, Minas Gerais.

METODOLOGIA

O Projeto de extensão “Contos e Encantos” foi implementado a partir da necessidade de estabelecer métodos efetivos de promoção de saúde para pré-escolares, a fim de **propiciar** melhores níveis de saúde bucal. Foi instituído após reflexões acadêmicas baseadas em pesquisas bibliográficas, capacitação dos acadêmicos, elaboração de metodologia adequada à faixa etária e confecção de material didático. A partir desses aspectos **teóricos-metodológicos**, foi proposto esse projeto, com reconhecimento

institucional e desenvolvido pelos alunos do curso de graduação em Odontologia da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL).

Esse projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Universidade Federal de Alfenas, conforme parecer de nº1.189.457. Posteriormente, contatou-se a Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Alfenas, para que se formalizasse uma parceria entre os proponentes do projeto e os responsáveis pelos CEMEIs.

As atividades foram realizadas com crianças pré-escolares (6 meses a 5 anos) em Centros Educacionais Municipais de Educação Infantil (CEMEIs) do município de Alfenas, sul de Minas Gerais, e transcorreram desde o ano de 2013 até 2017. Anteriormente ao desenvolvimento das atividades, foi enviado a cada CEMEI um cronograma com todas as datas de visitas dos acadêmicos, seguidas das atividades propostas. Além disso, foi realizada uma visita de reconhecimento territorial no CEMEI, promovida para que as crianças se habituassem aos acadêmicos e para que estes pudessem conhecer o ambiente em que seriam desenvolvidas as ações, e desta forma compreender a rotina do CEMEI e de seus professores, monitores, diretores e também as características das crianças.

As ações foram executadas semanalmente no decorrer dos anos letivos e as crianças foram alocadas em equipes de acordo com faixa etária. As atividades lúdico-recreativas realizadas, tornaram o processo ensino-aprendizagem mais prazeroso e compatível ao público alvo. Além disso, os extensionistas utilizaram dramatizações, teatros de fantoches, contação de histórias, músicas, máscaras, desenhos, demonstrações em macromodelos, pinturas, jogos educativos, dinâmicas e meios audiovisuais nas abordagens.



Figura 1. Atividades lúdicas realizadas pelo projeto Contos e Encantos: (A) Contação de Histórias; (B) Máscara de dentinho; Técnica de escovação em macromodelo e (D) Certificado de participação no Projeto.

Entre os temas abordados nas atividades educativas do projeto, pode-se mencionar: alimentação saudável - principalmente quanto à utilização de alimentos com alto teor de açúcar, hábitos de higiene corporal, importância da saúde oral, técnicas de higiene bucal, cárie dentária, placa bacteriana e hábitos bucais deletérios - que incluem uso de mamadeira, chupeta e sucção digital.

Os temas, foram esclarecidos por intermédio de histórias e atividades de reforço, dentre elas: A história da “Turma da Mônica” (com orientações de higiene corporal e hábitos saudáveis de alimentação) (Figura 2-A), a história da “Julietta chupeta” (por meio da qual contava-se a história de uma criança que tinha dificuldade de falar por causa do uso da chupeta) e realizava-se uma atividade de magia, para transformar a chupeta em estrelas (Figura 2-D). Também continha a história “Pedro Chupa Dedo” (com o intuito da remoção do hábito de sucção digital) (Figura 2-C) e a história da “Mariana Mamadeira” (menina que tomava mamadeira para dormir, e que por isso seus dentes ficaram “pretos”), o estímulo foi através de copos animados para incentivar seu uso, de manequins para demonstração de hábitos de higiene bucal e desenhos para colorir (Figura 2-E). Ademais também foi contada a história do “Dentonaldo” (orientação das consequências dos hábitos de sucção deletérios e consulta odontológica) (Figura 2-B), utilizou-se a caracterização das crianças em dentistas (utilizou-se nas crianças gorro, máscara e luvas a fim de que elas fossem

estimuladas a reproduzir as práticas referentes ao cuidado com a saúde bucal e consequentemente perdessem o medo do contato com o cirurgião-dentista). Já na “História do João” as orientações eram acerca do armazenamento e compartilhamento da escova dental (Figura 2-F).



Figura 2. Material didático das histórias: Turma da Mônica (A); Dentonaldo (B); Pedro Chupa dedo (C); Julieta Chupeta (D); Mariana Mamadeira (E) e a História do João (F).

Além das atividades educativas, o projeto também englobou ações preventivas, durante as quais era realizada a escovação supervisionada (Figuras 3-A e 3-C) e entrega de kits de higiene bucal (Figura 3-D) que contemplavam: escova dental infantil, capa de proteção, dentífrico fluoretado, fio dental e sabonete, com o propósito de orientar e motivar as crianças (Figura 3). Logo após, realizava-se um exame bucal na criança (Figura 3-B), em ambiente iluminado naturalmente, com o objetivo de encaminhar, para atendimento na clínica de Odontopediatria da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL/MG) e para os Programas de Saúde da Família (PSFs) de abrangência, as crianças que necessitassem de tratamento odontológico.



Figura 3. Ações preventivas do Projeto Contos e Encantos: Escovação bucal supervisionada de crianças (A); Exame clínico intra-oral (B); Escovação supervisionada de bebês (C) e distribuição dos kits de higiene bucal (D).

Após todas as ações nos CEMEIs, promovia-se uma visita à Faculdade de Odontologia na Clínica de Odontopediatria da UNIFAL, a fim de que as crianças tivessem conhecimento de seu funcionamento, dos materiais e equipamentos e para que pudessem se habituar com a figura do cirurgião-dentista de uma forma não traumática (Figura 4-A e 4-B). Além disso, todas as crianças eram expostas a uma sessão de cinema animado, com a projeção de filmes infantis que abordavam os temas relacionados ao cuidado com a saúde bucal (Figura 4-C). Ainda nessa visita, as crianças participavam de uma sala de jogos, cuja temática também estava direcionada a conteúdos de promoção em saúde (Figura 4-D).



Figura 4. Visitação à Clínica de Odontopediatria Universidade Federal de Alfenas (A) e (B), Sessão de cinema animado (C) e Sala de jogos (D).

Durante todas as práticas, os acadêmicos foram orientados a preencher um diário de campo acerca das atividades promovidas naquele dia, com o intuito de propiciar a análise da efetividade das ações propostas pelo projeto.

Previamente às atuações nos CEMEIs, foram executadas reuniões de capacitação com os acadêmicos participantes do projeto, nas quais decorreram seminários, enfatizando temas referentes à execução do mesmo, sendo promovidas pelos discentes bolsistas, coordenadores do projeto e colaboradores, que incluem docentes em Odontopediatria e Saúde Coletiva, residentes em Saúde da Família e mestrandos em Ciências Odontológicas.

Além disso, foram promovidas reuniões mensais com os acadêmicos, nas quais ocorreram discussões tendo como base a análise crítica de artigos científicos da temática em questão, oficinas de técnicas para contação de histórias, com uma profissional do município de Alfenas e rodas de conversa em que a equipe discorre acerca dos desafios, discute as propostas de melhorias, evidenciam os pontos positivos e experiências vivenciadas durante a realização das ações, almejando, com isso, o enriquecimento curricular, o aperfeiçoamento das atividades e o preparo dos graduandos.

As ações do projeto também foram direcionadas aos pais e/ou responsáveis e cuidadores. Inicialmente, os responsáveis pelas crianças eram convidados a participarem de uma pesquisa, assinando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e respondendo a um questionário semiestruturado contendo perguntas referentes a fatores socioeconômicos e aos hábitos deletérios e de higiene bucal. Logo após, foram realizadas reuniões para promover a orientação por meio de palestras educativas e entrega de panfletos informativos sobre hábitos bucais prejudiciais (**Figura 5**).

Saúde bucal na Infância

A saúde dos dentes é muito importante durante toda a vida, por isso, é necessário manter bons hábitos desde a infância.

Durante os primeiros anos de vida, a criança necessita de amparo e ajuda dos responsáveis para adquirir boas condutas.



Qual a importância dos dentes de leite?

Nos primeiros anos de vida, as crianças apresentam uma dentição provisória, os chamados dentes deciduos. É imprescindível que os cuidados com a dentição sejam iniciados o mais precocemente, pois os dentes de leite são mais fáceis de desenvolver a cárie dentária.

Para evitar que essa doença apareça, é preciso manter um alimentação saudável e higiene bucal adequada. O comprometimento do dente deciduo pela doença cárie poderá levar a uma infecção, acarretando em uma má formação do dente permanente que está por vir.

Assim é fundamental que os responsáveis pelas crianças saibam da importância dos dentes deciduos, no desenvolvimento da criança. As principais funções dos dentes de leite são a mastigação dos alimentos, auxílio na pronúncia correta das palavras, proporcionar uma melhor aparência da criança, permitindo um belo sorriso, o que influencia sua auto-estima, além de guardar o espaço para os dentes permanentes que irão substituí-los no futuro, direcionando-os para que nasçam em posição adequada.

É importante que os pais ajudem na higiene das crianças, dando bons exemplos ao realizar a sua própria escovação e assim motivá-los a escovar os dentes sozinha quando já tiver a coordenação motora adequada. Mesmo assim, é preciso supervisionar a escovação até que ela cresça, principalmente antes de dormir.

E quais são as formas de se realizar uma higienização dentária correta?

DENTES LIMPINHOS, SORRISO FELIZ!

- 1** Para escovar a parte da frente, a criança deve manter os dentes juntos, rotar um aos outros, e fazer movimentos circulares englobando mais ou menos 4 dentes por vez (2 de cima e 2 de baixo), por aproximadamente 10 segundos.
- 2** Nos dentes do fundo, faça os movimentos circulares na parte de fora e de volta para a parte de dentro. Para a parte de cima, passe a escova em movimentos de vai-e-vem.
- 3** Para a parte de trás, escove fazendo movimento de cima para baixo nos dentes superiores e, de baixo para cima nos dentes inferiores, como se fosse uma vassourinha.

A higienização bucal do bebê deve iniciar antes do "nascimento" dos dentinhos de leite, com uma gaze enrolada em seu dedo, após as mamadas. A partir do nascimento do primeiro dente, inicie a escovação supervisionada com escova de dente infantil ou com dedeira apropriada.

Mais qual a quantidade ideal de crente dental?

MAIOR QUE 7 ANOS	
3 A 7 ANOS	
0 A 3 ANOS	



O cuidado com a saúde bucal na primeira infância!

Coordenadora:
Profª. Dra. Daniela Coelho de Lima

Subcoordenador:
Prof. Dr. Leandro Araújo Fernandes

Mestranda:
Mariane Carolina Faria Barbosa




Alimentação na infância

A alimentação é uma das condições para um crescimento contínuo e para a vida saudável de uma criança. Essa etapa começa a partir da amamentação do recém-nascido (que dura em média até os 2 anos ou mais) e continua na introdução de novos alimentos em sua nutrição, a partir dos 6 meses.

O leite materno é o alimento mais completo para o bebê nos seis primeiros meses de vida, pois inclui anticorpos para defesa do organismo que funcionam como uma verdadeira vacina! É, também, o primeiro e um dos mais importantes vínculos entre a criança e a mãe.

É importante que os pais tornem prazeroso aos filhos, o consumo de verduras, legumes, frutas, folhas, cereais, grãos, carboidratos, proteínas, fibras, gorduras e, principalmente, a ingestão de água. Todos esses elementos, combinados de maneira balanceada, conferem um excelente rendimento para a maturidade física e psicológica de criança.

Outro conselho importante é que deve-se evitar adoçar o leite ou outros líquidos quando for fornecê-lo a criança, principalmente à noite, para que ela não desenvolva a "Cárie de Mamadeira". É importante evitar, também, a introdução de alimentos adoçados antes dos dois anos de idade. Lembre-se que ela não conhece o doce e, portanto, não precisa dele!

O que é um hábito bucal e porque torna-se prejudicial?



Hábito é um determinado comportamento praticado diversas vezes e que passa a ser incorporado à personalidade da criança de maneira inconsciente. O hábito de chupar o dedo e a chupeta, por exemplo, é considerado normal até cerca de 2 anos de idade, mas torna-se prejudicial quando possui intensidade e frequência altas, a ponto de provocar mudanças no crescimento e desenvolvimento da face e dos arcos dentários. Dentre tais hábitos bucais, destacam-se os de sucção não nutritivos (chupar dedo, chupeta e mamadeira).

Para evitar transtornos como dentes tortos, alterações na morfologia e deglutição, bem como transtornos posturais e de crescimento facial, deve-se ter atenção para a remoção da chupeta e da mamadeira antes que os dentes de leite comecem a dar lugar aos permanentes!

Principais consequências dos hábitos bucais deletérios:



Figura 1: Cárie de Mamadeira



Figura 2: Mordida aberta anterior



Figura 3: Mordida cruzada anterior



Figura 4: Trespasse Vertical

Importância dos pais!

Uma boa forma de ajudar o seu filho a abandonar o hábito é conversar com ele, e carinhosamente procurar mostrar as possíveis consequências. A remoção da chupeta, dedo ou mamadeira acontecerá de forma lenta e gradativa e cada criança necessita de um tempo diferente para que isso aconteça. Não é fácil, nem imediato! Sua dedicação, tempo e transmissão de segurança é essencial para a remoção.



Influencie o seu filho a adquirir bons hábitos desde cedo! Vocês são exemplos. Os hábitos que as crianças observam e aprendem têm efeito para toda a vida, por isso a saúde bucal do seu filho está em suas mãos!

Faculdade de Odontologia
Para maiores informações, acesse a nossa página no Facebook:
www.facebook.com/projetocontoseencantos

Figura 5. Panfleto informativo sobre saúde bucal na infância e hábitos bucais prejudiciais.

RESULTADOS

O projeto de Extensão Universitária “Contos e Encantos” realizou suas ações de julho de 2013 até dezembro de 2017, e desenvolveu atividades direcionadas a prevenção e promoção de saúde, com ênfase na saúde bucal e remoção precoce dos hábitos de sucção não-nutritivos em pré-escolares no município de Alfenas/MG.

O projeto foi realizado em um total de 14 CEMEIS, sendo que em cada uma, as atividades tiveram a duração de um semestre letivo, com ações semanalmente. Além disso, para o cumprimento do cronograma estipulado, os acadêmicos de Odontologia, foram subdivididos em grupos para a atuação em cada grupo de crianças da CEMEI.

As ações extensionistas do projeto incluíam orientações para os cuidadores, professores e demais funcionários dos CEMEIs. Dessa maneira, foi possível instruir 124 funcionários, quanto aos cuidados em saúde bucal para crianças e também adultos.

Tabela 1. Resultados do Projeto “Contos e Encantos” no período de 2013 a 2017.

Ano	Número de CEMEIS	Acadêmicos de Odontologia	Cuidadores e Professores dos CEMEIS	Pais e/ou responsáveis	Pré-escolares	Kits de higiene bucal
2013	2	10	22	233	270	270
2014	3	28	17	92	170	170
2015	3	21	28	247	326	326
2016	3	45	39	283	385	385
2017	3	31	18	88	180	180
Total	14	135	124	943	1.331	1.331

Durante os anos de atuação foram abordadas 1.331 crianças matriculadas nas CEMEIs do município de Alfenas/MG, que receberam orientações em saúde bucal por intermédio das atividades do projeto, além de, todas as crianças, durante a atividade de escovação supervisionada adquirirem um kit de higiene bucal.

O projeto contou com a participação de 135 acadêmicos de Odontologia, cujo pré-requisito para desempenho, era ter cursado as disciplinas de saúde coletiva I e II, e desta forma compreender o papel do cirurgião-dentista em programas de promoção de saúde bucal. Esses discentes, além de executarem as atividades, contribuíram para a melhoria das ações por meio das sugestões e percepções.

Durante as ações, os acadêmicos realizaram uma avaliação da execução das atividades, através do preenchimento de um diário de campo. Foi possível constatar, a partir da análise de 146 destes, que os discentes salientaram como fatores positivos: em 85,62% das atividades as crianças serem participativas e receptivas e que em 29,45% os professores e cuidadores dos CEMEIs colaboraram e participaram da execução das atividades. Além disso, os acadêmicos registraram como pontos negativos e sugestões para melhorias, que em apenas 8,03% o material didático do projeto necessitava de mudanças que favoreceriam a execução das ações, em 20,55% as crianças estavam

agitadas e em 4,79% das ações as crianças apresentaram resistência durante a escovação supervisionada.

O projeto também obteve resultados com os pais e/ou responsáveis, que são protagonistas fundamentais para a efetiva mudança dos hábitos. Foram aplicados 943 inquéritos investigativos, no qual se pode perceber que 37,70% dos pais apresentavam como escolaridade o ensino médio completo e somente 6,60% ensino superior. Além disso, constatou-se que eles apresentavam algum conhecimento, visto que 40,20% dos pais consideram que hábitos deletérios possam influenciar a criança no relacionamento com outras pessoas (convívio social, relação emocional ou psicológica), ademais 66,50% associam a presença destes hábitos com o aparecimento de alguma alteração nos dentes. Contudo, 82,10% das crianças já haviam apresentado algum hábito de sucção deletéria, sendo 5,60% sucção de dedo, mamadeira (68,70%) e chupeta (51,40%), além de que 65,00% dessas crianças, o hábito continuava até o momento da entrevista.

DISCUSSÕES

Programas educativos em saúde bucal, visando crianças e seus pais, têm mostrado resultados significativos, como melhora na higiene bucal e redução na cárie dentária na infância ([ROCHELLE et al., 2010](#)). Tais programas, juntamente com o uso de fluoretos e a melhoria do acesso a serviços odontológicos, provocou nos últimos anos, um declínio na experiência de cárie na população de crianças e adolescentes no Brasil, comprovados pela redução dos valores de CPO-D (Dentes cariados, perdidos e obturados) pelos levantamentos epidemiológicos dos anos de 1986 à 2010 ([GEUS et al., 2013](#); [MACEDO et al., 2017](#)).

Programas de promoção e educação em saúde na primeira infância são essenciais, pois, durante esta fase, os hábitos adquiridos tendem a perpetuar-se por toda a vida. O desenvolvimento das crianças durante esta fase, pode ser influenciado por diversos fatores. Sendo assim, é necessária uma visão integral e multidisciplinar do ser humano, que considera as pessoas em seu contexto familiar, comunitário, social e ambiental ([BRITO; SILVA; FRANÇA, 2012](#)).

Os pais têm papel chave durante o desenvolvimento das crianças, pois a melhor maneira de motivar pré-escolares a respeito do cuidado com a sua saúde bucal é por meio da influência familiar, que exercem um papel psicossocial importantíssimo na formação de valores e exemplos de grande impacto no desenvolvimento de hábitos saudáveis na criança ([MACEDO et al., 2017](#)). Além disso, a continuidade das atividades preventivas desenvolvidas pelo projeto é fundamental para a manutenção da condição de saúde bucal da criança, por isso os pais são determinantes nesse processo de educação continuada.

No atual contexto mundial, no qual as crianças passam a maior parte do dia sob o cuidado das creches e CEMEIS, é necessário incluir esses ambientes na execução de projetos. Assim, as creches são consideradas espaços propícios para a promoção e educação em saúde de amplo alcance e repercussão, desenvolvendo conhecimentos, habilidades e destrezas para o autocuidado e a prevenção das condutas de risco em todas as oportunidades educativas ([CARVALHO et al., 2017](#)).

Analisando-se fatores socioeconômicos relacionados as doenças bucais, encontramos que a higiene bucal deficiente na infância também é um fator preocupante, uma vez que pode acarretar no desenvolvimento da doença cárie, bem como perda precoce de elementos dentários, além de problemas periodontais.

Um dado importante é que foram evidenciadas maiores proporções de crianças com lesões cavitadas nos estratos de maior idade, de cor da pele preta ou parda, de menor renda familiar per capita, quando os pais da criança apresentavam baixa escolaridade e ocupação com níveis menores de qualificação e naquelas com hábitos de aleitamento artificial durante o sono e com maior uso de açúcar ([CANGUSSU et al., 2016](#)).

Além disso, [Rochelle et al. \(2010\)](#), ao analisar fatores de risco para o desenvolvimento de alterações bucais precoces, durante a infância, observaram que a cárie dentária e os hábitos de higiene bucal são mais precários em famílias de menor poder socioeconômico e baixa escolaridade dos pais, por isso, programas de promoção e educação em saúde devem ser priorizados para esses grupos nas abordagens.

Durante a realização deste projeto, foram realizadas diversas atividades educativas em creches públicas, com o intuito de oportunizar orientações para crianças oriundas de famílias, que de maneira geral, apresentam baixo nível de escolaridade.

Além disso, foram realizadas atividades educativas específicas para a faixa etária das crianças. Assim, o projeto possibilitou o desenvolvimento de uma metodologia lúdica e adequada para crianças em idade pré-escolar, permitindo estabelecer uma comunicação efetiva, expressar conceitos e emoções, motivar e modificar comportamentos, compreender melhor as situações de saúde-doença e preparar-se para novas experiências ([JOVENTINO et al., 2009](#)).

Assim, observa-se que selecionar métodos adequados para a motivação das crianças, por meio de brincadeiras, é imprescindível, pois durante esta fase do desenvolvimento cognitivo, que a criança constrói conhecimentos, assimila papéis sociais, desenvolve hábitos e transforma-se em agentes no processo educativo ([MACEDO et al., 2017](#)).

Por intermédio das ações extensionistas do projeto, foi possível oportunizar aos discentes de Odontologia, agregar experiências e conhecimentos para a formação acadêmica, propiciando aos mesmos uma interação direta com a comunidade, estimulando-os a refletirem quanto ao seu papel social como profissional da saúde e também cidadão.

CONCLUSÕES

Compreende-se que, apesar das melhorias nas condições bucais da população, ainda se faz necessário grandes avanços no cuidado com a saúde bucal. As práticas de Educação em Saúde são comprovadamente um método para alcançar o objetivo de prevenção das doenças bucais mais prevalentes (cárie dentária, doença periodontal, maloclusão),, principalmente quando executadas precocemente, na primeira infância.

Contudo, esses procedimentos educativos devem ser direcionadas para cada faixa etária, sendo desenvolvidas metodologias lúdico-educativas efetivas. Além disso, é necessário que essas ações não se restrinjam à criança, mas que também englobem o núcleo familiar e também o ambiente escolar, que é onde a criança passa a maior parte do dia.

A partir do projeto Contos e Encantos, podemos concluir que houve a transmissão do conteúdo temático às crianças, associado a colaboração de pais e cuidadores, e que o método utilizado para isso foi bastante eficaz, pois conseguiu incorporar um comportamento satisfatório e benéfico em relação a saúde bucal na infância.

Em relação aos pais e/ou responsáveis observou-se que eles receberam informações sobre os hábitos bucais deletérios e acreditam que outros fatores podem estar relacionados com o hábito de sucção não-nutritiva. No entanto, a maioria deles relatou o uso de hábitos bucais deletérios e alimentação rica em açúcares sendo feito por seus filhos. Isso sugere que a informação recebida por eles ainda não está sendo suficiente para promover mudanças significativas no comportamento da criança.

Quanto aos acadêmicos participantes do projeto observou-se um aprendizado diferenciado devido às ações na área de Educação em Saúde e o contexto extramural em que a atividade foi desenvolvida. Assim, considera-se que a extensão universitária possibilitou a democratização do saber acadêmico contribuindo com a sociedade e com a formação humanística dos futuros profissionais.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem a receptividade das crianças, pais e cuidadores participantes destas ações, bem como a confiança da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Alfenas e das CEMELs selecionadas, para que pudéssemos realizar as atividades previamente agendadas. Também agradecemos aos acadêmicos envolvidos na execução das ações descritas neste artigo. E por fim, agradecemos à Pró-Reitoria de Extensão da UNIFAL/MG pelo apoio logístico e financeiro.

SUBMETIDO EM 15 maio 2018
ACEITO EM 27 nov. 2019

REFERÊNCIAS

[AMARAL, C. O. F. et al.](#) Estudo dos métodos de remoção dos hábitos nocivos a oclusão dentária na odontopediatria. In: **Colloquium Vitae**, v.1, n.2, p. 123-9, 2010.

[BRITO, A. K. A.; SILVA, F. I. C.; FRANÇA, N. M.](#) Programas de intervenção nas escolas brasileiras: uma contribuição da escola para a educação em saúde. **Saúde em Debate**, v. 36, n. 1, p. 624-32, 2012.

[CANGUSSU, M. et al.](#) Fatores de risco para a cárie dental em crianças na primeira infância, Salvador-BA. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, v. 16, n. 1, p.57-65, 2016.

[CARVALHO, T. H. L. et al.](#) Estratégias de promoção de saúde para crianças em idade pré-escolar do município de Patos-PB. **Revista de Odontologia da UNESP**, v. 42, n. 6, p. 426-31, 2017.

[FRAZÃO, P.; NARVAI, P. C.](#) Promoção da saúde bucal em escolas. **Disciplina de Odontologia Preventiva e Saúde Pública: Manual do Aluno**, p. 1-28, 1996.

[GEUS, J. L., et al.](#) Prevalência de cárie e autopercepção da condição de saúde bucal entre crianças de escolas urbanas e rurais de Ponta Grossa – PR. **Pesquisa Brasileira de Odontopediatria e Clínica Integrada**, v. 13, n.1, p.111-7, 2013.

[GARBIN, C. A. S. et al.](#) Prevalência de hábitos de sucção não nutritivos em pré-escolares e a percepção dos pais sobre sua relação com maloclusões. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19, n.2, p. 553-8, 2014.

[JOVENTINO, E. S. et al.](#) Jogo da memória como estratégia educativa para prevenção de enteroparasitoses: relato de experiência. **Revista da Rede de Enfermagem do Nordeste**, v. 10, n. 2, p. 141-8, 2009.

[MACEDO, L. R. et al.](#) Promoção de saúde bucal para pré-escolares: relato de experiência. **Revista Ciência em Extensão**, v.13, n.4, p.128-39, 2017.

[MACHADO, M. D. et al.](#) Saúde bucal do binômio mãe-filho focalizando pré-escolares de uma escola municipal de Santa Maria-RS. **Disciplinarum Scientia| Saúde**, v. 8, n. 1, p. 169-178, 2016.

[MASSONI, A. C. L. T. et al.](#) Children's oral health: knowledge and interest of parents/caregivers. **Pesquisa Brasileira em Odontopediatria e Clínica Integrada**, v. 10, n. 2, p. 257-64, 2010.

[MOIMAZ, S. A. S. et al.](#) Harmful oral suction habits in children: association with breastfeeding and family social profile. **Revista Odonto Ciência**, v. 25, n. 4, p. 355-60, 2010.

[MUZULAN, C. F.; GONÇALVES, M. I. R.](#) O lúdico na remoção de hábitos de sucção de dedo e chupeta. **Jornal da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia**, v. 23, n. 1, p. 66-70, 2011.

[ROCHELLE, I. M. F. et al.](#) Breastfeeding, deleterious oral habits and malocclusion in 5-year-old children in São Pedro, SP, Brazil. **Dental Press Journal of Orthodontics**, v. 15, n. 2, p. 71-81, 2010.

[SILVA, J. H. et al.](#) Ações de extensão para promoção da saúde em creche no município de Belo Horizonte, MG. **Interagir: pensando a extensão**, v.1 n. 22, p. 32-45, 2017.

[TURGEON-O'BRIEN, H. et al.](#) Nutritive and nonnutritive sucking habits: a review. **ASDC Journal of Dentistry for Children**, v. 63, n. 5, p. 321-7, 1996.

[VENÂNCIO, D. R. et al.](#) Promoção da saúde bucal: desenvolvendo material lúdico para crianças na faixa etária pré-escolar. **Journal of the Health Sciences Institute**, v. 29, n. 3, p. 153-6, 2011.

PETiscos: RELATO DE AÇÃO DE EXTENSÃO SOBRE EDUCAÇÃO NUTRICIONAL DE CÃES E GATOS COM CRIANÇAS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Ana Júlia Guollo
Bárbara Maestro Lamonega
Fernanda Vieira Faria Bastos
Stephanie Simonetto Piani, Eunice Akemi Kitamura
André Luis Fachini Souza*

RESUMO

O objetivo deste relato é descrever uma ação de extensão sobre educação nutricional de cães e gatos com alunos do sexto ano de uma escola estadual de ensino fundamental de Araquari – SC. O Projeto de Extensão é intitulado "PETiscos", um subprojeto do Projeto de Ensino Veterinário do Bem, desenvolvido no Curso de Medicina Veterinária do Instituto Federal Catarinense (IFC) – Câmpus/Araquari. A iniciativa foi organizada em três fases. Inicialmente, a equipe apresentou o projeto e a proposta de execução, propondo um questionário para diagnosticar os hábitos nutricionais dos animais de estimação e o número de cães e gatos nas casas dos alunos. Os resultados mostraram que 87% tinham um ou mais animais e costumavam oferecer vários alimentos para esses animais. Posteriormente, os alunos foram organizados em grupos e elaboraram uma receita de petiscos para cães e gatos produzidos com produtos naturais e não-tóxicos, atentos a várias questões referentes a um manejo nutricional adequado. A iniciativa terminou com um jogo de perguntas e respostas para verificar o grau de assimilação das informações adquiridas na iniciativa. A equipe ateu-se à desconstrução de alguns conceitos e práticas inadequadas, além de conscientizar-se e tornar-se responsável por um manejo nutricional adequado aos cães e gatos dos alunos participantes.

Palavras-chave: Animais de companhia. Conscientização. Estudantes. Nutrição. Saúde animal.

PETiscos: REPORT OF EXTENSION ACTION ON NUTRITIONAL EDUCATION OF DOGS AND CATS WITH CHILDREN OF ELEMENTARY SCHOOL**ABSTRACT**

The purpose of this report is to describe an extension action on nutritional education of dogs and cats with sixth-grade students of an elementary state school in Araquari - SC, the extension project is titled "PETiscos", a subproject of the *Veterinário do Bem* teaching project, developed in the Veterinary Medicine Course of the *Instituto Federal Catarinense* (IFC) – Araquari Campus. The initiative was organized in three phases; the team initially

* Doutorado em Ciências (Bioquímica) (UFPR). Instituto Federal Catarinense (IFC), Araquari, SC. Contato: andre.fachini@ifc.edu.br.

presented the project and the execution proposal, applying a questionnaire diagnosing nutritional habits of the pets and the number of dogs and cats in the students' homes. The results displayed that 87% had one or more animals and they used to offer several foods to these animals. Afterward, the students were organized in groups and prepared a snack recipe for dogs and cats made from natural and nontoxic products, whereas several questions were considered regarding proper nutritional management. The initiative ended with a question and answer game in order to verify the degree of assimilation of the information acquired from the initiative. The team focused on deconstructing some inadequate concepts and practices, as well as developing greater awareness and responsibility in appropriate nutritional management for the dogs and cats of participating students.

Keywords: Companion animals. Awareness. Students. Nutrition. Animal health.

PETiscos: RELATO DE ACCIÓN DE EXTENSIÓN SOBRE EDUCACIÓN NUTRICIONAL DE PERROS Y GATOS CON NIÑOS DE LA ENSEÑANZA FUNDAMENTAL

RESUMEN

El objetivo de este relato es describir una acción de extensión sobre educación nutricional de perros y gatos con alumnos del sexto año de una escuela estatal de enseñanza fundamental de Araquari - SC, el proyecto de extensión es titulado "PETiscos", un subproyecto del proyecto de enseñanza Veterinario del Bien, desarrollado en el Curso de Medicina Veterinaria del Instituto Federal Catarinense (IFC) - *Campus* Araquari. La iniciativa se organizó en tres fases; En primer lugar, el equipo presentó el proyecto y la propuesta de ejecución, aplicando un cuestionario para diagnosticar los hábitos nutricionales de los animales domésticos y el número de perros y gatos en las casas de los alumnos. Los resultados mostraron que 87% tenía uno o más animales y solían ofrecer varios alimentos para esos animales. Posteriormente, los alumnos fueron organizados en grupos y elaboraron una receta de bocado para perros y gatos producidos a partir de productos naturales y no tóxicos, considerando varias cuestiones referentes al manejo nutricional adecuado. La iniciativa terminó con un juego de preguntas y respuestas para verificar el grado de asimilación de las informaciones adquiridas en la iniciativa. El equipo se enfocó en desconstruir algunos conceptos y prácticas inadecuadas, además de desarrollar mayor concientización y responsabilidad en el manejo nutricional adecuado para los perros y gatos de los alumnos participantes.

Palabras clave: Animales de compañía. Concientización. Estudiantes. Nutrición. Salud animal.

INTRODUÇÃO

A população de cães no Brasil é de 52,2 milhões, encontrando-se presentes em 44,3% dos domicílios. Na região sul, esse percentual é de 58,6%. Já, a população total de gatos é estimada em 22,1 milhões, distribuídos em 17,7% dos domicílios do país e 19,0% dos domicílios da região sul ([BRASIL, 2015](#)).

Cães e gatos domésticos pertencem à ordem carnívora; entretanto, o percurso evolutivo do cão sugere uma dieta mais onívora na natureza, enquanto gatos continuaram consumindo uma dieta baseada em carne. Isso resultou em adaptações metabólicas dos felinos e conseqüente particularidades nas suas exigências nutricionais ([OGOSHI et al., 2015](#)).

Cães não conseguem digerir a celulose, assim como os humanos, mas a estrutura e as enzimas presentes em seu trato digestivo agem melhor sobre ossos e fibras que o trato digestivo dos seres humanos, ao passo que os gatos são quase completamente carnívoros, não podendo viver à base de uma dieta vegetariana. Alimentam-se de presas capturadas vivas, quando em seu ambiente natural, e regurgitam os ossos e fibras não comestíveis após processamento pelo sistema digestivo ([BROOM; FRASER, 2010](#)).

Felinos e caninos possuem metabolismos distintos em relação aos humanos, aos outros animais e entre si ([GIANNICO et al., 2014](#)). Esses animais não possuem a capacidade de utilizar o nitrogênio advindas de fontes não-proteicas como a ureia. Nesse sentido, surgiram no mercado produtos diferenciados com formulações prontas para o consumo, cada vez mais sofisticados e específicos, visando-se a segurança alimentar e a uma alimentação de qualidade que atenda às necessidades nutricionais desses animais ([SAAD; FRANÇA, 2010](#)).

As diferenças nas exigências nutricionais e hábitos alimentares de cães e gatos é representada pela diversidade de alimentos oferecidos pelo mercado pet atualmente. Entretanto, seus tutores podem acreditar equivocadamente que esses animais podem ser alimentados com os mesmos tipos de alimentos que eles mesmos consomem ([OGOSHI et al., 2015](#)).

De acordo com [Segata \(2012\)](#), a modulação dos instintos naturais e a humanização dos animais de companhia permitiu sua convivência com humanos. A humanização se baseia na suposição de igualdade moral entre humanos e animais e, por outro lado, na equivalência biológica, em que humanos são também considerados animais.

Com o avanço na área de nutrição animal, os alimentos industrializados buscam, além da nutrição, a promoção da saúde, o bem-estar e a longevidade dessas espécies. Dessa forma, a humanização, o confinamento em espaços urbanos menores, a ociosidade e o manejo nutricional incorreto têm levado ao consumo excessivo de calorias e ao problema da obesidade em ambas as espécies animais ([OGOSHI et al., 2015](#)).

Essa tendência à humanização, tanto por parte de tutores de cães e gatos, quanto por parte da indústria de alimentos *pet*, somada à busca por exclusividade, faz crescer a procura por alimentos diferenciados para esses animais ([SAAD; FRANÇA, 2010](#)).

Sendo assim, a relação entre humanos e animais está cada vez mais estreita, levando ao compartilhamento errôneo da mesma alimentação ([GIANNICO et al., 2014](#)) ou à administração de alimentos completos (ração) e específicos (petiscos) em desacordo com as necessidades nutricionais dos animais.

Essas práticas equivocadas levam a quadros graves de toxicidade a curto e longo prazo, além de problemas clínicos relacionados a obesidade.

As dietas não-convencionais, ou seja, diferentes dos alimentos comerciais típicos como a ração, incluem dietas naturais, que abrangem alimentos sem produtos químicos adicionados, alimentos crus (de origem animal e vegetal) e vegetarianos ([SAAD; FRANÇA, 2010](#)).

A forma mais preocupante dessas dietas é a caseira, que exige o preparo da receita pelo proprietário do animal. Ela pode ser elaborada a partir de informações encontradas em

livros, artigos e *sites* na *internet*, muitas vezes não confiáveis, ou fornecidas por profissionais da área como médicos veterinários especializados em nutrição clínica ou zootecnistas ([SAAD; FRANÇA, 2010](#)).

Os ingredientes podem ser completamente variados, com o risco de não estarem balanceados em cada refeição individual. Essa prática esbarra em dificuldades de acesso a informações sobre a composição química dos alimentos e seus efeitos no organismo de cada espécie animal ([SAAD; FRANÇA, 2010](#)).

Essas dietas podem ser adotadas por proprietários que utilizam alimentos selecionados em sua própria alimentação, que desejam produtos mais caros e diferenciados ([SAAD; FRANÇA, 2010](#)) e pelos que não possuem poder aquisitivo para adquirir qualquer alimento fornecido pela indústria de alimentos *pet*. Geralmente, as dietas são adotadas por influência de modismos, além disso alguns proprietários desejam que seus animais adotem estilos próprios de vida e nutricional, sejam eles vegetarianos, veganos, alérgicos a glúten e a lactose, entre outros.

É importante destacar que a adoção de uma alimentação natural não exclui a possibilidade de riscos de contaminação biológica, como salmonelose, toxoplasmose, verminoses, além de toxicidades. A manipulação incorreta dos alimentos é comum, assim como a substituição indiscriminada de ingredientes considerados semelhantes e a negligência na busca por informações. Porém, a utilização de uma dieta natural formulada corretamente é mais balanceada e completa do que as monodietas (rações) que podem apresentar excessos ou carências nutricionais ([SAAD; FRANÇA, 2010](#)).

Aproximadamente 90% das intoxicações ocorrem de forma acidental e aguda no próprio ambiente de convívio do animal. Os cães são três vezes mais afetados pelo quadro de toxicidade do que os gatos, devido aos hábitos alimentares exigentes dos felinos ([GIANNICO et al, 2014](#)).

Os alimentos mais comuns na lista das intoxicações de gatos são cebola, alho, chocolate, uva, passas, alguns vegetais como tomate verde, batata verde ou crua, enquanto que, em relação aos cães, as intoxicações mais comuns são ocasionadas por chocolate, xilitol, nozes, macadâmia, cebola, alho, uva ou passas, bebidas alcoólicas e leite ([GIANNICO et al, 2014](#)).

O desconhecimento dos perigos que alguns alimentos apresentam, a falha por parte dos profissionais da área de nutrição clínica em reproduzir informações concretas e a imprudência e/ou a incapacidade dos proprietários, podem colocar em risco a vida de muitos animais de companhia ([WALLER, CLEFF e MELLO, 2013](#)).

Além disso, é importante ressaltar que a obesidade é uma das principais endocrinopatias observadas em cães e gatos. O estilo de vida moderno com alimentação rica em carboidratos e gorduras, somado ao sedentarismo, tem resultado em uma pandemia de obesidade não só humanos, mas também de animais de companhia, os quais recebem quantidades excessivas de petiscos e dietas caseiras não formuladas por profissionais especialistas em nutrição clínica animal. Isso pode ser observado de forma acentuada em países desenvolvidos e em desenvolvimento ([PÖPPL, 2018](#)).

Constatou-se que 98% dos proprietários afirmam conhecer os riscos e prejuízos da obesidade, porém apenas metade deles, 51%, pediram orientação ao médico veterinário para controlar o peso dos cães e gatos ([APTEKMANN et al, 2014](#)). As atribuições do cotidiano e as condições precárias de segurança pública diminuem as práticas de passeios diários com os animais, as quais, aliadas à falta de enriquecimento ambiental, são fatores que contribuem para o aumento da obesidade ([PÖPPL, 2018](#)). Ainda, existe a falsa ideia

de que fornecer alimentos sempre que o animal de estimação solicita significa demonstração de afeto por parte do tutor.

Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é relatar uma ação lúdica e interativa de educação sobre o manejo nutricional da alimentação de cães e gatos realizada com estudantes do sexto ano de uma escola estadual de ensino fundamental do município de Araquari, no estado de Santa Catarina.

METODOLOGIA

População Alvo

A população-alvo da ação foi composta por 48 estudantes (faixa etária aproximada de 11 anos) e dois professores do sexto ano vespertino de uma escola de ensino fundamental do município de Araquari - SC. Os pais ou responsáveis legais dos estudantes foram informados e autorizaram por escrito a participação das crianças na ação, bem como a captação e uso de imagens durante a execução. A ação foi realizada inteiramente dentro da escola, sob supervisão da equipe executora e dos professores dos estudantes participantes (Figura 1).



Figura 1. Participantes estudantes, professores e equipe executora da ação de extensão PETiscos. As faces foram desfocadas para preservar a identidade dos estudantes.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Delineamento da Ação

Trata-se de um relato de experiência de ação de extensão, realizada no mês de novembro de 2018, em uma escola de ensino fundamental da área urbana do município de Araquari - SC. A ação de extensão de educação e conscientização nutricional intitulado “PETiscos” é um subprojeto oriundo do projeto de ensino “Veterinário do Bem”, atividade avaliativa realizada nas disciplinas de Bem-Estar Animal e Sociologia, do Curso de Medicina Veterinária do IFC - Câmpus Araquari.

A proposta foi promover conhecimentos de bem-estar, saúde animal e sociologia na comunidade do entorno do IFC. A aproximação da academia com a comunidade e a compreensão de sua cultura e modos de pensar e agir contribuem para o médico veterinário promover a saúde física e mental, bem como a harmonia com o ambiente dos animais de

companhia do público-alvo da ação. Este trabalho teve como objetivo informar os estudantes do ensino fundamental sobre o manejo nutricional adequado de cães e gatos. A ação foi intitulada de “PETiscos” e identificada visualmente por uma logo criada para este subprojeto.

A ação foi organizada em etapas, descritas abaixo:

1ª Etapa – Apresentação da equipe de trabalho, aproximação e ambientação com os estudantes e a escola, explicação da ação, objetivos e proposição de um questionário diagnóstico acerca dos hábitos nutricionais dos cães e gatos dos estudantes. O questionário estimou o número de cães e gatos nos domicílios do público-alvo, o tipo de alimentação regularmente oferecida, se ração comercial específica ou alimentos de consumo dos tutores, frequência e tipos de petiscos administrados aos animais e levantamento do conhecimento sobre os alimentos permitidos e proibidos para cães e gatos;

2ª Etapa – Introdução e proposição de uma oficina com a execução de uma receita de petisco para cães e gatos, elaborada com ingredientes naturais e desenvolvida por uma médica veterinária especializada em nutrologia de pequenos animais e egressa do curso de Medicina Veterinária do IFC Câmpus Araquari. Para essa atividade, os estudantes foram organizados em três grupos e utilizaram o espaço do refeitório da escola. As mesas utilizadas foram previamente higienizadas com etanol 70% e os estudantes e a equipe executora paramentados com luvas plásticas transparentes e tocas sanfonadas, estas e aquelas descartáveis. Nas mesas, os ingredientes foram distribuídos previamente e fracionados, de acordo com a receita a ser executada.

Cada grupo foi supervisionado por, no mínimo, um integrante da equipe executora; durante a execução da receita, o supervisor informava sobre temas de manejo nutricional, discutindo sobre alimentos permitidos e proibidos para animais de companhia, abordava a importância da alimentação balanceada e adequada, a existência de rações comerciais completas e petiscos específicos para a espécie animal, visando o bem-estar e a saúde animal;

3ª Etapa – Jogo interativo sobre os temas discutidos ao longo da ação com perguntas e respostas e premiação para o estudante que respondia corretamente, com pacotes de rações e petiscos comerciais fornecidas pelas empresas apoiadoras dessa ação de extensão. Todos os estudantes foram presenteados com amostras dos petiscos, isto é, os biscoitos da receita já preparada previamente pela equipe executora, um caderno de receitas com receitas de petiscos, entre as quais aquela executada na ação, e com informações sobre o manejo nutricional adequado de cães e gatos e sobre os temas abordados durante toda a ação, como alimentos permitidos e proibidos e os malefícios à saúde animal.

RESULTADOS E ANÁLISES

A ação de extensão com a educação e a conscientização a respeito do manejo nutricional de *pets* foi intitulada “PETiscos” e identificada visualmente por uma logo (Figura 2). O nome surgiu a partir da proposta principal de ensinar aos estudantes noções de nutrição e manejo nutricional de cães e gatos, por meio de uma atividade lúdica de elaboração de uma receita de petisco com alimentos naturais e permitidos na dieta desses animais.



Figura 2. Identidade visual da ação de extensão PETiscos.
Fonte: Elaborado pelos autores.

Para o aprimoramento e continuidade desta ação de extensão com outros estudantes é importante um diagnóstico sobre a prática do manejo nutricional dos cães e gatos desses estudantes. Para isso, um questionário foi proposto com o intuito de quantificar os cães e gatos dos estudantes participantes da ação. Os resultados demonstraram que aproximadamente 83% possuíam cão e 25% gato. Do total de estudantes entrevistados, 58% possuíam apenas uma das duas espécies, 29% possuíam as duas e 13% não possuíam animais de estimação.

Daqueles estudantes que possuíam cães, 50% possuíam apenas um, 32,5% dois e 17,5% mais de dois animais. Já em relação aos tutores de gatos, 50% possuíam apenas um, 25%, dois e 25%, mais de dois animais. Esses dados revelaram uma prevalência maior de ambas as espécies animais nessa população da escola em que a ação foi executada em comparação com a prevalência de cães e gatos em domicílios brasileiros ([BRASIL, 2015](#)).

A alta prevalência de cães e gatos nos domicílios da população-alvo da ação contribuiu e refletiu no grande interesse dos estudantes pelos temas de nutrição e pelas discussões levantadas pela equipe executora e, conseqüentemente, na aceitação da proposta de execução de uma receita de petisco para *pet* com participação integral.

Com relação ao tipo de alimento oferecido aos seus animais de estimação, 46% oferecem apenas ração, 17% apenas comida caseira e 37% ração e comida caseira. Os petiscos são oferecidos por 69% daqueles que possuem animais, como complementação à alimentação regular ou como forma de recompensa, constatando-se que a oferta de petiscos ultrapassa o percentual de animais que recebem ração comercial ou alimento completo e balanceado.

Quando questionados sobre o tipo de petisco oferecido, 28% ofereciam petiscos comerciais, 28% consideraram sobras de comida como petiscos regularmente oferecidos, 23% ofereciam do mesmo alimento que estavam ingerindo, 13% ofereciam petiscos e sobras de comidas ou parcela da comida que estavam ingerindo e 8% ofereciam tudo que tinham disponível. Em vista disso constataram-se, como inadequado, o manejo nutricional e, como inexistente, a informação.

Dentre os alimentos não recomendados, porém mais ofertados aos *pets*, destacaram-se leite, produtos lácteos em geral e *bacon*. Por outro lado, as crianças foram unânimes em destacar que bebidas alcoólicas não deveriam ser fornecidas aos animais. Como não possuem acesso a esse tipo de bebida, provavelmente deduzem que os animais também são proibidos de consumi-las. Entretanto, foi observada muita dúvida quanto ao fornecimento de frutas, biscoitos e chocolate aos animais. Esses pontos foram esclarecidos ao longo da ação.

Com relação à quantidade e frequência de petiscos oferecidos, 35% ofereciam duas unidades por dia, 33% sempre que o animal solicitava, 16% apenas uma unidade diária e 16% mais de duas unidades por dia, o que reflete a falta de limite no oferecimento de petisco diário, que não deve ultrapassar 10% da necessidade energética diária do cão ou gato, isto é, não pode substituir o alimento completo como o da ração comercial.

Quando questionados sobre alimentos que prejudicam a saúde dos animais, 33% acreditavam que qualquer alimento pode ser oferecido aos seus animais - isto é, achavam que aquilo que dão não prejudica a saúde de cães e gatos -, a mesma percentagem dos que ofereciam os petiscos inadvertidamente sempre que o animal solicitasse, demonstrando estarem desinformados quanto ao manejo nutricional dos animais de companhia.

Em um estudo efetuado com proprietários de cães alimentados com dietas caseiras prescritas por equipe de nutrologia canina, 60% admitiam realizar modificações na formulação sem recomendação prévia, e a maioria não observou alterações nas fezes e na pelagem do animal pelo consumo desse tipo de alimentação, considerando-a adequada para seu animal ([HALFEN et al., 2017](#)).

Com o objetivo de abordar a questão do manejo nutricional e instruir os estudantes quanto aos alimentos adequados para seus *pets*, bem como desconstruir hábitos e atitudes incompatíveis com uma adequada nutrição de cães e gatos, buscou-se dotar os estudantes de competências e habilidades específicas mediante uma oficina de produção de biscoitos que seriam fornecidos, como petiscos, para cães e gatos.

Os estudantes foram organizados em três grupos, de aproximadamente 15 membros, e foram incentivados a trabalhar em equipe e a pensar crítica e autonomamente. Durante a prática, orientada pelos membros da equipe da ação, os estudantes foram questionados a respeito da dieta de seus animais e instigados a se questionar sobre as práticas nutricionais que adotam para os seus animais.

Segundo [Vieira e Valquind \(2002, p.17\)](#), as oficinas possibilitam espaços colaborativos de aprendizado baseado no diálogo entre os participantes. Cabe ao orientador do grupo fazer um diagnóstico dos conhecimentos dos participantes e incrementá-los.

Adicionalmente, os parâmetros curriculares nacionais para os terceiros e quartos ciclos do ensino fundamental ressaltam o papel essencial da educação no desenvolvimento das pessoas e da sociedade e nas condições necessárias para o exercício da cidadania. Ressaltam a importância da abordagem de temas transversais e da aprendizagem significativa, por meio do uso de estratégias que garantam a participação dos alunos em diferentes projetos, dando-lhes a oportunidade de manifestar suas preocupações, seus problemas e seus interesses ([BRASIL, 1998](#)).

Assim, foi possível observar, durante a oficina de execução da receita de petiscos, o protagonismo dos estudantes que procuraram seguir o procedimento indicado, discutindo qual seria a melhor maneira de fazer a mistura dos ingredientes e qual seria a melhor ordem para misturá-los. Os estudantes também encontraram soluções para problemas de textura da massa e discutiram a utilização de alternativas de alimentos de origem natural na composição da massa. Os orientadores da equipe executora fizeram, em seguida, intervenções explicando aos estudantes a respeito dos alimentos permitidos e proibidos para cães e gatos (Figuras 3A e B).

Os estudantes demonstraram bastante interesse, fazendo muitas perguntas a respeito do compartilhamento de seus alimentos com os animais de estimação. A equipe ressaltou

a importância de uma dieta balanceada, recomendada pelo médico veterinário. Ressaltou também que as rações comerciais configuram-se como alimentos específicos, especialmente as elaboradas para suprir as necessidades nutricionais dos *pets* e as que têm as características das monodietas e fez referência à introdução de petiscos como forma de agradar ou adestrar os animais. Os estudantes foram orientados quanto à importância de substituir a dieta animal com petiscos em um percentual máximo de 10% do total diário recomendado.

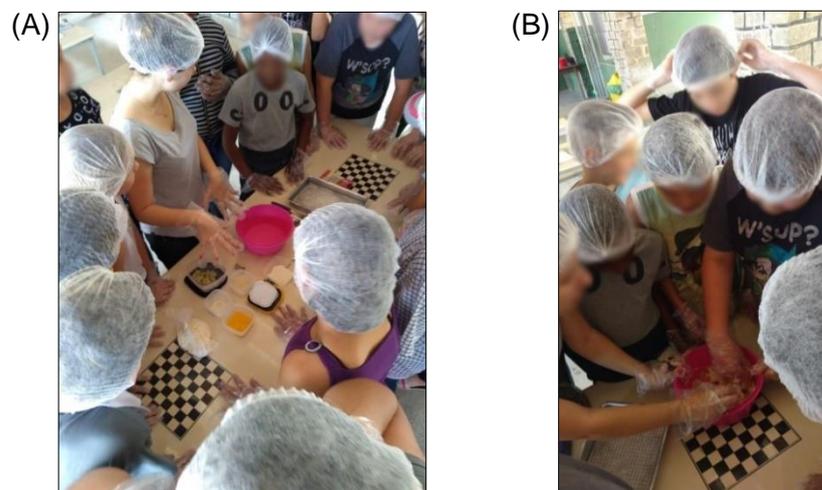


Figura 3. Atividade de execução da receita de petisco pelos grupos de estudantes organizados. A, explicação da receita; B, preparação da massa. As faces foram desfocadas para preservar a identidade dos estudantes.

Fonte: Elaborado pelos autores.

A massa preparada de petiscos foi moldada com o emprego de cortadores de biscoito em formato de ossinhos e dispostos em assadeiras (Figura 4A). Na sequência, os petiscos foram acondicionados pela equipe do projeto, pois optou-se por não assar os petiscos na escola. Biscoitos assados e embalados previamente foram então fornecidos aos estudantes para observarem o produto final e para presentearem seus *pets* (Figura 4B).



Figura 4. Petiscos preparados pelos estudantes no projeto PETiscos. A, biscoitos não assados; B, biscoito assado e embalado fornecido aos estudantes.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Na terceira etapa da ação, os estudantes participaram de um jogo de perguntas e respostas sobre o tema alimentos permitidos e proibidos para cães e gatos e o sobre manejo nutricional adequado dos *pets* (Figura 5A). Nessa atividade, os estudantes foram

premiados com amostras de ração ou petiscos comerciais fornecidos pelas empresas apoiadoras da ação.

Instigada pelas respostas dos estudantes, a equipe fez intervenções esclarecendo pontos não assimilados e reforçou alguns conceitos discutidos, de maneira lúdica e com a participação de todos os estudantes. Alimentos humanos, não recomendados para animais, como leite, produtos lácteos em geral, chocolate, cebola, entre outros, antes fonte de dúvida entre os estudantes, foram reconhecidos como inadequados na interação lúdica ao final da ação.

A ação foi finalizada com a distribuição de sacolas como lembrancinhas com um caderno de receitas de petiscos, entre as quais aquela executada pelos estudantes; foram dadas algumas orientações sobre manejo nutricional de cães e gatos e informações sobre alimentos permitidos e proibidos para cada espécie, além disso os estudantes receberam brindes das empresas apoiadoras da ação (Figura 5B).



Figura 5. Atividades realizadas na 3ª etapa da ação de extensão. A, jogo interativo e reforço dos temas ensinados; B, sacola de lembrancinhas e caderno de receitas PETiscos. As faces foram desfocadas para preservar a identidade dos estudantes.

Fonte: Elaborado pelos autores.

A última etapa da ação mostrou que os conteúdos abordados e discutidos com o público-alvo foram bem assimilados, uma vez que a taxa de respostas erradas foi bastante baixa e, quando aconteciam, estas eram prontamente corrigidas pelos próprios estudantes. Dessa maneira, o grau de envolvimento observado na oficina prática, bem como a atenção dada às discussões e a alta taxa de acerto no jogo de perguntas e respostas sugeriram que a ação atingiu o objetivo principal, qual seja, o de orientar os estudantes sobre nutrição de cães e gatos e sobre a possibilidade de atuarem como agentes multiplicadores em seus ambientes de convivência.

O sucesso da ação de extensão desenvolvida sugere a inserção dessa atividade em programas de extensão e sua promoção às demais classes e escolas, além da ampliação e diversificação do público atendido na comunidade da região em que está inserida a instituição promotora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A crescente humanização de cães e gatos tem afetado negativamente a manutenção da boa saúde desses animais, provocando distúrbios comportamentais, nutricionais e intoxicações, decorrentes do excesso de zelo, carinho e desinformação por parte de tutores.

A educação de crianças sobre o manejo nutricional adequado possui o potencial de promover e disseminar as informações corretas e, conseqüentemente, melhorar a qualidade de vida dos animais de estimação, além de facilitar a aproximação do profissional médico veterinário.

Ações de extensão, como oficinas de orientação e conscientização, são eficazes na formação do médico veterinário, capacitando-o para atuar na saúde animal, humana e ambiental. As Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de graduação em Medicina Veterinária preconizam que a estrutura dos cursos deve assegurar uma (a) inserção precoce, integrada e interdisciplinar do aluno em atividades práticas, bem como a utilização de diferentes cenários de ensino/aprendizagem, a educação para a cidadania e a participação plena na sociedade. Deve, além disso, formar um profissional com competências e habilidades para exercer a profissão articulada com o contexto social, como forma de participação e contribuição social e com atitudes e valores orientados para a cidadania e para a solidariedade ([BRASIL, 2003](#)).

AGRADECIMENTOS

A Luopet® Snacks e Farmina® Pet Foods pelo apoio.

SUBMETIDO EM 12 fev. 2019
ACEITO EM 12 dez. 2019

REFERÊNCIAS

[APTEKMANN, K. P. et al.](#) Aspectos nutricionais e ambientais da obesidade canina. **Ciência Rural**, v. 44, n. 11, p. 2039-2044, 2014.

[BRASIL](#). IBGE. Pesquisa Nacional de Saúde: 2013: acesso e utilização dos serviços de saúde, acidentes e violências: Brasil, grandes regiões e unidades da federação / IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. 100 p. Disponível em: < <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94074.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2018.

[BRASIL](#). Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Medicina Veterinária**. Parecer CES/CNE 105/2002, homologação publicada no DOU 11/04/2002, Seção 1, p. 14. Resolução CES/CNE 01/2003, publicada no DOU 20/02/2003, Seção 1, p. 15. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/ces012003.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2018.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998. 174p. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/introducao.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2018.

BROOM, D. M., FRASER, A. F. **Comportamento e bem-estar de animais domésticos**. Barueri: Manole, 4. ed., p.77-92, 2010.

GIANNICO, A. T. et al. Alimentos tóxicos para cães e gatos. **Colloquium Agrariae**, v. 10, n. 1, p. 69-86, 2014.

HALFEN, D. P. et al. Tutores de cães consideram a dieta caseira como adequada, mas alteram as fórmulas prescritas. **Pesq. Vet. Bras.**, v. 37, n. 12, p. 1453-1459, 2017.

OGOSHI, R. C. S. et al. Conceitos básicos sobre nutrição e alimentação de cães e gatos. **Ciência Animal**, v. 25, n. 1, p. 64-75, 2015.

PÖPPL, A.G. **Obesidade em cães e gatos**. PROMEVET, v. 4, ciclo 3, 2018.

VIEIRA, E.; VALQUIND, L. **Oficinas de Ensino: O quê? Por quê? Como?** 4 ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

SAAD, F. M. O. B.; FRANÇA, J. Alimentação natural para cães e gatos. **Alimentação natural para cães e gatos**, v. 39, p. 52-59, 2010.

SEGATA, J. Os cães com depressão e os seus humanos de estimação. **Anuário Antropológico [online]**. II, p. 177-204, 2012.

WALLER, S. B.; CLEFF, M. B.; MELLO, J. R. B. Intoxicações em cães e gatos por alimentos humanos: o que não fornecer aos animais?. **Veterinária em Foco**, v. 11, n. 1, p. 59-74, 2013.

ARTICULAÇÃO ENTRE PSICOLOGIA E DIREITO: UMA PRÁTICA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

*Larissa Ferreira Otoni de Paula**
Natália Sundfeld
Laura Cristina Eiras Coelho Soares

RESUMO

A proposta deste artigo é discutir a atuação interdisciplinar a partir da apresentação de um projeto de extensão que reúne discentes da Psicologia e do Direito. O objetivo dessa prática é construir espaços de interface entre os referidos campos de conhecimento, por meio do trabalho interdisciplinar nos atendimentos de casos de Direito de Família em uma assistência judiciária universitária que atende majoritariamente a população que não possui condições financeiras para arcar com a contratação de advocacia particular. No presente artigo adota-se o arcabouço teórico advindo da Psicologia Jurídica em diálogo com a Psicologia Social e utiliza-se a metodologia qualitativa para analisar os dados levantados nos relatórios dos discentes participantes. A partir dos resultados, constatou-se que a prática interdisciplinar entre Psicologia e Direito é um instrumento fundamental para compreender, de modo mais abrangente, as complexidades nas relações intrafamiliares, como também para vislumbrar a construção de novos espaços de tangência da atividade do psicólogo com o sistema de justiça.

Palavras-chave: Psicologia Jurídica. Interdisciplinaridade. Direito de Família.

PRACTICES IN A UNIVERSITY EXTENSION: THE ARTICULATION BETWEEN PSYCHOLOGY AND LAW

ABSTRACT

This present article proposes to discuss the interdisciplinary practice from the presentation of an extension project that brings together students of Psychology and Law. The aim of this practice is to build interface spaces between these fields of knowledge, through interdisciplinary work in the care of cases of family law in a university legal aid which mostly serves the population that does not have the financial means to afford hiring private practice. In this article we adopt the theoretical framework arising from the Legal Psychology in dialogue with the Social Psychology and qualitative methodology is used to analyze the data collected in the reports of the participating students. From the results, it was verified that the interdisciplinary practice between Psychology and Law is an important instrument to comprehend in a more comprehensive way the complexities in intra-family relations and also to construct new spaces of tangency of the psychologist's activity with the justice system.

Keywords: Legal Psychology. Interdisciplinarity. Family Law.

* Graduação em Psicologia (UFMG). Contato: larissafot@hotmail.com.

ARTICULACIÓN ENTRE PSICOLOGÍA Y DERECHO: UMA PRÁTICA DE EXTENSÃO UNIVERSITARIA

RESUMEN

Este artículo propone discutir la actuación interdisciplinar a partir de la presentación de un proyecto de extensión que reúne discentes de la Psicología y del Derecho. El propósito de esta práctica es construir espacios de interface entre estos campos del conocimiento, por medio del trabajo interdisciplinario en las atenciones de casos de Derecho de Familia en una asistencia judicial universitaria, que atiende mayoritariamente a la población que no tiene condiciones financieras para arcar con la contratación de abogacía particular. En el presente artículo se adopta el marco teórico que viene de la Psicología Jurídica en diálogo con la Psicología Social y se utiliza la metodología cualitativa para analizar los datos levantados en los informes de los alumnos participantes. A partir de los resultados, se constató que la práctica interdisciplinar entre Psicología y Derecho es un importante instrumento para comprender de modo más amplio las complejidades en las relaciones intrafamiliares y también para vislumbrar la construcción de nuevos espacios de tangencia de la actividad del psicólogo con el sistema de justicia.

Palabras clave: Psicología Jurídica. Interdisciplinariedad. Derecho de Familia.

INTRODUÇÃO

Os contextos de interlocução entre a Psicologia e o Direito são múltiplos e vêm se ampliando na contemporaneidade. Na interface com o Direito de Família, o trabalho do psicólogo contempla temáticas com diversos atravessamentos, tais como: divórcio e separação, pedidos que envolvem pensão alimentícia (exoneração, cobrança, ajuste do valor), alienação parental, guarda de filhos, violência intrafamiliar, abandono afetivo, multiparentalidade, abuso sexual, regulamentação de visitas, dentre outros. Ao acessar o site do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM), no ano de 2017, foram observadas notícias que permitem indagar sobre como o judiciário vem ampliando seu leque de participação nas relações e nos conflitos familiares, principalmente no contexto do pós divórcio, tais como: “Projeto “Pais em Paz” restaura laços e combate a Alienação Parental” ([IBDFAM, 2017a](#)); “Coparentalidade: desejo de compartilhar paternidade e maternidade” ([IBDFAM, 2017b](#)); “Guarda Compartilhada X Guarda Alternada: saiba no que se diferem” ([IBDFAM, 2017c](#)). Nesse cenário de crescimento das demandas e atuações do campo do Direito de Família, questiona-se qual seria a função do psicólogo em tal contexto? É possível uma parceria entre a Psicologia e o Direito?

O Projeto de Atendimento Interdisciplinar no Plantão da Divisão de Assistência Judiciária da Universidade Federal de Minas Gerais¹ (UFMG) teve início no segundo semestre de 2015 e foi desenvolvido na interlocução de dois cursos de graduação: Psicologia e Direito. A proposta de realização dessa atividade acadêmica em conjunto visa

¹ O projeto foi apresentado no (SUPRIMIDO), promovido pela Pró-reitoria de Extensão no período de 21-08-2017 a 15-09-2017, tendo sido selecionado como relevância acadêmica.

contribuir concomitantemente para o desenvolvimento da interface entre essas duas áreas do conhecimento e para a formação dos alunos na atuação em equipes interdisciplinares, uma vez que se faz necessário incluir na trajetória acadêmica dos discentes práticas de campo que proporcionem as vivências dos desafios e peculiaridades da parceria interdisciplinar ([SOARES; CARDOSO, 2016](#)).

Desta forma, entende-se que o presente projeto de extensão busca contemplar essa diversidade de práticas e de possibilidades de trabalho conjunto priorizando a concretização de uma atuação profissional interdisciplinar. Os extensionistas fundamentam seu trabalho a partir de uma visão crítica diante das demandas que lhes são endereçadas. Para isso, utilizam-se do arcabouço teórico da Psicologia Jurídica em diálogo com a Psicologia Social.

O conceito e a configuração de família vêm sofrendo inúmeras modificações ao longo do tempo, algumas delas se referem à mudança do papel da mulher na sociedade, às relações de poder intrafamiliares, aos desdobramentos do pós-divórcio e aos atravessamentos da conjugalidade e parentalidade. Essas alterações, peculiaridades e formas de interação são objetos do trabalho interdisciplinar realizado pelos alunos. Na contemporaneidade observa-se que, por vezes, demandas judiciais endereçadas pelas famílias são atravessadas por questões psicológicas, o que fomenta e também é decorrente do processo da judicialização da vida. Este fenômeno aponta para um paradoxo atual. Por um lado, parece aproximar a Psicologia do Direito, haja vista que teorias psicológicas são utilizadas como fundamentos e justificativas de determinados pedidos judiciais. Por outro lado, cabe questionar até que ponto a Psicologia vem, de fato, contribuindo para o exercício da cidadania dos sujeitos e não para a normatização e enquadramentos destes ([SOARES; MOREIRA, 2016](#)).

Diante deste cenário, os extensionistas da Psicologia voltam-se para os princípios norteadores do Código de Ética do Psicólogo, os quais apontam que: “O psicólogo baseará o seu trabalho no respeito e na promoção de liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano” ([CFP, 2005](#)). Os discentes compartilham de uma visão crítica e reflexiva sobre a atuação do psicólogo jurídico diante das solicitações do Direito, observam os limites teóricos, técnicos e éticos da Psicologia e respeitam as fronteiras de cada campo de conhecimento.

A extensão se apresenta como uma das funções primordiais das universidades brasileiras públicas, uma vez que objetiva integrar a produção de conhecimento de forma teórico-prática. Além disso, abarca uma dimensão de prestação de serviços entre a comunidade acadêmica e a sociedade, ressaltando o compromisso social das universidades ([JEZINE, 2004](#)). Contudo, [Costa \(2018\)](#) pontua acerca da tríade ensino, pesquisa e extensão que “as atividades de extensão universitária não gozam do mesmo status que as atividades de pesquisa e ensino (p.17)”. Diante disso, considera-se que o presente artigo é uma maneira de valorizar e dar visibilidade ao trabalho que vem sendo desenvolvido no projeto de extensão, atentando para suas dificuldades, possibilidades e potencialidades.

O projeto apresentado neste artigo tem contribuído para o desenvolvimento de relações interdisciplinares entre a Psicologia e o Direito no atendimento ao público interno e externo à Universidade. O trabalho conjunto entre essas áreas é complexo, multifacetado e a atuação dos psicólogos em práticas jurídicas é bastante ampla. No entanto, a participação dos alunos da Psicologia nesta atividade extensionista abarca, prioritariamente, questões que envolvem Direito de Família e, por vezes, casos de sofrimento mental e violência doméstica.

Os objetivos da articulação entre essas duas áreas previstas para esse projeto de

extensão incluem acrescentar conhecimento teórico e prático, visando capacitar os alunos para a prática profissional na interface Psicologia e Direito, contribuir para a busca de soluções para as demandas dos atendidos, promover discussões e reflexões acerca da prática conjunta. Além disso, também objetiva-se produzir material bibliográfico sobre a atividade desenvolvida, atuar nos processos que possuam demandas relacionadas à família, realizando atendimentos psicológicos e elaborando laudos quando necessário e encaminhar para a rede de atendimento psicossocial.

As áreas de interlocução entre a Psicologia e o Direito de família estão em expansão e exigem um conhecimento teórico dos estudantes e profissionais de Psicologia acerca de terminologias, leis e possibilidades de atuação do psicólogo no âmbito da justiça. Os conteúdos englobados pelo Direito de família são quase sempre carregados de aspectos elaborados de formas distintas pelos estudantes de Psicologia e Direito. O olhar dos estudantes do Direito é focado na busca de uma demanda solucionável, enquanto que a perspectiva dos extensionistas da Psicologia é subjetiva e direcionada para a busca de aspectos afetivos, emocionais e sociais presentes nas relações intrafamiliares litigiosas. Assim, a articulação entre essas visões distintas dos fenômenos tem se mostrado muito enriquecedora. A interdisciplinaridade proposta por um projeto de extensão contribui tanto para a aquisição de conhecimentos e aprimoramento da formação dos alunos, como para a prestação de um serviço mais completo e qualificado para a comunidade que procura pelo atendimento.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada para apresentação e análise dos resultados foi o levantamento qualitativo das principais demandas e encaminhamentos que surgiram nos relatórios de atendimento dos alunos da Psicologia produzidos no período compreendido entre o segundo semestre de 2015 e durante o ano de 2016. O levantamento foi realizado a partir da leitura dos 175 relatórios produzidos pelos alunos nos três primeiros semestres de atendimento. Posteriormente, verificaram-se quais casos foram atendidos em dupla para que não houvesse repetição das informações levantadas. As principais demandas trazidas pelos atendidos foram agrupadas de acordo com a temática relacionada ao Direito de família. Os encaminhamentos realizados pelos alunos também foram registrados.

CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA AOS ATENDIMENTOS NA DAJ

A Divisão de Assistência Judiciária (DAJ) da UFMG funciona de segunda-feira a quinta-feira de 12:00 às 14:00 horas. A população atendida é composta majoritariamente por pessoas que não possuem condições financeiras para arcar com os custos da advocacia particular. Ao chegar à DAJ, o atendido recebe uma senha para passar pela triagem, na qual a demanda trazida é apresentada para o estagiário do Direito de forma simplificada. Uma vez que a triagem foi realizada, o atendido aguarda na recepção até ser chamado para o atendimento. Nos casos relacionados à Família e Saúde Mental, o extensionista de Psicologia realiza o atendimento em conjunto com o aluno do Direito. A partir da demanda trazida, ambos os alunos conduzem a fala quanto às ponderações, orientações e possíveis encaminhamentos.

Cabe salientar que os alunos da Psicologia ao integrarem o grupo de extensionistas da DAJ passarão por diferentes etapas de treinamento. Nas primeiras semanas de

ingresso, o aluno novato participa como ouvinte dos atendimentos realizados por um discente da Psicologia e outro do Direito, faz anotações acerca da forma de condução e intervenção realizada pelo seu colega mais experiente que irão compor o relatório semanal a ser entregue à docente supervisora. Ao sentir-se mais seguro para fazer intervenções, em diálogo com a professora, o aluno passará a realizar a condução do caso em dupla com o colega da Psicologia junto ao discente do Direito. Após esse período de treinamento, o extensionista da Psicologia irá atender em conjunto apenas com o estagiário do Direito.

Os estagiários do Direito e os extensionistas de Psicologia participam de supervisão semanalmente com seus respectivos professores coordenadores. Por vezes, alguns alunos da Psicologia participam das reuniões do Direito de deliberação dos casos. Nesses encontros, é discutido se os alunos da DAJ irão atuar nos processos dos sujeitos atendidos no plantão ou se eles serão encaminhados para outras instituições que oferecem o mesmo serviço.

Além da supervisão, os extensionistas são responsáveis por escrever um relatório para cada atendimento realizado. O estudo desses relatórios, elaborados individualmente mesmo quando dois discentes da Psicologia atenderam o caso, possibilita uma visão geral de como vem sendo realizado o trabalho interdisciplinar na DAJ e o detalhamento da atuação dos alunos de Psicologia. Nesses encontros também são discutidos textos referentes às temáticas relacionadas às demandas encontradas no trabalho do psicólogo no âmbito da justiça.

A análise qualitativa dos relatórios dos estagiários de Psicologia permitiu constatar que apesar da maioria dos casos atendidos abarcar questões referentes aos desdobramentos do pós-divórcio, fez-se presente uma diversidade de temas e atravessamentos. Ao realizar a análise dos relatórios dos extensionistas verificou-se que, por vezes, o atendido procurava à DAJ com uma demanda pontual, mas no decorrer de sua fala outras questões que permeavam o conflito iam surgindo. Frequentemente, esses aspectos eram os que mais contribuíam para sustentar o litígio. [Ramires \(2004\)](#) assinala para os reflexos do cenário do pós-divórcio, o qual pode ser palco de antigos e novos conflitos conjugais, como alimentos, educação dos filhos, guarda e regulamentação de visitas. Tal apontamento desmistifica a ideia de que após o divórcio cessam-se os desentendimentos, haja vista que dependendo da forma com a qual o divórcio é conduzido, o que muda é o tema do conflito.

De forma geral, a procura por orientações em relação aos procedimentos necessários para realizar o divórcio surgia das mulheres. Algumas vezes, elas relatavam que a convivência com o cônjuge já estava difícil há algum tempo, mesmo que a decisão do divórcio tenha sido recente. Por vezes, atravessamentos como a recusa do outro cônjuge em aceitar o divórcio, a preocupação com os filhos e o temor em relação às questões financeiras eram observados no desenrolar dos relatos. Além da relação conjugal prolongada, era comum que as atendidas que pleiteavam o divórcio se queixassem da sobrecarga nos cuidados com a casa e com os filhos e do afastamento do cônjuge em relação aos infantes.

Imersos em suas mágoas e desgastes emocionais, ocasionalmente, os pais atendidos acabavam se concentrando demasiadamente nos conflitos conjugais e apresentavam dificuldades em exercer a parentalidade. Nesse sentido, o trabalho dos estudantes da Psicologia era ajudar os atendidos a diferenciar a conjugalidade de parentalidade e reforçar a importância da convivência familiar dos filhos com ambos os pais e suas respectivas famílias extensas. Nesses casos, o estudante de Direito costumava atentar-se para às questões objetivas da demanda, perguntando se a decisão era

consensual e se a atendida tinha filhos e/ou algum patrimônio com o cônjuge. Se a resposta fosse negativa para ambas as perguntas, a orientação formal era de procurar por um cartório para iniciar a documentação necessária para o divórcio, o que era mais rápido e prático do que entrar com um processo de divórcio. Se positiva, costumavam orientar quanto aos tipos de guarda e aos direitos à partilha dos bens. Em alguns casos, observou-se que os atendidos não tinham conhecimento sobre outras formas de resolução de conflitos, que não o processo judicial, desconhecendo possibilidades extrajudiciais como a mediação e a conciliação.

Alguns atendidos consideravam inviável a possibilidade de realizar o divórcio no cartório, uma vez que é necessário arcar com uma quantia em dinheiro para realizar tal procedimento. Destarte, muitos encaminhamentos realizados na DAJ eram em direção à mediação, possibilidade na qual os familiares poderiam tentar resolver o litígio com o auxílio de um mediador, mas sem a imposição de uma sentença dada pelo juiz. O encaminhamento para mediação é realizado em parceria com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). A mediação pode ser entendida como:

A proposta da mediação busca a cooperação e a colaboração entre os ex-cônjuges, em vez de privilegiar o lado adversarial da disputa, comum nos processos judiciais no Direito de Família. A técnica da mediação caracteriza-se por fortalecer a capacidade de diálogo, a fim de se chegar a uma solução negociada dos conflitos. ([CFP, 2010, p. 22](#))

Os discentes da Psicologia objetivavam uma compreensão dos aspectos sociais e emocionais daqueles que buscavam por auxílio no contexto de divórcio. Rotineiramente as perguntas procuravam desdobrar os atravessamentos da demanda inicial, tais como a rede familiar, sentimentos sobre a separação, planejamento da futura convivência familiar e se havia ocorrido violência doméstica. [Sousa e Samis \(2008\)](#) relatam a experiência de uma interlocução entre Psicologia e Direito que se deu em um escritório modelo de advocacia. As autoras pontuam que neste âmbito, os profissionais da Psicologia também atuam visando compreender a demanda para além dos termos iniciais de sua formulação e atentando para as relações familiares e contexto social.

Nos atendimentos os quais era identificada a demanda de violência doméstica, os estudantes de Direito orientavam quanto aos aspectos formais de uma possível denúncia, enquanto que os extensionistas da Psicologia realizavam o acolhimento da demanda e o trabalho de empoderamento da atendida. Por vezes, sensibilizavam-na para um encaminhamento psicoterápico e para centros de atendimento de mulheres em situações de violência de gênero. Na maioria dos casos de violência doméstica atendidos pelos estudantes de Psicologia observou-se que o suposto agressor era o parceiro da atendida. Conforme dados do Mapa de Violência contra à Mulher, [Waiserlfisz \(2015\)](#), o agressor principal das mulheres, com idade de 18 a 59 anos de idade, é o parceiro ou ex-parceiro em metade de todos os casos registrados.

Os alunos observaram que alguns requerimentos realizados por homens estavam relacionados aos casos de exoneração de pensão. Nesses casos, os estudantes de Psicologia e Direito enfatizavam que a pensão era para os filhos e desmistificavam o senso comum de que o valor a ser pago equivaleria aos 30% do salário do pai. A orientação era de que o juiz averiguaria a possibilidade do pai e a necessidade do filho antes de estipular o valor da pensão. Além disso, percebia-se que muitos atendidos nutriam ressentimentos em relação à ex-cônjuge e consideravam que ela utilizava o dinheiro em benefício próprio e não em favor do filho. Nesses casos, os estudantes orientavam quanto à possibilidade do pagamento da pensão *in natura*, ou seja, o pai poderia custear diretamente as

necessidades do filho em vez de transferir todo o valor monetário estipulado por mês para a mãe administrar. O pagamento da cesta básica e a mensalidade da escola são exemplos deste tipo de pensão. Cabe esclarecer que também há a possibilidade de uma parte da pensão ser paga dessa maneira e o restante do valor ser transferido em dinheiro.

Ainda em relação à pensão alimentícia, outro fator percebido era que os atendidos que procuravam à DAJ para solicitarem a exoneração da pensão tinham, por vezes, esse pagamento como o único contato com seus filhos. [Brito \(2007\)](#) aponta para dificuldade dos filhos, bem como os sentimentos de tristeza e raiva ao lidarem com esse momento de encerramento do único vínculo que ainda existia com o pai. Nesse sentido, o trabalho interdisciplinar era o de tratar com muito cuidado esses pedidos, responsabilizando o atendido em relação aos deveres parentais, mas também buscando compreender o que motivava tais requerimentos e como intervir para um possível reestabelecimento do vínculo paterno filial.

Nos casos de guarda de filhos, a discussão acerca da guarda compartilhada era bastante recorrente. Ao analisar uma cena da peça “Guarda conjunta... Como assim?”, os autores contextualizam como pode ocorrer a discussão a respeito da guarda entre os genitores. Segundo eles:

Um ritual marcado por ironia, deboche, e afetos velados (...) Assim, a lembrança de Luísa vem à tona num contexto de discussões em que os objetos são repartidos e voltam a ter um único dono (...) Noções de posse e divisão acabam por se misturar com as paixões, verdades e sentimentos vividos na relação de Luísa com seus pais. ([PEREIRA et al, 2008, p. 280](#))

Segundo [Brito e Gonsalves \(2013\)](#), a guarda compartilhada é uma medida facilitadora do convívio familiar, assegurando vínculos mais estáveis e favoráveis à igualdade de deveres e direitos dos genitores. Além da orientação em relação a essa modalidade de guarda, os extensionistas da Psicologia buscavam compreender como se daria a nova rotina da família e ajudavam a refletir a respeito de estratégias para que o filho tivesse amplo acesso a ambos os pais e à sua família extensa, compartilhando da premissa de que visita quinzenal não é convivência ([RAMOS; BICALHO, 2012](#))

Cabe salientar que nem sempre a busca pela definição da guarda era realizada num contexto de divórcio iminente ou recente. Por vezes, os pais procuravam à DAJ porque desejavam passar mais tempo com seus filhos, embora muitos deles ainda não soubessem que a guarda compartilhada era uma possibilidade, visto que a guarda unilateral para a mãe ainda é a mais aplicada no Brasil.

A explicação a respeito da guarda compartilhada costumava gerar questionamentos entre os atendidos. Frequentemente, os pais contemplavam a ideia de divisão igualitária de tempo com os filhos e, por vezes, também confundiam com a isenção do pagamento de pensão alimentícia para os filhos. Nesses casos, os estudantes desconstruíam essa ideia, orientando que o juiz poderia determinar o pagamento da pensão, ainda que a guarda compartilhada fosse adotada pelos genitores.

Quando os pais da criança ou adolescente moravam em cidades diferentes, os alunos do Direito costumavam descartar a possibilidade de guarda compartilhada, com o respaldo de que haveria a impossibilidade do filho conviver de forma igualitária com ambos. Atualmente existe uma discussão acerca da divisão de tempo nessa modalidade de guarda. Em 2016, a Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) negou um pedido de guarda compartilhada, sob a justificativa de que os genitores residiam em cidades diferentes ([IBDFAM, 2016](#)). A decisão judicial gerou polêmicas, dividindo os especialistas

em favoráveis e contrários aos argumentos do STJ. Neste sentido, os extensionistas de psicologia compartilham da ideia, difundida por [BRITO & GONSALVES \(2013\)](#), autoras do campo da Psicologia Jurídica, de que a equidade de responsabilidades dos genitores quanto aos cuidados com os filhos não carece obrigatoriamente da divisão igualitária do tempo. Um exemplo disso são os casos em que um dos genitores trabalha viajando e, diante disso, o filho passa mais tempo com o outro genitor. Contudo, o pai ou a mãe que trabalha viajando também pode contribuir e ser presente na vida do filho, por meio do uso, por exemplo, de telefonemas frequentes e outras tecnologias.

Nas situações de litígio entre o casal, em alguns casos, o lugar parental estava sendo confundido com a relação conjugal. Nesse cenário, os filhos poderiam sofrer com os reflexos de uma separação litigiosa, em decorrência do afastamento paterno, da tentativa de um dos cônjuges de desqualificar o outro, dentre outros aspectos que podem estar presentes nesse contexto. Cabe ressaltar que de acordo com [Brito \(2007\)](#), em entrevista com filhos de pais separados, eles demonstraram compreender que as dificuldades, os sentimentos de tristeza e o distanciamento paterno não são decorrentes do fenômeno da separação em si, mas dependerão do modo como os pais irão lidar com o pós-divórcio.

Muitos atendidos apresentavam dificuldades quanto ao relacionamento dos filhos com a nova família do seu ex-cônjuge, principalmente, no que se refere ao contato dos infantes com o padrasto ou a madrasta. [Brito \(2007\)](#), na pesquisa supracitada, percebeu resistência dos filhos em aceitarem as novas uniões dos genitores. A autora relata que durante o estudo: “Houve queixas de que não se sentiam ‘em família’ quando, nas visitas ao pai, se deparavam com a companheira deste e um lar refeito” ([BRITO, 2007, p 42](#)). Alguns casos atendidos pela DAJ envolviam queixas dos atendidos em relação ao modo como o atual parceiro do ex-cônjuge tratava seus filhos, relatando comportamentos estranhos dos filhos quando esses retornavam da casa do pai ou da mãe. A demanda sempre era acolhida pelos alunos, a fim de que a preocupação fosse legitimada e que estratégias de enfrentamento da situação fossem criadas em conjunto no atendimento. Contudo, os extensionistas da Psicologia também buscavam entender se a queixa se configurava como uma dificuldade de aceitação do atendido no que tange às interações dos filhos com a nova família do ex-cônjuge, para que fossem pensadas formas de encaminhamento do caso.

Além das questões relacionadas à família, a Psicologia ampliou seu espaço de atuação por meio do suporte aos alunos do Direito nos atendimentos de portadores de sofrimento mental. Essa demanda, embora não acordada inicialmente como ponto de atuação dos alunos da Psicologia, cresceu substancialmente e pode ser considerada uma demanda que possibilita a ampliação da interface entre as áreas de conhecimento. De forma geral, esses casos surgiam com uma roupagem jurídica, ou seja, o atendido(a) chegava à DAJ com uma demanda aparentemente destinada ao Direito, mas percebiam-se alguns aspectos como confusão mental e desorientação temporal no desenrolar do atendimento. Nesses casos, a Psicologia fazia o acolhimento da demanda do atendido, realizava encaminhamentos para a rede de saúde mental, sensibilizava para a manutenção do tratamento quando o sujeito já se encontrava com suporte profissional, buscava contatar alguém da família e, em casos mais graves, acionava os serviços de urgência em saúde mental para que o atendido pudesse deixar a DAJ em segurança.

Durante os atendimentos interdisciplinares, observaram-se contribuições da Psicologia para a ampliação do entendimento acerca da demanda e os possíveis encaminhamentos. Cabe ressaltar que embora a Psicologia seja conhecida popularmente

pelo seu trabalho clínico em psicoterapia, não é este o objetivo dos extensionistas na DAJ. Estes utilizavam da escuta e da intervenção psicossocial para compreender, contextualizar e, sempre que possível, transformar a demanda. A proposta de trabalho não enfoca apenas no individual, como também considera o contexto social, histórico, político e econômico no qual os sujeitos encontram-se imersos.

O atendimento conjunto possibilita uma maior articulação e viabiliza a ação entre profissionais, o que contribui para enxergar a demanda em sua complexidade, evitando assim reducionismos e simplificações ([OLIVEIRA; VICENTIN, 2016](#)). Uma dessas solicitações refere-se à dificuldade dos alunos do Direito ao lidar com o choro dos atendidos, o que gerou a demanda por uma capacitação para lidar com essa situação. Contudo, não existe norma para tal situação, uma vez que estão no âmbito do subjetivo e não do objetivo, como de costume para o Direito. Assim, a sugestão dos extensionistas da Psicologia era de acolher o outro e estar presente. Este entendimento, considera que: “O acolhimento se revela menos no discurso sobre ele do que nas práticas concretas.” ([MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2013, p. 19](#)).

No final do atendimento, após as orientações jurídicas e psicológicas serem prestadas, os extensionistas ao perceberem questões de ordem emocional a serem elaboradas pelo sujeito, tentam sensibilizá-lo acerca de um possível encaminhamento para psicoterapia. Para tanto, existe uma lista de clínicas escolas que realizam acompanhamento psicoterápico gratuitamente ou a preço acessível. Ademais, em alguns casos, também se encaminha para outros serviços da rede contidos na lista de encaminhamentos, tais como: Centros de Referência em Saúde Mental (CERSAM), Centros de Convivência, Redes de Promoção de Saúde da Mulher em Situação de Vulnerabilidade, Coordenadorias de Inclusão e Mobilização Sociais (CIMOS), Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), dentre outros.

Esses encaminhamentos buscam contemplar outros sentidos da demanda, não exclusivamente o jurídico, haja vista que em alguns casos, demandas que inicialmente se apresentavam na forma de processo são perpassadas por questões internas do sujeito. Como nomeado por [Oliveira e Vicentin \(2016, p. 518\)](#): “Demandas ‘tortas’, ou seja, aquelas que não cabem no Direito, pois não encontram respaldo legal por não serem judicializáveis, passaram a encontrar um direcionamento”. [Carvalho e Berlim \(2014\)](#), ao analisarem demandas oriundas a partir de uma experiência de extensão no âmbito da Psicologia Jurídica, apontaram que:

Reconhece-se que um atendimento que conta com operadores do Direito e da Psicologia pode se voltar para um entendimento mais amplo dos sujeitos e suas realidades, repercutindo em um espaço, e de escuta e encaminhamentos que não se restringem apenas à demanda jurídica, mas que contemplam as demais vicissitudes envolvidas em cada uma das situações atendidas. ([CARVALHO; BERLIM, 2014, p.5](#))

Nas supervisões da extensão aqui relatada, os alunos de Psicologia mencionam também sua contribuição para tornar o vocabulário jurídico compreensível para o sujeito. Os discentes contam que quando o atendido não entende o que o estagiário do Direito está explicando, o extensionista colabora intermediando a comunicação. Nesse momento, também demonstram outro olhar sobre o mesmo assunto, ampliando a compreensão sobre a demanda apresentada. Nesse sentido, incorporou-se a possibilidade de gravar mensagens no celular do atendido sobre os encaminhamentos quando necessário, principalmente, nos casos de analfabetismo.

IMPASSES DO ATENDIMENTO INTERDISCIPLINAR: UMA PARCEIRA POSSÍVEL?

Durante as supervisões dos extensionistas da Psicologia, observaram-se algumas dificuldades nos atendimentos interdisciplinares. As reuniões semestrais com a equipe coordenadora da DAJ e o amplo acesso via e-mail e telefone permitiram a construção de novas possibilidades de atuação e melhorias no diálogo entre os alunos. Os extensionistas apontam que em alguns momentos há diferenças nos posicionamentos dos alunos do Direito e da Psicologia referente ao direcionamento da atuação diante de determinada demanda. Além disso, relatam que durante os atendimentos conjuntos pode acontecer de um aluno fornecer alguma informação inadequada acerca da área de conhecimento que não é a sua. Tal situação é comum em construções interdisciplinares, uma vez que o mesmo tema é tratado sob óticas diferentes. No entanto, trabalhar na interdisciplinaridade não significa ter as mesmas conclusões acerca de determinado assunto, haja vista que é na diversidade de visões e possibilidades que o encontro ocorre ([BRITO, 2012](#)).

Diante disso, ressalta-se a importância de respeitar os limites de cada área de atuação e as diferentes formas de entendimento sobre o mesmo evento. A partir do momento em que não se posiciona de forma beligerante em relação aquilo que se diverge, possibilita-se a abertura ao diálogo e conseqüentemente o aprendizado conjunto. Para que esses impasses fossem solucionados, ponderou-se a importância de não desautorizar o outro durante o atendimento. Em caso de divergência quanto à condução do atendimento, elaborou-se uma estratégia: um dos alunos interrompe o atendimento justificando que precisa conversar com o supervisor para tirar uma dúvida. Fora da sala, os alunos conversam a respeito do problema encontrado.

Outra queixa comum se relaciona ao tempo do atendimento: em alguns casos, os extensionistas da Psicologia consideram que os estagiários do Direito finalizam o atendimento rapidamente, não havendo tempo suficiente de trabalhar as questões psicológicas. Por sua vez, os alunos do Direito podem considerar o atendimento psicológico demorado. A este respeito, observa-se nas Varas de Família que: “um processo, mais completo de significação, envolve um tempo diverso daquele dos processos judiciais, na medida em que se dá no vagaroso processo de elaboração psíquica e emocional de vivências habitualmente tão sofridas e traumáticas” ([SANTOS; COSTA, 2007, p. 120](#)). A resposta jurídica muitas vezes aparece rápida, objetiva, enquanto o acolhimento psicológico e a sensibilização do sujeito para um possível encaminhamento pode precisar ser trabalhado por mais tempo. Nesses casos nos quais a demanda jurídica se resolve facilmente e a psicológica é mais complexa, foi aberta a possibilidade do aluno de Psicologia dar continuidade ao atendimento em outra sala. Alguns extensionistas, após o encerramento do atendimento, também costumam dialogar com o outro aluno, a fim de discutir sobre o caso, suas dificuldades e encaminhamentos realizados.

A fim de exemplificar e responder a pergunta sobre a possibilidade de parceria entre as áreas do Direito e da Psicologia, optou-se por utilizar um trecho do relatório do extensionista Marco Aurélio Saraiva Carvalho². Neste caso, a atendida era namorada do genitor da criança em tela e chegou à DAJ para procurar por informações judiciais sobre o que seria possível fazer para reaproximar o companheiro das filhas, que eram enteadas dela. Cabe esclarecer que o genitor já tinha um advogado e este havia sugerido um

² Agradecimentos ao extensionista voluntário (SUPRIMIDO) pela elaboração ética e dedicada dos relatórios e pelo engajamento em sua participação no projeto de extensão.

processo de alienação parental contra a genitora. O extensionista da Psicologia após descrever o atendimento realizado em conjunto com a estagiária do Direito, escreveu como observação:

(...) como havia muitas questões envolvidas que poderiam estigmatizar as posturas da ex companheira, além de introduzir uma lógica aversiva no ex casal, optei por trabalhar no atendimento outras alternativas de soluções. Foi interessante notar que a estagiária do Direito atuou em conjunto, pois o tempo todo frisava minhas falas e introduzia mais explicações sobre a guarda, as mudanças no cotidiano das crianças, e que a alienação não deveria ser pensada como uma primeira solução (...).

O relato supracitado do extensionista se configura como uma busca por soluções para o conflito apresentado pela atendida e também como uma alternativa possível para a parceria entre a Psicologia e o Direito que “pode ser – e em geral o é – geradora de tensões e movimentos, contradições que impulsionam, novas indagações, desestabilizações, de novos conteúdos e modificação de outros” ([SAMPAIO, 2017, p. 47-48](#)).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto de extensão na DAJ tem demonstrado a relevância da interface entre a Psicologia e o Direito ampliando o olhar sobre demandas complexas e possibilitando uma atuação conjunta, crítica, ética e inovadora. [Oliveira e Vicentin \(2016\)](#) apontam que o encontro entre diferentes atores pode viabilizar a emergência de novos modos de fazer. Por meio do diálogo entre as diferentes perspectivas e da prática emancipadora dos sujeitos, os extensionistas da Psicologia e estagiários do Direito buscam alternativas relacionais aos problemas intrafamiliares, respeitando seus limites de atuação e criando novas possibilidades de modo a evitar normatizações, generalizações e reducionismos.

A atuação interdisciplinar no plantão da DAJ tem seguido uma trajetória similar à da história da Psicologia em articulação com o Direito: inicialmente ocorreu de forma pontual, mas com o tempo foi ganhando novos espaços. A participação da Psicologia nesta interface tem sido ampliada por meio do diálogo aberto e da construção de novos caminhos para as demandas que chegam. Ocasionalmente, podem ser realizados atendimentos subsequentes aos iniciais, por meio de agendamento para fins de esclarecimento ou até mesmo o efetivo acompanhamento do caso de maneira a dar prosseguimento ao atendimento conjunto do Direito e da Psicologia. A participação de um membro da equipe de Psicologia como assistente técnico em processos ou como orientadores da Psicologia no momento do plantão é, ainda, uma possibilidade que vem sendo estudada. Nesse caso, o trabalho seria feito por discentes de pós-graduação em Psicologia ou por ex-participantes do projeto de extensão que, após formados, atuariam como voluntários.

O presente artigo pretendeu apresentar e discutir como se deu essa parceria no âmbito da extensão universitária a partir de um posicionamento ativo e transformador da Psicologia. Não foi apresentada uma resposta única aos desafios vivenciados, mas buscou-se relatar modos de fazer e de construção de possibilidades. Diante de questionamentos, demandas e fazeres que estão sempre em movimento desestabilizando certezas e reconstruindo práticas, destaca-se a relevância da construção de um trabalho ético, técnico, contextualizado e interdisciplinar.

SUBMETIDO EM 24 jul. 2019
ACEITO EM 28 nov. 2019

REFERÊNCIAS

[BRITO, L.M.T de.](#) Anotações sobre a Psicologia jurídica. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v.32, n.spe, p.194-205, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932012000500014&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 Jan. 2017.

[BRITO, L.M.T de.](#) Família Pós-Divórcio: A Visão dos Filhos. **Revista Psicologia Ciência e Profissão**, Brasília, v. 27, n. 1, p. 32-45, Mar. 2007

[BRITO, L.M.T de.;](#) [GONSALVES, E.N.](#) Guarda Compartilhada: alguns argumentos e conteúdos da jurisprudência. **Revista Direito GV**, São Paulo, v.9, n. 1, p. 299-317, jun. 2013.

[CARVALHO, M. J;](#) [BERLIM, C. S.](#) Assessoria em Psicologia Jurídica: análises de demandas a partir de uma experiência de extensão universitária. **Revista Conhecimento Online**. Ano 6, v.1, p. 1-9, Abril. 2014.

[CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA.](#) **Referências técnicas para a atuação do psicólogo em Varas de Família**. Brasília, 2010.

[CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA.](#) **Código de Ética Profissional do Psicólogo**. Brasília, ago. 2005.

[COSTA, J. F. A.](#) Articulação entre pesquisa, ensino e extensão: Um desafio que permanece. **Revista Ciência em Extensão**. v.14, n.2, p.9-19, 2018.

[IBDFAMa.](#) Projeto “Pais em Paz” restaura laços e combate a Alienação Parental. 02 de agosto de 2017. <http://www.ibdfam.org.br/noticias/6370/Projeto+%E2%80%9CPais+em+Paz%E2%80%9D+restaura+la%C3%A7os+e+combate+a+Aliena%C3%A7%C3%A3o+Parental>. Acesso em: 09 de janeiro de 2018.

[IBDFAMb.](#) Coparentalidade: desejo de compartilhar paternidade e maternidade. 26 de julho de 2017. <http://www.ibdfam.org.br/noticias/6367/Coparentalidade%3A+desejo+de+compartilhar+paternidade+e+maternidade>. Acesso em: 09 de janeiro de 2018.

[IBDFAMc.](#) Guarda Compartilhada X Guarda Alternada: saiba no que se diferem. 14 de junho de 2017. <http://www.ibdfam.org.br/noticias/6327/Guarda+Compartilhada+X+Guarda+Alternada%3A+saiba+no+que+se+diferem>. Acesso em: dia 09 de janeiro de 2018.

[IBDFAM.](#) STJ nega guarda compartilhada para pais que moram em cidades diferentes. 13 de julho de 2016.

<http://ibdfam.org.br/noticias/6057/STJ+nega+guarda+compartilhada+para+pais+que+moram+em+cidades+diferentes>. Acesso em: 10 de janeiro de 2018.

JEZINE, E. As Práticas Curriculares e a Extensão Universitária. In: **Anais do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária**. Minas Gerais: UFMG, Gestão 12, 2004. Disponível em: <http://www.ufmg.br/congrest/Gestao/Gestao12.pdf> Acesso em: 14 fev. 2017.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Cadernos de atenção básica: acolhimento à demanda espontânea.** Brasília, v.1, 2013.

OLIVEIRA, R. G; VICENTIN, M. C. G. Reflexões sobre práticas psi-jurídicas na triagem da Defensoria Pública Paulista. **Revista Psicologia em Estudo**, v. 21, n. 3, p. 509-521, jul/set, 2016.

PEREIRA, C. V.; SILVA, J. G; GOMES, J. D. Família e separação conjugal: da academia ao palco. In: BRITO, L. M. T. **Famílias e separações: perspectivas da psicologia jurídica**. Rio de Janeiro: Ed. Uerj, 2008. p 271-293.

RAMIRES, V. As transições familiares: a perspectiva de crianças e pré adolescentes. **Revista Psicologia em Estudo**, Maringá, vol. 9, nº 2, p. 183-193, maio/ago 2004.

RAMOS, S. I. S; BICALHO, P. P. Avaliação Psicológica em Varas de Famílias: 'ubuescas' proteções a infância. **Revista Polis e Psique**, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p 63-80. 2012.

SAMPAIO, C. R. B. Psicologia e Direito: O que pode a psicologia? Trilhando caminhos para além da perícia psicológica. In **Psicologia Jurídica e Direito de Família: para além da perícia psicológica** /MunIQUE Therense et al. Manaus: UEA Edições, p. 17-59, 2017.

SANTOS, M. R. R.; COSTA, L. F. O tempo na trajetória das famílias que buscam a justiça. **Revista do Departamento de Psicologia (UFF)**, 19(1), p. 111-126, 2007.

SOARES, L. C. E. C.; MOREIRA, L. E. Contornos da judicialização: reflexões sobre famílias recasadas e abandono afetivo. **Psicologia em Estudo (Online)**, v. 21, p. 497-508, 2016.

SOARES, L. C. E. C.; CARDOSO, F. S. O Ensino de Psicologia na Graduação em Direito: uma Proposta de Interlocação. **Psicologia: Ensino & Formação**, v. 7, p. 59-69, 2016.

SOUSA, A. M.; SAMIS, E. M. Conflitos, diálogos e acordos em um serviço de psicologia jurídica. In Brito, L. M. T. (Org.). **Famílias e Separações: Perspectivas da Psicologia Jurídica**. Rio de Janeiro: ED/UERJ, p. 113-135, 2008.

WAISERLFISZ, J.J. **Mapa de violência contra a mulher.** Homicídio de mulheres no Brasil. Brasília, 2015. Disponível em: http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf. Acesso: 20 ago. 2017.



O CUIDADO DA MULHER NA AMAMENTAÇÃO: VIVÊNCIAS E APRENDIZADOS

*Macarena Urrestarazu Devincenzi**
Giulia Beatrice Della Piazza
Silvia de Almeida Mendes Andrade
Renata Manchini Cardoso

RESUMO

Relato da experiência de projeto de extensão universitária com equipe de estudantes de cursos de graduação em saúde, agentes comunitários, nutricionista e enfermeira obstetra, que desenvolveu ações de cuidado a mulheres na gestação e puerpério, em região de vulnerabilidade social e ambiental na cidade de Santos. A promoção da amamentação foi baseada em vivências no território e encontros com as mulheres e suas necessidades. As reflexões críticas proporcionaram repensar ações e atividades de modo a discutir a saúde da mulher, suas demandas sociais e políticas para além do período gravídico-puerperal. A troca de saberes interdisciplinares, as escutas e os diálogos centralizados nas mulheres proporcionaram aos estudantes formação humanizada, ética, cidadã e aproximação da teoria e prática.

Palavras chave: Mulheres. Atenção integral à saúde. Aleitamento materno.

WOMEN'S CARE IN BREASTFEEDING: EXPERIENCES AND LEARNING

ABSTRACT

Experience report from a team of health undergraduate students, community health workers, nutritionist and an obstetrician nurse participating in an university extension project, in which were developed care actions for women in the gestation and puerperium period at a social and environmental vulnerability region in Santos city. Breastfeeding promotion was based on team's experiences in interacting with the community and women's needs. Critical reflections allowed the team to refocus actions and activities of women's health, their social and political demands, beyond the pregnancy-puerperal period. The interdisciplinary knowledge exchange, listening and dialogues focusing on women provided students with a humanized, ethical and citizen formation, bringing theory closer to practice.

Keywords: Women. Comprehensive health care. Breast feeding.

* Doutorado em Nutrição (UNIFESP). Departamento de Políticas Públicas e Saúde Coletiva, Campus Baixada Santista, Universidade Federal de São Paulo, Santos, SP. Contato: macarena.nut@gmail.com.

EL CUIDADO DE LA MUJER EN LA LACTANCIA: VIVENCIAS Y APRENDIZAJE

RESUMEN

Relato de la experiencia de un proyecto de extensión universitaria conducido por un equipo de estudiantes de distintas áreas de la salud, agentes comunitarios, nutricionista y enfermera obstétrica, que desarrolló acciones de cuidado a mujeres en el embarazo y puerperio, en región de vulnerabilidad social y ambiental en la ciudad de Santos. La promoción de la lactancia materna tuvo como base las vivencias en la comunidad y encuentros con las mujeres y sus necesidades. Las reflexiones críticas nos brindaron la oportunidad de una revisión de las acciones y actividades con la finalidad de discutir demandas de la salud, sociales y políticas de las mujeres, para más allá del período del embarazo y puerperio. El intercambio de conocimientos interdisciplinarios y los diálogos centrados en las mujeres proporcionaron a los estudiantes una formación humana, ética, ciudadana y de aproximación de la teoría a la práctica.

Palabras clave: Mujeres. Atención integral de salud. Lactancia materna.

INTRODUÇÃO

Partindo de experiências de atenção à saúde materna e infantil, orientadas pelas diretrizes da Rede Cegonha, verifica-se que o contexto formativo no Sistema Único de Saúde (SUS), numa perspectiva de trabalho interdisciplinar e de práticas colaborativas, pode facilitar as relações entre os pontos das Redes de Atenção em Saúde (RAS) bem como produzir espaços permanentes e coletivos de discussão sobre as práticas no cotidiano do trabalho, o que, por fim, resulta em maior capacidade de acolhimento e cuidado às necessidades singulares de mulheres e crianças, diminuindo iniquidades no acesso e qualidade da atenção materna e infantil ([VASCONCELOS et al., 2016](#); [FORTE et al., 2016](#)).

Esse olhar mais singular tem sido o desafio para qualificar as ações de promoção e apoio ao aleitamento materno. Por um lado, do ponto de vista das políticas e organizações da sociedade civil, criou-se um ambiente mais favorável e protetor à prática da amamentação desde os anos 1980, colaborando para que a mediana da duração do aleitamento no país tenha se multiplicado por quatro nas últimas três décadas ([VICTORA et al., 2011](#)).

Por outro lado, como destacam [Caminha et al. \(2010\)](#), apesar da convergência de consensos, da força das evidências científicas, dos princípios éticos referenciados em vários níveis, dos juízos de valor dos profissionais de saúde e opinião pública, verifica-se que os progressos obtidos estão bem distantes dos resultados desejáveis, deixando o tema do aleitamento materno ainda em aberto.

Nesse contexto, cabe refletir sobre as práticas dos profissionais de saúde junto ao grupo materno-infantil. Uma revisão integrativa recente evidenciou a falta de preparo dos profissionais de saúde para lidar com a amamentação, sugerindo que precisam compreendê-la como um processo biopsicossocial, dinâmico, relacional; e que todos os profissionais deveriam ser contemplados em suas disciplinas de formação, com módulos que demonstrassem a importância de envolverem parâmetros interdisciplinares de colaboração com o aleitamento materno ([ALMEIDA; LUZ; UED, 2015](#)).

[Almeida e Novak \(2004\)](#), numa análise histórica da prática da amamentação, já alertavam para programas e serviços de saúde numa perspectiva normativa e controladora. As ações conduzidas se orientam predominantemente para informar a mulher sobre as vantagens da prática para a saúde de seu filho e responsabilizá-la pelos resultados futuros, decorrentes do seu sucesso ou fracasso na amamentação. Os autores apontam que tal modelo assistencial, verticalizado e impositivo, há muito se revela esgotado e é incapaz de responder às demandas da mulher em processo de amamentação.

A partir dessas reflexões, parece ser estratégico organizar os processos de trabalho e educação em saúde na promoção do aleitamento materno, considerando as vivências e percepções da mulher, identificando suas dificuldades, necessidades e redes de apoio ([NAKANO, 2003](#); [FUJIMORI et al., 2010](#)).

Considerando o tripé da formação universitária, além das atividades de ensino e pesquisa, a extensão pode ser organizada na lógica interprofissional, possibilitando o desenvolvimento de atividades criativas, afetivas e potentes, com destaque àquelas junto a grupos de vulnerabilidade social ([MENDES et al., 2014](#); [LIBERMAN et al., 2017](#)).

Pensando na abordagem da mulher durante o período de gestação e lactação no espaço do SUS como potencial oportunidade para formação interprofissional e de educação permanente dos profissionais de saúde, pretende-se com este relato, compartilhar vivências e aprendizados num projeto de extensão universitário desenvolvido por uma equipe interdisciplinar, junto ao grupo materno-infantil em região de vulnerabilidade social no município de Santos.

MÉTODOS

O projeto de extensão “Amamentação: promoção e cuidado à saúde materno infantil” foi idealizado em 2015, a partir da experiência de uma docente e estudantes da graduação em visita ao Hospital e Maternidade Municipal localizado na Zona Noroeste da Cidade de Santos.

Os estudantes e docente foram recebidos por enfermeira da área materno-infantil que, diante de desafios vividos no cotidiano de trabalho compartilhou com franqueza e sensibilidade a realidade do público atendido no hospital. As situações de vulnerabilidade observadas pela enfermeira incluíam uso de álcool e drogas, conflitos intrafamiliares, intervalo interpartal menor que dois anos, gravidez na adolescência, multiparidade, violência doméstica, baixa renda, despreparo e falta de conhecimento para o parto e início da amamentação. A percepção era de que a maioria das mulheres que procurava o hospital não conhecia as diretrizes para o autocuidado e da criança propostos pelo Ministério da Saúde (MS) para o parto humanizado. Causava estranhamento e constituíam-se em experiências negativas fazer exercícios no pré-parto, ficar em determinadas posições para o parto, permitir o contato pele a pele logo após o nascimento e o banho do recém-nascido somente depois de seis horas de vida.

Pensou-se então acompanhar gestantes a partir do terceiro trimestre da gestação e seus recém-nascidos até 28 dias de vida, planejando ações interdisciplinares que proporcionassem conhecimento sobre períodos da gestação, trabalho de parto e amamentação, através de acolhimento e aconselhamento, para contribuir com a qualidade de vida da mãe/recém-nascido e promover o aleitamento materno até o sexto mês de vida. A ideia era trabalhar junto com as Unidades de Saúde da Família (USF), especialmente com os Agentes Comunitários de Saúde (ACS), que na sua rotina acompanham gestantes

de seu território, com o objetivo também de promover a educação permanente desses profissionais.

Foram definidas duas unidades, ambas na Zona Noroeste do município, por estarem na região da maternidade municipal de referência, que atende as gestantes da comunidade, para fortalecer o vínculo entre atenção básica e hospital.

Em setembro de 2015, o projeto de extensão foi enviado para apreciação e autorização da Secretaria Municipal de Saúde de Santos e a seguir para a Câmara de Extensão do Campus, sendo aprovado em ambas instâncias. Em meados de outubro de 2015, realizou-se a divulgação da seleção para participação no projeto, através de cartazes na universidade e rede social, onde os alunos de todos os cursos da universidade tinham acesso, explicitando a carga horária de trabalho e que seria em caráter voluntário. Um requisito necessário era ter cursado um módulo da graduação de todos os cursos da área de saúde, desenvolvido por meio de visitas domiciliares a usuários do SUS, tendo como método a escuta da história de vida, para construção de narrativas. Entendeu-se que seria importante essa experiência prévia de contato e abordagem pessoal. A primeira etapa do processo seletivo deu-se por meio de envio de uma carta de interesse para o e-mail do grupo organizador. Após leitura de todas as cartas, na totalidade de 11, realizou-se uma roda de conversa com todos os candidatos. Utilizou-se, como dinâmica em grupo, a discussão de um caso elaborado através de relatos vividos na maternidade com foco para questões sociais, do parto e amamentação e, tendo em vista a sensibilidade para trabalhar com o tema do projeto. Selecionaram-se nove estudantes por demonstrarem um olhar ampliado em suas falas, valorização da escuta, boa postura e participação durante a roda de conversa.

A equipe foi constituída por sete estudantes da área de nutrição, duas de psicologia, duas de serviço social e uma de fisioterapia; além da coordenação por docente de Nutrição e da enfermeira da maternidade.

Com a equipe interprofissional definida, no início de 2016 realizaram-se encontros na universidade para discussão teórica de conteúdos sobre atenção pré-natal no SUS, aconselhamento em amamentação, Iniciativa Hospital Amigo da Criança, Cuidado Amigo da Mulher, atenção integral e humanizada ao parto, contato pele a pele e discussão sobre o filme do Hospital Sofia Feldman em Belo Horizonte-MG, considerado modelo pelo MS (“Experiências do SUS que dá certo”) por trabalhar com equipes multiprofissionais na atenção humanizada. Além de reflexão das estratégias de abordagem e planejamento das atividades no campo.

Durante os encontros foi proposto às estudantes que elaborassem três formulários de acompanhamento, com abordagem de todas as áreas profissionais, para facilitar a atuação em campo e o registro das atividades, possibilitando uma visão interprofissional da situação da gestante e bebê em cada encontro:

- Formulário permanente: Identificação da mãe, dados gerais, histórico obstétrico, dados da gestação atual, aspectos socioeconômicos, histórico de amamentação, dados e humanização do parto, dados do recém-nascido, relatório final e informações adicionais.
- Formulário de pré-natal: Identificação, dados da gestação atual, estado emocional, aspectos clínicos e informações adicionais.
- Formulário de puerpério: Identificação, manejo na amamentação, estado emocional, avaliação da mãe com relação ao projeto e informações adicionais.

A aplicação dos formulários foi realizada em três encontros com a mulher sendo o primeiro na USF, ainda na gestação, na espera da consulta de pré-natal, para apresentar os objetivos do Projeto, ouvir a história obstétrica, suas expectativas e necessidades no momento atual; introduzir a possibilidade do projeto ser facilitador na interconexão da rede de cuidado e fornecer cópia do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para formalizar sua participação. O segundo e terceiro encontros ocorreram por meio de visita domiciliar, após o parto e retorno para casa, a partir da compreensão de que evitaria seu deslocamento com o bebê até a unidade. As visitas foram agendadas previamente e realizadas em parceria com os ACS. A visita na primeira semana do puerpério avaliou o vínculo com o recém-nascido e as dificuldades na amamentação; no terceiro encontro, próximo aos 28 dias de vida, verificou-se a manutenção do aleitamento materno exclusivo; em caso de dificuldades, mais visitas foram agendadas, envolvendo também a equipe da unidade. Concomitantemente, ocorreram encontros com os ACS para discussão das práticas colaborativas e organização do trabalho, bem como encontros quinzenais de supervisão e compartilhamento das experiências na universidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Extensão constitui em espaço de formação e, no campo da saúde, assume compromisso ético-político com o SUS brasileiro sob o prisma da luta pela cidadania, pelo estado democrático de direito e como política pública de acesso universal ([GARCIA JUNIOR, 2017](#)). A partir desse entendimento, o projeto foi facilitador para impulsionar atributos essenciais no âmbito da Equipe de Saúde da Família (ESF) nas questões de acesso ao serviço; promoção da saúde; resolutividade; abordagem interdisciplinar; planejamento das ações; organização horizontal do trabalho; compartilhamento do processo decisório; longitudinalidade e coordenação do cuidado; participação da comunidade e acolhimento/responsabilização das demandas ([BERTOLOZZI et al., 2009](#)), além de fortalecer estratégias já existentes no plano da Rede Cegonha municipal.

A unidade teoria e prática foi elemento condutor das ações a partir de encontros permanentes entre integrantes do Projeto Amamentação e equipes da ESF. Criar espaço de ensino-aprendizagem onde os sujeitos atores que operam no território e na micropolítica pudessem contar as vivências do cotidiano da atenção básica e as demandas e possibilidades de trabalho, foi ponto de partida e lugar permanente para definição do universo social que permearia as ações do projeto. A aproximação inicial da realidade através do intercâmbio de experiências oportunizou a construção integrada das ações da Extensão permitindo que os ACS pudessem ser multiplicadores de informação e, em longo prazo, consolidar uma rede de interlocução e estratégias no âmbito do cuidado e atenção à saúde materna e infantil.

Nas rodas de conversa com os ACS, antes mesmo do encontro com as mulheres, a questão do parto e as queixas em relação ao cuidado ofertado na maternidade municipal de referência apareceram. Manifestaram insatisfação das mulheres com as idas e vindas ao hospital e a crença de que por serem mulheres pobres deveriam sofrer durante o trabalho de parto e esperar para que fosse pela via vaginal, sendo a cesariana só para as mulheres de alta renda, que poderiam escolher esse tipo de parto. Além de relatarem situações de violência obstétrica sofrida pelas mulheres da comunidade. Nesse sentido, foi fundamental contar com a participação ativa da enfermeira da maternidade, que acompanhava as atividades de campo do projeto nos seus horários de folga do hospital e

durante seus plantões na maternidade, possibilitando maior aproximação com as gestantes da atenção básica.

Outro tema que se destacou nos encontros com os ACS foi o medo e as dúvidas das gestantes sobre a infecção por Zika Vírus, em função da epidemia ocorrida em 2015 e amplamente difundida pela mídia, que resultou na orientação para utilização de repelentes. Esse tema então foi pauta das primeiras supervisões acadêmicas, quando a equipe sentiu necessidade de aprofundar a questão que envolvia aspectos para além do contato e infecção pelo *Aedes aegypti*, mas sua relação socioeconômica com o ambiente e a saúde pública. Na época discutiu-se o posicionamento da Associação Brasileira de Saúde Coletiva que emitiu nota técnica acerca da microcefalia e doenças zoonóticas.

O primeiro contato com a mulher gestante era prioritariamente no dia da consulta de pré-natal, na unidade de saúde, para apresentar os objetivos do Projeto, ouvir a história obstétrica, suas expectativas e necessidades no momento atual; introduzir a possibilidade do projeto ser facilitador na interconexão da rede de cuidado e fornecer cópia do TCLE para formalizar sua participação. Uma dupla de estudantes de áreas profissionais diferentes foi responsável pela gestão interdisciplinar de ações de, em média, três mulheres participantes, conduzindo as práticas por meio de planejamento e diálogo prévio com toda a equipe.

O segundo e os posteriores encontros tinham como locus a casa da mulher participante do projeto. Contudo no seu curso houve necessidade de se repensar a metodologia, pois percebeu-se que a visita domiciliar era motivo de desistências ou não adesão das participantes. Essa percepção culminou em uma discussão sobre a imposição de programas, principalmente do âmbito do SUS e Sistema Único de Assistência Social (SUAS), da visita domiciliar como instrumento do cotidiano do trabalho profissional. Naquele momento ainda, coincidiu o lançamento do Programa Criança Feliz (PCF) que trazia como premissa a intersetorialidade na visita domiciliar ([BRASIL, 2017](#)). Sobretudo, a reflexão veio na perspectiva de como as famílias de baixa renda eram submetidas pela maioria das políticas públicas a receber profissionais em suas casas e como o projeto seria mais uma forma de reproduzir essa lógica. Frente a esse contexto, o local dos encontros passou a ficar a critério da mulher, havendo a possibilidade de ser em sua residência, na unidade ou na Maternidade parceira do projeto.

Importante salientar que quando o projeto foi escrito o enfoque inicial seria a amamentação. Entretanto, na prática, as diferentes áreas profissionais e os encontros com ACS e mulheres contribuíram para identificar outras dimensões que demandavam suporte e atenção. Questões como trabalho e licença maternidade, demissão após confirmação da gravidez, direitos no parto, procedimentos e fases do parto, alternativas não farmacológicas para alívio da dor durante o trabalho de parto e parto humanizado, puerpério, depressão pós-parto, infecções sexualmente transmissíveis, dentre outras, fazem parte do universo da mulher gestante e decidiu-se ampliar o projeto para atenção à mulher na maternidade.

No espaço de ensino-aprendizagem com os ACS, por exemplo, o Planejamento Familiar foi apontado como uma dimensão importante. Incorporou-se esse tema para o terceiro encontro, quando a mulher estaria no puerpério. Como apoio a essa reflexão foi utilizado o Caderno Saúde Sexual e Reprodutiva em que, pela primeira vez, traz a substituição do termo Familiar para Reprodutivo, partindo do entendimento que homem ou mulher pode fazer, individualmente ou com o (a) parceiro (a), a escolha quanto a ter ou não ter filhos ([BRASIL, 2013](#)). Entende-se, ainda, o planejamento como direito e que não deve ser praticado de forma coercitiva ([BRASIL, 1996](#)). Ao definir a mulher como principal protagonista do projeto, encontrou-se no percurso intervenções destinadas exclusivamente

a esse gênero, questionando-se também a concepção de paternidade acessória ([BADINTER, 1985](#)) e participação do pai como colaborador ou menos necessária, tendo em vista que os companheiros eram pouco participativos nos encontros e as informações sempre eram dadas às mulheres apesar de iniciativas como o Pré-natal do Parceiro ([BRASIL, 2016](#)) nas unidades básicas de saúde. Com isso, os encontros privilegiavam os desejos e escolhas da mulher, e, sobretudo, a democratização de informação acerca das possibilidades de contracepção e autonomia da mulher para alcançar a melhor escolha.

Com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, tem-se o reconhecimento do direito à vida e à saúde da mulher e da criança, assegurando o acesso aos programas e às políticas de saúde da mulher e seu planejamento reprodutivo, nutrição adequada, atenção humanizada à gravidez, parto e puerpério e atendimento pré-natal, perinatal e pós-natal integral no âmbito do SUS ([BRASIL, 1990](#)). O intuito do Projeto de Extensão, portanto, foi consolidar espaço de diálogo dos direitos da mulher e da criança, não reduzindo os encontros a uma aliança caritativa, moralista e higienista. Nesse sentido, entende-se que a falta de preparo teórico-metodológico-ético poderia ser uma armadilha apesar da boa intenção. O lugar da supervisão acadêmica tinha efeito de propiciar a reflexão e estimular processo formativo crítico.

O contato contínuo com a maternidade referência no território possibilitou que as mulheres participantes do projeto conhecessem as instalações, protocolos e a equipe antes do parto; bem como maior resolutividade de intercorrências através do contato direto com a enfermeira integrante do projeto. Houve oportunidade para os estudantes conhecerem a rotina de trabalho da maternidade, como é conduzido o parto humanizado e atenção à puérpera; os exames, orientações habituais e manejo da amamentação.

“Eu estava na Maternidade e a enfermeira pediu que eu fosse até a ala de patologias gestacionais para conhecer as mulheres que estavam internadas e, especificamente, tentar conversar com uma delas que apresentava comportamento destoante, era briguenta e louca, segundo análise da equipe. Ao conversar com essa gestante, consegui estabelecer um diálogo em que ela trouxesse seus desejos, sua trajetória, suas inquietações para entendermos, juntas, o que estava ocasionando as constantes brigas dentro do hospital. Descobri entre outras questões pessoais que ela tinha um filho diagnosticado com esquizofrenia, sofrimento psíquico intenso, estava fechado em casa, sem atenção e acompanhamento profissional. Era uma mulher que demonstrou ao longo de seu discurso uma sobrecarga por cuidar sozinha da casa, dos filhos e morar em região com dificuldade de acesso a serviços básicos. Nesse sentido, consegui levar aspectos importantes para a equipe, que não tinha conhecimento dessa realidade e estava atendendo apenas a demanda aparente daquela gestante, que era o diagnóstico de pré-eclâmpsia. Com isso, a equipe se mobilizou em pensar estratégias intersetoriais para o cuidado.” (Anotação do diário de campo - estudante de Serviço Social).

Outro elemento norteador das ações foi estabelecer equilíbrio entre o desejo dos profissionais versus condições e possibilidades concretas da mulher e família. Atualmente nas políticas públicas o grupo familiar é chamado, às vezes exigido, a participar dos projetos dos serviços de saúde. Tal tendência consolida avanços e ao mesmo tempo vários dilemas ([ROSA, 2009](#)). Quando se trabalha com a mulher gestante automaticamente está imbricado um universo de pessoas, crenças e valores que devem ser considerados. Muitas vezes condicionados a obsessão pela resposta a todas as perguntas, pela busca incessante do conhecimento, por seguir o curso acelerado do tempo e excesso de trabalho, reduzindo-se processos em práticas incisivas, fugazes, efêmeras. Os processos não são automáticos e

é aí que se encontra um ponto crucial, pois o não entendimento tende a reduzir as práticas do cotidiano na produção e reprodução de movimentos que reafirmam a lógica do controle, do assistencialismo e discurso que produz dissidências e rupturas.

Nesse sentido houve reflexão permanente sobre o que se estava fazendo, para quem e com quem. Três perguntas essenciais para compreender-se a processualidade das ações, estabelecer parcerias necessárias e tornar os encontros efetivos. Os diálogos davam ênfase a perguntas abertas, sem juízo de valor, como exemplo: Como foi sua experiência no parto? Quais suas expectativas, planos e desejos? Qual sua relação com a amamentação? Como será sua rotina com o bebê? Desse modo, oportunizou-se elencar fatores importantes que puderam ser trabalhados sob a tríade evidências científicas-valores da pessoa-experiência clínica individual; produzir relação de confiança sem cunho moralizante e identificar os condicionantes e determinações de saúde envolvidas. Como instrumental de trabalho ressalta-se o registro interprofissional em plataforma online; planilhas digitais de acompanhamento de idade gestacional; diagnóstico socioterritorial a partir do mapeamento de recursos no território e levantamento de dados do Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ([IBGE, 2010](#)); apoio e comunicação via aplicativo instantâneo de mensagens entre integrantes do Projeto de Extensão, mulheres participantes e profissionais de saúde das unidades envolvidas; com mapa e genograma da mulher participante para identificação de rede de apoio primária e secundária.

Numa avaliação do projeto, após sete meses de atividades (abril a novembro de 2016), vinte e seis mulheres assinaram o TCLE e treze foram contempladas com três visitas ou mais. Dentre as outras, duas mudaram de endereço e foram referenciadas para outra unidade de saúde; um óbito infantil antes da terceira visita; duas desistiram; uma gestação de alto risco foi encaminhada para serviço especializado. A idade média das mulheres acompanhadas foi de 24 anos, não primigestas e com tempo médio de amamentação anterior de um ano e dois meses. Quanto à condição socioeconômica, a maioria possuía ensino fundamental completo, não exercia trabalho remunerado e não tinha nenhum tipo de renda, exceto proveniente de benefício assistencial (Programa Bolsa Família Variável Gestante/Nutriz); residia com o companheiro e filhos na casa da mãe ou sogra; não era referenciada em outros serviços de proteção social básica ou especializada do município; sem informação quanto a seus direitos (trabalhistas, durante o parto, assistência social, saúde, previdência); nenhuma mulher relatou diretamente falta de apoio da família, isolamento, baixa autoestima ou qualquer alteração de ordem emocional.

Entre os aspectos biopsicossociais da amamentação e que influenciaram a manutenção do aleitamento materno ([FUJIMORI et al., 2010](#)) identificou-se no acompanhamento: traumas mamilares, questão da livre demanda, mito do “leite fraco”, saúde psicológica da mulher nutriz, experiência anterior de amamentação, múltiplos papéis da mulher e influência de pessoas próximas; pouco suporte da rede de serviços quanto às dificuldades iniciais na amamentação; ausência de informação quanto ao armazenamento do leite materno; ingurgitamento mamário como principal intercorrência na amamentação, seguido das fissuras; e que avós maternas são muito influentes no processo de amamentação.

Desta forma, para os estudantes, foi possível vivenciar a linha de cuidado do final da gestação, parto e puerpério e todas as questões envolvidas na prática da amamentação, numa abordagem interprofissional.

“O projeto me propiciou trabalhar em uma equipe de estudantes interprofissional, onde pude entender a atuação de cada profissional e como todas juntas podem atuar em

favor à gestante e seu filho. Além disso, pude compreender melhor o funcionamento do sistema básico de saúde brasileiro, o funcionamento da rede e das unidades básicas no seu território. Penso ter contribuído com o andamento do projeto, me dedicando ao acolhimento das gestantes, confeccionando uma cartilha de orientações da parte onde a fisioterapia atua em parto e amamentação, esclarecimento das dúvidas, realizando os encaminhamentos quando necessário, realizando as visitas em suas casas, orientando as gestantes. Consegui realizar todos os tipos de abordagens, fazendo o primeiro contato e preenchimento das fichas tanto em visitas domiciliares, como na unidade de saúde e também a primeira e segunda visita aos recém-nascidos. (Relatório final de participação no Projeto de Extensão- estudante de Fisioterapia)”

CONCLUSÃO

A maternidade é, ainda hoje, um tema sagrado. Nesse processo, a abertura para uma realidade multidimensional que não reduza a mulher a seu papel de mãe foi essencial para ampliar-se o apoio. Não se pensou encontrar uma mãe, mas sim, uma mulher. A ideia de instinto materno vem de muitos anos e a reflexão interprofissional pôde trazer diferentes aspectos e abordagens que foram consideradas nas ações, bem como contribuição na reflexão de teorias sobre vínculo. Nesse horizonte há uma expectativa de encontrar uma mulher pronta, conhecedora de seus direitos, nutrida de amor materno e de seu lugar na sociedade e família. Isso nem sempre corresponde ao desejo e as reais possibilidades.

As reflexões críticas proporcionaram repensar as ações e atividades de modo a discutir as demandas de saúde, sociais e políticas das mulheres, não se limitando somente ao período gravídico-puerperal. Estimularam-se a autonomia e o protagonismo da mulher em relação aos seus cuidados, com o bebê e conhecimento dos seus direitos.

As trocas de saberes entre os estudantes de diversas áreas, docente, enfermeira da maternidade, os ACS e as mulheres, possibilitaram, ainda, uma formação humanizada, ética e cidadã aos envolvidos e aproximou teoria e prática.

SUBMETIDO EM 14 ago. 2018

ACEITO EM 8 dez. 2019

REFERÊNCIAS

[ALMEIDA, J. A. G., NOVAK, F. R.](#) Amamentação: um híbrido natureza-cultura. **Jornal de Pediatria**, Porto Alegre, v. 80, n. 5, supl. p. s119-s125, nov. 2004.

[ALMEIDA, J. M., LUZ, S. A. B., UED, F. V.](#) Apoio ao aleitamento materno pelos profissionais de saúde: revisão integrativa da literatura. **Revista Paulista de Pediatria**, São Paulo, v. 33, n. 3, p. 355-62, set. 2015.

[BADINTER, E.](#) **Um Amor Conquistado: o Mito do Amor Materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

[BERTOLOZZI, M.R. et al.](#) Os conceitos de vulnerabilidade e adesão na Saúde Coletiva. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 43, n. spe2, p. 1326-30, dec. 2009.

[BRASIL](#). Lei n. 8069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm> Acesso em: 13 out. 2017.

[BRASIL](#). Lei n. 9263, de 12 de janeiro de 1996. Regula o § 7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 15 jan.1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9263.htm> Acesso em: 13 out. 2017.

[BRASIL](#). Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Básica. **Guia do Pré-Natal do Parceiro para Profissionais de Saúde**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2016.

[BRASIL](#). Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Básica. **Saúde sexual e saúde reprodutiva**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2013. (Cadernos de Atenção Básica, nº26)

[BRASIL](#). Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. **Programa Criança Feliz: a intersectorialidade na visita domiciliar**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, 2017. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/crianca_feliz/A_intersectorialidade_na_visita_domiciliar.pdf>. Acesso em 13 out. 2017.

[CAMINHA, M.F.C. et al.](#) Aspectos históricos, científicos, socioeconômicos e institucionais do aleitamento materno. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, Recife, v. 10, n. 1, p. 25-37, Mar. 2010.

[FORTE, F. D. S. et al.](#) Educação Interprofissional e o Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde/Rede Cegonha: potencializando mudanças na formação acadêmica. **Interface**, Botucatu, v. 20, n. 58, p. 787-96, set. 2016.

[FUJIMORI, E. et al.](#) Aspectos relacionados ao estabelecimento e à manutenção do aleitamento materno exclusivo na perspectiva de mulheres atendidas em uma unidade básica de saúde. **Interface**, Botucatu, v. 14, n. 33, p. 315-27, jun. 2010.

[GARCIA JUNIOR, C.A.S.](#) **Produção de vínculos: a relação entre médicos cubanos e usuários do Sistema Único de Saúde a partir do Programa “Mais Médicos”**. Porto Alegre: Rede UNIDA, 2017. Disponível em: <http://historico.redeunida.org.br/editora/biblioteca-digital/colecao-micropolitica-do-trabalho-e-o-cuidado-em-saude/producao_de_vinculos.pdf>. Acesso em 13 out. 2017.

[IBGE](#). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; 2012. Disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>>. Acesso em 13 out. 2017.

[LIBERMAN, F. et al.](#) Mulheres da Noro. **Interface**. Botucatu, v. 21, n. 60, p. 235-45, mar. 2017.

[MENDES, R. et al.](#) Tessituras e participação: extensão na região noroeste de Santos. **Revista Ciência em Extensão**, v.10, n.1, p.7-16, 2014.

[NAKANO, A. M. S.](#) As vivências da amamentação para um grupo de mulheres: nos limites de ser "o corpo para o filho" e de ser "o corpo para si". **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 19, supl. 2, p. s355-s63, 2003.

[ROSA, L. C. S.](#) A família como usuária de serviços e como sujeito político no processo de reforma psiquiátrica. In: VASCONCELOS, E. M. (Org.). **Abordagens psicossociais, Volume III: perspectivas para o serviço social**. São Paulo: Hucitec Editora; 2009.

[VASCONCELOS, M. F. F. et al.](#) Entre políticas (EPS - Educação Permanente em Saúde e PNH - Política Nacional de Humanização): por um modo de formar no/para o Sistema Único de Saúde (SUS). **Interface**, Botucatu, v. 20, n. 59, p. 981-91, dez. 2016.

[VICTORA, C. G. et al.](#) Saúde de mães e crianças no Brasil: progressos e desafios. **The Lancet**. p. 32- 46, mai. 2011. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/artigos/artigo_saude_brasil_2.pdf>. Acesso em: 14 out. 2017.



POPNEWS: DIVULGANDO A NEUROCIÊNCIA ATRAVÉS DE UMA REDE SOCIAL

*Alexandre Garcia dos Santos
Maria Eduarda Ziani Gutierrez
Rui Seabra Machado
Pâmela Billig Mello-Carpes**

RESUMO

A divulgação de conhecimentos sobre como o cérebro funciona junto à população é importante, especialmente porque estes saberes se relacionam com o cotidiano e com a educação. Além disso, a neurociência costuma atrair muito a atenção das pessoas, principalmente dos jovens. As redes sociais têm se mostrado ferramentas com grande potencial para a divulgação de informações devido ao seu amplo alcance e número de usuários. Assim, o objetivo deste trabalho é relatar ações realizadas para a divulgação de temas relacionados à neurociência através da rede social Facebook®, na página do POPNeuro, vinculada ao programa de extensão “POPNEURO: Ações para Divulgação e Popularização da Neurociência”. Inicialmente, em 2013 foi criada a página no Facebook® denominada “Neurociência na Escola” com o intuito de divulgar conhecimentos de cunho científico relacionados à neurociência aplicada à educação, o que era feito a partir do compartilhamento de materiais relacionados a estas áreas, publicados em outras páginas. Para fazer melhor uso do espaço, em 2017 foi formada uma equipe de estudantes vinculados ao POPNeuro para redigir textos próprios, no formato de postagens, abordando temas relacionados à neurociência e educação de forma mais atrativa e de fácil compreensão. A postagem do material era realizada duas vezes por semana, seguindo um cronograma de temas previamente criado pela equipe, com supervisão de uma docente neurocientista. Atualmente, a página “Neurociência na Escola” conta com 1.984 seguidores. Além disso, as postagens criadas pela equipe tem tido grande alcance, o que gera reações/cliques dos usuários, demonstrando assim que as redes podem ser espaços profícuos para divulgação séria e responsável de informações científicas, e que a criação de textos com linguagem acessível é importante para qualificar o uso deste tipo de ferramenta. Assim, destacamos que a utilização das redes sociais para a divulgação de conhecimentos científicos pode ser um meio eficaz para a apropriação de conhecimento científico relacionado à neurociência pela comunidade, por seu acesso fácil para o grande público.

Palavras-chave: Cérebro. Facebook®. Divulgação científica. Sistema nervoso. Internet.

* Doutorado em Ciências Biológicas - Fisiologia (UNIPAMPA). Laboratório de Estresse, Memória e Comportamento, Universidade Federal do Pampa, Uruguiana, RS. Contato: panmello@hotmail.com.

POPNEWS: DISCLOSING NEUROSCIENCE THROUGH A SOCIAL NETWORK

ABSTRACT

The dissemination of knowledge about how the brain works to the population is important, especially because this knowledge is related to daily life and to education. Besides that, the neuroscience generally attracts people's attention, mainly young people's attention. The social networks have been proved to be tools with great potential for information disseminating due to their wide reach and number of users. Thus, the aim of this work is to report actions developed to promote the dissemination of topics related to neuroscience through the social network Facebook®, in the page of POPNEURO, linked to the outreach program "POPNEURO: Actions for Dissemination and Popularization of Neuroscience". Initially, in 2013, a page called "Neuroscience in the School" was created on the Facebook® with the intention of disseminating scientific knowledge related to neuroscience applied to education, which was done through the sharing of materials related to these areas published in other pages. In order to make better use of this online space, in 2017 a team of students linked to the POPNEURO was formed to write our own texts, in the format of postings, addressing topics related to neuroscience and education in a more attractive and easy way to understanding. The posting of the material was done twice a week, following a schedule of topics previously defined by the team, supervised by a neuroscientist. Currently, the page "Neuroscience in School" has 1,984 followers. In addition, the posts created by the team have had wide reach, which generates users' reactions/clicks, demonstrating that social networks can be useful spaces for serious and responsible dissemination of scientific information, and that the creation of texts with accessible language is important to qualify the use of this type of tool. Thus, the use of social networks for the dissemination of scientific knowledge can be an effective mean for the appropriation of scientific knowledge related to neuroscience by the community, considering its easy access to the general public.

Keywords: Brain. Facebook®. Scientific disclosure. Nervous System. Internet.

POPNEWS: DIVULGANDO LA NEUROCIENCIA A TRAVÉS DE UNA RED SOCIAL

RESUMEN

La divulgación de conocimientos sobre cómo el cerebro funciona junto a la población es importante, principalmente información relacionada con la vida diaria y la educación. Las redes sociales se han mostrado herramientas con gran potencial para la divulgación de informaciones debido a su amplio alcance y número de usuarios. Así, el objetivo de este trabajo es relatar acciones realizadas para la divulgación de temas relacionados a la neurociencia a través de la red social Facebook®, en la página del POPNEURO, vinculada al programa de extensión "POPNEURO: Acciones para Divulgación y Popularización de la Neurociencia". Inicialmente, en 2013 se creó la página en Facebook® denominada "Neurociencia en la Escuela" con el propósito de divulgar conocimientos de cuño científico relacionados a la neurociencia aplicada a la educación, lo que se hacía a partir del compartir de los materiales relacionados a estas áreas publicados en otras áreas páginas. Para hacer un mejor uso del espacio, en 2017 se formó un equipo de estudiantes vinculados al POPNEURO para redactar textos propios abordando temas relacionados a la neurociencia

y educación de forma más atractiva y de fácil comprensión. La colocación del material se realizaba dos veces por semana, siguiendo un cronograma de temas previamente creado por el equipo, con supervisión de una docente neurocientífica. Actualmente, la página "Neurociencia en la Escuela" cuenta con 1.984 seguidores. Además, las entradas creadas por el equipo han tenido gran alcance, lo que genera reacciones/clics de los usuarios, demostrando así que las redes pueden ser espacios provechosos para divulgación seria y responsable de informaciones científicas, y que la creación de textos con lenguaje accesible es importante para calificar el uso de este tipo de herramienta. Así, destacamos que la utilización de las redes sociales para la divulgación de conocimientos científicos puede ser un medio eficaz para la apropiación del conocimiento científico relacionado con la neurociencia por la comunidad, por su fácil acceso al público en general.

Palabras-clave: Cerebro. Facebook®. Divulgación científica. Sistema nervioso. Internet.

INTRODUÇÃO

Com o desenvolvimento das telecomunicações a humanidade intensificou o acesso ao conhecimento, tornando esta busca muito mais frequente ([VALEIRO; PINHEIRO, 2008](#)). Diante disto, a ciência passou a ganhar mais espaço, de modo que o conhecimento científico passou a fazer parte do cotidiano das pessoas, especialmente com o advento da internet ([VARGAS, 2014](#)). Neste processo, inclusive as fronteiras do mundo científico foram superadas, de forma que a ciência passou a atingir não somente o público habitual, os cientistas, mas também as pessoas em geral, por meio da divulgação científica ([VALERIO; PINHEIRO, 2008](#)).

Uma das áreas do conhecimento que sempre despertou o interesse do público é a neurociência e seus conhecimentos acerca do funcionamento do cérebro. O cérebro é fundamental para todas as atividades realizadas em nosso dia a dia (DOS SANTOS; MELLO-CARPES, 2014), e as descobertas acerca do seu funcionamento têm ganhado cada vez mais destaque na mídia nacional e internacional. Assim, a neurociência cada vez mais gera interesse de pessoas que têm a curiosidade em saber como se memorizam as informações, como se aprende, porque algumas informações são esquecidas, porque existem doenças que levam à perda da memória, etc. A neurociência busca desvendar os mistérios do cérebro, lançando luz no entendimento de como este órgão atua e se desenvolve em atividades cotidianas, e também como ele permite que o processo de ensino-aprendizagem ocorra ([PUEBLA; TALMA, 2011](#)).

A circulação de conhecimentos sobre o funcionamento do cérebro é de extrema importância, pois contribui para que a população compreenda as suas potencialidades e limitações. Popularizar este tipo de conhecimento é, ainda, fundamental para que as pessoas adotem atitudes condizentes com a saúde do cérebro ([DOS SANTOS; MELLO-CARPES, 2014](#)). No entanto, é fundamental que as informações que circulam sejam bem fundamentadas nas descobertas científicas, evitando entendimentos errôneos que podem gerar mais problemas do que soluções.

As redes sociais têm ganhado cada vez mais usuários, especialmente no Brasil. Em nosso país, cerca de 102 milhões de pessoas acessam o Facebook®, fazendo com que seja o terceiro país mais ativo em acessos; segundo dados levantados pela própria empresa, em 2014 eram 92 milhões de contas brasileiras ativas, que passaram para 102 milhões em 2016 ([FACEBOOK 2015, 2016](#)). Assim, as redes sociais têm se destacado

como espaços efetivos para a divulgação científica, devido à facilidade de acesso e compartilhamento de conteúdo (textos, vídeos, etc.) (DIAS; COUTO, 2011). Entretanto, estes conteúdos, muitas vezes, são transmitidos de forma equivocada, baseados em mau entendimentos, crenças ou pouco compromisso científico de quem os produz. Estes conteúdos equivocados, quando relacionados à neurociência, são denominados neuromitos (BUENO; EKUNI; ZEGGIO, 2015). Os neuromitos são informações que não têm suporte científico e que são perpetuadas pela mídia e pela população. Um exemplo comum de neuromito é a ideia que nós só utilizamos 10% do nosso cérebro (PASQUINELLI, 2012). Isso é falso, já que estudos científicos provam que usamos o nosso cérebro em sua máxima capacidade (PASQUINELLI, 2012), e, embora esta capacidade máxima possa ser incrementada com a estimulação de nossas habilidades cognitivas, não podemos dizer que usamos apenas 10% do cérebro.

As redes sociais constituem um espaço onde os neuromitos ganharam um terreno fértil para se perpetuar. Isto porque estes espaços de comunicação propagam todo tipo de informação, independente das fontes. Como já comentando, a população brasileira é grande usuária das redes sociais, ficando, assim, exposta aos neuromitos, grande parte das vezes por não ter acesso adequado às informações corretas sobre o tema (ESPOSITO, 2017). No entanto, estas mesmas redes sociais oferecem à comunidade científica a oportunidade de divulgar informações consistentes, atingindo milhares de pessoas (ILLES et al., 2010). Estas características de comunicação tornam as redes sociais promissoras ferramentas para a divulgação científica, incluindo a de informações relacionadas à neurociência (CHRISTODOULOU; MCGRATH, 2017).

Neste contexto, o objetivo deste trabalho é relatar ações realizadas para a divulgação de textos cientificamente embasados sobre a neurociência, especialmente a neurociência relacionada à educação, através da rede social Facebook® na página do nosso grupo extensionista POPNeuro.

METODOLOGIA

O programa de extensão POPNEURO foi criado em 2014 com o objetivo de divulgar e popularizar a neurociência. Para tal, desde a criação do programa utilizamos de variadas metodologias para a divulgação de conhecimentos científicos, tais como ações junto aos estudantes nas escolas do município, cursos para professores da rede pública de Educação Básica, feiras e mostras científicas, etc., e, o que é foco deste trabalho, a divulgação de conhecimentos acerca do cérebro e Sistema Nervoso (SN) por meio de uma rede social, o Facebook®.

A proposição do uso desta rede social na divulgação científica ocorreu quando a equipe do programa percebeu o amplo alcance do Facebook® junto à comunidade brasileira em geral, e que muitas vezes as postagens na rede social viralizam, mesmo quando, na verdade, são informações equivocadas. Assim, a equipe do POPNEURO propôs a utilização desta rede social para a divulgação de materiais com cunho científico visando propagar conhecimentos fidedignos para a comunidade em geral. Deste modo, no final de 2013 foi criada uma página no Facebook® denominada “Neurociência na Escola” (<https://www.facebook.com/gpfis.neurocienciaescola/>) (figura 1). De 2013 até 2017 a função desta página era basicamente compartilhar materiais e/ou publicações de outras páginas ou sites, bem como artigos científicos, nem sempre em língua portuguesa, relacionadas à neurociência e educação (PERRONI; FELIPIN; MELLO-CARPES, 2016).



Figura 1. Layout da página no Facebook®

Ao longo do tempo, a página ganhou muitos seguidores, o que nos fez perceber seu potencial como meio de divulgação científica. No entanto, também percebemos que o acesso à informação muitas vezes era comprometido pela dificuldade de entender os textos científicos postados, seja por estarem em outro idioma, seja por terem sido escritos em linguagem científica. Assim, em 2017, para organizar melhor o material e potencializar a utilização do Facebook® como meio de divulgação, foi criado um grupo de trabalho, composto por alunos de graduação, alunos de pós-graduação das áreas da saúde, ciências biológicas e comunicação, e uma docente neurocientista, para discutir temas a serem divulgados, redigir textos próprios no formato postagens, programar sua publicação e acompanhar seu alcance.

Os temas foram selecionados procurando abordar aspectos da neurociência relacionados ao cotidiano, à saúde e à educação, principais focos do programa POPNEURO. Além disso, os textos foram produzidos procurando utilizar uma linguagem de fácil compreensão do público em geral, mas sem abandonar o pressuposto de serem baseados em evidências científicas. Outro aspecto importante ao qual o grupo tomou cuidado foi o de produzir textos completos, mas com um tamanho relativamente curto, de forma a manter o interesse do leitor que acessa este tipo de espaço virtual, garantindo sua leitura por completo. Cada texto era acompanhado de uma imagem a fim de chamar a atenção do leitor. Para produção dos textos, a equipe criou um formulário de pauta (Figura 2).

FORMULÁRIO PARA PAUTA JORNALÍSTICA DO POPNEURO

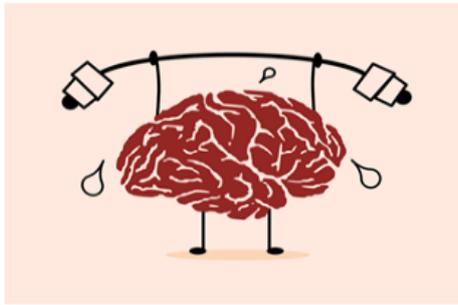
	TEMA: Exercício físico e Neuroplasticidade	
	AUTOR: XXXX	EDITOR: XXXX
	DATA REDAÇÃO: 21 de dezembro de 2017	
TÍTULO: Exercício Físico e Neuroplasticidade		
TEXTO: <p>Todos nós sabemos a importância do exercício físico para a saúde. No entanto, qual seria a importância do exercício físico para nosso cérebro? Qual a ligação entre a neuroplasticidade, capacidade do cérebro em se moldar com determinados estímulos a nossa volta, com o exercício físico?</p> <p>Vários estudos trazem os efeitos benéficos que o exercício físico proporciona e dentre eles esta a angiogênese, melhor capacidade cardiopulmonar, melhora no equilíbrio, aumento da proliferação celular entre outros.</p> <p>Assim, estudos também demonstraram que o exercício físico é capaz de atuar também na saúde do cérebro. Isso mesmo! O exercício físico é capaz de proporcionar neuroproteção prevenindo/evitando doenças neurodegenerativas. Além disso, ele também esta envolvido na capacidade plástica do cérebro, ou seja, a prática de exercício físico pode induzir a neuroplasticidade cerebral por meio da liberação de BDNF (Fator neurotrófico Derivado do Cérebro), uma importante proteína envolvida no aprendizado, e neurotrofinas (proteínas que auxiliam os neurônios) que estão associadas com o aprendizado. Ainda, é capaz de aumentar a liberação de neurotransmissores como noradrenalina e dopamina em todo o cérebro e estimular a formação de espinhos dendríticos aumentando a densidade de receptores, consequentemente, aumentando a capacidade cognitiva.</p> <p>Estudos também associaram o volume do hipocampo, importante estrutura cerebral envolvida na memória, com a prática regular do exercício físico. Sendo assim, pessoas que praticam exercício físico regularmente demonstram maior volume hipocampal e maiores níveis de BDNF e neurotrofinas envolvida na neuroplasticidade. Viram só como é importante a pratica de exercício físico?! Então bora praticar exercício físico? Não se esqueçam da importância da supervisão de um profissional.</p>		
IMAGEM: 		
FONTES: Casilhas, R.C; Tufik, S; De Mello, M.T.; Physical Exercise, neuroplasticity, spatial learning and memory. Cellular and molecular life sciences. V.73, 5, pg. 975-983, 2016.		
Foto: https://pixabay.com/p-2313426/?no_redirect		
Ei, psiu... Lembre-se de sempre incluir as fontes textuais e também fontes imagéticas! :-)		

Figura 2. Exemplo de produção textual para a publicação na página

Foi definido que a cada um ou dois meses um tema específico seria trabalhado, sendo abordado em pequenos textos semanais. No início de cada mês a equipe montava um cronograma de assuntos, então eram realizadas reuniões semanais para discussão e planejamento da divulgação, sendo lançados de um a dois textos por semana na página do Facebook®. Por exemplo, no mês de setembro de 2017 o tema escolhido foi o sono, de forma que foram produzidos pequenos textos abordando aspectos específicos deste tema (Tabela 1).

Tabela 1. Temas e textos redigidos a partir do tema principal entre setembro de 2017 e maio de 2018.

Temas	Textos
Sono	A história da medicina do sono
	O sono e a consolidação das memórias
	O sono e o aprendizado
Neuroplasticidade e aprendizagem	Neuroplasticidade e aprendizagem
	Exercício físico e neuroplasticidade
	Sinaptogênese e as janelas de oportunidade na aprendizagem
	A poda sináptica no processo de aprendizagem
	A neurogênese e o bilinguismo
Memória e aprendizagem	Boa atenção = boa memória?
	Em tempo de smartphones como chamar a atenção dos alunos?
	Como as memórias são criadas?
	Você tem vários tipos de memórias
	Como acessamos as nossas memórias?
	Qual a relação entre aprendizagem e memória?
	A decoreba e ruim?
	As memórias são imutáveis? (Reconsolidação da memória)
Podemos confiar 100% nas nossas memórias? O que são falsas memórias?	
Funções executivas	Qual a relação do transtorno do estresse pós-traumático e fobias com a memória?
	Atenção
	Memória de trabalho
Emoções	Controle inibitório
	Emoções: o que são e como são processadas?

Além dos textos com conteúdos fundamentados na literatura científica, também foram criados textos para divulgar as ações de divulgação científica do Popneuro com o intuito de ampliar a abrangência das mesmas, já que o material poderá servir de subsídios para realização de ações semelhantes em outros espaços. Estes textos apresentavam um breve resumo de publicações prévias/relatos de experiências do programa POPNEURO, sempre que possível eram acompanhados do link para acesso ao artigo completo (Tabela 2).

Tabela 2. Textos relacionados às produções extensionistas do programa POPNEURO publicados entre setembro de 2017 e maio de 2018.

Título
Divulgação e popularização da neurociência através de uma rede social
Neuroblitz: uma proposta de divulgação na escola
A Fisiologia presente em nosso dia a dia guia prático do profissional da educação básica
POPNEURO: Guia prático de atividades de popularização e divulgação da neurociência
Oficina “circuito sensorial” como metodologia utilizada na formação continuada de professores de ciências – um relato de experiência
Divulgando fisiologia na escola: ênfase nos benefícios da atividade física
Divulgando a neurociência: ações para desmistificação de neuromitos
Ensinando o ciclo sono-vigília na escola
Compartilhando experiências no ensino de ciências na educação básica
Música e seus efeitos sobre o cérebro: uma abordagem da neurociência junto a escolares
O cérebro vai ao parque: uma estratégia de popularização da neurociência
Despertando a curiosidade de escolares sobre o cérebro por meio de visitas semanais de estudantes de neurociência à escola
Trabalhando conceitos da neurociência na escola: saúde do cérebro e plasticidade cerebral
Ações para divulgação da Neurociência: um relato de experiências vivenciadas no sul do Brasil
Conscientizando idosos e profissionais da saúde acerca das mudanças cognitivas relacionadas à idade
Mulheres na ciência: divulgando possibilidades de carreira científica com escolares
A iniciação científica sob o ponto de vista de alunos de ensino médio como bolsistas do programa PIBIC-EM na área de neurofisiologia em uma instituição do interior do RS

O plano de veiculação do material na página foi baseado nas estatísticas fornecidas pela própria rede social a respeito dos horários de maior audiência da página, com o intuito de maximizar a audiência. Comentários ou mensagens enviadas por usuários à página do programa com dúvidas relacionadas às postagens eram respondidas pela equipe organizadora.

Os resultados são apresentados de acordo com as estatísticas fornecidas pela própria rede social aos administradores da página, coletadas em 10 de junho de 2018.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em junho de 2018 a página “Programa POPNEURO: Neurociência na escola” contava com 1.984 seguidores, apresentando em torno de 121 visualizações nos últimos 28 dias (dados referentes a 14 de maio a 10 de junho de 2018).

Podemos perceber que uma das nossas primeiras publicações (Tabela 3), seguindo o cronograma do mês de setembro/2017, denominada “O sono e a aprendizagem”, teve o

maior alcance até então, de 14.244 pessoas, com 810 cliques e/ou reações à publicação e 135 compartilhamentos. Ao analisarmos as outras publicações podemos perceber o grande alcance de todas as publicações.

Tabela 3. Publicações da página do POPNEURO no Facebook, envolvimento e número de cliques e/ou reações.

Título da Publicação	Envolvimento (pessoas)	Cliques e/ou reações
A história da Medicina do Sono	2.765	63
O Sono e o Aprendizado	14.244	810
O Sono e a Consolidação das Memórias	4.754	268
Neuroplasticidade e Aprendizagem	1.772	105
Exercício Físico e Neuroplasticidade	2.780	157
Sinaptogênese e as janelas de oportunidade na aprendizagem	2.395	83
A poda sináptica no processo de aprendizagem	6.189	353
A neurogênese e o bilinguismo	4.827	326
Boa atenção = boa memória?	4.025	194
Em tempo de smartphones como chamar a atenção dos alunos?	1.907	45
Como as memórias são criadas?	2.674	131
Você tem vários tipos de memórias	2.030	89
Como acessamos as nossas memórias?	850	16
Qual a relação entre aprendizagem e memória?	2.623	122
A decoreba é ruim?	2.246	149
As memórias são imutáveis? (Reconsolidação da memória)	1.845	75
Podemos confiar 100% nas nossas memórias? O que são falsas memórias?	1.284	70
Qual a relação do transtorno do estresse pós-traumático e fobias com a memória?	1.232	36
Atenção	1.691	109
Memória de trabalho	1.493	46

Controle inibitório	2.892	109
Emoções: o que são e como são processadas?	2.556	131
Divulgação e popularização da neurociência através de uma rede social	2.354	71
Neuroblitz: uma proposta de divulgação na escola	3.054	110
A Fisiologia presente em nosso dia a dia guia prático do profissional da educação básica	2.501	58
POPNEURO Guia prático de atividades de popularização e divulgação da neurociência	6.629	345
Oficina “circuito sensorial” como metodologia utilizada na formação continuada de professores de ciências – um relato de experiência	4.924	115
Divulgando fisiologia na escola: ênfase nos benefícios da atividade física	2.077	80
Divulgando a neurociência: ações para desmistificação de neuromitos	1.840	62
Ensinando o ciclo sono-vigília na escola	2.044	57
Compartilhando experiências no ensino de ciências na educação básica	1.732	48
Música e seus efeitos sobre o cérebro: uma abordagem da neurociência junto a escolares	2.313	76
O cérebro vai ao parque: uma estratégia de popularização da neurociência	1.458	38
Despertando a curiosidade de escolares sobre o cérebro por meio de visitas semanais de estudantes de neurociência à escola	2.204	55
Trabalhando conceitos da neurociência na escola: saúde do cérebro e plasticidade cerebral	2.282	87
Ações para divulgação da Neurociência: um relato de experiências vivenciadas no sul do Brasil	1.406	51
Conscientizando idosos e profissionais da saúde acerca das mudanças cognitivas relacionadas à idade	1.721	46
Mulheres na ciência: divulgando possibilidades de carreira científica com escolares	1.621	72
A iniciação científica sob o ponto de vista de alunos de ensino médio como bolsistas do programa PIBIC-EM na área de neurofisiologia em uma instituição do interior do RS	1.275	27

Ao analisarmos as publicações referentes ao tema “Neuroplasticidade e aprendizagem” (Tabela 3) podemos ver que o texto “A poda sináptica no processo de

aprendizagem” foi o que teve maior alcance dentro desta temática (6.189 pessoas, com 353 cliques e/ou reações e 51 compartilhamentos).

Ao avaliarmos o alcance médio das publicações do tema 1 (sono) vimos que as publicações alcançaram 7.254 pessoas. Ainda ao avaliarmos as publicações referentes ao tema 2 (neuroplasticidade e aprendizagem) podemos ver também um grande alcance, atingindo 3.592 pessoas.

Também, ao avaliarmos as publicações referentes às produções científicas do grupo POPNEURO (Tabela 3) podemos ver que o texto “POPNEURO: Guia prático de atividades de popularização e divulgação da neurociência” teve um alcance de 6.629 pessoas e 345 cliques e/ou reações, com 24 compartilhamentos. Ainda, ao avaliarmos o alcance médio de todas as publicações referentes as produções científicas do grupo POPNEURO, podemos ver um envolvimento de 3.892 pessoas, com uma média de 12 compartilhamentos por postagem.

Ao realizarmos uma análise geral do perfil das pessoas que acessaram as informações da página podemos perceber que a maioria dos acessos foi de mulheres entre 25 e 44 anos. Obtivemos um envolvimento médio com as publicações de 57% do total de seguidores da página sendo que os horários que mais tiveram acessos foram durante o meio dia e às 21h.

Ao compararmos a página com o início de 2015 podemos perceber o crescimento que teve, uma vez que no ano de 2015 a página contava com apenas 500 seguidores ([PERRONI; FELIPIN; MELLO-CARPES, 2016](#)). Isso pode estar relacionado ao fato de que nesta época a página servia para apenas compartilhar notícias e estudos que muitas vezes não eram sucintos e/ou com uma linguagem de fácil acesso para o público em geral. Neste sentido, acreditamos que o crescimento da página se deva ao fácil acesso de informações que a rede possibilita e também devido à busca, por parte dos seguidores, por conteúdos sucintos e objetivos que estejam fundamentados cientificamente. Desta forma, a criação de textos próprios baseados na literatura científica e com vocabulário mais acessível e didático foi, em nosso entendimento, o que chamou a atenção de novos seguidores, e fez com que houvesse um maior envolvimento com as publicações, uma vez que em 2015 as publicações tinham envolvimento médio de 200 pessoas ([PERRONI; FELIPIN; MELLO-CARPES, 2016](#)) e atualmente algumas chegam a alcançar um envolvimento de 14.195 pessoas.

[FUMIAN & RODRIGUES \(2013, p. 174\)](#) destacam que “a internet é o palco central na nossa era, quando falamos em ensino, é rápida, fácil e globalizada”. O acesso ao Facebook® é fácil, e sua plataforma é dinâmica, de forma que o conteúdo se espalha pelas redes de amizades, atingindo um grande número de pessoas, especialmente pela ferramenta de compartilhamento, conforme podemos perceber nos nossos resultados.

[FERREIRA, CORRÊA E TORRES \(2013\)](#) destacam que os meios de ensino e/ou divulgação de conhecimento vem sofrendo mudanças que “cobram” a atualização e inovação constata, de modo que atinjam as novas gerações. A consideração destes autores nos leva a pensar que aliar o uso do Facebook®, uma rede social amplamente utilizada pelos brasileiros, com a divulgação de informações científica relevantes é de fato uma estratégia interessante, justificando os bons resultados que temos obtido.

CONCLUSÃO

Os resultados obtidos até então permitem concluir que a utilização de novas mídias, tais como as redes sociais de amplo alcance, como o Facebook®, na divulgação

(neuro)científica pode ser um meio eficaz para a apropriação de conhecimentos científicos pela comunidade, por seu acesso fácil e aberto para um grande público. Contudo, para maior abrangência, as publicações devem ser baseadas na literatura científica com linguagem clara e objetiva, de forma que pessoas que não são da área consigam compreender o conhecimento transmitido, contribuindo, assim, para a universalização desses saberes. Ainda, com base neste trabalho espera-se que as pessoas se conscientizem do amplo alcance que a rede social tem, sendo um meio eficaz de transmissão de informações, e da importância destas informações serem bem embasadas e advindas de fontes confiáveis.

SUBMETIDO EM 15 jul. 2018
ACEITO EM 8 dez. 2019

REFERÊNCIAS

[BUENO, O. F. A.; EKUNI, R.; ZEGGIO, L.](#) **Caçadores de neurônios: o que você sabe sobre seu cérebro é verdade?** São Paulo: Memnon, 2015.

[CHRISTODOULOU, L. M. M.](#) Dispelling the Myth. Training in Education or Neuroscience Decreases but Does Not Eliminate Beliefs in Neuromyths. Em: **Frontiers in Psychology** 8. 2017. DOI: 10.3389/fpsyg.2017.01314.

[DIAS, C.; COUTO, O. F.](#) As redes sociais na divulgação e formação do sujeito do conhecimento: compartilhamento e produção através da circulação de Ideias. **Linguagem em (Dis)curso**, v. 11, n. 3, p. 631-648, 2011 Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ld/v11n3/a09v11n3.pdf> Acesso em: Setembro de 2017.

[ESPOSITO, M.](#) The scientific plague affecting medical and dental research. From fake news to fake studies. Em: **European Journal of Oral Implantology** 10 (2), pág. 119–120.2017. On-line Disponível em <https://www.scopus.com/inward/record.uri?eid=2-s2.0-85020125345&partnerID=40&md5=9e983f8f2a402390483dc477c2713b5d>.

[FACEBOOK.](#) **45% da população brasileira acessa o Facebook mensalmente** [internet]. 2015 [acesso em 23 de set. de 2017]. Disponível em: <https://www.facebook.com/business/news/BR-45-da-populacao-brasileira-acessa-o-Facebook-pelo-menos-uma-vez-ao-mes>.

[FACEBOOK.](#) **102 milhões de brasileiros compartilham seus momentos no Facebook todos os meses**[internet]. 2016 [acesso em 23 de set. de 2017]. Disponível em: <https://www.facebook.com/business/news/102-milhes-de-brasileiros-compartilham-seus-momentos-no-facebook-todos-os-meses>.

[FERREIRA, J. L.; CORRÊA, B. R. P. G.; TORRES, P. L.](#) O uso pedagógico da rede social Facebook. **Colabor@ - A Revista Digital da CVA-RICESU**, v. 7, n. 28, 2013.

[FUMIAN, A. M.; RODRIGUES, D. C. G. A.](#) O facebook enquanto plataforma de ensino. **Revista Brasileira de Ensino de Ciência e Tecnologia**, v. 6, n. 2, 2013.

[ILLES, J.; et al.](#) Neurotalk. Improving the communication of neuroscience research. Em: **Nature Reviews Neuroscience** 11 (1), pág. 61. 2010. DOI: 10.1038/nrn2773.

[PASQUINELLI, E.](#) Neuromyths. Why Do They Exist and Persist? Em: **Mind, Brain, and Education** 6 (2), pág. 89–96. 2012. DOI: 10.1111/j.1751-228X.2012.01141.x.

[PERRONI, B. M.; FILIPIN, G.; MELLO-CARPES, P.B.](#) Divulgação e popularização da neurociência através de uma rede social. **Revista Ciência em Extensão**, v. 12, p. 95-104, 2016.

[PUEBLA, R.; TALMA, M. P.](#) Educación y neurociencias. La conexión que hace falta. Em: **Estudios pedagógicos (Valdivia)** 37 (2), pág. 379–388. 2011. DOI: 10.4067/S0718-07052011000200023.

[SANTOS, A. M.; MELLO-CARPES, P. B.](#) Ações para divulgação da Neurociência: um relato de experiências vivenciadas no sul do Brasil. **Revista de Ensino de Bioquímica**, v. 12, n. 2, p. 108-117, 2014.

[VARGAS, L. S. et al.](#) The use of Facebook as a tool to increase the interest of undergraduate students in physiology in an interdisciplinary way. **Advances in Physiology Education**, Bethesda, v. 38, p. 273-276, 2014b.

[VALEIRO, P. M.; PINHEIRO, L. V. R.](#) From scientific communication to popularization. Em: **Transinformação** 20 (2), pág. 159–169. 2008. DOI: 10.1590/S0103-37862008000200004.

AÇÕES EDUCATIVAS COM PROFISSIONAIS MOTOTAXISTAS DO MUNICÍPIO DE COARI, AMAZONAS

*Brenner Kássio Ferreira de Oliveira**
Rosimary Lima da Silva
Maxwell Arouca da Silva
Priscilla Mendes Cordeiro

RESUMO

A educação em saúde e suas práticas desenvolveram-se de forma significativa nas últimas décadas, sendo uma ferramenta importante no que diz respeito às medidas preventivas e curativas ao enfrentamento de doenças. O profissional enfermeiro é um importante agente de ações educativas em saúde, sobretudo, nos espaços institucionalizados. No entanto, no decorrer de sua assistência, uma das barreiras encontradas é a dificuldade que o homem tem em procurar o serviço de saúde, sendo este o principal gênero que atua como profissional mototaxista, expondo-se aos mais diversos riscos, sejam físicos, químicos, ergonômicos, biológicos, mecânicos, psicossociais e de acidentes automobilísticos, que decorrem das condições inesperadas do meio ambiente ou do próprio processo do funcionamento de suas atividades. Este trabalho trata-se de um estudo descritivo, do tipo relato de experiência, realizado por acadêmicos do curso de enfermagem do Instituto de Saúde e Biotecnologia (ISB) da Universidade Federal do Amazonas com um público composto por mototaxistas do sexo masculino em Coari/AM. Foram atendidos 50 profissionais em uma praça pública da cidade, com a realização de educação em saúde sobre câncer de pele, câncer de próstata e doenças ergonômicas, com ações assistenciais de verificação de medidas antropométricas, aferição de pressão arterial e glicemia, no qual 17 participantes estavam sobrepeso, 07 relataram possuir HAS, 02 apresentaram glicemia elevada e dos 50 participantes, 40 relataram lombalgia. Além de orientações por meio de materiais informativos impressos, como uma maneira ilustrativa e explicativa, a fim de orientar os participantes sobre a importância da prevenção de agravos a saúde em relação ao seu trabalho. Portanto, a extensão universitária como a educação em saúde, possui grande importância para a comunidade como para universidade, pois beneficia a sociedade e influencia na formação de profissionais críticos e comprometidos com mudanças em seu meio social.

Palavra-chave: Educação em Saúde. Saúde do Homem. Mototaxistas.

* Especialização em Enfermagem em Unidade de Terapia Intensiva Adulto, Pediátrica e Neonatal (FAEME). Instituto de Saúde e Biotecnologia, Universidade Federal do Amazonas, Coari, AM. Contato: brennerkassio@hotmail.com.

EDUCATIONAL ACTIONS WITH MOTOTAXISTA PROFESSIONALS FROM THE MUNICIPALITY OF COARI, AMAZONAS

ABSTRACT

Health education and its practices have developed in a significant way in the last decades, being an important tool with respect to the preventive and curative measures to the confrontation of diseases. The nurse professional is an important agent of educational actions in health, above all, in the institutionalized spaces. However, in the course of his assistance, one of the barriers encountered is the difficulty that man has in seeking the health service, being this the main gender that acts as a professional mototaxista, exposing himself to the most diverse risks, be they physical, chemical, ergonomic, biological, mechanical, psychosocial and automobile accidents that arise from the unexpected conditions of the environment or the process itself of the operation of its activities. This work is a descriptive, experience-type study conducted by nursing students of the Institute of Health and Biotechnology (ISB) of the Federal University of Amazonas with an audience composed of male mototaxistas in Coari / AM. Fifty professionals were attended in a public square in the city, with health education on skin cancer, prostate cancer and ergonomic diseases, with assistance actions to verify anthropometric measurements, blood pressure measurement and glycemia, in which 17 participants were overweight, where 07 reported having SAH, 02 presented high glycemia and all participants reported low back pain. In addition to guidance through printed information materials, as an illustrative and explanatory way, in order to guide participants on the importance of prevention of health problems in relation to their work. Therefore, university extension such as health education is of great importance to the community as well as to the university, since it benefits society and influences the formation of professionals who are critical and committed to changes in their social environment.

Keywords: Health Education. Human Health. Mototaxis.

ACCIONES EDUCATIVAS CON PROFESIONALES MOTOTAXISTAS DEL MUNICIPIO DE COARI, AMAZONAS

RESUMEN

La educación en salud y sus prácticas se han desarrollado de forma significativa en las últimas décadas, siendo una herramienta importante en lo que se refiere a las medidas preventivas y curativas al enfrentamiento de enfermedades. El profesional enfermero es un importante agente de acciones educativas en salud, sobre todo, en los espacios institucionalizados. Sin embargo, en el transcurso de su asistencia, una de las barreras encontradas es la dificultad que el hombre tiene en buscar el servicio de salud, siendo éste el principal género que actúa como profesional mototaxista, exponiéndose a los más diversos riesgos, sean físicos, químicos, ergonómicos, biológicos, mecánicos, psicosociales y de accidentes automovilísticos, que se derivan de las condiciones inesperadas del medio ambiente o del propio proceso del funcionamiento de sus actividades. Este trabajo se trata de un estudio descriptivo, del tipo relato de experiencia, realizado por académicos del curso de enfermería del Instituto de Salud y Biotecnología

(ISB) de la Universidad Federal del Amazonas con un público compuesto por mototaxistas del sexo masculino en Coari / AM . Se realizaron 50 profesionales en una plaza pública de la ciudad, con realización de educación en salud sobre cáncer de piel, cáncer de próstata y enfermedades ergonómicas, con acciones asistenciales de verificación de medidas antropométricas, aferción de presión arterial y glucemia, en el cual 17 participantes estaban sobrepeso, donde 07 reportaron poseer HAS, 02 presentaron glucemia elevada y todos los participantes relatan lumbalgia. Además de orientaciones por medio de materiales informativos impresos, como una manera ilustrativa y explicativa, a fin de orientar a los participantes sobre la importancia de la prevención de agravios a la salud en relación a su trabajo. Por lo tanto, la extensión universitaria como la educación en salud, tienen gran importancia para la comunidad como para la universidad, pues beneficia a la sociedad e influye en la formación de profesionales críticos y comprometidos con cambios en su medio social.

Palabras clave: Educación en salud. Salud del hombre. Motocicletas.

INTRODUÇÃO

A educação em saúde e suas práticas desenvolveram-se de forma significativa nas últimas décadas, sendo uma ferramenta importante no que diz respeito às medidas preventivas e curativas ao enfrentamento de doenças, pois, possui um espaço prioritário nas ações cotidianas dos serviços de saúde, principalmente na atenção básica devido à sua ênfase em ações de promoção à saúde, com objetivo de que aumentar a consciência sobre hábitos saudáveis promoverem uma melhor qualidade de vida ([GAZZINELLI et. at.2005](#)).

Para [Backes, Erdmann e Buscher \(2010\)](#) o profissional enfermeiro deve ser constituído como um importante agente de ações educativas em saúde, sobretudo, nos espaços institucionalizados. Pelo conhecimento amplo e específico de sua formação, o enfermeiro pode ser considerado um profissional capacitado para propor e redefinir as práticas de saúde, por meio de ações educativas voltadas tanto para a organização do processo de trabalho, quanto para o estímulo de práticas sociais empreendedoras, relacionadas à promoção e proteção da saúde dos indivíduos, famílias e comunidades. Além disso, a educação em saúde realizada por estes profissionais, em sua maioria está restrita a grande área da Estratégia de Saúde da Família (ESF), onde o enfermeiro se utiliza de métodos educativos e lúdicos para alcançar pessoas e trazê-las para o autocuidado, atuando principalmente em Unidades Básica de Saúde (UBS) e nas comunidades onde estão presentes, não apenas esperando o paciente vir até a instituição, mas também levando o conhecimento de saúde até a população ([BRASIL, 2011](#)).

A comunidade acaba tornando-se a meta do profissional, juntamente com a ESF adentrando-se aos lares, em um território definido, conhecendo seu contexto de vida, assim, a visão despedaçada relacionado ao ser humano acaba por ser rompida, para uma visão integral dos sujeitos, com o processo saúde/doença passa a ser visto de uma forma mais ampla, de acordo com a realidade de cada indivíduo, sendo assistido em todas as suas complexidades ([ALMEIDA, 2012](#)).

No entanto, quando nos deparamos com a assistência recebida pela comunidade a mesma revela umas sequencias e barreiras que precisam ser superados, uma delas é a

dificuldade que o homem tem de procurar o serviço de saúde ou a aceitação do mesmo dentro dos lares, tornando-se inferior, quando comparamos com as das mulheres. Na atenção primária, esta situação torna-se gradativa, pois os serviços são destinados principalmente às mulheres, às crianças e os idosos, por meio de programas de saúde voltados a estas classes, deixando os homens mais invisíveis. Assim, os serviços de saúde têm dificuldades de criar práticas de prevenção e promoção da saúde a este gênero ([FIGUEREDOS; CHARAIBER, 2011](#)).

Segundo o Ministério da Saúde, morrem mais homens que mulheres ao longo do ciclo da vida, muitas dessas mortes poderiam ser evitadas, se não fosse à resistência masculina frente à procura pelos serviços de saúde ([BRASIL, 2011](#)). Afirma [Andrade \(2010\)](#) conforme a idade avança, a proporção de homens diminui cada vez mais, entre os idosos, os dados mostraram uma média de 62 homens para cada 100 mulheres. O autor explica que o declínio do número de homens na população está associado, à sua mortalidade, que chegou a ser 72% maior que as mulheres.

Desta forma, frente a essa realidade o Ministério da Saúde, através da Portaria nº 1944, em 27 de agosto de 2009, criou a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem (PNAISH), criada para promover ações de saúde que contribuam expressivamente para a compreensão da realidade masculina nos seus diversos contextos socioculturais e político-econômicos e está alinhada com a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), particularmente com suas estratégias de humanização, na busca do fortalecimento das ações e dos serviços disponibilizados para a população. Deste modo, a política traduz um longo anseio da sociedade ao reconhecer que os agravos do sexo masculino constituem verdadeiros problemas de saúde pública ([BRASIL, 2009](#)).

Além da política de saúde do homem, outro fator que pode alcançar e proporcionar saúde a população masculina são as ações voltados à saúde do trabalhador, pois a classe trabalhadora brasileira é formada em sua maioria por homens.

Por sua vez, umas das profissões que mais crescem são o dos mototaxistas. Esta atividade alternativa representa uma opção importante de trabalho, tanto pela autonomia em sua realização, quanto pela possibilidade de produção de renda. Os mototaxistas são profissionais responsáveis pela condução de veículo para o transporte de passageiros e sendo que em algumas cidades brasileiras é o principal meio de transporte da população ([AMORIM, et al, 2012](#)).

A lei federal 12.009, de 29 de julho de 2009, regulamenta a atividade do mototaxista, legisla sobre idade, carteira nacional de habilitação e obrigatoriedade de ser aprovado em curso especializado para o exercício da profissão. Além disso, o Conselho Nacional de Transito (CONTRAN) estabelece regras aos cursos obrigatórios para a formação específica desses condutores ([PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2009](#)).

Evidencia-se que os trabalhador que utiliza a motocicleta como instrumento de trabalho, expõem-se aos mais diversos riscos, sejam físicos, químicos, ergonômicos, biológicos, mecânicos, psicossociais e de acidentes automobilísticos, que decorrem das condições inesperadas do meio ambiente ou do próprio processo do funcionamento de suas atividades ([SILVA, OLIVEIRA E FONTANA, 2011](#)).

Acrescenta-se, que o processo de trabalho causa desgaste ao trabalhador, onde efeitos positivos ou negativos podem ser produzidos sobre a saúde em função do ato de trabalho o que muitas vezes se traduz pelo adoecimento do corpo. Assim, a necessidades de intervenções nesse grupo para diminuir o comprometimento de sua saúde ([FIGUEIREDO, 2005](#)).

Portanto, constitui como uns dos grupos de grande potencial para o desenvolvimento de ações educativas voltadas a promoção da saúde do homem dando foco à saúde do trabalhador ([BRASIL, 2009](#)).

Neste artigo descreveremos um projeto de extensão universitária intitulado: Ações educativas e preventivas na saúde do trabalhador aos mototaxistas em Coari-Amazonas. Vinculado à Pró-reitoria de Extensão e Interiorização (PROEXTI), e o Programa Atividade Curricular de Extensão (PACE) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Este projeto foi desenvolvido com a finalidade de realizar orientações educativas na promoção e prevenção à saúde, implantado no contexto da saúde do trabalhador voltado aos mototaxistas do município de Coari, Amazonas. Nossos objetivos foram: 1- Orientar sobre prevenção de doenças como câncer de pele, câncer de próstata, doenças posturais. 2- Realizar medição de circunferência abdominal, peso, pressão arterial e glicose sanguínea.

METODOLOGIA

Equipe Executora

Trata-se de um estudo descritivo, do tipo relato de experiência, realizado por quatro acadêmicos de enfermagem do sexto período e dois docentes do curso de enfermagem do Instituto de Saúde e Biotecnologia (ISB) da Universidade Federal do Amazonas. Os acadêmicos passaram por uma capacitação promovida pelos docentes, com objetivos se certificar do embasamento teórico sobre os temas abordados, elaboração de material visual e preparação técnica para a educação em saúde.

Local e Público-Alvo

A cidade de Coari está situada a cerca de 370 km de Manaus, capital do estado do Amazonas, possuindo uma área territorial de 57.922 km², com população geral estimada de 84.762 habitantes, sendo desde 39.476 são do sexo masculino, segundo dados do [IBGE \(2017\)](#).

O público alvo foi composto por 50 mototaxistas do sexo masculino, apresentando disponibilidade e interesse em participar da ação, residentes no município de Coari, Amazonas.

Procedimento Metodológico do projeto de Extensão

A ação ocorreu em uma praça municipal no centro da cidade, onde realizamos as abordagens aos mototaxistas que paravam no semáforo, explicando o projeto e averiguando seu interesse em participar da ação. Inicialmente, os mesmos eram acolhidos para realizarem uma simples triagem, para obter conhecimentos das principais queixas, se houvesse. Logo após, foram realizadas orientações à população alvo, por meio da elaboração de materiais informativos impressos (banner e folder), como uma maneira ilustrativa e explicativa, a fim de orientar os participantes sobre a importância da prevenção de agravos a saúde em relação ao tempo de serviço, uso de vestimentas adequadas contra agressão dos raios solares, uso de capacete para proteção de acidentes automobilísticos, educação postural correta ao dirigir a motocicleta para a prevenção de futuras lombalgias e orientações sobre movimentos repetitivos executados por estes podem desencadear

lesões posturais. Também ocorreu a verificação de níveis adequados da glicemia, visando esclarecer a respeito de doenças metabólicas como a Diabetes *Mellitus* (DM) e Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS). Por fim, era realizada a aferição de pressão arterial com uso aparelho de esfigmomanômetro e estetoscópio analógico, medidas antropométricas com estadiômetro, teste de glicemia com glicosímetro, e possíveis encaminhamentos para o serviço de saúde daqueles que apresentaram indicadores de saúde fora do padrão considerado normal.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Educação em saúde na prevenção do câncer de pele, câncer de próstata e doenças posturais

A educação em saúde está relacionada à aprendizagem, planejada para alcançar a saúde, é necessário que esteja voltada a atender a população de acordo com sua realidade. Isto porque a mesma deve provocar conflito nos indivíduos, criando oportunidade da pessoa pensar e repensar a sua cultura, e ele próprio se transformar. [\(OLIVEIRA, GONÇALVES, 2004\)](#). Desta forma, mesmo com os avanços voltados a saúde do homem, por intermédio de campanhas regionais, estaduais e nacionais, torna-se falho, pois é preciso chamar mais a atenção dos homens para o autocuidado. Neste sentido, um dos objetivos desta ação foi orientar sobre as prevenções de doenças dos tipos: câncer de pele, câncer de próstata e doenças posturais. Foi desenvolvido através de banner e folheto que continham informações sobre as doenças, como: definição, fatores de risco, manifestações clínicas e prevenção.

Os critérios para a escolha destes temas se expuseram em decorrência de pesquisas que citam que estas doenças podem ser desencadeadas neste grupo de indivíduos.

Câncer de pele: pelo fato dos mototaxistas serem um tipo de transporte público individual sem local fixo para embarque ou desembarque de passageiros, exercendo a sua profissão diária quase que na sua totalidade exposta as radiações UV-A e UV-B, estes constituem um grupo de risco para o aparecimento do câncer de pele que pode se agravar de forma acentuada com idade avançada e com a falta de medidas preventivas. Desta maneira, um estudo realizado em Santarém-Pará evidenciou que de uma amostra de 50 indivíduos, apenas 32 faziam uso de vestimentas adequadas e o protetor solar, 10 usavam somente óculos, roupas e luvas, 07 faziam uso apenas de camisa manga longa e 01 somente o uso de óculos escuros. Por fim, faz-se necessário que este grupo de trabalhadores conheça sobre as problemáticas do câncer de pele, para que assim possam adotar medidas preventivas adequadas ao se expor a luz solar [\(BRITO et al,2013\)](#). Desta forma, os mototaxistas foram orientados no decorrer da ação, sobre a importância do uso de filtro solares e a aplicação no mínimo 15 minutos antes da exposição solar, e outra orientação foi sobre os mesmos utilizarem vestimentas adequadas para prevenção de raios solares.

Câncer de Próstata: a dificuldade dos homens em acessar a atenção primária, seja por desconhecimento, preconceito ou falta de recursos médico local, impossibilita a detecção de tumores em fase inicial, prejudicando o diagnóstico e tratamento precoce [\(ZACCHI, et al.2014\)](#). Este evento é explicável, pois muitos tumores podem permanecer assintomáticos durante toda a vida, o que induz os homens a uma ideia ilusória que a ausência de sintomas significa a inexistência da doença [\(GOMES, NASCIMENTO, REBELLO, 2008\)](#). Neste

pensamento, baseando-se no estudo realizado com 20 homens mototaxistas em Quixeramobim/CE, onde este, avaliando o conhecimento sobre os fatores de risco para câncer de próstata, verificou que 15 dos entrevistados da pesquisa não souberam dizer quais eram os possíveis fatores causadores da doença, 02 atribuíram ao contato com uma superfície de temperatura elevada, 02 relacionaram à causa da patologia com o trabalho sentado por períodos prolongados e 01 referiu ter relação ao uso de roupas apertadas (NOBRE, OLIVEIRA, CEZARIO, 2009). Assim, o enfermeiro deve aproveitar sempre as oportunidades que surgem no seu cotidiano assistencial no sentido de orientar de maneira adequada o público masculino, eliminando os tabus referentes aos fatores de risco e medidas de prevenção relativas ao câncer de próstata (NOGUEIRA; NEVES, 2013). Durante o projeto os participantes foram orientados sobre uma boa alimentação saudável. Assim, para evitarem a ingestão exagerada de gorduras saturadas, pois a mesma pode ter um tipo de influência no desenvolvimento da patologia.

Doenças ergonômicas: ao dirigir, esses trabalhadores permanecem sentados e estáticos por longos períodos, além de ficarem expostos à vibração, situações que podem trazer distúrbios ergonômicos (FRANÇA; BAKKEB, 2015 apud GYI; PORTER, 1998). Em uma pesquisa com motociclistas, foi identificado que mais de 70% dos indivíduos dirigiam com postura inadequada, tendo maior frequência de dores na região das costas (KARMEGAM et al, 2013). Dos 50 participantes da ação, 40 profissionais relataram lombalgia, esta pode ser desencadeada pela postura inadequada, adotada pelos cidadãos durante anos na pilotagem de motos. Sendo assim, o problema de coluna é um importante fator que acarreta limitações laborais, induzindo ao afastamento e até mesmo a uma aposentadoria precoce.

O aparecimento de algias na coluna vertebral tem como etiologia o comprometimento da musculatura paravertebral (tendões, ligamentos, fâscias, raízes nervosas e entre outros), levando a uma ruptura do disco intervertebral acarretando em uma compressão na medula espinhal. Desta maneira, os discos lombares são os mais afetados por prolapso que qualquer outra região do tronco, sendo assim a área de maior incidência de dores na coluna (ALEXANDRE; MORAES, 2001).

Diante do exposto, os profissionais mototaxistas foram orientados durante a ação para manter uma postura correta ao dirigir a motocicleta, assim como exercícios para fortalecimento das musculaturas da coluna, pois, os mesmos ficam muito tempo sentado e com uma carga horária excessiva de trabalho sem citar as condições das ruas do município que não facilitam o tráfego de veículos.

Portanto, ações educativas e preventivas no sentido de orientar estes trabalhadores acerca da minimização dos impactos causados pelas doenças ergonômicas, podem ocasionar um aumento na qualidade de vida de mototaxistas em plena idade produtiva.

Medidas antropométricas, pressão arterial e glicose sanguínea

Medidas antropométricas são determinações do tamanho e proporções do corpo humano. Foram relevantes para este trabalho, as mensurações do peso, altura e circunferência abdominal, que são utilizadas para o diagnóstico do estado nutricional dos indivíduos, e como forma de avaliação dos riscos de futuras patologias (ARAÚJO, 2015).

Durante a verificação das medidas antropométricas, foram obtidas as seguintes informações, como demonstram na Tabela 1 abaixo:

Tabela 1: Medidas antropométricas			
Valor	Mínimo	Máxima	Alteração
Altura	1,60 m	1,84 m	-
Peso	54 kg	113 kg	-
IMC	20,69 kg/m ²	27,34 kg/m ²	17 participantes apresentaram sobrepeso que variou 25,10 kg/m ² a 27,34 kg/m ² .
Circunferência Abdominal	73 cm	150 cm	17 participantes apresentaram circunferência abdominal entre 95 cm a 150 cm

Na população brasileira, tem-se utilizado a tabela proposta pela Organização Mundial da Saúde ([OMS, 2011](#)), baseando-se em padrões internacionais, em que são considerados os valores para IMC: Baixo Peso: < 18,50 kg/m² – baixo risco (risco para outros problemas clínicos); Peso normal (Eutrófico): 18,50 a 24,99 kg/m² – risco médio, Sobrepeso: 25,00 a 29,99 kg/m² – risco aumentado, Obesidade grau 1: 30,00 a 34,99 kg/m² – risco moderado, Obesidade grau 2: 35,00 a 39,99 kg/m² – Severo, Obesidade grau 3: ≥ 40,00 kg/m² - Muito Severo ([ABESO, 2016](#)). Em relação às medidas abdominais, houve variação de 73 cm a 150 cm, sendo que 17 profissionais apresentaram circunferência entre 95 cm a 150 cm, acima do preconizado pela Organização Mundial de Saúde ([OMS, 2011](#)), onde a mesma estabelece o risco cardiovascular aumentado, quando os homens apresentam medidas de circunferência abdominal igual ou superior a 94 cm. Desta maneira, o excesso de peso evidenciado pelo aumento da circunferência abdominal e IMC, apresenta-se como potencial agravante para o surgimento das doenças cardiovasculares como sugere a OMS, além de complicações de síndromes metabólicas: Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS) e Diabetes *Mellitus* (DM) ([COSTA, 2011](#)).

Dentre as síndromes metabólicas, a Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS) é uma emergente problemática a saúde pública no Brasil. Segundo as [Diretrizes Brasileiras de Hipertensão \(2016\)](#) a Pressão Arterial, se constitui como um fator de risco para afecções cardiovasculares por ser uma patogenia silenciosa, assim muitas vezes não é diagnosticado facilmente, dificultando assim a possibilidade de tratamento e prevenção.

Com a verificação da pressão arterial no decorrer do projeto de extensão, evidenciou-se que nos 50 profissionais mototaxistas envolvidos na ação, o nível de aferição da Pressão Arterial (PA) obteve variações como demonstrar na Tabela 2 a abaixo:

Tabela 2: Aferição de Pressão Arterial Sistêmica

Nº Participantes	Mínimo	Máximo	Alteração
50 Mototaxistas	100x60 mmHg	160x90 mmHg	07 relataram possuir HAS com níveis pressóricos de 150x90 mmHg a 160x90 mmHg

Desta maneira, o valor médio de referência mundial para pressão arterial, normal < 130x < 85 mmHg, com variação mínima de $\leq 120 \times \leq 80$ mmHg e a >140 mmHg em sua pressão diastólica, maior que >90 mmHg é caracterizado como hipertensão ([SOCIEDADE BRASILEIRA DE HIPERTENSÃO, 2016](#)). Para [Oliveira e Lisboa \(2007\)](#), há uma maior prevalência de casos de hipertensão arterial em pessoas que desempenham determinadas atividades ocupacionais, a exemplo dos trabalhadores de transporte. Destacando-se índices elevados de pressão arterial nesta classe de trabalhadores. No entanto, diversos fatores como alimentação, estresse, duração da jornada de trabalho, ambiente de trabalho desfavorável com presença de ruídos, poluição, entre outros, podem influenciar a saúde desses profissionais de maneira negativa.

Acrescenta-se também, que outra afecção, a diabetes mellitus, uma das principais patologias metabólicas, não é uma doença isolada, mas uma série de distúrbios metabólicos que tem em comum a hiperglicemia. Desta forma, o controle da glicemia reduz de forma significativa às complicações do DM, onde podemos citar retinopatia diabética e glaucoma.

Dos 50 participantes avaliados no projeto, o teste glicêmico deste, foram realizados no período pós-prandial, assim, obtiveram-se os seguintes resultados como mostrar a Tabela 3 a abaixo:

Tabela 3: Valores de concentração glicêmica

Nº Participantes	Mínimo	Máximo	Alteração
50 Mototaxistas	70 mg/dl	346 mg/dl	02 participantes encontraram-se com nível de glicemia alterados de 218 mg/dL e outro 346 mg/dL

Destacamos que os níveis normais de glicose no sangue são de até 99 mg/dL, quando a aferição da glicemia é feita no período pré-prandial (antes de comer) é de até 140 mg/dL, quando realizada no pós-prandial (depois de comer). Assim, métodos que avaliam a frequência e a magnitude da hiperglicemia são essenciais nos acompanhamentos desta patologia, visando realizar ajustes no tratamento e diminuindo o aparecimento das complicações da doença ([SBD, 2015](#)).

Impacto da ação extensionista na comunidade

A extensão universitária vem repensar a relação do ensino e da pesquisa às necessidades sociais, estabelecer as contribuições da extensão para o aprofundamento da cidadania e para a transformação efetiva da sociedade. O modelo de extensão consiste em prestar auxílio à sociedade, levando contribuições que visam à melhoria dos cidadãos ([RODRIGUES et al., 2013](#); [Carbonari apud Pereira, 2007](#)).

Durante a ação, os mesmos foram indagados sobre o que lhe chamou mais atenção no projeto, diante da pergunta, todos responderam que foi o direcionamento da ação para a classe, visto que na cidade não existe projeto voltado para a saúde destes trabalhadores. Com isso, é evidente a falta de políticas públicas que assistam esta classe.

Além do tipo de abordagem ir muito além do caráter biomédico, os mototaxistas foram alcançados com uma visão holística. [Fernando \(2010\)](#), cita em seu estudo que é importante o incentivo a participação social, na busca por uma construção e fortalecimento de vínculos entre a comunidade e a instituição responsável pela ação. Desse modo, a atividade planejada teve o intuito de proporcionar ao público-alvo, a aproximação de conteúdos pertinentes à prevenção de agravos e a promoção à saúde, tendo como pressuposto de atuação o próprio âmbito de realidade vivenciada pelos mototaxistas, propiciando aos mesmos trouxe um olhar para a sua própria condição de saúde.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto conseguiu alcançar os objetivos propostos com a realização das atividades, onde pode-se atender os trabalhadores mototaxistas em Coari-Amazonas, sendo um diferencial principalmente para estes profissionais, considerados desassistidos pela inexistência de programas voltados para classe no município, proporcionando aos mesmos a exposição de suas dúvidas, queixas e a chance de receberem aconselhamentos através de orientações em saúde referentes ao autocuidado.

Por outro lado, esta ação também trouxe benefícios aos acadêmicos envolvidos, pois serviu de espaço para aprimoramento do conhecimento em relação a práticas assistenciais, obtendo compromisso com a humanização à saúde.

Portanto, a extensão universitária como a educação em saúde, possuem grande importância para a comunidade como para universidade, pois beneficia a sociedade e influencia na formação de profissionais críticos e comprometidos com mudanças em seu meio social.

SUBMETIDO EM 15 ago. 2018

ACEITO EM 12 dez. 2019

REFERÊNCIAS

[ANDRADE, P. R.](#) **Homens morrem mais que mulheres por causa violentas.** 2010. Disponível <[http:// www.usp.br/agen/? = 27542](http://www.usp.br/agen/? = 27542). Acesso em 11.10.2017.

[ALEXANDRE N.M.C; MORAES M.A.A.](#), **Modelo de avaliação físico-funcional da coluna vertebral**, Rev Latino-am Enfermagem 2001 março; 9(2): 67-75.

[ALMEIDA, L.P.; SILVA, S.O.; SILVA, M.M.](#) Grupo de educação em saúde homem: REVISTA DE ENFERMAGEM| FW | M.8| p. 227-243| 2012.

[AMORIM CR, ARAÚJO EM, ARAÚJO TM, OLIVEIRA NF.](#) Acidentes de trabalho com mototaxistas. Rev bras. epidemiol. 2012;15(1):25-37.

[ARAÚJO, G. T.;](#) Antropometria – Curso Nacional de Nutrologia. 2015.

[ASSOCIAÇÕES BRASILEIRAS PARA O ESTUDO DA OBESIDADE E DA SÍNDROME METABÓLICAS DIRETRIZES BRASILEIRAS DE OBESIDADE/ABESO - Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e da Síndrome Metabólica.](#) – 4.ed. São Paulo, 2016.

[BACKES DS, ERDMANN AL, BÜSCHER A.](#) O cuidado de enfermagem como prática empreendedora: oportunidades e possibilidades. Acta Paul Enfermagem 2010. BRASIL, Ministério da Saúde do. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem: Princípio e diretrizes. Secretaria de atenção à saúde: Departamento de ações programáticas e estratégicas. Brasília, 2009. Disponível em: URL: <http://dtr2001.saude.gov.br/sas/portarias/.../pt-09-cons.pdf>. Acessado 05 de Outubro de 2017.

[BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE.](#) Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. Política Nacional de Atenção à Saúde do Homem: princípios e diretrizes. Brasília: Ministério da Saúde; 2009.

[BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE.](#) Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem (Princípios e Diretrizes). Brasília: Ministério da Saúde; 2011. 46p

[BRITO, S. M.; MESCHELE, M. S. C.; GOLVAÇALVES, T. P.; PONTES, W. F.;](#) O conhecimento dos mototaxistas sobre a problemática do câncer de pele no município de Santarém – Pará. 2013

[COSTA, M.M et al.](#) Excesso de peso em motoristas de ônibus da rede urbana. **R. bras. Ci. E Mov.** V.19, n.1, p.42-51, 2011.

[FRANÇA, D.X D.E.S.; BAKKEB, H.A.](#) Queixas musculoesqueléticas em mototaxistas. **Rev. de Atenção a Saúde**, v. 13, n. 45, p. 26-33, 2015.

[FERNANDO, M, L.;](#) Desafios da participação social. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 5, p. 2358, maio 2010.

[FIGUEIREDO, W.](#) Assistência à saúde dos homens: um desafio para os serviços de atenção primária. **Ciênc. Saúde Colet.**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, mar. 2005.

FIGUEREDOS, W. S.; CHARAIBER, L. B. Concepções de gênero de homem usuários e profissionais de saúde de serviços de atenção primária e os possíveis impactos na saúde da população masculina, São Paulo, Brasil. **Ciênc. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.16, supl. 1, p.935-944,2011.

GAZZINELLI F.M; GAZZINELI, A; REIS D.C; Penna C.M.M. Educação em saúde: conhecimentos, representações sociais e experiências da doença. *Cad Saude Publica* 2005; 21(1):200-206.

GOMES, R.; NASCIMENTO, E. F.; REBELLO, L. E. F. S. As arranhaduras a masculinidade: uma discussão sobre o toque retal como medida de prevenção do câncer prostático. **Ciênc. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.13, n. 6, p. 1975-1984, jul./ago. 2008.

INTISTULO BRASILEIRO DE GEGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. 2017<[https:// cidade. ibge. gov.br/Amazonas](https://cidade.ibge.gov.br/Amazonas)>.Acesso em: 18 nov.2017.

KARMEGAM K.; SAPUAN S.M, ISMAIL MY, ISMAIL N, SHAMSUL BAHRI MT, SEETHA P. Motorcyclist's riding discomfort in Malaysia: comparison of BMI, riding experience, riding duration and riding posture. *Hum Factors Ergon Manuf Serv Ind* [Internet]. 2013 Jul 27; 23(4): 267- 78. Disponível em: <<http://doi.wiley.com/10.1002/hfm.20317>>. Acesso em 03 nov. 2017.

NOBRE, M. B.; OLIVEIRA, P.M.P.; CEZARIO, K.G.; **Conhecimento de mototaxistas sobre câncer de próstata**, 2009.

NOGUEIRA, H.L; NEVES, J. B. Prevenção do câncer de próstata: atuação dos enfermeiros nas unidades de atenção primária a saúde. **Revista Enfermagem Integrada**, v. 6, n. 1, p. 1098-1109, 2013. Disponível em: <<https://www.unilestemg.br/enfermagemintegrada/artigo/v6/07-prevencao-do-cancer-da-prostata-atuacao-dos-enfermeiros-nas-unidades-de-atencao>>. Acessado em: 10/10/2017

OLIVEIRA, D.S.C.; LISBOA, M.T.L **Análise dos impactos provocados pela operacionalização do serviço mototáxi no sistema de transportes urbanos: o caso de Campina Grande-PB** [dissertação de mestrado]. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2007

OLIVEIRA, H.M.; GONÇALVES, M.J.F.; **EDUCAÇÃO EM SAÚDE: uma experiência transformadora**: Rev. Bras Enferm, Brasília (DF) 2004.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Cardiovascular Diseases (CVDs)**. Fact Sheet, n. 317, 2011.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Lei no 12.009, de 29 de julho de 2009. **Regulamenta o exercício das atividades dos profissionais em transporte de passageiros, "mototaxista", em entrega de mercadorias e em serviço comunitário de rua, e "motoboy", com o uso de motocicleta.** Diário Oficial da União 2009;30 jul.

[RODRIGUES, A.L.L.; PRATA, M.S.; BATALHA, T.S.B.; COSTA, C. L. N. A.; NETO, I. F. P.;](#) Caderno de Graduação- Ciências Humanas e Sociais|v1. |n. 6|p. 141-148| mar. 2013 *apud* CARBONARI, Maria; PEREIRA, Adriana. **A extensão universitária no Brasil, do assistencialismo à sustentabilidade.** São Paulo, Setembro de 2007. Base de dados doAnhanguera. Disponível em:<<http://www.sare.unianhanguera.edu.br/index.php/reduc/article/viewArticle/207>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

[SILVA MB, OLIVEIRA MB, FONTANA RT.](#) **Atividade do mototaxista: riscos e fragilidades autorreferidos.** Rev Bras Enferm 2011; 64:1048-55.

[SOCIEDADE BRASILEIRA DE HIPERTENSÃO:](#) Sociedade Brasileira de Hipertensão - 2015[organização José Egidio Paulo de Oliveira, Sérgio Vencio]. São Paulo, 2016.

[SOCIEDADE BRASILEIRA DE DIABETES.](#) V Diretrizes Brasileiras de Diabetes. **Rev Bras Diabet.** 2015.

[ZACCHI S.R.; AMORIM M.H.C; DE SOUZA MAC, MIOTTO M.H.M.B; ZANDONADE E.](#) **Associação de variáveis sociodemográficas e clínicas com o estadiamento inicial em homens com câncer de próstata.** Cad. saúde colet. [Internet] 2014;22(1) [acesso em 17 nov 2017]. Disponível: <http://dx.doi.org/10.1590/1414-462X2014000100>.

“RODA VIDA”: EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA SOBRE DROGAS NO SISTEMA PRISIONAL DIFERENCIADO

*Helaine Silva Borges**
Cláudia Márcia Miranda de Paiva

RESUMO

O objetivo deste trabalho é apresentar ao leitor a experiência vivenciada por uma acadêmica do curso de psicologia enquanto bolsista de extensão do projeto “Roda Vida”. Trata-se de um Programa de Extensão de uma Universidade Federal do interior do estado de Minas Gerais que atua nas áreas de prevenção, investigação e tratamento da dependência química de caráter humano e antiproibicionista. Baseado na perspectiva clínica com interface na social, foram realizadas intervenções psicossociais, por meio de técnicas e vivências grupais com os recuperandos da Associação de Proteção e Assistência ao Condenado (APAC) masculina da Região das Vertentes, buscando promover um espaço de escuta, partilha e promoção de reflexão crítica, proporcionando um saber baseado em evidências, com senso crítico, transformador e humanizador. Para tanto, foram realizadas oficinas de grupo ([AFONSO, 2000](#)) e rodas de conversas ([AFONSO: ABADE, 2008](#)), por entender que tal metodologia possibilita a compreensão dos aspectos que permeiam o uso de drogas, assim como os aspectos sociais que estão sendo vivenciados enquanto manifestação grupal. Essas atividades são ofertadas nos dois regimes prisionais, fechado e semiaberto. Como resultado, as intervenções realizadas proporcionaram um processo de emancipação dos sujeitos, favorecendo a autonomia e o resgate da cidadania por meio das oficinas de conscientização em relação ao uso de drogas na perspectiva de sua reinserção social.

Palavras-chave: Dependência química; Ressocialização; Direitos humanos.

"RODA VIDA": UNIVERSITY EXTENSION ON DRUGS IN THE DIFFERENTIAL SYSTEM OF PRISON

ABSTRACT

The objective of this work is to present to the reader the experience lived by a student of the psychology course as a scholarship holder of an extension project "Roda Vida" (2010-2015). It is an Extension Program of a Federal University of the interior of the State of Minas Gerais that acts in the areas of prevention, research and treatment of chemical dependence of in human character and anti-prohibitionist. Based on a clinical perspective with a social interface, psychosocial interventions were carried out through group techniques and experiences with inmates of the Association of Protection and Assistance to Condoms (APAC) of the Region of Vertentes, seeking to promote a space for clinical listening, sharing

* Especialização em Orientação Vocacional (ICETEC). Contato: helaineborgesufsj@hotmail.com.

of experiences, promoting critical reflection, providing evidence-based knowledge, with a critical, transformative and humanizing sense. To that end, group workshops ([AFONSO, 2000](#)) and conversation wheels ([AFONSO; ABADE, 2008](#)) were carried out, because they understood that such methodology allows for an understanding of the aspects that permeate drug use, as well as the social aspects that are being lived as a group manifestation. These activities are offered in both closed and semi-open prisons. As a result, the interventions carried out provided a process of emancipation of the subjects, favoring the autonomy and the rescue of the citizenship through the workshops of awareness regarding the use of drugs in the perspective of their social reintegration.

Keywords: Chemical dependence; Re-socialization; Human rights.

"RODA VIDA": EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA SOBRE DROGAS EN EL SISTEMA DIFERENCIAL DE PRISIÓN

RESUMEN

El objetivo de este trabajo es presentar al lector la experiencia vivenciada por una académica del curso de psicología como becario de extensión del proyecto "Roda Vida" (2010-2015). Se trata de un Programa de Extensión de una Universidad Federal del interior del estado de Minas Gerais que actúa en las áreas de prevención, investigación y tratamiento de la dependencia química de carácter humano y antiprohibicionista. En base a la perspectiva clínica con interfaz en la social, se realizaron intervenciones psicosociales, por medio de técnicas y vivencias grupales con los reclusos de la Asociación de Protección y Asistencia al Condenado (APAC) masculina de la Región de las Vertientes, buscando promover un espacio de escucha, promoción de reflexión crítica, proporcionando un saber basado en evidencias, con sentido crítico, transformador y humanizador. Para ello, se realizaron talleres de grupo ([AFONSO, 2000](#)) y ruedas de conversaciones ([AFONSO; ABADE, 2008](#)), por entender que tal metodología posibilita la comprensión de los aspectos que permean el uso de drogas, así como los aspectos sociales que se están vivenciados como manifestación grupal. Estas actividades se ofrecen en los dos regímenes prisioneros, cerrados y semiabiertos. Como resultado, las intervenciones realizadas proporcionaron un proceso de emancipación de los sujetos, favoreciendo la autonomía y el rescate de la ciudadanía por medio de los talleres de concientización en relación al uso de drogas en la perspectiva de su reinserción social.

Palabras clave: Dependencia química; Rehabilitación; Derechos humanos.

INTRODUÇÃO

A história da Psicologia enquanto ciência e profissão tem seu marco de reconhecimento no dia 27 de agosto de 1962 pela Lei 4.119 e teve à educação, clínica e esfera organizacional como campos de atuação. Nesse contexto, utilizavam-se testes, avaliações psicológicas e laudos para realização de diagnósticos nos campos da psicopatologia, sendo ampliado para a psicologia jurídica em 2011, pela Resolução do Conselho Federal de Psicologia - CFP nº 012/2011. No entanto, a inserção dos psicólogos

no sistema prisional brasileiro foi regulamentada pela Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 ([BRASIL, 1984](#)).

Segundo o [Conselho Federal de Psicologia \(2016\)](#) as competências do psicólogo no âmbito prisional eram voltadas para realização de diagnósticos com vistas a apoiar progressões ou regressões para os “apenados”, o que gerou diversas críticas em função de ir contra ao Código de Ética Profissional da Psicologia. Como resposta às críticas, houve retirada do papel do psicólogo enquanto profissional da área de avaliação psicológica, de modo a possibilitar aos condenados um espaço para ressignificarem condutas consideradas criminosas.

A partir da obra [Vigiar e Punir de Michel Foucault \(1984\)](#) é possível problematizar a atuação dos psicólogos em instituição prisional, promovendo uma reflexão crítica sobre os atravessamentos, impasses e dificuldades que perpassa a prática do psicólogo. O contexto histórico sobre as prisões aponta como o corpo passa a ser visto como alvo de objeto e poder, nas sociedades disciplinares. De acordo com [Foucault \(1984\)](#), os métodos que controlam minuciosamente o corpo e buscam promover a docilidade, refere-se as disciplinas com objetivo de enquadrar as condutas humanas a partir dos interesses do aparelho disciplinar, no qual reduzem os desvios por meio de castigos físicos, privações e humilhações. O objetivo geral da pena é docilizar o corpo, desconsiderando sua singularidade.

As disciplinas são “técnicas que fabricam indivíduos úteis” ([FOUCAULT, 1984](#)) que buscam modelar a conduta humana com a finalidade de torná-la mais produtiva perante a sociedade. “O sujeito da sociedade disciplinar é fabricado, estudado e documentado, o que funciona como processos de objetivação e sujeição” ([FOUCAULT, 1984](#)). Deste modo, os dados descritos dos instituídos podem ser utilizados contra ele, em função das disciplinas visarem a punição com vias à moralização de condutas. O que reforça a reflexão crítica do trabalho exercido pelo psicólogo nas instituições prisionais. Faz-se necessário investigar a finalidade da produção de relatórios e qual a contribuição do profissional para além das avaliações, buscando resgatar a subjetividade de cada sujeito.

Segundo o [Conselho Federal de Psicologia \(2016\)](#) a atuação do psicólogo no âmbito prisional deve relacionar o tratamento da pessoa presa, com vistas a retomar os laços familiares e sociais através de políticas públicas, a promoção da qualidade de vida, para dar apoio, suporte e acompanhamento psicossocial. Nesse contexto, a escuta terapêutica apresenta-se como possibilidade de intervenção, pois a partir da fala do sujeito pode-se captar/compreender a dinâmica da “Pulsão” que permeia o uso de drogas e, conseqüentemente sua responsabilização na perspectiva da subjetividade. Assim se desenvolveu o Programa “Roda Vida”, a partir de intervenções psicossociais em uma APAC da Região das Vertentes.

Memorial da prática de extensão do Programa “Roda Vida”

“Roda Vida” é um Programa de Extensão de uma Universidade Federal do interior do estado de Minas Gerais que emergiu em 2010, atua nas áreas de prevenção, investigação e reinserção social de usuários de álcool e outras drogas. O Programa conta com um grupo de estudos, cujo tema principal é a dependência química, o mesmo é constituído pela participação de professores, alunos e é constantemente aberto à comunidade interna e externa da Universidade Federal do Campos das Vertentes.

O programa “Roda Vida” realizou ações extensionistas com a população carcerária, com o objetivo de promover a assistência através de intervenções de conscientização em relação ao uso de drogas na perspectiva de sua reinserção social. O trabalho foi executado fora dos muros da universidade, em contato direto com o público-alvo, na instituição denominada APAC - Associação de Proteção e Assistência ao Condenado.

A APAC é uma instituição civil de direito Privado, sem fins lucrativos, com personalidade jurídica própria, dedicada à recuperação e reintegração social dos condenados às penas privativas de liberdade. Configura-se como forma alternativa ao modelo prisional tradicional, promovendo a humanização da pena de prisão e a valorização do ser humano, com o intuito de proporcionar ao condenado condições de se recuperar ([OTTOBONI, 2004](#)).

OBJETIVOS

O objetivo principal do Programa “Roda Vida” é promover a troca de informações e orientações, na perspectiva de permitir que os recuperandos ampliem seu repertório de respostas frente a contextos de riscos para o uso de drogas. As intervenções grupais desenvolvidas na (APAC) masculina da Região das Vertentes, foram executadas semanalmente com o regime semiaberto e regime fechado da instituição a partir de diálogos e falas dos participantes.

Antes de descrever as modalidades do trabalho da equipe do Programa “Roda Vida” na instituição, faz-se importante discorrer, brevemente, sobre o contexto histórico do uso de drogas.

Drogas e suas definições

Segundo [Leonardo Mota \(2009\)](#), o hábito de ingerir substâncias entorpecentes é um fato recorrente em toda a biografia da humanidade e este uso é consequência da articulação do homem com as plantas, que além de descobrirem as mesmas como fontes de alimentação e remédios, descobriram também que eram capazes de alterar estados da consciência, suscitar estados de estimulação, relaxamento e condições alucinatórias. A evolução histórica registra o uso das drogas em diversos contextos sociais, como os religiosos, medicinais, místicos e esportivos.

Conforme o [Ministério da Saúde \(2003\)](#), o termo “drogas” aqui utilizado, refere-se a quaisquer substâncias que não são produzidas pelo organismo, possuem a propriedade de produzirem alterações sobre um ou vários sistemas de seu funcionamento. Existem substâncias que fomentam efeitos benéficos, como os medicamentos, porém que existem também, substâncias que produzem efeitos prejudiciais no funcionamento do organismo, como tóxicos ou venenos.

As drogas podem ser classificadas como lícitas ou ilícitas. As drogas lícitas correspondem às substâncias que são legalmente comercializadas, podendo estar submetidas a restrições, como o uso de álcool que é restrito a maiores de dezoito anos de idade. Já as drogas ilícitas são aquelas proibidas por lei. O [Ministério da Saúde \(2003\)](#) classifica as drogas como: *depressoras* (álcool, benzodiazepínicos e opiáceos), *estimulantes* (anfetaminas e cocaínas) e *alucinógenas* (maconhas, inalantes e drogas sintéticas).

O uso de substâncias psicoativas, quando usado de maneira abusiva, pode fomentar danos mentais e físicos, dependência, acidentes, violência e comprometer as relações sociais ([OMS, 2001](#)). Atualmente, o uso de drogas tem sido o foco de discussões e questionamentos em diversos segmentos da sociedade ([SOUZA et al., 2011](#)). É válido ressaltar que é complicado mensurar qual dano seria o mais grave, uma vez que essa avaliação requer que se leve em consideração fatores intrínsecos e extrínsecos da vida dos sujeitos que fazem o uso.

Ante o exposto, o foco do nosso trabalho não foi analisar os problemas que os sujeitos podem ter em decorrência do uso abusivo de drogas, mas compreender os significados atribuídos ao uso, que são diversos e estão relacionados a uma série de fatores que constituem e são constituídos pelos sujeitos.

Responsabilização: uso de drogas

A partir do ano de 1998, iniciou-se no Brasil a construção de uma política nacional específica sobre drogas com vistas a diminuir a demanda e oferta de drogas sancionadas pelo país. Uma das mudanças implementadas no âmbito da política nacional refere-se ao surgimento do Conselho Nacional Antidrogas (CONAD) e da Secretaria Nacional Antidrogas (SENAD). Em 2003 emergiu a necessidade de integrar as políticas públicas setoriais com a Política de drogas, com vistas a abranger as ações, descentralizando-as em nível municipal, promovendo a adaptação das ações à realidade de cada município. Aliado a isso, surgiu a necessidade de estreitar as relações com a comunidade científica e com a sociedade ([BRASIL, 2010](#)).

Em 2005 foi instaurada a Política Nacional sobre Drogas (PNAD) que fundamentou diretrizes no âmbito da prevenção, tratamento, recuperação e reinserção social dos sujeitos a partir de algumas estratégias no âmbito de estudos, pesquisas e avaliações. Em 2008, foi instituída a Lei nº 11.754 que enfatizou a Políticas sobre Drogas em contrapartida a política antidrogas, emergindo o Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (CONAD) e a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD).

Essa nova Lei estabeleceu algumas medidas, entre elas, a despenalização do ato de consumir uma substância considerada ilícita. Porém que ela apresenta uma lacuna ao não estabelecer nítidas fronteiras entre o sujeito que vende a droga e aquele que usa, o que cede espaço para que condutas militares sejam praticadas à mercê da informalidade, ancoradas na premissa de que “o favelado é violento e perigoso”, portanto, sem direitos e sem voz ([VERISSIMO, 2010](#)).

Frente a essa realidade, enfatiza-se o estado de precariedade dos sujeitos antes do encarceramento, em virtude de serem indivíduos oriundos das classes subalternas, sintoma de uma população de baixa escolaridade e sem tradição de frequência à escola ([FRAGOSO, 1977](#); [THOMPSON, 1983](#); [BENEVIDES, 1983](#); [KAHN, 1997](#)). Mas como também o estado de precariedade atual das prisões. Aliado a isso, pode-se inferir que o aumento da criminalidade é agravado pelas condições de exclusão social que os indivíduos vivenciaram antes do encarceramento ([MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2011](#)).

As prisões brasileiras oficializam a exclusão social, em função de atingir as classes menos favorecidas de forma significativa ([TAVARES; MENANDRO, 2004](#)). Originalmente, as prisões foram criadas como alternativas mais humanas aos castigos corporais e à pena de morte. Já num segundo momento, estas deveriam atender às necessidades sociais de punição e proteção enquanto promovessem a reeducação dos infratores, porém, ao longo

das últimas décadas, análises efetuadas mostraram que a tônica dominante das políticas públicas penais tem sido a de promover a segregação e o isolamento dos sentenciados.

Um estudo realizado por Vargas classifica o Brasil em “quarto lugar do mundo em número de pessoas em situação de prisão” ([VARGAS, 2011, p. 14](#)). Tal estudo aponta que, atualmente, homens e mulheres somam mais de 27.000 (vinte e sete mil) presos por ano, taxa que se mantém em constante ascensão. Frente a este problema, o sistema prisional brasileiro conta com uma importante medida alternativa, a metodologia apaqueana que se configura como forma alternativa ao modelo prisional tradicional, promovendo a humanização da pena de prisão e a valorização do ser humano, com o intuito de proporcionar ao condenado condições de se recuperar.

Nessa entidade, o preso é chamado de “recuperando” e a ele é prestado uma assistência médica, psicológica, jurídica, acesso à escolarização e participação da comunidade. Apesar de ser uma instituição penal, o sujeito cumpre integralmente sua pena com dignidade, que ressalta a diferença da metodologia, “que busca recuperar integralmente o ser humano” ([TJMG, 2011, p. 27](#)).

O método APAC trabalha com o viés da execução penal, porém que visa garantir a inclusão social dos condenados através de intervenções que promovam a emancipação e cidadania dos recuperandos, contribuindo para a construção de uma cultura de paz. Foi nessa modalidade de alternativa penal que o Programa “Roda Vida” desenvolveu suas atividades, buscando propiciar a eles um espaço para realizarem trocas de experiências, permitindo um processo de elaboração, através do confronto entre suas experiências e com as intervenções realizadas ([OTTOBONI, 2001](#)).

As atividades do programa possibilitaram a compreensão do contexto dos recuperandos, a partir das demandas trazidas por eles, intervindo de modo a romper com os ciclos de violência e criminalidade. Este teve como desafio diminuir a vulnerabilidade do cumprimento da pena frente ao próprio sistema prisional.

METODOLOGIA

A realização das intervenções sobre drogas do Programa “Roda Vida” ocorreu no espaço físico da APAC, em uma cidade do interior do Estado de Minas Gerais. Foram realizadas na perspectiva de somente um encontro semanal com cada grupo (Regime Semi-Aberto e Regime Fechado), com duração de 2 horas. A realização das intervenções ocorreu por meio de oficinas de grupo ([AFONSO, 2000](#)) e rodas de conversas ([AFONSO: ABADE, 2008](#)). A análise ora empreendida teve como objetivo retratar a percepção dos sujeitos sobre o uso de drogas com o intuito de investigar/captar os diversos significados atribuídos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

As representações sociais (RS) situam-se na interface do social e do psicológico, e podem ser compreendidas como formas de conhecimentos elaborados e compartilhados socialmente, possibilitando a construção de uma realidade comum. Deste modo, as representações sociais são ao mesmo tempo individuais e sociais. As condutas individuais são reflexos das relações sociais que se manifestam por meio de palavras, frases, estereótipos, atitudes e expressões. Os pronunciamentos semelhantes revelam um modo

de pensar coletivamente sobre um mesmo assunto, o que denota a potencialidade das representações sociais para criar e transformar uma realidade (JODELET, 2001).

O caráter histórico, social e cultural atribuído ao consumo de drogas, evidencia a concepção de que as substâncias são causadoras de grandes perdas, vínculos familiares, dignidade e liberdade. Aliado a isso, os reclusos retrataram que as abordagens policiais foram marcadas por estigmas e preconceitos em relação à roupa, à moradia e aos locais frequentados pelas pessoas abordadas, tal fato fica nítido na fala do sujeito J: “Os policiais, a sociedade vê o usuário como bandido, e nem sempre condiz com a realidade, o usuário pode ser um trabalhador e um pai de família, uma pessoa do bem. Eu mesmo fui chamado de vagabundo, marginal e favelado”.

O discurso presente no grupo nos permite constatar a presença da abordagem repressora e punitiva aos usuários de drogas, o que não está consoante com a nova legislação sobre drogas (VERISSIMO, 2010). A fala do sujeito também evidencia o imaginário social que preconiza uma abordagem repressiva e estigmatizada, por considerar que os usuários são “bandidos”. A estigmatização refere-se à atribuição de “rótulos” e “estereótipos” negativos a determinadas condutas. Ao se estabelecer rótulos, a sociedade propõe que o sujeito seja posto em constante vigilância, a fim de garantir a prevenção de novas formas de delitos. A sociedade aponta que o uso de drogas é “porta de entrada para outros crimes” e em função disso, o uso deve ser criminalizado.

Ao discutir sobre o “mito” do uso de drogas como porta de entrada para condutas criminosas, emergiu a discussão a respeito da legalização da maconha, seu uso foi defendido por grande maioria, partindo da premissa que maconha não é droga. Sobre isso, comenta o sujeito L: “Sou a favor da liberação da maconha porque ela não é droga e não é portão para outras drogas, o álcool é legalizado e provoca mais danos do que a maconha, o álcool deixa o indivíduo eufórico demais, já a maconha relaxa”. Nota-se que um dos critérios para a liberação da maconha no país seria, segundo os recuperandos, as consequências positivas, como o relaxamento.

Por outro lado, introduziu a consequência negativa decorrente o uso, sobretudo, o uso de álcool. Nesse contexto, os participantes foram questionados a respeito das consequências negativas das drogas em geral e surgiram contradições acerca do uso da maconha, apontada como fonte de relaxamento. O porta voz do grupo ressaltou a discriminação e as perdas dos vínculos sociais e familiares.

“[...]os amigos vão se afastando um por um, a família também se afasta e com isso a sociedade discrimina cada vez mais. Aos poucos eu fui ficando sozinho, perdi mulher, me afastei dos filhos, quando eu ficava sem a droga eu ficava nervoso e saía quebrando tudo o que surgia pela frente. Se eu pudesse voltar no tempo, eu teria ido ao encontro de Deus e não ao encontro da boca de fumo” (Sujeito A).

Os recuperandos, em sua maioria, apontam que temem que os filhos sigam seus passos, eles desejam que seus filhos estudem e segundo eles, sejam alguém na vida. Contudo, as reflexões do grupo apontaram em direção a uma nova postura frente ao “mundo das drogas”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A condição de viver em situação de privação de liberdade implica em muitas perdas, dentre elas: perda do sentido da vida, mudanças de seu papel nos relacionamentos,

levando o condenado ao isolamento social, reforçado pela sociedade. Este processo requer muitos suportes e o de saúde mental é essencial para que ele ressignifique a sua condição de vida. A participação no projeto contribuiu diretamente nas ações que proporcionaram um processo de emancipação dos sujeitos, favorecendo a autonomia e o resgate da cidadania por meio das oficinas de conscientização em relação ao uso de drogas na perspectiva de sua reinserção social.

Contudo, o Programa “Roda Vida” realizou intervenções psicossociais sobre a temática das drogas a partir do humanismo, a interdisciplinaridade entre o ensino, pesquisa e extensão, permitindo que a universidade federal cumpra sua função social.

SUBMETIDO EM 21 dez. 2017

ACEITO EM 15 dez. 2019

REFERÊNCIAS

[AFONSO, M. L. M.](#) (Org.). **Oficinas em dinâmica de grupo: um método de intervenção psicossocial.** Belo Horizonte, Edições do Campo Social, 2000.

[AFONSO, M. L. M.; ABADE, F. L.](#) **Para reinventar as rodas.** Belo Horizonte: Rede de Cidadania Mateus Afonso Medeiros (RECIMAM), 2008.

[BENEVIDES, M. V.](#) **Violência, povo e polícia** (violência urbana no noticiário de imprensa). São Paulo: Brasiliense, 1983.

[BRASIL.](#) **Lei 7.210 de 11 de julho de 1984.** Institui a lei de Execução Penal. Diário Oficial de União, Brasília, 13 de julho, 1984.

[BRASIL.](#) Ministério da Saúde. **Relatório Mundial da Saúde.** Saúde Mental: nova concepção, nova esperança. Brasília, DF, 2001.

[BRASIL.](#) Ministério da Saúde. **A Política do Ministério da Saúde para atenção integral a usuários de álcool e outras drogas.** Secretaria Executiva, Coordenação Nacional de DST e Aids. – Brasília, DF, 2003.

[BRASIL.](#) **Política Nacional sobre Drogas.** Brasília: Presidência da República/Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, 2010.

[Conselho Federal de Psicologia.](#) **O trabalho da (o) psicóloga (o) no sistema prisional: problematizações, ética e orientações.** Conselho Federal de Psicologia. FRANÇA, F.; PACHECO, P.; OLIVEIRA, R. T. – Brasília, 2016.

[FOUCAULT, M.](#) **Vigiar e punir história nas prisões.** 3ª. Edição. Tradução portuguesa. Petrópolis-RJ: Vozes, 1984.

[FRAGOSO, H.](#) **Direito penal e direitos humanos.** Rio de Janeiro: Forense, 1977.

JODELET D. **Representações sociais**: um domínio em expansão. In: Jodelet D, organizador. *As representações sociais*. Rio de Janeiro: Eduerj; p. 17-44, 2001.

KAHN, T. Sistema Penitenciário: mudanças de perfil dos anos 50 aos 90. **Revista do ILANUD**, 06, 1-30, 1997.

MINAS GERAIS. Ministério da Justiça. **Sistema Prisional**, 2001. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJA21B014BPTBRIE.htm>>. Acesso em: 10 nov. 2016

MOTA, L. **Dependência química e representações sociais**: pecado, crime ou doença? Curitiba: Juruá, 2009.

OTTOBONI, M. **Ninguém é irrecuperável**: APAC- a revolução do sistema penitenciário. 2ed. 1997. São Paulo: Cidade Nova, 2001.

OTTOBONI. **Vamos matar o criminoso? Método APAC**. São Paulo: Paulinas, 2004.

SOUZA, E. C. et al. Prevalência do uso de drogas entre acadêmicos de uma Universidade do Centro–Sul piauiense. **Resumos do Seminário de Iniciação Científica**, 20 (pp. 1-3). Aracaju: UFPI, 2011.

TAVARES, G. M.; MENANDRO, R. M. Atestado de exclusão com firma reconhecida: O sofrimento do presidiário brasileiro. **Psicologia**: ciência e profissão, v.24, n.2, p. 86-99, 2004.

THOMPSON, A. F. G. **Quem são os criminosos?** Rio de Janeiro: Achiamé, 1983.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. APAC (2011). Disponível em:<http://www.criminal.caop.mp.pr.gov.br/arquivos/File/ExecucaoPenal/Mateiral_de_Apoio/APAC/Cartilha_APAC_2011.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2016.

VARGAS, L. J. O. V. **É possível humanizar a vida atrás das grades? Uma etnografia do método de gestão carcerária APAC**. 252f. 2011. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/10416>>.

VERÍSSIMO, M. A nova lei de drogas e seus dilemas: Apontamentos para o estudo das formas de desigualdade presentes nos interstícios do ordenamento jurídico-penal brasileiro. **Civitas**, Porto Alegre, v. 10, n. 2, p. 330-344, maio-ago. 2010.

EDUCAÇÃO E SAÚDE BUCAL DO TRABALHADOR: UMA INICIATIVA EXTENSIONISTA

*Roberta Lamoglia
Amanda Luiza Marconcini
Manoelito Ferreira Silva Junior*
Cristina Berger Fadel*

RESUMO

Este trabalho visa a relatar uma ação de cunho educativo e preventivo de saúde bucal com trabalhadores da construção civil no município de Ponta Grossa/PR realizada com 27 trabalhadores em seu próprio local de trabalho. Efetivada pelo projeto extensionista 'Nós na Rede', voltado para as práticas educativas em saúde bucal, essa ação, com uma duração de quatro horas, foi protagonizada por acadêmicos do curso de Odontologia da UEPG tendo contado com o auxílio de diferentes métodos e recursos educativos tais como *banners* com ilustrações explicativas, macromodelos bucais e instrumentos de higienização bucal para orientação, roda de conversa sobre as práticas de saúde no ambiente laboral e momento de tira-dúvidas. Houve também a entrega, e sua decorrente explicação, da cartilha *Você sabia? 10 curiosidades sobre saúde bucal*, além do panfleto *Saúde bucal do trabalhador*. Ao final, realizaram-se a avaliação da condição de saúde bucal e a aferição da pressão arterial dos trabalhadores envolvidos nessa ação. Esse trabalho, evidenciando não somente a carência de informação dos trabalhadores sobre aspectos preventivos e curativos no âmbito da saúde bucal, mas também a relevância da ampliação de cenários de atuação extensionistas no âmbito da saúde bucal do trabalhador, ajudou a formar acadêmicos mais críticos e sensíveis às necessidades em saúde da classe trabalhadora, ao mesmo tempo que atuou relativamente à prevenção e educação em saúde para benefício dessa população.

Palavras-chave: Educação em Saúde. Saúde Bucal. Trabalhadores. Construção Civil. Relações Comunidade-Instituição.

EDUCATION AND ORAL HEALTH OF THE WORKER: AN EXTENSIONIST INITIATIVE

ABSTRACT

Aim: To describe the educational and preventive action of oral health with construction workers in the municipality of Ponta Grossa/PR, which took place at the workplace with 27 workers. **Report:** The action was carried out by the extensionist's project "Us in the network", aimed at educational practices in oral health and carried out by dental students, with a duration of four hours and different methods and educational resources utilized such as:

* Doutorado em Odontologia (UNICAMP). Setor de Ciências Biológicas e da Saúde, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, PR. Contato: manoelito_fsjunior@hotmail.com.

banners with explanatory illustrations, oral macromodels and oral hygiene instruments for guidance, group conversation about the health practices in the work environment and the moment of clearing doubts, there was also an explanation based on the booklet "did you know? 10 curiosities about oral health" and the pamphlet "Worker's oral health" which were handed out. At the end, an evaluation of the oral health condition and arterial blood pressure was carried out. Conclusion: There was a lack of worker's information about preventive and curative aspects in the field of oral health, and relevance of the application of the scenario of the extensionist's action in the field of oral health was concluded, thus, training more critical and sensitive students to the health needs of the working class, at the same time, acts and benefits the prevention and health education for this population.

Keywords: Health Education. Oral Health. Workers. Construction. Community-Institutional Relations.

EDUCACIÓN Y SALUD BUCAL DEL TRABAJADOR: UNA INICIATIVA EXTENSIONISTA

RESUMEN

Meta: informar una acción de naturaleza educativa y preventiva de salud bucal con trabajadores de la construcción en la ciudad de Ponta Grossa/PR, cumplido en el propio lugar de trabajo com 27 trabajadores. Relato: la acción fue efectuada por el proyecto extensionista 'Nós na Rede', convertido para las prácticas educativas en salud bucal, protagonizada por académicas del curso de Odontología, con duración de cuatro horas y se utilizó de diferentes métodos y recursos educativos como: banners con ilustraciones explicativas, modelos macro bucais e instrumentos de higienización bucal para orientación, rueda de conversación sobre las prácticas de salud en el entorno laboral y momento de tiradudas, hubo la entrega y explicación basada en la cartilla "Você sabia? 10 curiosidades sobre saúde bucal" y folleto "Saúde bucal do trabalhador". Al final, se cumplió avaliación de la condición de la salud bucal y evaluación de la presión arterial. Conclusiones: se comprovó la carencia de información de los trabajadores sobre aspectos preventivos y sanativos en el ámbito de la salud bucal, y la pertinencia de la ampliación de escenario de actuación extensionistas en el ámbito de la salud bucal de lo trabajador y, así formando académicos más críticos y sensibles a las necessidades em salud de la classe trabajadora, al mismo tempo que actua y beneficia la prevención y educación en salud para esa população

Palabras clave: Educación en salud. Salud bucal. Trabajadores. Construcción. Relaciones Comunidad-Institución.

INTRODUÇÃO

O absenteísmo laboral, segundo [Mazzilli \(2004\)](#), trata-se do inesperado não comparecimento do trabalhador, especialmente em caráter repetitivo, sendo motivado por diversos fatores, dentre os quais encontram-se as afecções de condições bucais ([MAZZILLI, 2004](#)) que impactam na queda da produtividade, e podem provocar desconforto

físico, emocional e prejuízos à saúde geral, além de predispor o indivíduo a acidentes pessoais no ambiente de trabalho ([CARVALHO et al., 2009](#)).

Sendo assim, a relação entre saúde bucal e saúde ocupacional é um tema relevante e atual, tendo como ponto de maior interesse a análise contextual das condições de trabalho, sua relação com a saúde e a proposição de medidas de intervenção. Nessa perspectiva, o olhar sobre o tema expõe também a necessidade de meios que assegurem proteção ao trabalhador, procurando amenizar riscos que possam se desdobrar em incidentes ou adoecimento. Ainda por esse ângulo, mas sob a lógica da saúde bucal, surge em 2001 a criação da especialidade intitulada Odontologia do Trabalho, pelo Conselho Federal de Odontologia (CFO) ([HIROSHI et al., 2011](#)).

A Odontologia do Trabalho é a parte da atenção à saúde individual e coletiva que trata de promover, preservar e recuperar a saúde bucal do trabalhador, resultante de agravos, afecções ou doenças do exercício profissional, que apresentam manifestações bucais, devendo ter sua ação voltada à prevenção de todos os agravos laborais. Ou seja, refere-se à especialidade odontológica que objetiva a prevenção de doenças decorrentes da atuação profissional e dos acidentes de trabalho ([ARAÚJO, 1998](#); [SÁ, 2008](#)).

Na busca pela preservação da saúde do trabalhador em sua atividade ocupacional, foram criadas políticas de segurança e saúde, juntamente com Normas Regulamentadoras, conforme estabelece a Consolidação das Leis do Trabalho ([HIROSHI et al., 2011](#)). Nesse cenário, em 2005, com a publicação da Portaria 2.437- GM do Ministério da Saúde, o cirurgião-dentista foi inserido na equipe de saúde de modo a fortalecer a atenção integral à saúde do trabalhador ([BRASIL, 2005](#)). Dentre as áreas de competências do cirurgião-dentista especialista em Odontologia do Trabalho, destaca-se o planejamento e implantação de campanhas e programas de duração permanente para educação dos trabalhadores quanto a acidentes de trabalho, doenças ocupacionais e educação em saúde ([CFO, 2005](#)) em uma abordagem individual e coletiva que visa a atuar no processo saúde-trabalho-doença a fim de eliminar ou controlar determinantes, fatores de riscos e danos ([CARVALHO et al., 2009](#)).

No entanto, embora o campo da Odontologia do Trabalho inclua entre suas atividades a realização de identificação epidemiológica, catalogação ou prevenção das doenças bucais, e uma mudança do paradigma da atenção à saúde em um modelo curativista-assistencial para uma perspectiva voltada para a promoção de saúde ([MELO, 2010](#)), novas abordagens e perspectivas precisam ser realizadas para concretizar essas mudanças no cotidiano das práticas de trabalho do cirurgião-dentista.

Assim, em virtude da relevância da efetivação de práticas educativas em saúde no campo da saúde bucal, o projeto universitário extensionista 'Nós na Rede: Contribuições da Odontologia para Educação, Prevenção e Manutenção da Saúde', atua como instrumento viabilizador da inserção social; de um lado, rompendo o paradigma do ensino reprodutivo e descontextualizado, e de outro, envolvendo-se em novas formas de produção do conhecimento e aplicação social, com ênfase na promoção da saúde, sendo capaz de atuar e intermediar ações para diversos públicos. Nesse sentido, o estudo objetiva relatar uma ação extensionista de cunho educativo e preventivo de saúde bucal com trabalhadores da construção civil no município de Ponta Grossa/PR.

MÉTODO

O projeto

A presente iniciativa está vinculada ao projeto de extensão 'Nós na Rede: Contribuições da Odontologia para Educação, Prevenção e Manutenção da Saúde', do Departamento de Odontologia da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), que conta com a participação de acadêmicos graduandos e pós-graduandos, agentes universitários e professores.

O projeto desenvolve práticas voltadas à comunidade do município de Ponta Grossa/PR e região adscrita por meio de parcerias com equipamentos públicos, privados e instituições sem fins lucrativos. Suas ações são desenvolvidas em diversos espaços sociais com potencialidade para a educação e promoção da saúde bucal.

Relato da experiência

Nesse viés, e a convite da empresa Laar Construtora, do segmento de obras rápidas do município de Ponta Grossa/PR, e, em ação realizada durante sua Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho (SIPAT), acadêmicos de graduação do referido curso de Odontologia realizaram, de forma inédita, ação educativo-preventiva junto aos trabalhadores civis.

A ação ocorreu no espaço físico de uma obra em andamento, no mês de março de 2017, no local destinado à convivência dos funcionários (Figura 1).



Figura 1. Trabalhadores da construção civil e acadêmicos presentes na ação. Ponta Grossa-PR, 2017.

Os temas destacados para fomentar as discussões no campo da saúde bucal foram as diversas práticas de higienização bucal, o papel dos fluoretos na prevenção e a terapia dos principais agravos bucais, a saber, cárie dentária e doença periodontal, as

características de uma dieta considerada cariogênica e a orientação sobre a tipologia e o armazenamento de escovas dentais. Também foram abordados temas como a etiologia e a prevenção do câncer bucal, com ênfase nas práticas preventivas atreladas às atividades laborais, como a utilização de protetor solar labial e corporal devido à alta exposição solar, além das implicações do uso de próteses dentárias mal adaptadas, a importância do autocuidado em observar manifestações bucais que possam comprometer sua saúde geral e a relevância em manter a periodicidade de consultas odontológicas.

Buscando desenvolver habilidades pessoais e a ampliação das concepções dos trabalhadores sobre a saúde e a doença bucal, foram utilizados diferentes métodos e recursos educativos durante a atividade, tais como *banners* com ilustrações explicativas, macromodelos de arcadas dentárias e de instrumentos de higienização bucal (Figura 2). Como instrumento de educação em saúde, valeu-se também de roda de conversa sobre as práticas de saúde bucal no ambiente laboral, com momento de 'tira-dúvidas'. Utilizou-se, ainda, uma cartilha informativa intitulada “*Você sabia? 10 curiosidades sobre saúde bucal*” e um panfleto denominado “*Saúde bucal do trabalhador*” (Figura 3). Todos os recursos educativo-preventivos utilizados foram desenvolvidos pelo projeto extensionista em questão.



Figura 2. Instrumentos educativos utilizados na ação junto a trabalhadores da construção civil. Ponta Grossa-PR, 2017.

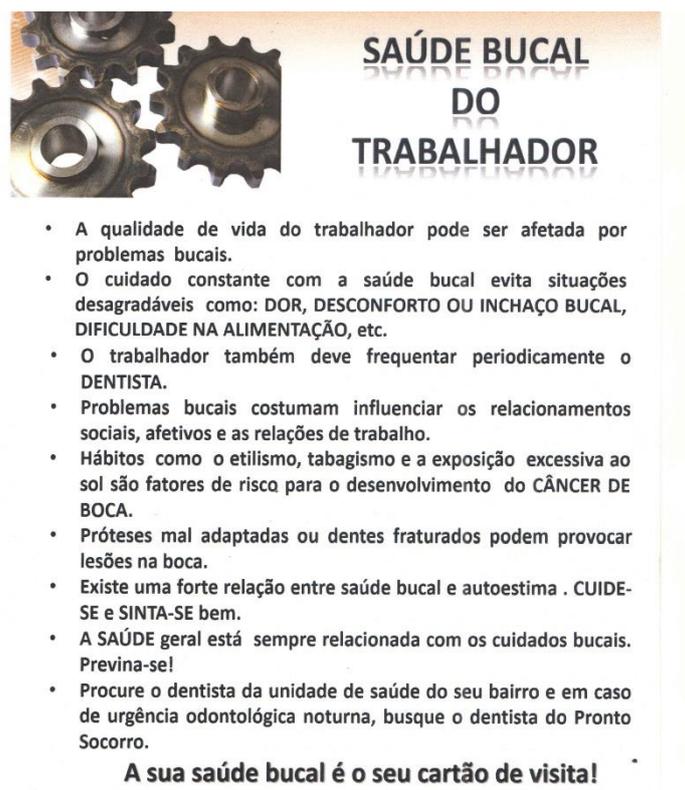


Figura 3. Panfleto educativo “Saúde bucal do trabalhador”. Ponta Grossa-PR, 2017.

Durante a atividade, todos os trabalhadores civis foram submetidos à realização de um exame clínico bucal para avaliação da condição de saúde de tecidos duros (dentição), moles (gengivas, língua, bochecha, lábios e palato), e presença de próteses parciais ou totais removíveis. Ainda, realizou-se aferição da pressão arterial (Figura 4).



Figura 4. Realização de exame físico em trabalhadores da construção civil. Ponta Grossa-PR, 2017.

Participaram efetivamente da ação 27 trabalhadores da construção civil, sendo que todos eram homens e apresentavam uma média de idade de 40 anos. A ação teve duração de aproximadamente quatro horas de diálogo. Durante a abordagem, os sujeitos mostraram-se bastante motivados e interessados pelos temas abordados, sendo que os maiores questionamentos estiveram relacionados a problemas periodontais simples, como sangramentos gengivais e cálculo dentário, necessidade da substituição de próteses dentárias e instruções de como proceder frente à dores dentárias por motivos endodônticos. Além disso, houve o incentivo ao uso regular de serviços odontológicos e informações sobre o acesso aos serviços odontológicos na própria instituição de ensino superior vinculada ao projeto de extensão, e também da rede do Sistema Único de Saúde do município de referência.

DISCUSSÃO

Como foi demonstrado nessa experiência extensionista, vislumbra-se a necessidade premente de medidas de educação, prevenção e promoção de saúde bucal direcionadas à população de trabalhadores da construção civil. Também, deve-se promover o acesso a práticas odontológicas curativas, a fim de que se atenuem o sofrimento ocasionado pela agudização dos transtornos bucais, evitando-se a exposição ao absenteísmo, por meio do qual o trabalhador corre diversos riscos, como uma redução salarial e até mesmo uma demissão ([MIOTTO; SILOTTI; BARCELOS, 2012](#)). Em decorrência de problemas odontológicos, as pessoas podem ter suas atividades cotidianas prejudicadas, incorrendo em problemas como a diminuição das horas de sono, a incapacidade de realizar algumas atividades de lazer, as restrições alimentares, certas desordens psicológicas relacionadas à redução da autoestima e perda de dias de trabalho ([SHEPERD; NADANOVSKY; SHEIHAM, 1999](#); [GOES et al., 2007](#)) devido às dores bucais.

No Brasil, a Odontologia foi constituída historicamente por uma atenção à saúde socialmente excludente, com ações preventivas exclusivamente voltadas para a saúde de escolares tendo sido suas ações baseadas em uma prática profissional mutiladora ([BALDANI et al., 2010](#)). Até hoje a população brasileira, adulta e idosa, pouco se beneficiou das ações de saúde bucal, e isso se reflete no modo como essa população busca o serviço odontológico, isto é, recorrendo aos serviços de saúde bucal apenas por dor e necessidades odontológicas de maior complexidade ([BARBATO et al., 2007](#); [SILVA-JUNIOR; BATISTA; SOUSA, 2017](#)).

Em trabalhadores, a presença de cálculo dental e bolsas periodontais rasas são as condições bucais mais recorrentes ([CARVALHO et al., 2010](#)). Enquanto nos adultos jovens as necessidades de tratamento para as principais doenças bucais, quais sejam, cárie e doença periodontal, são de baixa complexidade ([BATISTA; RIHS; SOUSA, 2013](#); [SILVA-JUNIOR; BATISTA; SOUSA, 2017](#)), há o agravamento conforme o aumento da faixa etária, que pode culminar na perda dentária ([JAFARIAN; ETEBARIAN, 2013](#)), a qual apresenta aumento da sua incidência em adultos e da prevalência em idosos ([KASSEBAUM et al., 2014](#)). A perda dentária é um importante marcador de saúde bucal, pois representa o descaso no âmbito odontológico, sendo a resultante do aumento do nível de gravidade da doença, do modelo de atenção à saúde bucal adotado e a forma como os indivíduos compreendem o agravo ([RONCALLI; BARBATO; RESENDE, 2013](#)).

Ainda hoje, há uma carência de políticas públicas voltadas para população adulta, sendo essa a camada da população que, em grande parte, compõe a força de trabalho do

país ([HIROSHI et al., 2011](#)). Contudo, por estarem inseridos no mercado de trabalho, os adultos encontram uma restrição de acesso aos serviços odontológicos, que é a incompatibilidade entre o horário de trabalho e de funcionamento das unidades públicas de saúde. Sendo assim, a criação de turnos adicionais no serviço público e a inserção do cirurgião-dentista em empresas de maior porte podem ser estratégias capazes de facilitar o acesso aos serviços odontológicos e de, conseqüentemente, melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores ([MIOTTO; SILOTTI; BARCELOS, 2012](#)). Ainda que as informações sobre o uso de serviços odontológicos não fossem o objeto principal da presente ação extensionista, os trabalhadores, durante a roda de conversa, buscavam informações sobre as formas de acesso aos serviços odontológicos, o que sugere uma forte demanda por atenção curativa em saúde bucal junto à população de trabalhadores civis em tela.

Ainda que sejam importantes as atividades de recuperação do dano, especial cuidado deve ser dado, tanto no sistema público como no privado, para a necessidade de atividades voltadas à promoção e à prevenção da saúde bucal dos trabalhadores ([CARVALHO et al., 2009](#)). Assim, evidencia-se a importância do desenvolvimento de ações educativas e de cuidados em saúde bucal continuados junto à população de trabalhadores civis, com ênfase nas questões que envolvam os tecidos de manutenção da funcionalidade e da estética dentária, e, conseqüentemente, da prevenção de problemas periodontais futuros, cárie e perdas dentárias, como se verifica neste relato de experiência.

Embora haja uma regulamentação e incentivo à participação do especialista em Odontologia do Trabalho na equipe de Saúde do Trabalhador ([HIROSHI et al., 2011](#)), sua efetivação e capacidade de atender à demanda atual da população de trabalhadores brasileiros ainda está muito aquém do que o necessário ([VASCONCELLOS; AGUIAR, 2017](#)). Outras formas de atuação que sejam capazes de responder às necessidades de forma imediata precisam ser incentivadas a essa população de trabalhadores, como, por exemplo, por meio de propostas extensionistas, como o projeto aqui descrito e por intermédio da atuação de profissionais de saúde capazes de participar de momentos e atividades educativas com esse público.

As atividades educativas, entendidas como combinações de experiências de aprendizagem delineadas com vistas a facilitar ações voluntárias conducentes à saúde, procuram desencadear mudanças no comportamento individual das pessoas. Nesse sentido, é importante haver uma combinação de múltiplos determinantes do comportamento humano com experiências de aprendizagem. Estas precisam ser sistematicamente planejadas não somente para sua efetividade ([CANDEIAS, 1997](#)), mas também para estarem mais próximas da realidade do paciente ([AGUIAR et al., 2010](#)). Assim, essas atividades educativas, para além de mudarem os hábitos pessoais dos indivíduos, podem capacitá-los a se tornarem multiplicadores do conhecimento adquirido ([HIROSHI et al., 2011](#)).

No entanto, de acordo com a literatura, após a realização de intervenções educativas, há uma redução do nível de conhecimento e motivação dos indivíduos com o passar do tempo ([GARCIA et al., 2004](#); [RENZ et al., 2007](#)). Sendo assim, embora os estudos mostrem que, logo após a realização de atividade educativa, há uma redução significativa de biofilme e sangramento gengival, dois indicadores de fatores de risco das doenças bucais, esses índices voltam a aumentar um tempo depois da intervenção ([IVANOVIC; LEKIC, 1996](#); [NASCIMENTO et al., 2017](#)). Ou seja, apresentam resultados em curto prazo e precisam ser reforçados com regularidade ([IVANOVIC; LEKIC, 1996](#);

[HUGOSON et al., 2007](#); [NASCIMENTO et al., 2017](#)) para prevenção contínua e efetiva das doenças bucais ao longo da vida dos indivíduos.

Dessa forma, a fim de que as atividades educativas planejadas não sejam repetitivas e desmotivadoras, para atrair a atenção do público alvo é importante o desenvolvimento de múltiplos métodos e recursos, como o realizado neste relato de experiência. As técnicas motivacionais podem ser diretas e indiretas, diferenciando-as, respectivamente, a presença de um profissional capacitado ([GARCIA et al., 2004](#); [HUGOSON et al., 2007](#); [KAKUDATE et al., 2009](#)) e o uso especificamente de recursos auxiliares, como por exemplo, manual de autoinstrução, autoavaliação, filme ou outros. Usualmente ambos os métodos são utilizados simultaneamente e têm apresentado resultados positivos em indicadores de saúde bucal ([NASCIMENTO et al., 2017](#)).

Em termos de saúde pública, a saúde ocupacional apresenta grandes benefícios para o trabalhador, para a empresa e para o país. Com os exames periódicos e as orientações para a manutenção da saúde bucal, para o trabalhador dá-se um maior contentamento laboral, graças a uma decorrente queda dos índices de cárie e doença periodontal com uma conseqüente redução do problema da dor, uma das principais causas de acidentes de trabalho e suas conseqüências. Para a empresa, a possibilidade de realizar o tratamento odontológico sem danos para o serviço, promove, por um lado, o progresso das relações entre ela e o empregado e, por outro, o conseqüente cumprimento da lei de responsabilidade social. E, para o país, enfim, a principal vantagem é a redução de acidentes de trabalho que desonera o sistema previdenciário com uma evidente redução de gastos ([CFO, 2002](#); [SILVA; SOUZA, 2009](#); [YANO; SEO, 2010](#)). À vista disso, pode-se inferir que, ao atuar na promoção de saúde em todos os seus aspectos e na prevenção de potenciais riscos ao trabalhador, verdadeiramente se proporciona à sociedade saúde de maneira integral e melhora de sua qualidade de vida ([MELO, 2010](#)). Atividades de cunho educativo e preventivo como as relatadas segundo ocorreram nesta experiência têm papel fundamental e impactante na melhora da condição de saúde bucal das pessoas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da iniciativa apresentada, evidencia-se a relevância da ampliação de cenários de atuação extensionista no âmbito da Odontologia do Trabalho, com vistas a fomentar o acesso à informação e potencialidades em saúde de sujeitos individuais e coletivos.

Além disso, ao mesmo tempo, representa uma excelente oportunidade que tem a Universidade de, por meio de práticas educativas e preventivas de saúde bucal, devolver em benefícios à população os recursos públicos nela investidos.

SUBMETIDO EM 13 mar. 2018

ACEITO EM 9 dez. 2019

REFERÊNCIAS

[AGUIAR, A. S. W.; GUIMARÃES, M. V.; MORAIS, R. M. P.; SARAIVA, J. L. A.](#) Atenção em saúde bucal em nível hospitalar: relato de experiência de integração ensino/serviço em

Odontologia. **Extensio**: Revista Eletrônica de Extensão, Florianópolis, v. 7, n. 9, p. 100-110. 2010.

ARAÚJO, M. E. **Estudo da prevalência das manifestações bucais decorrentes de agentes químicos no processo de galvanoplastia**: sua importância para a área de saúde bucal do trabalhador. 1998. São Paulo. Tese – Universidade de São Paulo, 1998.

BALDANI, M. H.; BRITO, W. H.; LAWDER, J. A. C.; MENDES, Y. B. E.; SILVA, F. F. M.; ANTUNES, J. L. F. Determinantes individuais da utilização de serviços odontológicos por adultos e idosos de baixa renda. **Rev. bras. epidemiol.** São Paulo, v. 13, n. 1, mar. 2010.

BARBATO, P. R.; NAGANO, H. C. M.; ZANCHET, F. N.; BOING, A. F.; PERES, M. A. Perdas dentárias e fatores sociais, demográficos e de serviços associados em adultos brasileiros: uma análise dos dados do Estudo Epidemiológico Nacional (Projeto SB Brasil 2002-2003). **Cad Saude Publica**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 8, p. 1803-1814. 2007.

BATISTA, M. J.; RIHS, L. B.; SOUSA, M. L. R. Workers oral health: a cross-sectional study. **Brazilian Journal of Oral Sciences**, Piracicaba, v. 12, n. 3, p. 178-183. 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.437, de 7 de dezembro de 2005. Dispõe sobre a ampliação e o fortalecimento da Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador – RENAST no Sistema Único de Saúde - SUS e dá outras providências. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2005/prt2437_07_12_2005.html.

CANDEIAS, N. M. F. Conceitos de educação e de promoção em saúde: mudanças individuais e mudanças organizacionais. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 209-213. 1997.

CARVALHO, E. S.; HORTENSE, S. R.; RODRIGUES, L. M. V.; BASTOS, J. R. M.; SALES PERES, A. Prevenção, promoção e recuperação da saúde bucal do trabalhador. **RGO**, Porto Alegre, v. 57, n. 3, p. 345-349, jul/set. 2009.

CARVALHO, E. S.; BASTOS, R. S.; RODRIGUES, A. D. M.; MELLO, W. M.; LAURIS, J. R. P.; BASTOS, J. R. M.; SALES PERES, S. H. C. Epidemiologia das doenças bucais em indivíduos na faixa etária entre 35 e 44 anos: o cenário epidemiológico do trabalhador. **RGO**, Porto Alegre, v. 58, n. 1, p. 109-114, jan/mar. 2010.

CONSELHO FEDERAL DE ODONTOLOGIA (CFO). Resolução CFO 22/2001. Normas sobre anúncio e exercício das especialidades odontológicas e sobre cursos de especialização. Diário Oficial da União, v. 25, seção 1: 269-272, jan. 2002.

CONSELHO FEDERAL DE ODONTOLOGIA (CFO). Resolução do Conselho Federal de Odontologia n.63 de 2005. Disponível em: <http://cfo.org.br/legislacao/normas-cfo-cros/normas-cfo-cros/>.

[GARCIA, P. P. N. S.; CAMPOS, F. P.; RODRIGUES, J. A.; SANTOS, P. A.; DOVIGO, L. N.](#) Avaliação dos efeitos da educação e motivação sobre o conhecimento e comportamento de higiene bucal em adultos. **Ciênc. Odontol. Bras.**, São José dos Campos, v. 7, p. 30-39. 2004.

[GOES, P. S. A.; WATT, R. G.; HARDY, R.; SHEIHAM, A.](#) The prevalence and severity of dental pain in 14-15 years old Brazilian schoolchildren. **Community Dent Health**, Reino Unido, v. 24, n. 4, p. 217-224. 2007.

[HIROSHI, W. K.; ROSETTI, E.; ORENHA, E. S.; NARESSI, S. C. M.](#) Odontologia do Trabalho: um novo olhar sobre a saúde bucal do trabalhador. **Braz Dent Sci**, São José dos Campos, v. 14, n. 3/4, p. 66-76, jul/dez. 2011.

[HUGOSON, A.; LUNDRÉN, D.; ASKLÖW, B.; BORGKLINT, G.](#) Effect of three different dental health preventive programmes on young adult individuals: a randomized, blinded, parallel group, controlled evaluation of oral hygiene behaviour on plaque and gingivitis. **J Clin Periodontol**, v. 34, p. 407-415. 2007.

[IVANOVIC, M.; LEKIC, P.](#) Transient effect of a short-term educational programme without prophylaxis on control of plaque and gingival inflammation in school children. **J Clin Periodontol**, v. 23, p. 750-757. 1996.

[JAFARIAN, M.; ETEBARIAN, A.](#) Reasons for extraction of permanent teeth in general dental practices in Tehran, Iran. **Med Princ Pract**, v. 22, n. 3, p. 239-244. 2013.

[KAKUDATE, N.; MORITA, M.; SUGAI, M.; KAWANAMI, M.](#) Systematic cognitive behavioral approach for oral hygiene instruction: a short-term study. **Patient Educ Couns**, v. 74, p. 191-196. 2009.

[KASSEBAUM, N. J.; BERNABÉ, E.; DAHIYA, M.; BHANDARI, B.; MURRAY, C. J. L.; MARCENES, W.](#) Global Burden of Severe Tooth Loss: A Systematic Review and Meta-analysis. **J Dent Res**, v. 93, n. 1, p. 20-28. 2014.

[MAZZILLI, L. E. N.](#) **Análise dos afastamentos do trabalho por motivo odontológico em servidores públicos municipais de São Paulo submetidos à perícia ocupacional no período de 1996 a 2000.** 2004. Dissertação - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

[MELO, A. C.](#) Promoção de saúde bucal no ambiente de trabalho. **Odontol. Clín.-Cient.**, Recife, v. 9, n. 3, p. 199, jul/set. 2010.

[MIOTTO, M. H. M. B.; SILOTTI, J. C. B.; BARCELOS, L. A.](#) Dor dentária como motivo de absenteísmo em uma população de trabalhadores. **Ciencia & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 5, p. 1357-1363. 2012.

[NASCIMENTO, A. P. C.; SILVA-JUNIOR, M. F.; GOMES, A. M. M.; DALEPRANE, B.; CASPAR, C. V.; GOMES, A. A.](#) Efetividade de métodos motivacionais indiretos na redução

de biofilme e alteração gengival em adultos. *Arquivos em Odontologia (UFMG)*, v. 53, p. 1-7. 2017.

[RENZ, A.; IDE, M.; NEWTON, T.; ROBINSON, P. G.; SMITH, D.](#) Psychological interventions to improve adherence to oral hygiene instructions in adults with periodontal diseases. **Cochrane Database Syst Rev**, v. 2, CD005097. 2007.

[RONCALLI, A. G.; BARBATO, P. R.; RESENDE, C. M. B. M.](#) Perdas dentárias. In: ANTUNES, J. L. F.; PERES, M. A. (Org.). **Epidemiologia da saúde bucal**. 2. ed. São Paulo: Editora Santos, 2013. p. 335-353. 2013

[SÁ, A. C. M. C.](#) **A importância dos exames periódicos bucais na saúde do trabalhador**. 2008. Curitiba. Monografia – Fundacentro, 2008.

[SHEPERD, M.; NADANOVSKY, P. E.; SHEIHAM, A.](#) The prevalence and impact of dental pain in 8-year-old schoolchildren in harrow. **Br Dent J**, Ribeirão Preto, v. 187, n. 1, p. 38-41. 1999.

[SILVA, E. N. C.; SOUZA, M. I.](#) Odontologia do trabalho: construção e conhecimento. **Rubio**, Rio de Janeiro, 250 2009.

[SILVA-JUNIOR, M. F.; BATISTA, M. J.; SOUSA, M. L. R.](#) Incidence of Tooth Loss in Adults: A 4-Year Population-Based Prospective Cohort Study. **Int J Dent**, v. 2017, p. 1-7. 2017.

[VASCONCELLOS, L. C. F.; AGUIAR, L.](#) Saúde do Trabalhador: necessidades desconsideradas pela gestão do Sistema Único de Saúde. *Saúde debate*, Rio de Janeiro, v. 41, n. 113, p. 605-617. 2017 .

[YANO, S. R. T.; SEO, E. S. M.](#) Ferramenta de coleta de dados para análise do absenteísmo e custo direto para a empresa. **Interfacehs**, São Paulo, v. 5, n. 2. 2010. [Internet]. Disponível em: <http://www.interfacehs.sp.senac.br/index.php/ITF/article/viewFile/75/101>.



DESAFIOS, PECULIARIDADES E LIMITAÇÕES: A VALORIZAÇÃO DA ACADEMIA NO DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES EXTENSIONISTAS NA AMAZÔNIA

*Lilyanne Rocha Garcez**

RESUMO

O Estado do Amazonas é o maior estado brasileiro em área e o segundo menor demograficamente entre todas as unidades da federação. Ademais, suas dimensões social, geográfica, educacional e técnica, considerando o contexto geral da região amazônica, retratam algumas dificuldades para a realização de ações de extensão universitárias no território amazonense. Apesar disso, atividades extensionistas são desenvolvidas em diversos municípios do Estado do Amazonas e as adversidades para realizá-las envolvem, principalmente, a falta de profissionais que conheçam as peculiaridades locais e se disponibilizem a atuar nestes municípios, a logística de tráfego para acesso às localidades, a falta de insumos, bem como algumas limitações relacionadas à infraestrutura. O caminho comumente percorrido é desenvolver atividades na sede dos municípios onde a Universidade está inserida, sendo limitadas às áreas de conhecimento dos referidos polos acadêmicos-científicos. A partir disso, o presente relato tem como objetivo principal a apresentação dos principais aspectos oriundos do desenvolvimento das ações de extensão universitária, destacando as diversidades e especificidades características locais. Ademais, procurou-se abordar o desafio contemporâneo para implementar ações voltadas ao desenvolvimento de comunidades ribeirinhas, relacionadas ao modo de vida e a realidade local. Foram apresentados resultados, ao final, relacionados às ações desenvolvidas ao longo dos últimos anos, destacando a necessidade de conhecer as peculiaridades da região, cujos caminhos corroboraram para reflexões mais avançadas sobre a interação complexa e a relevância das ações extensionistas universitárias na Amazônia.

Palavras-chave: Complexidade, logística, ruralidade.

CHALLENGES, PECULIARITIES AND LIMITATIONS: THE VALORIZATION OF THE ACADEMY IN THE DEVELOPMENT OF EXTENSION ACTIONS IN THE AMAZON

ABSTRACT

The state of Amazonas is the largest Brazilian state in area and the second smallest demographically between the units of the Federation. Moreover, its social, geographic, educational and technical dimensions, considering the general context of the Amazon region, portray some difficulties for carrying out university extension actions in the Amazon territory. Despite this, extension activities are carried out in several municipalities of the

* Mestrado profissional em Engenharia Civil e Ambiental (UFCG). Departamento de Hidráulica e Saneamento, Faculdade de Tecnologia, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, AM. Contato: lilyannegarcez@gmail.com.

State of Amazonas and the adversities to do so involve, mainly, the lack of professionals who know the local peculiarities and are willing to work in these municipalities, the traffic logistics to access the cities. localities, lack of inputs, as well as some limitations related to infrastructure. The path commonly taken is to develop activities at the headquarters of the municipalities where the University is located, being limited to the areas of knowledge of the referred academic-scientific centers. From this, the present report has as its main objective the presentation of the main aspects arising from the development of university extension actions, highlighting the diversity and specificities of local characteristics. In addition, we sought to address the contemporary challenge to implement actions aimed at the development of riverside communities, related to the way of life and local reality. Finally, results related to the actions developed over the last years were presented, highlighting the need to know the peculiarities of the region, whose paths corroborated to more advanced reflections on the complex interaction and the relevance of university extension actions in the Amazon.

Keywords: Complexity, logistics, rurality.

DESAFÍOS, PECULIARIDADES Y LIMITACIONES: LA VALORIZACIÓN DE LA ACADEMIA EN EL DESARROLLO DE ACCIONES DE EXTENSIÓN EN LA AMAZONÍA

RESUMEN

El estado de Amazonas es el estado brasileño más grande en el área y el segundo más pequeño demográficamente entre las unidades de la Federación. Además, sus dimensiones sociales, geográficas, educativas y técnicas, considerando el contexto general de la región amazónica, presentan algunas dificultades para llevar a cabo acciones de extensión universitaria en el territorio amazónico. A pesar de esto, las actividades de extensión se llevan a cabo en varios municipios del estado de Amazonas y las adversidades para hacerlo implican, principalmente, la falta de profesionales que conozcan las peculiaridades locales y estén dispuestos a trabajar en estos municipios, la logística del tráfico para acceder a ciudades localidades, falta de insumos, así como algunas limitaciones relacionadas con la infraestructura. El camino comúnmente tomado es desarrollar actividades en la sede de los municipios donde se encuentra la Universidad, limitándose a las áreas de conocimiento de los referidos centros académico-científicos. A partir de esto, el presente informe tiene como objetivo principal la presentación de los principales aspectos derivados del desarrollo de acciones de extensión universitaria, destacando la diversidad y especificidades de las características locales. Además, buscamos abordar el desafío contemporáneo de implementar acciones dirigidas al desarrollo de comunidades ribereñas, relacionadas con el estilo de vida y la realidad local. Finalmente, se presentaron resultados relacionados con las acciones desarrolladas en los últimos años, destacando la necesidad de conocer las peculiaridades de la región, cuyos caminos corroboraron las reflexiones más avanzadas sobre la compleja interacción y la relevancia de las acciones de extensión universitaria en la Amazonía.

Palabras clave: Complejidad, logística, ruralidad.

Uma introdução à realidade amazônica

A vida nas e das cidades amazônicas está vinculada aos rios e às florestas. As peculiaridades locais, de qualquer maneira, são diversas e complexas, considerando as características ecológicas e ambientais (tais como, a abundância de água e a biodiversidade da vegetação em seu território), mas também, as características geopolíticas, étnicas, culturais, sociais e econômicas. Tais consideração devem se dar de forma associada ao estilo de vida e às variadas paisagens, com suas diversas dimensões que diferem significativamente do padrão caracterizado como urbano e predominante em outras regiões do Brasil.

Estudos que priorizam o sistema hierárquico das cidades brasileiras utilizam geralmente os contingentes populacionais para as terminologias de cidades pequenas, médias e grandes. Assim, na classe de cidades pequenas inserem-se aquelas que possuem até 20 mil habitantes. Acima deste montante, as cidades, até o limite de 500 mil habitantes, são classificadas como médias. Por fim, aquelas cidades com mais de 500 mil habitantes são consideradas grandes. No caso específico do Estado do Amazonas, conforme [IBGE \(2010\)](#), à exceção de uma cidade grande que é a capital Manaus, 40% das outras cidades são consideradas de pequeno porte, enquanto que os restantes 60% das cidades amazonenses, são de médio porte. Neste último caso, de qualquer maneira, todas estas com menos de 120 mil habitantes.

Enfatiza-se com esse contexto da classificação de cidades de médio ou pequeno porte reveste-se de relevância cada vez maior em termos de estudos geográficos. Contudo, segundo pesquisas efetivadas por [Wanderley \(2004\)](#), não se deve considerar somente as características populacionais, mais envolver aspectos em cinco dimensões: 1) o exercício das funções propriamente urbanas; 2) a intensidade do processo de urbanização; 3) a presença do mundo rural; 4) o modo de vida dominante; 5) a dinâmica da sociabilidade local. Deste escopo penta dimensional redundante que as pequenas cidades retratam espaços ainda dominados pelo cotidiano rural e que, em grande parte, estão à margem do avanço do agronegócio e da agricultura modernizada.

De toda sorte, pessoas que de alguma forma conhecem particularmente a região amazônica, mesmo que de maneira superficial, percebem grandes disparidades, comparativamente às demais regiões brasileiras, entre áreas urbanas e áreas rurais. Estas diferenças estão preponderantemente relacionadas às condições de acesso aos serviços de infraestrutura, de saneamento ambiental e básico, de saúde, dentre outros elementos.

Neste sentido, algumas características do Estado do Amazonas suscitam a noção de diversidade e complexidade pelas suas peculiaridades ecológicas, sociais, econômicas e pelas extensas áreas, inclusive retratando a abundância de água e de florestas em seu território. Neste mesmo sentido, elementos tais como modo de vida de povos indígenas, populações tradicionais e agricultores familiares associados às variadas paisagens também devem ser considerados. Tudo isso em confronto com a realidade da capital do Estado, Manaus, que possui um sistema industrial compreendendo polos econômicos de natureza comercial, industrial e mesmo agropecuária. Os reflexos do sistema industrial manauara extrapolam as fronteiras da economia local e mesmo brasileira, pois procura-se atender o conjunto de necessidades operacionais em um ambiente de características socioambientais singulares.

Na compreensão das cidades do Estado do Amazonas para além da paisagem é preciso analisar a complexidade da sociedade contemporânea em seu contexto interiorano. Disto decorre o estabelecimento de estratégias para a resolução de problemas que, na maioria dos casos, paradoxalmente, não fazem parte do cotidiano das populações locais.

Outra questão fundamental a ser analisada é a carência de profissionais de uma maneira geral na região. Dados demonstram que há uma grande concentração de recursos materiais e de profissionais nas capitais dos estados do Norte e carências em outras áreas, havendo ainda municípios onde, mesmo na área urbana, a assistência básica é extremamente precária. [Chizzotti e Silva \(2018\)](#) enfatizam que a Amazônia é conhecida pelas suas imensas riquezas naturais, sua floresta exuberante, os rios caudalosos, a diversidade da flora e da fauna e a multiplicidade de povos indígenas, porém pouco se conhece sobre as questões sociais, educacionais e as diversidades da região. Por isso, além de mudanças da infraestrutura e das políticas públicas ora vigentes, um aspecto fundamental a se considerar para as populações amazônicas é o planejamento e a implementação de uma ampla reforma nos currículos técnicos e tecnológicos da região.

Neste aspecto, é necessário que a formação profissional como um todo, seja representativa quanto à compreensão a realidade amazônica, para que a atuação destes profissionais seja eficaz dentro desta realidade complexa, cuja teia de relações entre o ensino e a aprendizagem abrange também o conhecimento adquirido pela convivência nas comunidades, nos rios e na floresta Amazônica. A partir disso é que se inicia a reponsabilidade pela arte de educar, formar cidadãos na realidade peculiar do lugar ([PINTO; VICTÓRIA, 2015](#)).

Essa falta de um outro tipo de conhecimento técnico se manifesta tanto no planejamento quanto na operacionalização da infraestrutura local, revelando, com isso, a necessidade de uma maior e melhor capacitação desses profissionais. Isto porque, quanto maior a capacitação, melhor será a qualidade dos serviços prestados à população. Entretanto, não basta apenas a qualidade nos serviços prestados, mas também, a participação dos diversos segmentos da comunidade que está diretamente envolvida e beneficiada com o serviço disponibilizado. Assim, entende-se ser também necessário um processo educacional, a fim de mostrar a importância do conhecimento e sua utilidade.

A formação universitária de profissionais para atuar na região amazônica, portanto, precisa ser incisiva na construção de um desenvolvimento dessas comunidades, especialmente daquelas menos favorecidas. Em consequência, é importante destacar que haja uma acentuada competência dos formadores educacionais em influenciar os futuros profissionais com uma formação baseada na transdisciplinaridade e na integração. Em adição esta competência educadora deve ser orientada para um novo perfil de atores que seja centrado muito mais nos problemas da localidade do que nos instrumentos técnicos e que esse foco seja ativo para a realidade local.

Nesta mesma linha de raciocínio, a dimensão do ensino pode ser ampliada, inserindo os estudantes em espaços para além da sala de aula, extramuros à universidade e possibilitando experiências por meio da investigação e da ação.

[Chaves et al \(2004\)](#) apontam, desta feita, alguns desafios na região amazônica para o desenvolvimento, particularmente, de projetos de extensão universitária: 1) a diversidade sociocultural das populações locais, sejam nativas ou migrantes; 2) a variabilidade de problemáticas voltadas ao tema do ordenamento territorial (reforma agrária, reforma aquática¹, demarcação de terras indígenas, apoio na elaboração de documentos e planos

¹ Políticas voltadas ao manejo pesqueiro ([SILVA, 2017](#)).

respectivos à legislação das Unidades de Conservação, dentre outras); 3) a precariedade e/ou ausência de acesso aos bens e serviços sociais (saúde, educação, assistência social e técnica, dentre outros); 4) os marcos geopolíticos regionais, bem como a complexa logística para deslocamento na hinterlândia² amazônica.

Neste aspecto, os avanços das ações de extensão universitária no Estado do Amazonas precisam atingir aspectos não somente a partir da percepção e questionamentos sobre a realidade local, mas que também se sobreponham ao assistencialismo e que cumpram um papel predominante na relação universidade x sociedade.

Acredita-se, em suma, na essencialidade das ações de extensão universitária para o crescimento eficaz das populações amazônicas, retratando uma dimensão universitária que aproxime os docentes e os discentes da realidade regional e local. Tal intuito se daria por intermédio de ações que integrem a teoria aos cenários de prática.

Neste panorama, finalmente, a imersão dos acadêmicos nas pequenas cidades mostra-se fundamental no que tange a formação pessoal, fortalecendo a comunidade e agregando humanização ao profissional.

A extensão promovida pela Universidade Federal do Amazonas

A extensão universitária tem buscado, por meio diversas escalas, estabelecer o papel de alicerçar o tripé que caracteriza as universidades brasileiras: ensino, pesquisa e extensão.

De acordo com a [Constituição de 1988](#), conforme disposto em seu artigo 207, “As universidades [...] obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. Ademais, o Plano Nacional de Extensão Universitária ([FORPROEX, 2001](#)), estabelece a Extensão como um processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. Assim, quando do posterior retorno à Universidade, docentes e discentes trarão, uma vez findo determinada atividade de extensão universitária, um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido ao conhecimento até então consolidado.

A Pró Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Amazonas (PROEXT/UFAM) defende o conceito bastante similar de extensão universitária como sendo “*um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade*”. Assim, a extensão universitária produz e compartilha conhecimentos, contribuindo para o desenvolvimento econômico, político, social e cultural com vistas a fomentar políticas públicas visando à transformação social ([BRASIL, 2007](#)).

Na medida em que se entende a universidade não como algo distinto e contraposto à sociedade, mas sim, como uma parte orgânica desta, a concepção de extensão muda e ela passa a ser entendida como reflexão, no duplo sentido. Em outras palavras, como um espaço em que a própria sociedade pensa sobre si mesma e ao mesmo tempo se espelha. É essa terceira concepção que permite questionar a distinção entre o dentro e o fora da universidade, é ela que permite reafirmar o compromisso ético e social da universidade. Ela, enfim, é que permite manter a teoria e a prática em sintonia ([BRASIL, 2007](#)).

A PROEXT/UFAM conseqüentemente, em sua Política de Extensão Universitária, apresenta o desenvolvimento de ações de extensão no processo de formação discente e

² Região afastada de áreas urbanas e desenvolvimento reduzido ([LIMA, 2015](#)).

no aprimoramento técnico-científico de docentes e técnico-administrativos, como grande contribuinte para uma formação cidadã e para o fortalecimento de políticas públicas que atendam às reais necessidades das populações amazônicas.

As ações são desenvolvidas por meio de atividades que integrem a universidade à sociedade, refletindo uma dimensão extensionista para o processo de formação acadêmica dos estudantes como processo educativo, cultural e científico, articulando-se com o ensino e a pesquisa de forma indissociável para viabilizar a relação transformadora entre universidade e sociedade.

Portanto, a efetividade e a ampliação das ações de extensão na UFAM têm como finalidades contribuir com a melhoria do aprendizado do estudante, melhorar a concepção dos docentes no sentido de que a extensão pode ser um instrumento de produção e transferência de conhecimento e de desenvolvimento, reafirmar a relevância de atividades que englobam práticas além da sala de aula para aquisição de conhecimento característico da realidade local, envolvendo os aspectos onde a comunidade parceira está inserida.

A UFAM tem não somente reforçados suas políticas específicas, como também, destinado, de forma crescente e contínua, recursos à implementação e ampliação de suas ações de extensão. Tais ações seguem um trâmite institucional regulamentado que se inicia no momento de inscrição da ação proposta, passa em seguida pelas diferentes instâncias de avaliação e se desdobra na entrega dos relatórios parcial e final, além da, já em sua fase final, emissão dos respectivos certificados de participação aos diversos colaboradores.

A efetividade e a ampliação das ações de extensão possibilitam uma formação discente mais qualificada, ratificando institucionalmente a concepção de que a extensão se expressa como um instrumento, real e potencial, de produção e transferência de conhecimento e de desenvolvimento socioeconômico, cultural e político, por meio do qual a Universidade reafirma seu compromisso socio-acadêmico ([CONSEPE, 2010](#)).

Nos últimos dez anos foram realizadas, por docentes, técnicos e estudantes da Universidade Federal do Amazonas, mais de quatro mil ações extensionistas, beneficiando a sociedade amazonense com o conhecimento acadêmico, ao mesmo tempo em que se manteve atualizada acerca das demandas do povo da Floresta.

Desafios para realizar ações de extensão universitária no Amazonas

O Estado do Amazonas é conhecido por suas belezas naturais, uma vez que ainda detém 98% de sua cobertura florestal preservada, além da extensão de seus grandes rios que popularmente são chamados de “mares de água doce” e, por fim, pela sua extensão geográfica, ocupando uma área de 1.559.146,876 km² do território brasileiro. Além disto, inversamente ao seu tamanho, e no que pese suas características populacionais, o Estado do Amazonas possui uma população de 3.483.985 habitantes, que representam cerca de 2% da população do país, configurando uma densidade demográfica de 2,23hab/km², qual seja, a segunda menor entre as unidades da federação ([IBGE, 2010](#)).

Apesar de o homem amazônico ter desenvolvido intensos sistemas de comércio por vias terrestres, a população amazonense distribui-se, primariamente, no ambiente de rios e várzeas, destacando que suas relações socioeconômicas, políticas e culturais são desenvolvidas na região com base na acentuada tradição fluvial.

O principal acesso às cidades do interior do Amazonas são as vias navegáveis de sua rede fluvial, no qual a embarcação do transporte regional influencia, algumas vezes, a demanda da circulação pertinente ao transporte aéreo. A geografia física constituída por

rios, igarapés e paranás permite a circulação e o fluxo das embarcações e mesmo não tendo uma estrutura hidroviária adequada, entretanto, por suas características naturais, o rio oferece navegabilidade. Destaca-se que as características exigem especialização da navegação, e as embarcações dependem da habilidade e da experiência da tripulação que deve conhecer os atalhos e os segredos do percurso (QUEIROZ, 2019).

Assim, o uso do transporte modal hidroviário é uma atividade indispensável para a integração social das cidades interioranas. Contudo, devido a sua imensa extensão, as distâncias entre municípios ou comunidades ribeirinhas, que são geralmente muito grandes, o que dificultam o deslocamento entre essas localidades por conta da falta de infraestrutura do setor de transporte. Por outro lado, poucos municípios do Estado têm ligação por via terrestre com a capital Manaus. Assim, a grande maioria dos municípios possui o acesso a bens e serviços dificultado por viagens de barcos que podem durar até quinze dias.

Logo, o sistema de transporte fluvial do Amazonas difere das outras localidades do Brasil, uma vez que as condições naturais da região representam o principal fator que propicia o desenvolvimento da navegação. O transporte fluvial é realizado, principalmente, por embarcações caracterizadas como mistas (além de transportar passageiros, transportam cargas em geral), tanto para os centros menores, sedes municipais e seus interiores, quanto para os grandes centros.

A circulação entre as cidades do Amazonas por via fluvial envolve também aspectos econômicos onde mercado regional se materializa a partir do fluxo constante das embarcações e ao mesmo tempo existem embarcações da mesma cidade que interage diretamente com Manaus, capital do Estado.

Para se chegar à maioria das cidades de pequeno porte são utilizadas embarcações (Figura 1a e 1b) com sistemas sanitários precários, níveis elevados de ruído dos maquinários quando do funcionamento das embarcações, condições de alimentação restritas considerando as limitações das embarcações, quantidade insatisfatória de dormitórios. Com respeito a este último quesito em específico, haveria que se registrar que a maioria dos passageiros dorme em redes em um grande salão, juntos sem privacidade ou qualquer ambiente com segurança para guardar seus pertences. Ademais, as viagens podem durar horas, dias ou até semanas, dependendo do município para o qual se deseja viajar. De qualquer forma, para as cidades de médio porte já há embarcações com motores mais potentes, denominados “ajatos” (Figura 1c), fato este que contribui para a redução em até 70% do tempo que se dispenderia se se utilizassem, para um mesmo percurso ou localidade, embarcações comuns.



Figura 1. 1a modelo das embarcações, 1b – dormitórios em redes, 1c – lanchas ajato.

Fonte: www.redetiradentes.com.br

A logística de tráfego, portanto, passa a se configurar com uma das primeiras dificuldades de acesso aos municípios, desencadeando, como mencionado, a falta de insumos para melhoria da infraestrutura local, principalmente em termos de serviços públicos, além de potencializar a falta de profissionais que se disponibilizem a atuar profissionalmente nestas localidades.

Com isso, o desafio contemporâneo para implementar ações voltadas ao desenvolvimento local de comunidades ribeirinhas amazônicas consiste em contemplar estas especificidades relacionadas ao modo de vida e a realidade dessas localidades. Daí a necessidade de aprofundar conhecimentos referentes à intensidade do processo de infraestrutura urbana, à dinâmica e ao estilo de vida dessas populações, comparando estas especificidades com o cotidiano do ruralista com as quais elas se assemelham.

Deve-se destacar, considerando este universo amazônico a ser desbravado em termos do desenvolvimento da extensão universitária, que a UFAM possui unidades em cinco cidades no interior do Estado (Figura 2), as quais originariamente foram criadas para atender às demandas das microrregiões, pois cada um dos campi é um polo que reúne estudantes das cidades circunvizinhas. Dessa forma, ao conseguir o envolvimento de estudantes com as ações extensionistas, os efeitos são expandidos para toda a região.

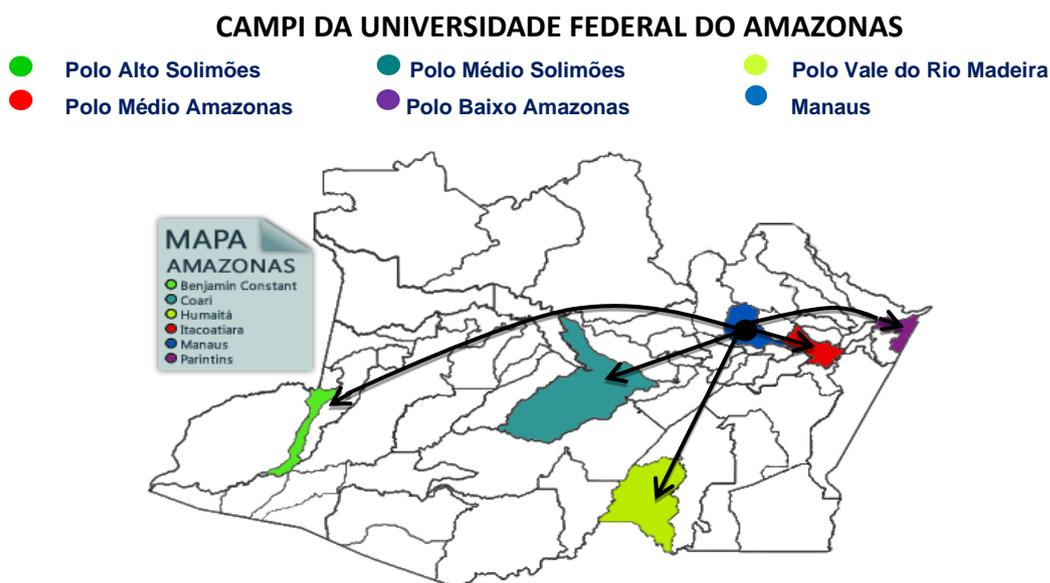


Figura 2. Polos das cinco unidades da UFAM no interior do Estado do Amazonas.

As unidades regionais da UFAM encontram-se distribuídas nos Polos de Benjamin Constant, Coari, Humaitá, Itacoatiara e Parintins (Quadros 1 e 2).

Quadro 1. Características geográficas dos municípios onde estão localizados os Polos da UFAM.

Município	Área geográfica territorial (km ²)	Distância de Manaus por via fluvial (km)	Localização	População (hab)	IDH
Benjamin Constant	8.793,0	1.628	Sudeste do Estado do Amazonas, à margem direita do Rio Javari. Faz limite com as Repúblicas do Peru e Colômbia	41.329	0,574
Coari	57.970,768	463	Médio Solimões, à margem direita do lago Coari.	75.965	0,586
Humaitá	33.111,164	959	À margem esquerda da Hidrovia do Rio Madeira, afluente do Rio Amazonas.	44.227	0,605
Itacoatiara	8.891,906	180	À margem esquerda do rio Amazonas.	86.839	0644
Parintins	5.976,373	420	Ilha Tupinambarana, situada ao Sul do Amazonas.	113.832	0,658

Quadro 2. Áreas do conhecimento das Unidades da UFAM nos municípios do interior do Estado.

Município	Unidade Acadêmica	Município do polo	Área de conhecimento
Benjamin Constant	Alto Solimões	Benjamin Constant, Tabatinga, São Paulo de Olivença, Atalaia do Norte, Santo Antônio do Içá, Tonantins, Fonte Boa, Jutai e Amaturá.	Natureza e Cultura.
Coari	Médio Solimões	Coari, Tefé, Anori, Anamã, Beruri, Codajás, Maraã	Saúde e Biotecnologia
Humaitá	Vale do Rio Madeira	Humaitá, Apuí, Borba, Manicoré e Novo Aripuanã	Educação, Agricultura e Meio Ambiente
Itacoatiara	Médio Amazonas	Parintins, Barreirinha, Boa Vista do Ramos, Maués e Nhamundá.	Ciências Sociais, Educação e Zootecnia.
Parintins	Baixo Amazonas	Itacoatiara, Autazes, Silves, Rio Preto da Eva, Itapiranga, Nova Olinda do Norte, São Sebastião do Uatumã, Uruará e Urucurituba.	Ciências Exatas e Tecnologia.

O deslocamento para cada uma das cinco sedes regionais da UFAM é diferenciado. Para Coari e Parintins, por exemplo, existe o transporte aéreo somente duas vezes por semana e as embarcações comuns que demoram cerca de 24h de Manaus até ambos os municípios. A opção mais comum são as embarcações denominadas “ajato” (Figura 1c) que demoram cerca de 8h e possui, no mínimo, duas opções diariamente.

Para Benjamin Constant as embarcações levam cerca de sete dias pra chegar no destino e, por isso, na maioria dos casos o deslocamento torna-se inviável por esse meio, sendo o acesso mais fácil por via aérea até o município de Tabatinga, apesar do alto custo financeiro, e de lá, segue por via fluvial para a sede do município cuja viagem dura em média meia hora.

Para Humaitá há uma peculiaridade significativa, pois o acesso mais comum é por via aérea até a cidade de Porto Velho, capital do Estado de Rondônia, e de lá, segue-se então retornando ao Estado do Amazonas por via terrestre cerca de 214km. O

deslocamento mais simples se dá ao município de Itacoatiara, por ser via terrestre. Existem embarcações que também fazem o trajeto, porém demanda mais tempo.

A distribuição espacial de vias fluviais é uma variável determinante em relação aos processos de transformação das paisagens amazônicas. Além de permitirem o acesso e a popularização, permitem o escoamento da produção, bem como de moradores e visitantes. Entretanto, há uma desconexão entre municípios, justamente em razão da referida complexidade caótica de comunicação, interação e deslocamento, principalmente pela dimensão geográfica em que eles estão localizados. Assim, qualquer atividade a ser realizada por profissionais da capital do Estado até esses municípios, deve-se observar o tempo a ser demandado para chegar na localidade bem como o custo da viagem. Isso já impossibilita algumas ações.

Além do setor logístico, são inúmeras as implicações de crescimento nos municípios cujo contexto aponta para uma região de vasta dimensão ecológica e ambiental, mas com baixa articulação entre as cidades do entorno, atividades econômicas quase nulas ou predominantemente ligadas ao serviço público ou de pequenos comerciantes, pouca capacidade de serviços na área de saúde, segurança, educação e infraestrutura urbana, além da predominância da pesca, agricultura familiar e extrativismo, caracterizando-as com similaridades às cidades rurais.

Essas localidades estão inseridas na maior floresta tropical do mundo, com toda sua biodiversidade, riqueza cultural ao mesmo tempo em que possui pouco ou nenhum benefício econômico que favoreça a oferta de empregos, atualmente concentrados na prefeitura e da comercialização no setor primário.

Os impactos e a valorização da extensão universitária junto às populações menos favorecidas

Uma característica significativa no cenário nacional das cidades do Estado do Amazonas está fortemente vinculada ao fato de que os municípios não possuem grandes atrativos industriais, com exceção de Manaus, capital do Estado. As atividades que alimentam de maneira significativa a economia local são a pesca e a agricultura.

Há momentos ainda em que o morador pode atuar com uma atividade alternativa para complementar a renda familiar, mas utilizando-se ainda da atividade rural. Nestes casos, pessoas que exercem atividades agrícolas acabam possuindo casas tanto na cidade quanto nas comunidades ribeirinhas ou normalmente possuem casas na cidade e se deslocam regularmente para tais comunidades no exercício de outras atividades como pesca, caça e plantações nativas ([MARINHO; RIBEIRO, 2009](#)).

As cadeias produtivas variam de acordo com fatores tais como: a área; se várzea ou terra firme; características geológicas; interferência dos períodos de seca e cheia dos rios e, também; fatores ambientais e culturais. A exploração sustentável ainda é pequena e as dificuldades de acesso às localidades são as mais diversas. Estes aspectos apontam para o Estado do Amazonas como um excelente espaço laboratorial, apto para desenvolver experiência nas mais diversas áreas do conhecimento, acrescentando inclusive novas tecnologias e sistemas de produção, considerando toda essa gama de informações como uma promissora fonte de recurso para o desenvolvimento da região.

Uma das dificuldades em desenvolver experimentos no Amazonas é delimitar as áreas de atuação, principalmente nos municípios de pequeno porte. Há no Amazonas uma

estreita relação de dependência mútua entre rural e urbano o que faz com que características próprias se confundam no espaço das relações sociais e de produção.

Segundo [Calegare et al \(2009\)](#), para se discutir o desenvolvimento local em comunidades na Amazônia, bem como propor ações que possam contribuir para a concretização deste desenvolvimento, é imprescindível realizar uma análise da complexidade que envolve esta região, tendo em vista a sua diversidade sociocultural, política, econômica e riqueza da biodiversidade.

A este respeito destaca-se o município de *Coari*, o qual, em sua esfera política e administrativa, é considerado um dos municípios que teve o maior índice de crescimento da região nos últimos anos. Em seus limites geográficos, considerando sua trajetória de Oeste para Leste, está o rio Solimões, de águas barrentas, com sua massa líquida se encontra com a saída das águas escuras do Lago de Coari, assim como formando um encontro de águas que se segue por alguns quilômetros.

A sede do município de Coari encontra-se próximo a este encontro das águas, porém é banhada em toda sua orla fluvial pelas águas do Lago de Coari. O espaço da cidade sofre modificações com a presença de indústrias de madeira, tijolos, produtos alimentares, pescado, gelo e imobiliária. Com o desenvolvimento da indústria local a sociedade mobiliza também o setor terciário com o comércio varejista e atacadista e serviços hoteleiros e agências bancárias.

Coari, destacando-se ainda comparativamente a outros municípios, recebe a compensação financeira de royalties que são pagos de acordo com os impactos gerados pelas operações petrolíferas, envolvendo o embarque e o desembarque dos produtos petrolíferos e seus derivados. Isso faz com que o município obtenha o segundo maior Produto Interno Bruto do Estado do Amazonas. Porém, [Rodrigues \(2013\)](#) aponta muita carência dos serviços de saneamento e que ainda há muito para se realizar no que tange a melhorias na infraestrutura local.

Mesmo em meio ao desenvolvimento urbano abrupto que sofreu e com a deficiência nas diversas áreas da infraestrutura, enfatiza-se que as ações extensionistas da UFAM são direcionadas à área de saúde onde existe uma atuação da área de Nutrição, na determinação da composição nutricional de uma dieta artesanal de baixo custo, elaborada com alimentos convencionais da cidade, acompanhamento das cozinhas das escolas públicas para favorecer a saúde nutricional dos estudantes, atendimento à população de forma gratuita para apresentar dieta artesanal nutricionalmente equilibrada, com valor energético total e com sua distribuição entre os macronutrientes energéticos definidos, que atenda aos critérios previamente estabelecidos de fluidez, estabilidade e com padrão fisiológico aceitável ([LIMA et al 2015](#)).

Também se destaca as parcerias com as unidades básicas de saúde local e outras empresas para realizar atividades de Fisioterapia como na aplicação da Ergonomia para avaliar e oferecer condições adequadas de trabalho aos funcionários, aumentando sua produtividade e ao mesmo tempo reduzindo sua ausência e afastamentos, prevenindo e controlando o aparecimento dos Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (DORTs) e no atendimento à população no que se refere a promoção e educação em saúde, ao diagnóstico precoce e o tratamento adequado e na reabilitação e da redução de incapacidades ([PRAIA et al, 2013](#)).

Considerando a atuação da universidade, há de se observar o crescimento local na área da saúde bem superior em comparação com os outros municípios pertencentes ao polo. Tais municípios, mesmo pertencendo ao polo, estão localizados a quilômetros de

distância, sendo o acesso somente por via fluvial a todos eles. Isto é um ponto dificultador para que essas localidades também sejam beneficiadas com as ações de extensão locais.

Daí, percebe-se a necessidade de políticas públicas que intervenham junto a universidade no sentido de influenciar os estudantes a conhecerem a se aprofundarem na realidade local e, aos profissionais recém-formados, para que apliquem os conhecimentos adquiridos nas localidades do entorno. Com algum incentivo nesse aspecto, pode haver um impulsionamento do mercado em absorver tais profissionais, sem que haja necessidade de investimentos em outros programas mais onerosos e que não conheçam tecnicamente os aspectos característicos e peculiares da região.

No contexto do município de *Humaitá*, o Campus Vale do Rio Madeira é extremamente relevante para o sul do Amazonas, região onde habitam aproximadamente 150 mil habitantes distribuídos nos municípios de Humaitá, Apuí, Manicoré, Lábrea, Novo Aripuanã e Borba. Tais municípios têm, em comum, características econômicas e ambientais semelhantes, bem como identidade e coesão social e geográfica. A região conta com quase 150 mil habitantes, dos quais mais de 60 mil vivem na área rural. A região tem 9.140 agricultores familiares, 9.735 famílias assentadas, 1.578 famílias de pescadores e 21 terras indígenas. A área conta com centenas de escolas rurais onde os docentes exercem suas funções profissionais sem habilitação específica. Do 6º ano ao ensino médio a oferta na área é incipiente o que favorece o êxodo das famílias para as cidades acarretando o abandono do campo ([MASCARENHAS et al, 2012](#)).

Ademais, os cursos na área da Educação apoiam o desenvolvimento socioeconômico das populações locais até e o exercício efetivo da cidadania pelas populações rurais, ribeirinhas que habitam a região. As principais ações extensionistas são da área ambiental e agrônômica, com a caracterização dos solos e o estudo das relações mineralógicas dos diversos ambientes fisiográficos presentes na região sul do Amazonas. A partir dessas análises surgiram vários cultivos que de adequassem à realidade local junto aos agricultores da região, onde, além da plantação de espécies, o manejo e os aspectos nutricionais também são levados em consideração, aumentando o valor do produto comercializado na região.

Destaca-se que, em termos logísticos, Humaitá é um município de difícil acesso à capital do Estado do Amazonas e a economia e mercado local estão mais relacionados com o Estado de Rondônia do que com os produtos e marcas comercializados no Estado do Amazonas. Para se deslocar de Manaus a Humaitá por via terrestre torna-se inviável, sendo o acesso mais rápido por via aérea até a cidade de Porto Velho, seguindo por via terrestre até Humaitá. O acesso a maioria dos municípios do polo também pode se dá por via terrestre.

Nesse aspecto, as influências das ações de extensão desenvolvidas no campus de Humaitá chegam aos municípios do polo bem como atingem também ao Estado de Rondônia. Considera-se, portanto, relevante que se observe e que se mantenha boa relação política e administrativa com o Estado de Rondônia, tendo em vista sua interferência ser maior na região.

Benjamin Constant, município localizado em uma área de fronteira, apresenta peculiaridades em sua expansão urbana, pois apesar da maioria dos censos não identificarem, existe uma população expressiva de peruanos que reside na referida cidade. Ressalta-se ainda que estes imigrantes fizeram parte da formação histórica de alguns bairros e que nas últimas décadas apresenta uma população crescente que se expande em direção a vários bairros, constituindo-se como presença significativa em atividades

econômicas diversas, principalmente no que se referem ao terceiro setor, o comércio, pois a cidade carrega em suas características peculiares de fronteira a presença marcante do comércio realizado por imigrantes peruanos ([SOUZA, 2014](#)).

Outra característica importante é a numerosa população indígena da região, composta por várias etnias distribuídas entre os vales do Rio Javari e do Rio Solimões. A Terra Indígena Vale do Javari tem população de 5.489 indígenas das etnias Matis, Matsés, Marubo, Kanamari, Korubo e Tsohom-Dyapa. A calha do rio Solimões abriga, dentre outros, indígenas das etnias Ticuna, Kambeba, Kanamari e Cocama. De acordo com dados do Instituto Socioambiental, a população Ticuna no Brasil é estimada em 53.544, mas em toda a região da tríplice fronteira a literatura indica população de 8.000 na Colômbia e 6.982 no Peru. Registra-se também a presença das etnias Cocama (Peru), Uitoto, Bora, Nonuya, Ocaina, Miraña, Andoke y Muinane (Colômbia) ([REIS et al, 2017](#)).

Por ser um município localizado nas proximidades de vastos territórios indígenas e receber influências da tríplice fronteira Brasil x Colômbia x Peru, destaca-se como principais ações extensionistas os estudos e parcerias com o desenvolvimento, sustentabilidade, assessoramento e gestão produtiva da área bem como os estudos afro indígenas na região.

Aqui, vale destacar que a economia local é influenciada pela produção dos países vizinhos. Há uma grande relação da população local com as populações vizinhas, nas diversas áreas do conhecimento, tais como cultura, saúde, indústria, comércio e até mesmo a educação. Existem vários estudantes da universidade que são peruanos ou colombianos, ou descendentes destes. A influência desses países na localidade é, na maioria das vezes, mais relevante do que a brasileira. Portanto, deve-se ponderar que os benefícios das ações de extensão alcançam patamares acima dos limites geográficos.

[Reis et al \(2017\)](#) apresentam uma importante contribuição no aspecto da inclusão produtiva, do desenvolvimento e da sustentabilidade a partir da participação das populações tradicionais que habitam a mesorregião. Os autores, para tanto, consideraram os seguintes aspectos: melhor compreensão do termo sustentabilidade; a participação em projetos institucionais com base em práticas nas comunidades de agricultura familiar; e o trabalho em equipes multidisciplinares atuando como articulador dos diferentes saberes dos grupos envolvidos.

Ainda segundo os autores, o envolvimento da população local nas atividades de extensão referentes à construção de conhecimento e às escolhas de estratégias e instrumentos de avaliação das políticas públicas, incluem tanto agentes institucionais vinculados à execução de políticas públicas, quanto representantes da população. Assim, foi possível contribuir para se construir um conhecimento sistemático e contextualizado da região e consolidar ações de capacitação técnica a partir de realidades vivenciadas pelos sujeitos sociais envolvidos na proposta.

Itacoatiara, por seu turno, é um dos poucos municípios do Amazonas que possui infraestrutura para os três tipos de transporte: aéreo, fluvial e rodoviário. Essa peculiaridade se torna fator importante para a dinâmica econômica e populacional do referido município, o qual integrada a recém-criada “Região Metropolitana de Manaus”, fato que lhe reveste de importância e papel diferenciados entre as cidades do Amazonas. Além de integrar a RMM, o município de Itacoatiara possui influência sobre os municípios de Silves, Itapiranga e Urucurituba, que possuem menor população e economia baseada, sobretudo, no setor primário. Cada um deles conectam-se com a Zona Urbana de Itacoatiara por intermédio do setor de serviços, principalmente saúde e educação ([OLIVEIRA, 2013](#)).

A participação ativa da Ufam em atividades extensionistas apresenta grande motivação em algumas áreas e aspectos de Itacoatiara. A área de Tecnologia da Informação, por exemplo, tem sido de grande importância educacional, pois alguns laboratórios de informática das escolas públicas estaduais e municipais, outrora obsoletos, atualmente já são utilizados para como ferramenta de auxílio à aprendizagem aos estudantes do ensino fundamental e médio. Além de aplicativos para aparelhos de telefonia móvel criados com intuito educativo em diversas áreas, principalmente, com abrangência de conhecimento local ([PASSOS et al, 2010](#)).

A área da Engenharia Sanitária também vale destaque, pois atualmente desenvolvem-se atividades relacionadas ao Saneamento Básico do município de Itacoatiara e comunidades. Tais ações atenderam a demanda de problemas vinculados à falta de saneamento e contribuíram para inserção dos discentes do curso supracitado nas atividades profissionais que os futuramente irão encontrar no mercado de trabalho.

Entre as atividades desenvolvidas, destacam-se as ações como o Inventário de Resíduos Sólidos como ferramenta para a identificação, quantificação e classificação, pois sabendo que não há coleta seletiva no município de Itacoatiara, foi necessário realizar o processo de segregação, que consiste em separar os resíduos de acordo com suas propriedades físicas, químicas e biológicas, para que então pudessem ser classificados e quantificados. Sendo assim, tais ações contribuem para a redução, reutilização e reciclagem dos resíduos gerados em Itacoatiara, buscando sensibilizar não apenas os estudantes, mas estendendo esta conscientização ambiental e melhoraria dos aspectos organizacionais, sanitários e higiênicos junto à população.

Na cidade de *Parintins*, o crescimento desordenado que vem se instalando ao longo das últimas décadas está sendo ocasionado pela migração de centenas de famílias provenientes da zona rural e dos municípios circunvizinhos em busca de melhores condições de vida. As moradias, estão sendo historicamente construídas em locais inadequados; em áreas alagadiças e às margens dos rios, sem saneamento básico ou infraestrutura sanitário.

O município de Parintins é conhecido, nacional e internacionalmente, pela grandiosidade de seu Festival Folclórico, o que faz com que Parintins esteja entre os 65 municípios brasileiros apoiados pelo Ministério do Turismo como indutor do turismo. Porém, Parintins necessita de melhorias sanitárias, além de melhorias em outros setores, tais como, transporte, hotelaria e atendimento em bares e restaurantes que, juntos, propiciariam uma melhor qualidade ao atendimento de turistas, conforme preconiza o Ministério do Turismo, inclusive para o fim de estimular o comércio local.

O curso de Educação Física oferece, por sua vez, atividades que proporcionam o desenvolvimento de pessoas com deficiência através da prática de atividades físicas, possibilitando o desenvolvimento das atividades motoras e capacidades físicas e proporcionando através de um melhor desempenho de suas potencialidades, a socialização, o bem-estar, a melhoria da autoestima e da qualidade de vida. A atividade possibilita ao participante, adicionalmente, a melhoria da socialização, além de proporcionar maior independência.

Na área de Serviço Social as atividades extensionistas desenvolvidas relacionam-se diretamente com os diversos tipos de conflitos familiares, independentemente de classe social e de religião. Assim, no sentido de conhecer o contexto em que se insere a família foco de sua prática, bem como por meio de alguns programas referentes a questões familiares, realizam-se ações mobilizadoras que possam contribuir na garantia da proteção

social, fortalecendo os laços entre os sujeitos que compõe a família e suas relações na comunidade.

Algumas ações na área da Zootecnia favorecem inclusive a economia local, pois independentemente do seu grau de tecnologia e especialização, a atividade leiteira é uma atividade econômica característica da cidade e compõe a produção de um alimento com qualidade que não traz prejuízos à população. A cidade de Parintins, finalmente, abriga pequenas propriedades que empregam baixa tecnologia na exploração dessa atividade e, além disso, comercializam esse produto de forma artesanal.

Assim, desenvolver estudos da qualidade desse produto e garantir que é comercialmente disponibilizado com boa qualidade microbiológica e nutricional, além de orientações sanitárias no armazenamento, resfriamento e transporte do leite, é de grande valia para toda a comunidade.

Considerações abordando uma crítica construtiva

O Estado do Amazonas contempla realidades sociais e educacionais diversas, que compõem a complexa diversidade sociocultural amazônica. As famílias rurais sobrevivem de inúmeras atividades, produzidas no seu cotidiano, para adquirir seus bens materiais. Sua sobrevivência depende tanto do trabalho na terra com atividades de agricultura de subsistência, quanto do seu acesso às águas onde desenvolvem atividades de pesca. Eles são, em geral, catraieiros, pescadores e agricultores que possuem sua economia com base nos produtos que comercializam, como as verduras e o peixe, que servem também para consumo de suas famílias.

Dentre os diversos entraves ocasionados pela ausência de gerenciamento na propriedade ribeirinha da região amazônica, destacam-se a dificuldade de acesso às residências e a geografia local, que abrange pouca população em grandes áreas, configuração característica do espaço amazônico, dificultando, dessa forma, também, o crescimento de infraestrutura urbana.

Reitera-se que, apesar da extensa área geográfica, o Estado do Amazonas possui um índice de densidade demográfica baixo e se caracteriza pela concentração maior da população na sua capital, Manaus. Consequentemente, a maioria dos municípios de pequeno e médio porte estão distribuídos em zonas longínquas e não há interação entre eles exceto por meio dos rios e lagos.

As vias fluviais com as embarcações são os principais meios de deslocamento do Estado, compondo o fluxo de produtos e pessoas, que em sua grande maioria são moradores das cidades interioranas ou comunidades ribeirinhas. O acesso por este tipo de transporte é mais lento que outros meios o que demanda tempo para chegar às localidades. Concernente a isto, a demanda de mercadoria nas cidades de pequeno porte é ínfima, a infraestrutura local também é deficiente e a quantidade de profissionais com especialidades técnicas são precários. Se tais deficiências pudessem vir a ser, de uma forma ou de outra relativizadas (melhoria das condições de transporte e comunicação) a problemática da ausência de profissionais poderia, consequentemente, ser diminuída.

Isso reflete diretamente nos resultados das ações desenvolvidas em um determinado local, que em raras exceções, alcança outras localidades. Essa complexidade precisa ser salientada na elaboração das políticas públicas que envolvem a região, a exemplos de políticas que incentivam a criação de consórcios, cuja logística de tráfego inviabiliza tais ações.

Há de se considerar também as limitações de infraestrutura dos municípios de pequeno porte cujos indicadores socioeconômicos precisam fazer parte da definição das prioridades das políticas sociais, inclusive no sentido de contribuir para o crescimento econômico da região, que atualmente não possui grande fluxo em sua cadeia produtiva e a comercialização dos produtos que ali são produzidos é comumente local.

O desafio contemporâneo em implementar ações voltadas ao desenvolvimento local de comunidades ribeirinhas amazônicas consiste em contemplar estas especificidades relacionadas ao conhecimento tradicional, modo de vida e a realidade dessas localidades.

CONCLUSÕES

Os polos criados pela UFAM para atender às diversas sub-regiões do Estado possuem áreas distintas e cada um, com suas especificidades, buscam nas ações extensionistas desenvolvidas contribuir para que o impacto dessas atividades alcance não só o município sede, mas também a população do entorno, envolvendo os estudantes em uma realidade bastante distinta de outras regiões brasileiras.

A região do Médio Solimões possui um dos índices de desenvolvimento humano mais baixo em comparação com as regiões do Rio Amazonas e Rio Madeira. Mesmo possuindo uma vasta dimensão na área de saúde, os impactos são comumente recebidos pelo município sede com parcerias público-privado nas áreas nutricionais, fisioterapêutica e nos cuidados e prevenção da saúde. Torna-se relevante ressaltar a necessidade de que os municípios e comunidades pertencentes ao polo sejam também beneficiadas com tais ações.

Em relação a região do Vale do Rio Madeira é importante ressaltar a importância do Estado de Rondônia, tendo em vista a influência comercial e produtiva para a região. Neste sentido, os trabalhos da UFAM, principalmente na área ambiental poderiam ser realizados em parceria com, por exemplo, a Universidade Federal do Rondônia, criando projetos em rede e ampliando os benefícios para o sul da Região Norte.

Enfatiza-se para região do Alto Solimões a necessidade de melhorias nos aspectos culturais, comerciais e de saúde, pois a população residente possui pouca experiência com a realidade brasileira sendo grandemente influenciada pelos países vizinhos e pelas comunidades tradicionais, destacando nesse contexto a necessidade de políticas e acordos internacionais que envolvam a tríplice fronteira Brasil x Peru x Colômbia e às comunidade indígenas.

O Médio e Baixo Amazonas são beneficiados com alguns avanços na área tecnológica. As melhorias no ramo produtivo e industrial, bem como no aspecto de infraestrutura, apresentam um crescimento lento, mas perceptível quanto a contribuição da universidade, principalmente junto a órgãos públicos que em grande maioria são as prefeituras e escolas, as comunidades público-alvo das atividades de extensão.

Nesse contexto, as ações de extensão universitária são essenciais para absorver informação local, extrair os materiais e métodos utilizados pela comunidade tradicional, utilizar a ciência para adaptar e aplicar tais métodos, na busca de um aperfeiçoamento e crescimento do conhecimento, a partir da participação da comunidade nas atividades de extensão que são executadas.

Os elementos aqui expostos não limitam as especificidades das cidades amazônicas tendo em vista as características diversas e particularizadas em um processo de formação socioespacial que elas se encontram. Assim, as limitações empíricas e teóricas desta

análise sugerem caminhos para reflexões mais avançadas sobre a interação complexa e a relevância das ações extensionistas universitárias na Amazônia.

SUBMETIDO EM 7 maio 2018
ACEITO EM 12 dez. 2019

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. Extensão Universitária: Organização e Sistematização. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. FORPROEX. COOPMED Editora, 2007.

CALEGARE, Marcelo Gustavo Aguilar; **CHAVES**, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues e **BARROS**, Silvana Compton. **Organização sócio-política para o desenvolvimento local das populações ribeirinhas no Amazonas**. IV Jornada Internacional de políticas públicas. São Luiz, MA. 2009.

CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues et al. **Extensão Universitária na Amazônia**: Ações Sócio-Educativas de Arte e Cultura nas Comunidades Ribeirinhas dos Municípios de Coari e Carauari. Anais do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária. Belo Horizonte, MG. 2004.

CHIZZOTTI, Antônio e **SILVA**, Rosa Eulalia Vital da. Base nacional comum curricular e as classes multisseriadas na Amazônia. Revista e-Curriculum, São Paulo, v.16, n.4, p.1408-1436 out./dez.2018. DOI <http://dx.doi.org/10.23925/1809-3876.2018v16i4p1408-1436>.

CONSELHO de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal do Amazonas – CONSPE. Resolução nº 008/2010. **Política de Extensão da UFAM**. 16 de março de 2010.

FORPROEX – FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. Plano Nacional de Extensão Universitária. Ilhéus: Editus, (Extensão Universitária, v.1). 2001.

FORUM Nacional de Extensão das Universidades Públicas. **Política Nacional de Extensão das Universidades Públicas**. Manaus: RENEX, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Dados do censo demográfico**. 2010.

LIMA, Débora Assumpção e. O mundo da hinterlândia e os avanços da fronteira no espaço Tocantinense. Textos & Debates, Boa Vista, n.26, p. 99-112, 2014. Publicação 2015.

[LIMA](#), Verena Silva; SOUZA, Francisca das Chagas do Amaral; AGUIAR, Jaime Paiva Lopes; YUYAMA, Lucia Kiyoko Ozaki (in memoriam). **Composição nutricional de dieta enteral artesanal a partir de alimentos convencionais do Município de Coari**, Estado do Amazonas, Brasil. Revista Pan-Amazônica de Saúde. vol.6 n.2. Ananindeua. Jun. 2015. <http://dx.doi.org/10.5123/S2176-62232015000200004>.

[MARINHO](#), Thiago Pimentel & RIBEIRO, Alex Butel. **Os açazeiros de Codajás: as especificidades do rural e do urbano nos municípios da calha do Rio Solimões-Amazonas**. XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária, São Paulo, 2009.

[MASCARENHAS](#), Suely Aparecida do Nascimento; AZEVEDO NETO, Leonardo Dourado de; COSTA, Heron Salazar; BATISTA, Eliane Regina Martins; BARROSO, Francisca Chagas da Silva; ALENCAR, Simône de Oliveira; RADMANN, Vairton; SILVA, Viviane Braz da & SILVA, Viviane Vidal da. **Educação do campo na Amazônia Brasileira – desafio acadêmico para o Sul do Amazonas**. Revista EDUCAmazônia – Educação Sociedade e Meio Ambiente, Humaitá. EDUCAmazônia, ISSN-e 1983-3423, Vol. 9, Nº. 2, 2012.

[OLIVEIRA](#), Luciana Karoline de Moura de. **A (re)produção do espaço urbano e habitação popular de Itacoatiara-AM**. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Amazonas. 2013.

[PASSOS](#), Odette M.; SOUZA, Margarida C. de; SILVA, Marcondes R. & SANTOS, Rodrigo P. dos. **Transformando um Editor de Apresentação em uma Ferramenta de Autoria: Uma Experiência com os Professores de Escolas Públicas do Município de Itacoatiara (AM)**. Simpósio Brasileiro de Informática na Educação – SBIE. Anais do SBIE. 2010. <http://dx.doi.org/10.5753/cbie.sbie.2010.%25p>.

[PINTO](#), Fabiana de Freitas e VICTÓRIA, Cláudio Gomes da. Educação indígena e educação ribeirinha: singularidades e diferenças, desafios e aprendizagens no contexto amazônico. XVII Congresso Nacional de Educação. Pág 24214. 2015. ISSN 2176-1396

[PRAIA](#), Darllene Tinoco; ARÊAS, Guilherme Peixoto Tinoco; ARÊAS, Fernando Zanela da Silva; LEITE, Hércules Ribeiro e FREIRE JÚNIOR, Renato Campos. **Risco ergonômico em costureiras da indústria de confecções de Coari-AM**. Revista Pesquisa em Fisioterapia. Dez:107-117. <http://www.bahiana.edu.br/revistas>. 2013.

[QUEIROZ](#), K. O. Transporte fluvial no Solimões: uma leitura a partir das lanchas Ajato no Amazonas. Geousp – Espaço e Tempo (Online), v. 23, n. 2, p. 322-341, ago. 2019. ISSN 2179-0892.

[REIS](#), Rodrigo Oliveira Braga; RAMOS, Ana Sávila Farias & DÁCIO, Dirceu da Silva. **Ensino, Pesquisa e Extensão: A Articulação das Instituições Federais de Ensino nas Ações de Políticas Públicas no Alto Solimões – AM**. Revista de Extensão do IFAM. Vol.3 | Nº1 | 2017.

RODRIGUES, Patrícia Kálinca Alves. **A urbanização de Coari em função da dinâmica orçamentária: o caso do saneamento básico.** Dissertação de Mestrado (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Amazonas. 2013.

SILVA, Rubens Elias. **Por uma reforma agrária aquática? Luta por reconhecimento social dos ribeirinhos do rio tapajós para a construção de Acordos de Pesca.** Revista Ciências da Sociedade (RCS), Vol. 1, n. 2, p.81-102, Jul/Dez 2017, ISSN 2594-3987.

SOUZA, Alex Sandro Nascimento de. **A cidade na fronteira: Expansão do comércio peruano em Benjamin Constant no Amazonas-Brasil.** Dissertação de Mestrado (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Amazonas. 2014.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. **Urbanização e ruralidade: relações entre a pequena cidade e o mundo rural e estudo preliminar sobre os pequenos municípios em Pernambuco.** Relatório de Pesquisa. Recife, 2004. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/leaa/files/2016/03/Pequenos-Munic%C3%ADpios_Nazareth-1.pdf> Acesso em: 16/11/2017.